INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

BOLETIM



N.0 4

1946

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

SEQE

Angra-do-Heroismo - Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo

DIRECÇÃO

Presidente — Dr. Luis da Silva Ribeiro
Tesoureiro — Dr. Teotónio Machado Pires
Secretário — Tenente-Coronel José Agostinho

Publicação subsidiada pela Junta Geral do Distrito
Autónomo de Angra-do-Heroismo

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

TÔDA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

BOLETIM

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Vol. IV 1946

A peste da Ilha Terceira em 1599

(Seria o tifo exantemático?)

pelo DR. MANUEL DE MENEZES.

A par dos episódios gloriosos de que esta ilha se ufana, figuram também algumas desventuras. Uma das maiores foi a peste que a assolou em 1599, sem que se possa afirmar que a doença fosse a mesma, que hoje assim se designa com este nome privativo e é bem conhecida em toda a ilha, desde o seu aparecimento em 1908.

Peste, naqueles tempos, era a palavra empregada para todas as epidemias que assolavam os povos, tanto da Europa como do Oriente. É mesmo ponto assente entre todos os epidemiologistas, que a maior parte das grandes epidemias europeias dos séculos XV e XVI, não eram a verdadeira peste.

Semelhantes nos seus efeitos pela devastação que ocasionavam nas populações, imprecisas todas elas, pela falta duma pormenorização descritiva de sintomas que os cronistas nos deixassem, os malefícios que causavam sobrepunham-se ao atrazo científico da época, e não ficaram elementos de informação para se poderem descriminar e diferençar umas das outras. O nome terrífico de peste a todas englobava.

Nas proximidades daquela data, em 1598, lavrava também pelo continente português uma doença de contágio que ficou conhecida pela — Peste pequena, para a diferençar duma outra mais intensa e

mais mortifera, em 1569, que a crónica nacional designou pela — Peste grande.

Penso que a peste que nos assolou, foi o prolongamento a esta ilha dessa mesma calamidade, trazida por via marítima, facto que por si só seria bastante à perspicácia dos cientistas daquela época, se por eles fosse conhecido e devidamente apreciado, para desde então se ter dado um golpe de morte na teoria dos miasmas e da corrupção dos ares.

Essa razão de propagação, única que se aceitava e melhor explicava a disseminação das doenças, encontraria aqui, pela vastidão oceânica que nos separava dos lugares contaminados do mal, forte motivo para não poder ser aceite. A uma critica bem superficial, seria inexplicável que o miasma podesse correr tão longa distância, trazido pelos ares, sem dispersar e perder pelo caminho o seu poder de contágio.

Com essa razão não se abalaram os conceitos epidemiológicos do passado; a teoria salvava-se com uma explicação intermédia que desfazia qualquer dúvida — o miasma viera encaixotado e aqui se libertára. A doença, fazendo-nos perder imensas vidas, nada adeantara à ciência. Neste campo ficara em atrazo o que a experiência das nossas descobertas e navegações trazia a muitos outros conhecimentos humanos.

Os médicos da época, não colheram de facto, o que para a população desta ilha fôra um verdadeiro campo de epidemiologia experimental, que em casos análogos, em épocas mais recentes, noutras ilhas e doenças, tem servido para esclarecimento científico.

O NOME DA EPIDEMIA

Mereceria ao menos aquele flagelo o nome de — Peste oriental, que lhe foi dado por alguns cronistas terceirenses?

É isso que vamos procurar analizar com os escassos elementos que eles nos deixaram nos seus escritos. Mas, ao percorre-los, noto também que a designação não é unânime.

Por — Peste oriental só dois a mencionam, justamente os que mais recentemente escreveram sôbre episódios da ilha. São José Joaquim

Pinheiro, nas suas «Epocas memoraveis da Ilha Terceira», em 1891, e o Dr. Alfredo da Silva Sampaio, na sua «Memoria sobre a Ilha Terceira», em 1904.

O P.e António Cordeiro, na sua «Historia Insulana», 1717, nada diz da epidemia. Também Fr. Diogo das Chagas, no seu «Espelho Cristalino», escrito à roda de 1645, não faz nenhuma referência à doença. Na cópia da parte respeitante a esta ilha, que possue o sr. Dr. Valadão Júnior, não a vejo mencionada, e tudo nos leva a pensar que ela seja fiel, porque do confronto do seu índice dos «capítulos e artigos», com o que publicou Ernesto do Canto na sua «Bibliotheca Açoreana» e no Vol. V do «Archivo dos Açores», verifico que são iguais.

O P.e Jerónimo Emiliano de Andrade, na sua «Topographia da Ilha Terceira», 2.ª parte, 1845, chama-lhe «uma peste furiosíssima», ao passo que Francisco Ferreira Drumond, escrevendo aproximadamente pela mesma época, nos seus «Annaes da Ilha Terceira». 1850, designa-a sómente pela peste, ou o «terrivel contágio» daquele ano chamado — do mal. E como em toda a sua obra, Drumond declara seguir o «grosso volume de apontamentos» da parte histórica da Fenix do P.e Maldonado, pelas citações que dele faz, referentes ao assunto, não se colhe também uma tal designação.

Aquela denominação de — Peste oriental, dada por J. J. Pinheiro e Dr. A. Sampaio, deve ter a sua origem no seguinte episódio contado pelo P.e Jerónimo Emiliano de Andrade: — a doença — «começou em uma casa da cidade, na rua da Esperança, por ocasião de se abrir uma arca cheia de fazendas chegada da Índia».

Ambos repetem esta mesma versão, até com o misterioso caso, contado também pelo P.e Jerónimo, do homem que abriu a caixa e dela «recebeu o halito pestífero», ter caído imediata e redondamente morto.

Drumond não menciona o caso, nem sequer fala no caixote e nas fazendas daquela proveniência. O relato colhido naturalmente, pelo P.e Jerónimo, na tradição popular, encontrava no mistério do episódio uma melhor explicação para a credulidade simplista do povo, versão que naturalmente se foi repetindo pelos tempos adeante e ele aceitou.

O autor dos «Annaes», omitindo o facto, mais uma vez revela a sua rigidez e honestidade do investigador, registando sómente o que encontrava documentado e não creditado pela tradição oral. A peste que assolou a ilha, naquela data, não era de origem oriental; foi trazida do continente português, e tratava-se provàvelmente do — tifo exantemático, ou petequial, como a seguir o procuramos demonstrar.

ELEMENTOS QUE SE ENCONTRAM

No «Livro genealógico» da casa do morgado Barcelos, ao qual fizemos especial referência, no estudo publicado no Vol. III dêste Boletim, — Quem escreveu a Fenix Angrense ? — ao alto da sua folha 277, na série dos descendentes da família Canto, encontro este surpreendente registo:

M.ei do Canto de Castro q. cazou com D. An.ta da Sylva, f.a de Ruy Dias de S. Payo, dos quais nascerão os seguintes.

Primr.º f.º a q.m chamarão Alex.e do Canto q. morreo de Tabardilho.

A palavra no seu significado desconhecido, fazia uma formidável revelação. Indicava que tinha falecido aqui um individuo com — Ta-bardilho, nome popular com que na antiguidade se designava no continente português e em toda a peninsula hispânica uma gravíssima doença que hoje se classifica como sendo o tifo exantemático.

Não se encontra na notícia a data da ocorrência, mas é de concluir que a morte de Alexandre do Canto andaria à roda da da peste, porque o pai havia casado em 1593 e ele era o primogénito.

A coincidência dos dois factos, sendo uma indicação, constituía forte motivo para mais detalhada averiguação, porque a palavra, só por si, também não é bastante como prova irrecusável. E é isso que vamos fazer.

Importa em primeiro lugar considerar o valor da informação.

O livro manuscrito que a contem, escrito muito posteriormente, à roda de 1737, como o demonstramos no citado estudo, diz que continua o «texto indubitavel» da obra de António Correia da Fonseca. Nestas condições, é de concluir que a palavra — Tabardilho — tivesse sido escrita por este, que viveu todos os episódios daquela época e faleceu em 1638.

E é de concluir que assim fosse porque nenhum dos outros cronistas o refere; ele é o primeiro que escreve sobre as gerações da ilha e ao seu manuscrito é atribuída a data de 1625. Está portanto dentro das maiores possibilidades para ser acreditado sobre o que se passou na ilha durante a sua vida.

Aquela certeza, dando o nome à doença que causara a morte de Alexandre do Canto, não teria sido escrita sem qualquer fundamento; quem o fez conhecia a moléstia, e esse conhecimento devia-o ter o licenciado António Correia da Fonseca, quando andara pelos estudos, em tempo próximo ou coincidente com o das pestes que assolaram o Continente entre 1569 e 1598. É mesmo fundada razão para a ele atribuir a identificação da doença, porque a palavra — Tabardilho — é, e creio que seria, completamente desconhecida nas ilhas.

O nome popular que era dado à doença, trazia-o ele para aqui e aplicava-o no confronto de sintomas, que é lógico admitir fossem do seu conhecimento, e lá e cá lhe pareciam idênticos.

Drumond que mostra ter conhecido a obra deste autor, não faz aquela citação, o que é de estranhar em tão cuidadoso e fiel reprodutor de tudo que encontrava documentado.

É de pensar que a razão seja a que transparece numa das suas anotações, ali posta, provàvelmente a significar uma dúvida: — «o mal foi mui differente daquelle que nos annos antecedentes grassou em Portugal porque se começava e acabava a vida a espirrar muito», e ao reproduzi-la dá-a como proveniente do P.e Maldonado.

A conclusão, parecendo indicar um propósito de esclarecimento, trazia-nos também mais um sintoma da doença, que por nenhum outro vejo indicado.

O P.e Maldonado conhecia o livro manuscrito de António Correia da Fonseca; cita-o várias vezes. Parece portanto haver intenção com aquele seu esclarecimento, apoiando-se no sintoma espirro, para rebater uma opinião. Com ele se firmava para dizer que a epidemia não era igual à que grassou em Portugal, o que nos parece indicar que essa opinião devia existir.

Como adeante veremos, dela participavam os padres da Companhia de Jesus, lançando nos seus registos, sem hesitação, que a peste fôra trazida de Lisboa pela gente de uma nau.

É dificil fazer conceito sobre a parte histórica da Fenix: o que

dela se conhece, é apenas o que cita e transcreve o autor dos «Annaes». É provável que Maldonado conhecesse a opinião dos jesuitas do Colégio, onde, durante 9 anos, estudou para se ordenar de sacerdote em 1674, mas se deles discordava neste ponto, agarrado aos espirros, não apresenta também fundamento de grande valor, como se analisará em devida altura.

Segundo Drumond o flagelo a todos tocara — «sem excepção de sexo, edade ou pessoa». A doença que era uma consequência directa da porcaria e da miséria, devia ser afrontoso considerá-la nas casas dos nobres.

A não ser que o sintoma espirro fosse convicção inabalável para Maldonado, esta é a melhor explicação que encontro para nele se firmar, negando a semelhança da doença, com a que grassava no continente.

Então, como hoje, para a presunção dos ricos, devia ser tomado quási como uma injúria morrer de peste.

O que é facto, é que nem ele, nem nenhum dos outros genealogistas, indicam nos seus livros uma morte devida á epidemia, quando por outros motivos algumas apontam. E todos eles, na sua essência, são dedicados à nobreza e dos seus descendentes quási exclusivamente tratam.

Não se pode aceitar, dada a mortandade que a peste ocasionou que em nenhum destes ela se não manifestasse. É antes de pensar que para os genealogistas da Terceira, a morte pela peste fosse julgada incompativel com o lustre dos brazões.

Se fôra esse o intuito, o campo de António Correia da Fonseca apresenta-se-nos mais seguro e de maior crédito, porque viveu na época daqueles sucessos. O que registava era o que tinha visto, mas também é de admirar que a mais nenhum outro mencione, atingido pela epidemia.

COMO SE DESENVOLVEU A EPIDEMIA

A marcha da doença apresentou-se como a de todas as grandes epidemias. Drumond, em poucas palavras, descreve-a com uma precisão admirável e não chega a omitir nenhum dos dados essenciais —

«começou a laborar na cidade d'Angra no dia 15 d'Abril», data que encontra num acordão da Câmara de S. Sebastião.

Em Maio entra a expandir-se; em Julho e Agosto a epidemia atinge o auge, tanto que é preciso instalar duas casas de saúde, uma onde hoje está o Asilo de Infância, outra na travessa que existia por detraz da ermida de N.ª Sr.ª da Saúde, que vinha então desembocar na praça em frente da Câmara e onde há poucos anos, antes do incêndio e da demolição do respectivo edifício, ficava o chamado granel da saúde.

Para Maldonado, a epidemia começara em 22 daquele mês, sete dias depois, data em que provàvelmente tomava já certo incremento. A diferença de data, teria a sua justificação no aparecimento dos primeiros casos, absolutamente necessários, como campo de cultura e incubação, para a grande eclosão epidémica que nos meses seguintes tanto se havia de acentuar, mas a Câmara de S. Sebastião devia registar a verdade da primeira alerta da doença.

Segundo o P.º Jerónimo — «a morte ceifa sem piedade em todas as classes, grandes e pequenos; mata familias inteiras, e deicha deshabitadas a maior parte das casas; as freguesias ficam quasi todas despovoadas».

Em Maio surge na Praia e a 21 é instalada ali a casa de saúde, que ficava na canada que ainda hoje tem este nome. A violência da doença foi tanta, que em poucos dias, só na freguesia da Matriz, matava para cima de 700 pessoas.

O movimento diário de mortos tomava tal vulto, que o vigário, o P.º Bartolomeu Cardoso d'Aguiar, lançava a 22 de Agosto no seu livro de óbitos, o termo comum que Drumond transcreve a pág. 708 do Vol. I dos seus «Annaes», no qual se diz que a peste começou em princípios de Maio em toda a ilha, e que os primeiros doentes naquela Vila foram em 19 do mesmo mês. Como morrera muita gente na casa de saúde, escrevia o vigário, não fôra possível fazer todos os registos, mas tinham-se em lembrança para o fazer depois — «principalmente os que fizeram testamento».

Por seu lado a Câmara da Vila de S. Sebastião, estabelecia um verdadeiro — cordão sanitario. A 17 de Maio deliberava — «para se evitar o contágio que tinha começado no dia 5 d'Abril (deve ser êrro tipográfico) e porque d'Angra procedera, determinavam pôr guardas

nos caminhos para que ninguem entrasse na Villa vindo daquela parte».

Passara-se o que se verifica sempre em tais casos. A doença caindo sôbre uma população virgem de epidemias, sem imunidades adquiridas, fizera em poucos meses formidáveis estragos.

Segundo Drumond, citando uma sentença a favor dos moradores da cidade, curaram-se por conta dela — «mais de 20 mil almas, das quais morreram mais de 5 mil». Em toda a ilha, segundo os seus dados, houve cerca de 7.000 pessoas mortas em 30.000 que adoeceram.

E ainda obedece aos dados epidemiológicos hoje conhecidos, aquela informação de que em Novembro rareavam os casos, e em 20 de Janeiro de 1600, dia do mártir S. Sebastião — «por não haver pessoa alguma que se curasse», foi levantada — «bandeira de saúde».

Mas que a epidemia estivesse completamente debelada em tão pouco tempo e com tão escassas providências, o facto é duvidoso.

Dava-se o fenómeno usual em tais casos; a população caindo em massa doente, durante aqueles 8 meses, pagára com a morte o seu tributo ao flagelo. Nos que restavam, vacinados pela doença, o virus do mal encontrava o campo imunizado e já não podia fazer estragos de maior.

Mas que não estava completamente extinta naquela data, prova-o ainda o aditamento que o mesmo vigário da Matriz da Praia, em 1 de Maio de 1601, fazia ao termo anteriormente lançado no seu livro dos mortos: — «finalmente em perto de dous annos que durou o mal da peste, de que Deus nos livre, o qual d'hoje em dia não é espedido de todo».

Eram as réplicas usuais em todos os movimentos epidémicos; subsistindo o agente do contágio, os casos rareavam, porque seriam muito poucas as pessoas que já não estavam vacinadas pela doença, que a tantos atingira.

O ano — do mal, estendera-se por mais dois, segundo o registava o vigário da Praia, e em Maio de 1601 ainda não era «espedido de todo»; outros casos deviam ir aparecendo.

Seria de facto estranho, que em Janeiro de 1600, a doença tivesse já acabado. Naqueles tempos, ignorados os preceitos profiláticos a adoptar, nenhuma das providências postas em prática, podia justificar o seu completo desaparecimento.

A razão fôra outra, puramente de ordem económica, como sempre se manifesta. Isso percebe-se do seguinte trecho de Drumond: — «Mui, grande foi esta calamidade, e maior se tornou, porque os moradores da cidade estavam privados do commercio com as ilhas debaixo, e com as freguesias dos montes donde lhe vinham as couzas necessarias para o sustento».

Apressavam-se as autoridades da cidade a dar por extinto o contágio, aproveitando a acalmia que se segue a estas grandes vagas epidémicas, pelos prejuizos do comércio e do sustento da população, que a doença já vinha produzindo.

E que ainda alguns casos esporádicos deviam ir aparecendo, depreende-se daquelas outras deliberações da Camara da Praia, em 19 de Abril e em 2 de Agosto de 1603, insistindo para que — «todo o barqueiro que trouxesse fardos de fazenda de bordo dos navios ancorados no porto daquela vila, os abrisse e ventilasse no areyal, segundo lhe fosse determinado pelos officiais de saude; e que depois os conduzisse á Alfandega, com pena de 50 cruzados e um anno de degredo».

A resolução, perfeitamente de acordo com a doutrina dos miasmas, visava de facto os caixotes de fazenda, como veículo portador da doença. A tradição recolhida pelo P.º Jerónimo encontra a sua razão naquela deliberação da Camara da Praia.

Não obstante a transcrição, Drumond não faz qualquer referência a uma tal proveniência. Na sua época, já a teoria dos miasmas ia sofrendo forte descrédito, e até parece mostrar certo empenho em dar-lhe mais uma prova em contrário, quando escreve: — o mal «não procedeu da corrupção dos ares, porque alguns logares houveram onde elle não tocou, nem ainda mais levemente, como foi no logar que por esta cauza se chamou o Posto Santo, nem dentro da Agoalva».

À sua critica e à sua observação, era inaceitavel que o miasma levado pelos ares, dando a volta a uma ilha tão pequena, podesse deixar incólume, quasi por capricho, dois tão diminutos lugares, que ficavam bem próximos de todos os outros por onde a epidemia se alastrara.

Se Maldonado participava da ideia antiga, nesse ponto ele discordava, afirmando a sua personalidade de cronista e de homem da sua época.

O P.e Jerónimo, mais crédulo, aceitara mais facilmente o que

corria na tradição oral, até aquela inverosimil ocorrência de ter caído logo morto, o homem que abrira a arca e fôra o primeiro a aspirar o miasma encaixotado.

O episódio a ter-se dado, absolutamente inexplicavel pela razão alegada, só pode encontrar motivo noutras causas intrinsecas ao próprio individuo; um *ictus* apoplético ou sincopal, puramente ocasional, é a explicação que hoje se lhe pode dar.

Nem mesmo nos casos mais graves da doença, nas formas chamadas fulminantes, uma tal rapidez se podia verificar. Há que dar tempo a que a moléstia se instale e possa minar os orgãos vitais essenciais.

Tambem se não pode aceitar que a epidemia alastrasse logo. A marcha da doença, começando em Abril e atingindo em Julho e Agosto, o seu maior incremento, traduz a verdade da sua propagação. Era o período necessário para a sua incubação e desenvolvimento, nos primeiros individuos que depois a disseminariam.

O episódio daquela morte fulminante, que muito bem se podia ter dado, mas por outros motivos, satisfazia mais facilmente à credulidade simplista daqueles tempos e fôra ela a melhor explicação para a «corrupção dos ares», que Drumond já não aceitava.

A deliberação da Camara de Angra, mandando queimar a casa da rua da Esperança, onde o acidente se dera, fa-lo com esse fundamento, e o horror àquele recinto era tal, que segundo J. J. Pinheiro, nas suas «Epocas memoraveis», ainda em 1828, sendo oferecida a sua venda por 100\$000 rs., não houve quem a quizesse comprar e ficou sempre em ruinas, como moradia repudiada — «até à hora da edificação do theatro».

OS SINTOMAS DA DOENÇA

Sôbre eles, é ainda Drumond, quem nos dá algumas indicações. Na sua argúcia de investigador, na sua exigência de documentação e de prova, é ele o único que os refere.

Penso que os tenha ido colher ao «L.º da fundação do convento dos Capuchos» do M.º Fr. Diogo das Chagas, que cita numa das suas notas.

Percebe-se, na referência que lhe faz, que de lá colheria infor-

mações da doença e os merecidos louvores àqueles dois beneméritos frades franciscanos, Fr. Pedro dos Santos e Fr. Jorge de Saphara, que serviram de enfermeiros na casa de saúde, aos portões de S. Bento. Mas se foi dêste precioso manuscrito, dele não há conhecimento por onde se possa colher qualquer outra informação.

Da descrição de Drumond, fica-nos apenas, que começava com — «ardentissimos symptomas, de que procediam em poucas horas uma mostras d'antrazes ou carbunculos, a que por ultimo se lhes applicou o remedio de serem sarjadas» — «desta forma, ainda que tarde, escaparam muitas pessoas, que foram as ultimas em que deu o mal». E citando Maldonado, dá-nos a informação complementar, da doença começar com espirros e com eles se «acabar a vida».

Nesta concisão e escassez de sintomas, o que refere, tem ainda um apreciavel valor. Dos descritos pelos tratadistas, Drumond trazia-nos conhecimento dos principais, e só isso seria bastante para firmar os seus créditos de conceituado cronista.

— Grandes calafrios e altíssimas temperaturas; fenómenos conjestivos da faringe; manifestações pulmonares de bronquite; complicações graves de pneumonia; gangrenas de zonas da pele, no tronco e nas extremidades; ulcerações das manchas petequiais; acessos de erisipela; — é o quadro apresentado em todos os livros que tratam do tifo exantemático.

Os escassos dizeres de Drumond, encontram inteira sobreposição nestes dados.

As altas temperaturas com que a doença se manifesta, são aqueles ardentissimos symptomas; os espirros, a consequência da inflamação faringea estendida pelo cavum à mucosa do nariz.

O espirro é tão conhecido como fenómeno vulgar das simples constipações e tão insignificante como manifestação, que não figura como sinal importante nos quadros sintomáticos de qualquer doença. Até é trivial. Drumond referindo-o em nota ao texto, parece mostrar que não lhe atribuia tambem a importância que lhe dava o P.º Maldonado.

Contudo, alguma coisa de exagerado ou característico, devia existir naquela manifestação esternutatória.

Havia um velho professor do nosso Liceu, que ha mais de 40 anos ensinou sucessivas gerações, que lembrava o costume, muito

usado na ilha, do — Dominus tecum e pr'ós Anginhos — quando um adulto ou criança espirra, como uma recordação da peste.

Alguma coisa ficara na tradição popular, mantida até ao velho professor, que chegava a contar episódios de mortes com caracter de tal fulminância, espirrando nas ruas, que só dava tempo aos eclesiásticos para aquela recomendação a Deus.

Quem conta um conto acrescenta um ponto. O costume popular ainda hoje notado, não é privativo da ilha; por outras partes se usa tambem, até com as mesmas razões de origem, o que parece indicar que o espirro era sintoma muito conhecido para determinadas pestes. Aquela recomendação ao Senhor talvez fôsse mais um pedido de auxilio divino, para aligeirar um mal que ia começar, do que própriamente uma súplica por quem morria.

Os antrazes ou carbunculos, seriam as ulcerações e as placas de gangrena, tão frequentes na doença, pelas — «alterações dos vasos sanguineos, formando embolias e tromboses que ulceram depois, dando origem a pustulas»,— as quais aparecem nas manchas hemorrágicas ou petequiais do exantema; as ventosas sarjadas o melhor modo de combater as complicações pulmonares.

Na reduzida sintomatologia revelada por Drumond, podem-se encontrar satisfatórias analogias para o diagnóstico retrospectivo do *Tifo exantematico* ou *Tabardilho*, como sendo a epidemia de 1599.

Supõe-se que era ela tambem a peste que grassava no continente em 1598, a que os cronistas chamam a *peste pequena*.

Não escapara o caso à prespicácia e ilustração de António Correia da Fonseca, que viveu na época de tão tremenda calamidade e com ela identificou a doença que causara a morte de Alexandre do Canto.

A PROVENIÊNCIA DA DOENÇA

A peste dada como proveniente da India, num caixote de fazendas, podia ter sido recebida do continente. O mistério daquela origem oriental, coadunava-se melhor à grandeza dos seus malefícios.

Não sei até que ponto iriam os conhecimentos de Drumond, sôbre os grandes flagelos das pestes que assolaram o país nos séculos XV e XVI, mas é de notar que omite qualquer referência à procedência da doenca.

A tradição oral do seu tempo devia conservar a que pouco antes recolhera o P.º Jerónimo, mas ele nem o refere e só invoca Maldonado, que a dizia diferente da que grassara nos anos anteriores em Portugal, por causa dos espirros. Afigura-se-me que esta explicação só serve para confirmar a existência duma afirmativa ou suspeita, então correntes, de que era igual.

O que hoje se pode prezumir é que o parasita humano que transmite a doença — o piolho — podia muito facilmente ser transportado à ilha, trazido do continente, por pessoas ou mercadorias desta proveniência. Mas é mais crível a primeira hipótese para a vitalidade do parasita transmissor do que a segunda, e muito menor a probabilidade de ter vindo numa longa travessia do oriente.

Está averiguado que os parasitas só podem transmitir a doença 5 dias depois de ingerirem sangue doente, mas ficam infecciosos durante muito tempo; alojados nas roupas dos indivíduos, ainda o podem fazer algumas semanas depois.

Em compensação sabe-se também que a sua resistência à fome e ao calor, é pequena. É por isso que os vemos abandonarem os doentes com febres altas. Só de sangue se alimenta e sem ele morre ao fim de dois días, quando faz calor, podendo durar cêrca de dez quando a temperatura do meio fôr baixa.

É de concluir que em qualquer dos casos, estes dados do seu habitat levam a afastar a hipótese, do transporte à ilha, do parasita infectado, ter sido efectuado num caixote de fazendas. Sem alimento, no porão dum navio, onde a temperatura é sempre elevada, não podia resistir muíto tempo. A duração da própria viagem, mesmo a partir de Lisboa, iria além das suas possibilidades de vida.

Excluída a hipótese do agente da epidemia ser trazido juntamente com mercadorias, resta sómente a possibilidade de o ser por pessoas vindas dum meio infectado, e esse seria o continente português, onde no ano anterior, grassava a chamada peste pequena.

Assim o pensavam tambem os padres da Companhia de Jesus, residentes aqui, porque encontro no Vol. XIV do «Archivo dos Açores», sôbre este assunto, uma referência muito importante.

Na tradução da parte que se refere às ilhas, da obra que descreve

a acção da Companhia no nosso país, intitulada — Sinopsis Anna-lium Societatis Jesu in Lusitania — e que foi escrita em latim pelo P.e António Franco, a peste de 1599 é dada como proveniente de Lisboa.

Nenhum dos cronistas terceirenses refere esta opinião e esta obra; creio que uma e outra seriam ignoradas de todos.

Nessa publicação, que abrange os anos de 1540 a 1725 e foi impressa em Augsburgo, em 1726, constando dela existir um exemplar na biblioteca do nosso Liceu, na parte relativa ao da peste, tem um capítulo com este título — «Peste e fome nas ilhas. Sacrificio do p. Francisco Fernandes» — que diz o seguinte:

- 17. A peste que então grassou em Lisboa, foi trazida para Angra pela gente de uma nau. O p. Francisco Fernandes, natural de Trancozo, coadjutor espiritual, foi, a instancias de muitos, encarregado de ouvir de confissão os atacados. Os outros permaneciam no colegio por ordem do reitor, administrando os sacramentos no templo, acudindo-se tambem com esmolas aos desamparados a quem a fome afligia. O p. Francisco Fernandes morreu de peste a 30 de Agosto, deixando após de si, entre os insulanos, fama de santidade.
- 28. Havendo tambem grande fome em Angra e não sendo permitido andarem pedindo de porta em porta, distribuiu o colegio todo o seu trigo pelos pobres, não lhe ficando mais do que dois alqueires de portas a dentro. Valeu-lhes Deus nesta extrema necessidade pois um cidadão rico foi ao reitor e ofereceu-lhe todo o trigo necessario.

Alem da formal indicação de que a peste viera de Lisboa, uma outra curiosa informação nos vem trazer o relato dos jesuitas. É que os pobres foram proíbidos de pedir de porta em porta, e isso diz-nos que já alguma suspeita devia haver sôbre a propagação ser feita pelos indivíduos e não pelos ares contaminados.

E se assim foi, já os médicos e autoridades da ilha, tinham captado uma conclusão, que a ciência demonstrou estar certa.

A explicação que outros queiram encontrar, da medida ser tomada, para obstar a que morressem pelas ruas, tão fulminantemente, que só dava tempo à recomendação divina do — Dominus tecum, — como

contava o velho mestre, não tem possibilidades de crédito. O tifo exantemático é tão de amarrar à cama, que não permitiria a deambulação dos pedintes atacados, nem mata tão de repente.

Ainda a seguir, sob o n.º 29, conta-nos mais o referido relato, que no mesmo ano, entre os mendigos e gente necessitada da ilha de S. Miguel, apareceu uma «erisipela perniciosa» e para que não degenerasse em peste, um dos sacerdotes do colégio dali, de combinação com o governador da cidade, tomou providências de tratamento e visitas aos doentes com o médico e o cirurgião, — «extinguindo-se a epidemia dentro de 8 dias».

Seriam casos da mesma doença, propagada de uma ilha à outra? Aquela designação de «erisipela perniciosa», é uma indicação que concorda com a suspeição, e até certo ponto se pode explicar que a doença não alastrasse mais, pelas providências tomadas, que nos levam a pensar já algum isolamento fôra adoptado, pela experiência e pela lembrança dos malefícios que a peste de 1523 a 1531, tinha feito naquela ilha, como adeante analisaremos.

A doença entrou na Terceira e podia entrar em S. Miguel, como em qualquer outra parte onde faltem os preceitos de limpeza, que são na sua maior simplicidade os dois grandes postulados da profilaxia da doença: — sem piolhos não há tifo exantemático; — um doente despiolhado torna-se absolutamente inócuo.

Mas é de salientar que nos registos dos jesuitas desta ilha, relativos a 1599, publicados pelo P.e António Franco, estava apontado que a peste viera de Lisboa, trazida para Angra — «pela gente de uma nau».

Os padres da Companhia tiravam uma conclusão que a ciência epidemiológica havia de confirmar depois como sendo a verdadeira. As doenças são, em geral, transportadas pelos indivíduos.

Não estaria no seu conhecimento que o parasita — piolho — era o transmissor da doença, mas pela sua observação e estudo do caso, já concluiam, que fôra a gente da nau, quem trouxera a peste de Lisboa.

Com pouco mais, a teoria dos miasmas, naquela data, teria sido debelada pela previsão científica dos jesuitas de Angra.

EFEITOS DA DOENÇA

Admira-nos bastante, que ignorados os preceitos essenciais de defesa, na formidavel eclosão da epidemia desta ilha, aqueles dois beneméritos frades franciscanos que trataram os enfermos, tívessem escapado ao contágio.

Com menos probabilidades, em funções de confessor, fôra atingido por um dos parasitas infectados e baqueara, o P.e jesuita Francisco Fernandes. A sátira popular, conhecendo a facilidade de se ser atingido por hospede tão desagradavel, até diz que ele tem azas.

Não é pequeno o número de médicos e enfermeiros, que tem pago com a vida a assistência a tais doentes. Conta-se que numa epidemia, em Paris, todo o pessoal hospitalar foi atingido, e que na guerra da Crimeia, a mortalidade dos médicos militares foi de 12,88 °/o, sendo nos restantes oficiais apenas de 0,47 °/o.

Se era esta a doença, os beneméritos frades escaparam por milagre, porque para esta e também para todas as outras epidemias, eram ainda completamente desconhecidos os preceitos de defesa a pôr em prática.

Mas para a nossa afirmativa, da peste de 1599 ser o tifo exantemático, estão ainda de acordo os dados estatísticos.

Para os epidemiologistas, a mortalidade é de 15 a 30 °/₀. Na primeira guerra mundial, 1914-18, no exército alemão, em Wilna, foi de 32 °/₀; na população de 11 °/₀. Na Polónia, país assolado por tremendas epidemias desta doença, a percentagem dos mortos, por aquela época, variou entre 22 °/₀ para os judeus e 31 °/₀ para os cristãos.

Nos dados indicados para esta ilha, — 7.000 mortos em 30.000 doentes, tem-se a percentagem de 23 °/_o. As razões da suspeição ainda aqui se sobrepõem.

Mas dizem todos os tratadistas, que o tifo exantemático — «toca fulminante e sinistro as populações e os exércitos debilitados pela guerra e pela fome», e por isso é tambem conhecido pelo tifo da fome, tifo dos exércitos e tifo da guerra.

Haveria razões locais que o justificassem?

Os dados que nos deixaram os cronistas são em seu desfavor.

A guerra com a investida castelhana, fôra de pouca duração e já findara havia mais de uma dezena de anos. Por outro lado, não se

colhem nas crónicas da ilha, elementos que levem a filiar a devastação feita pela epidemia, numa precária situação alimentar.

A fome que menciona o relato dos jesuitas, atraz mencionado, era apenas restrita à cidade de Angra e proveniente das condições criadas pela própria epidemia. Originara-a, ocasionalmente, a falta de comunicações «com as freguesias dos montes» como o refere Drumond, tanto, que o Colégio da Companhia, foi rapidamente reposto do trigo que cedera, pela generosidade do cidadão rico que a crónica menciona.

A doença eclodira com aquela violência, pela receptividade própria duma população, que se conservava virgem de invasões pestilenciais.

A gente era saudavel, diz o Dr. Alfredo Sampaio; até 1585, havia na ilha um só médico. Morria-se de velho.

Drumond enaltece as condições saudaveis da ilha, citando alguns macróbios em épocas próximas, um até com 112 anos na sua vila de S. Sebastião.

É certo que ele caracteriza 6 anos atraz, o de 1593, como o—da fome, e diz que foi tanta a escassez, que o alqueire de trigo se vendeu a 320 rs. e por fim a 400 rs.—«morrendo à fome muitas pessoas». Mas diz-nos tambem que nos anos seguintes sucedeu — «uma copiosa abundancia», tanta, e tão falha então no continente, que El Rei determinou, em 19 de Junho de 1596, que se embarcasse todo o trigo que houvesse nas ilhas, — «excepto o dos exames».

As 3 Camaras reunindo-se e estabelecendo o preço usual de 120 rs. o alqueire, dão a indicação da fartura existente. A carne de vaca vendia-se a 10 rs. o arratel e a de porco a 14 rs.

Havia uma evidente abundância; continuavam-se a fazer os bodos do Espirito Santo, onde, como hoje, se comia e bebia à farta. Se em 1597, dois anos antes da peste, foram proíbidos por alvará real, a razão tinha motivo, segundo Drumond, não na escassez, mas — «pelas desordens que nestes dias se promoviam originadas dos excessos de mesa», em que participava a população e os soldados da milicia castelhana, que se tocavam de vinho e provocavam tumultos.

Não fôra uma carência alimentar que provocara aquela receptividade especial à doença.

OUTRAS EPIDEMIAS NA TERCEIRA

Se a peste de 1599 deixou na crónica local referência muito especial, pelo caracter de generalização que teve e pelas mortes que ocasionou, algumas outras eclosões epidémicas são ainda registadas, em épocas posteriores, pelos que escreveram sôbre os episódios da ilha.

De todas elas se encontra a enumeração no capítulo — Topographia medica da ilha Terceira — do livro do Dr. Alfredo Sampaio, e tambem Drumond, nos seus «Annais», as menciona nas respectivas datas. Nenhuma, porém, atinge a violência da de 1599. Ficam mais circunscritas, por vezes são simples manchas locais com preferência nas vilas da Praia e S. Sebastião.

Interessaria saber se nas vizinhanças da data daquela epidemia, se caracterizava qualquer ressurgimento de doença que a fizesse lembrar, mas nesse ponto, Drumond, ao dar-nos conta da que aparece em S. Sebastião, em 1643, nada consegue colher que a possa identificar.

Diz apenas — *parece que houve alguma quadra de molestias contagiosas na villa de S. Sebastião, pois consta do livro dos obitos da egreja matriz que desde 6 de abril até 7 de maio deste anno de 1643, varios mortos d'um e outro sexo foram sepultados na egreja principal, e ermidas filiaes» e porque no mesmo lívro encontrou — *uma lacuna de 5 mezes, em que se não fez assento algum; o que nos induz a suppor que tantos seriam os mortos, que o parocho não teria tempo de escrever os termos dos obitos.»

Mas a razão podia ser outra como o diz a seguir — «se não fez algum rol avulso, que se descaminharia do livro, pelo pouco empenho de se conservarem tais monumentos». Seria então uma questão de desleixo, levantando, sem fundamento de monta, uma suspeita epidémica, que a durar 5 meses devia dar mais que falar.

Passa-se isto 44 anos depois da grande epidemia; não é de aceitar que se podessem ir mantendo parasitas infectados para a tão longo prazo fazerem reacender a doença. Nem o facto da Vila de S. Sebastião parecer mais poupada no auge da epidemia, por ter tomado as providências do cordão sanitário, levantado este em Janeiro de 1600, se pode explicar que retardasse tantos anos uma nova entrada da doença.

Se alguma epidemia houve, puramente local, restricta à freguesia, é mais aceitavel que fosse doutra natureza — inquinação de poços ou propagação pelas moscas. A susceptibilidade da população ao contágio da peste de 1599, até certo ponto prevenida pelo benefício do cordão sanitário, mais facilmente se explicava a seguir, quando ainda existiriam agentes de propagação de fresca data, do que passados tantos anos, para o que seria preciso cultivar parasitas a capricho.

Embora não seja de aceitar que os casos de doença tivessem desaparecido completamente, ao ser dada por extinta a grande epidemia, passados só 8 meses, a distância das datas é tanta, que seria fantasia julgar entre elas uma cadeia de doentes e parasitas para perseverança do mal.

Até a hipótese que formulamos sôbre a natureza da epidemia de 1599, nos traz auxilio de valor para a possibilidade da sua completa extinção durante um tão longo periodo. A defesa pelas imunizações adquiridas, a falta de novos doentes e a morte dos parasitas infectados, por limite natural de vida ou usuais meios de exterminação, mais tarde ou mais cedo acabariam com a doença.

Assim se compreende que ela não ficasse endémica, o que é ainda uma forte razão para a classificar como tifo exantemático. De facto não consta, que casos suspeitos de tal doença aparecessem posteriormente na ilha.

Muito menos se pode considerar qualquer relação entre a peste de 1599 e a autêntica *peste bubónica* que apareceu na ilha em 1908. Apenas o nome comum podia levar a pensa-lo.

Esta última propaga-se e transmite-se por tal modo, que seria inconcebivel admitir, estivesse acantonada na ilha 3 séculos, sem se manifestar, passadas já tantas gerações sôbre aquela que guardava a defesa da primeira imunização.

A peste de 1908 eclodiu com a violência e os efeitos próprios a uma população que ainda não sofrera os seus malefícios.

De resto, o seu modo de propagação é tal e tão dificil de anular, que ainda passados 38 anos, se apercebem alguns casos. Seria impossivel que ela se podesse manter oculta durante tão longo período, entretendo-se apenas na episootia dos ratos.

Para ela assentaram as repartições oficiais, que viera do Porto, onde, em 1899, ou seja 9 anos antes, aparecera a peste bubónica.

Desta vez poude-se então afirmar que ela veio com as mercadorias daquela proveniência, não sob a forma de miasma encaixotado, mas na esperteza dum ratinho, que ao saltar em terra contaminhou os da ilha e fez com que a epidemia se manifestasse, ao mesmo tempo, em pontos opostos da sua população.

Se a rapidez da dessiminação, podia fazer lembrar a peste de 1599, a possibilidade explica-se pela ligeireza e multiplicidade dos agentes que a propagam. Se a extinsão do tifo exantemático, encontra facil sucesso na maior limpeza dos individuos, a dificuldade torna-se quasi insuperavel na peste bubónica, pela impossibilidade de extinguir os ratos que a transportam.

De modo algum se pode admitir que a peste de 1599 fôsse a peste bubónica.

A PESTE DE S. MIGUEL DE 1523 A 1531

Não seria descabido, procurar qualquer analogia ou correlação, entre a peste da Terceira de 1599, e a que lavrou em S. Miguel durante aqueles anos.

As comunicações relativamente próximas e usuais entre as duas ilhas, podiam, é certo, dar margem ao transporte do contágio, mas entre o terminar de uma e o eclodir da outra, interpõem-se 68 anos, tempo bastante para se excluir uma tal possibilidade.

Sôbre a natureza da epidemia micaelense, é muito escasso o pormenor descritivo de Gaspar Fructuoso, único que encontramos, donde se possa colher qualquer indicativo de sintomas.

Do que se contem no cap. LXXV do L.º IV das «Saudades da Terra», conclue-se que já em 1521 as Camaras da ilha tomavam providências para — «que não se recolhesse cousa impedida», por a peste — «andar iscada» em outras terras que tínham comércio com ela, principalmente a Madeira. E é desta ilha que de facto atribue a sua proveniência, vinda tambem numa caixa — «a qual esteve fechada na vila de Ponta Delgada 2 anos», abrindo-se em 1523, data em que a peste começou.

É certo que na Madeira, por 1521, lavrava tambem uma grande doença de contágio, e a ela se refere Gaspar Fructuoso no cap. XXXV

do L.º II das «Saudades da Terra», onde causava «grande mortindade», que ha anos «andaua na cidade», durando até 1538, motivo porque foi padroeiro o Apostolo Sanctiago menor.

No continente português, pela mesma data, outra havia, chamada — a modorra — que hoje se supõe fôsse a encefalite letárgica, da qual faleceu o rei D. Manuel.

Mas sendo mais aceitavel que a epidemia viesse da Madeira, não seria explicavel aquela demora de 2 anos, se outra «cousa impedida» não houve alem do tal caixote, para lhe atribuir tão plausivel proveniência.

Um miasma, como então se pensava, quietamente encaixotado durante aquele tempo, é hipótese que hoje se não aceita.

Admite-se que o agente transmissor de certas doenças, possa vir nas mercadorias dum caixote, mas está mais demonstrado, que o seu portador, é usualmente um ser humano.

Para a primeira hipótese, seria justamente o piolho, o parasita transmissor do tifo exantemático, o que melhor se acomodaria àquele modo de transporte, mas ainda com esta impossibilidade, poder viver todo aquele tempo sem alimento. Hoje está provado que as epidemias se deslocam com os individuos e por eles são dessiminadas. Ainda a única que se afasta é a verdadeira peste, mas tambem o seu propagador — o rato — não se sujeitaria a viver em tais condições, tão longo tempo, roendo as fazendas e não o caixote para se escapulir.

Existindo na Madeira uma peste idêntica, é lógica a conclusão que dela proviesse o mal micaelense, dadas as relações marítimas que existiam, mas para as duas ilhas, ou então da primeira para a segunda, não se pode excluir tambem a possibilidade dela ser trazida do norte de Africa, por algum daqueles escravos mouros, que em certa quantidade e tão facilmente se adquiriam por esses tempos.

A grande fome que havia por aquelas paragens, sempre condição da sua eclosão, barateara de tal modo os escravos, que se comprava um rapaz por «duzentos rs.» ou seja o equivalente a uma ceira de figos ou um alqueire de cevada, como o conta o próprio autor.

Mas ha um facto, mencionado por Gaspar Fructuoso, que tem uma alta importância para a suposta etiologia da peste micaelense e consequentemente para a da Madeira, donde era proveniente. É quando nos diz que a propagação à Vila da Ribeira Grande, foi levada de Ponta

Delgada numa manta, onde depois adoece a primeira pessoa que nela se embrulha para dormir.

Segundo os conhecimentos actuais, o mal iria com o parasita transmissor da doença, que nela foi transportado, e melhor explicação se não pode encontrar para caracterizar o agente — o piolho — e a doença — o tifo exantemático —, hipótese que ainda se ajusta à nossa suposição, por ser frequente entre as populações do norte de Africa.

De resto, o arrastado da epidemia, durante 9 anos, segundo Fructuoso, algumas vezes cessando, outras tornando «a picar», o que levava o povo a dizer — «já se acabou a peste, já tornou a peste», são dados que enquadram no tipo epidemiológico daquela doença, que parece não fez em S. Miguel tão graves estragos como aqui, pelas rigorosas providências que foram tomadas, isolando com tal severidade as povoações atacadas, que até deu origem a tumultos e movimentos colectivos de rebeldia.

O cordão sanitário estabelecido, — bandeiras de limitação, — fôra de facto tão eficaz, que só 3 anos depois, em 1526, a epidemia apareceu na vila da Ribeira Grande, e em mais parte alguma da ilha ela se manifestou.

S. Sebastião, cuja ermida se transformou depois na grandiosa Matriz de Ponta Delgada, ficou para o povo da cidade o padroeiro e advogado daquela peste.

Dos poucos dados estatísticos que cita Fructuoso, — 170 mortos naquela Vila, de Fevereiro a Março, ou segundo outros, de 94 doentes, 63 faleceram e 31 escaparam, deduz-se a enorme mortalidade de 67 º/o. o que é percentagem não atingida em nenhuma das suas eclosões conhecidas.

Depreende-se, contudo, que na tradição popular colhida pelo autor das «Saudades da Terra», devia ter ficado uma certa confusão de números. Na falta de registos que o possam provar, colheu a informação do que se dizia.

Para uns, em Ponta Delgada morreram 2.000 pessoas; para outros sómente 1.000. O total dos mortos nas duas vilas e na subversão de Vila Franca, pelo terramoto do ano anterior, 1522, para outros ainda, teria atingido ao todo 5.000 pessoas.

Seja como fôr, a realidade dum flagelo pestilencial, parecido com

o que nos tocou em 1599, já anteriormente, de 1523 a 1531, alastrara os seus malefícios pelas duas principais vilas micaelenses, e é razoavel pensar que seriam ambos da mesma natureza, embora a sua proveniência fôsse diferente. Ora, é justamente o tifo exantemático, a doença que melhor se coaduna com o modo de entrada, propagação, duração e extinção de tipos epidemiológicos, como os que encontramos relatados para as duas ilhas.

Falta-nos contudo para a de S. Miguel, como para a da Madeira, indicativos de sintomas por onde melhor conclusão se podesse tirar.

Naqueles tempos, e em especial para um cronista de formação sacerdotal como o Dr. Gaspar Fructuoso, as calamidades humanas eram movidas por castigos do céu. Os sofrimentos da alma preponderavam sôbre os padecimentos do corpo, e dêstes, que tanto importaria conhecer na epidemia micaelense, nada colhe e nada diz, por onde se possa formar uma opinião retrospectiva sôbre a sua natureza.

Nascendo o autor das «Saudades da Terra» em 1522, decerto privou com muita gente do tempo da epidemia, bem viva ainda na recordação de todos, entre os quais, os próprios pais, que residiam na Ribeira Grande. Mas, nem um único síntoma nos deixa na narração.

Do que nos conta, só realça a parte de mais aparência — o abandono da vila pela população, o destelhamento das casas para arejar os «maus ares», e o que de mais sugestivo perdurava na tradição fantasista do povo, como a revelação feita ao vaqueiro anunciando a epidemia, a bicha que encontraria, «com a boca aberta a ele», figurando a peste, e aquele exagerado crescimento do ervaçal que enchia as ruas e casas da Ribeira Grande, quando os moradores, um ano depois, voltavam às suas residências, — tantas ervas e tão crescidas, que nelas não podiam entrar, sendo preciso que o gado as viesse comer e destruir, andando em muitos lugares — «com a barba no ar e não aparecia entre elas».

Aquele contágio pela manta, é o que fica como elemento presuntivo da epidemia de S. Miguel ser tambem o tifo exantemático.

A EXTINÇÃO DA EPIDEMIA

Não se pode acreditar que a peste da Terceira se extinguisse com o último doente da grande vaga epidémica, quando pela Camara de Angra foi levantada a bandeira de saúde em Janeiro de 1600.

As deliberações já citadas da Camara da Praia, dão-nos indicativos de que alguns casos se manifestavam de tempos a tempos. Não é crivel que tivessem morrido todos os agentes de contágio.

A epidemia foi vencida, como todas o são, pagando-se à morte o ributo dos contagiados falecidos e guardando a imunidade os que conseguiram escapar. Éstes, vacinados pela doença, não eram receptores nem transmissores do mal.

Na escassa população daqueles tempos, 30.000 doentes, toma foros de hecatombe, mas também nos diria que poucos indivíduos teriam escapado à doença.

Penso que este número deve estar muito exagerado. Naquela data a população da Ilha não devia atingir uma tal cifra.

Um mapa estatístico da Ilha Terceira, referido a 1841, elaborado pelo delegado de saúde Dr. Nicolau Caetano Bettencourt Pitta, e publicado no n.º 318 do «Angrense», mostra que neste ano havia na Ilha 8.759 fogos com 39.332 habitantes, pondo-lhe em nota esta informação — «apesar da muita gente que annualmente tem emigrado para o Império do Brazil, apresenta em vista dos Mapas Estatísticos d'estes 3 annos passados um aumento de 1.879 habitantes».

A estarem certos estes números, não se pode aceitar que nos dois séculos e meio que medeiam entre as duas datas, 1599 e 1841, a população da Ilha tivesse sómente um tão pequeno acréscimo, como igualmente se não pode acreditar que toda a gente nela existente tivesse adoecido naquele tempo.

Aquele exagerado número de doentes, que o cronista calcula, dá um indicativo da violência do flagelo, mas não traduz a realidade de registos, nem mesmo dos mortos, como se conclue pelo que escreveu o vigário da Praia, no livro paroquial da Matriz, fazendo-as duma assentada para todos.

Mesmo que em 1599 a população andasse à roda de 30.000 habitantes, em 1841, ou sejam 242 anos depois, se o seu acréscimo ainda fôsse reduzido para um quinto do verificado naquele período de

3 anos, pelo delegado de saúde, devia haver na Ilha para cima de 60.000 pessoas. Na data actual pouco vai além de 50.000.

Não obstante parecer exagerado, tanto o quantitativo da população como o número de óbitos, aumentados assim ambos os termos em proporção, a percentagem encontrada deve ser aproximadamente a mesma. Mas, se na Praia, onde a epidemia foi intensa, morreram 700 pessoas, ainda fica para os restantes povoados, a apreciavel parcela de 6.300 mortos, que faltam para completar a conta dos 7.000, indicados pelo cronista.

Torna-se legitimo fazer um reparo: — se na cidade, pouco maior que a Praia, naqueles tempos, e com todas as outras freguesias somadas, a mortalidade pela epidemia podia atingir uma tal cifra em relação ao que seria a pequena população da ilha!

Os números devem estar crescidos para ambos os lados, mas se levantam esta confusão, tambem não ficam dúvidas sôbre o que devia ter sido a intensidade da epidemia.

O moço Alexandre do Canto, indicado no manuscrito genealógico da casa do morgado Barcelos, como tendo falecido de *Tabardilho*, surgiu-nos como um indicativo para esta caracterização epidémica que pretendemos reconstituir. Mas se morreu daquela doença, é porque ela persistiu na ilha mais tempo do que relatam as crónicas.

A data da sua morte tornava-se assim um elemento de alto valor, e é isso que vamos deduzir em face dos elementos e documentos que existem.

Era o primeiro filho de Manuel do Canto e Castro e de D. Antónia da Silva, portanto o herdeiro da casa daquele poderoso morgado, segundo os dados daquele livro. Mas, ao procurar confronto nas indicações dos outros autores de genealogias, encontro algumas divergências.

O P.º Maldonado não o menciona no original da Fenix Angrence que possue o sr. João Carvalhal do Canto Brum. Francisco Coelho Machado, autor do Livro Genealogico, diz que morreu sem filhos e inclue-o em terceiro lugar na descendência.

Na cópia da *Fenix*, de Ernesto do Canto, verifico que está em segundo lugar com os seguintes dizeres — «morreu solteiro e foi mais velho», tendo em entrelinha a nota — 16 anos — escrita pelo próprio punho de Ernesto do Canto.

Na discordância que assim se levanta, a progenitura de Alexandre do Canto tanto pode ser afirmada como negada. Contudo, a favor da que lhe é dada pelo livro da casa do morgado Barcelos, outras confirmações vamos encontrar na «Historia Insulana» do P.º Cordeiro, com os mesmos dizeres — «morreu sem filhos», e no «Nobiliario da Ilha Terceira», do Sr. Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), último que escreveu sôbre genealogias, com esta informação — faleceu com 18 anos.

Mas, sôbre todos, é terminante o que diz Fr. Diogo das Chagas, a pag. 186, na cópia do sr. Dr. Valadão Junior, que a seguir reproduzimos textualmente, pela valiosa elucidação que vem trazer ao assunto, não só na minudência com que a ele se refere, como por se revelar íntimo da casa e ter tambem vivido na data da ocorrência.

Manoel do Canto de Castro cazou com D. Antonia f.ª de Ruy Dias de San Payo, e de sua pr.ª m.er D. Fran.ºª donde nasceu Alexandre do Canto, q̃. foi a flor de todos seus filhos, e por tal o levou Deos p.ª si em idade de dezasseis annos, q̃. eu tenho por morrer virgem pello q̃. delle conheci. E assim creyo q̃. hiria sua alma direita ao Ceo porq̃. não lhe vi fazer vida p.ª menos, alguns tempos q̃. com elle habitei, e in verbo sacerdotis posso affirmar q̃. o tive, e tenho por Santo, de cuja vida pudera eu escrever couzas q̃. bem o mostraram, mas por não divertir o intento, e parecer q̃. fasso chronica os passo.

Se não deixa de nos surpreender o silêncio de Fr. Diogo das Chagas, coetâneo da epidemia, sôbre a causa da morte, já parece estranho que a um rapaz de 16 anos, se possam atribuir tão especiais privilégios, como os que relata o venerando e condoído cronista. Mas, se no trecho transparece uma profunda emotividade e um saudoso sentimento de pesar pela morte de tão jovem moço, naturalmente justificado pelo convívio que acusa, tão piedoso elogio não deixa de transparecer uma homenagem ao prestígio da poderosa casa dos Cantos e um suave lenitivo para o desgosto dos pais, tão fortemente abalados pela perda do filho primogénito.

Mas é para uma outra conclusão, que nos importa o esclareci-

mento daquela idade, irrecusavelmente certa ao convívio acusado por Fr. Diogo das Chagas.

Sem nos indicar a data da morte, a concludente informação de Alexandre do Canto ter falecido com 16 anos, diz-nos que a morte não coincide com a data da grande vaga epidémica, mas sim posteriormente, á roda de 1610.

Se o pai, Manoel do Canto de Castro, casou em 1593, como o indica o citado «Nobiliario da Ilha Terceira», o primeiro filho, nascendo logo um ano depois, 1594, completaria os 16 anos nas visinhanças de 1610.

A sua morte pelo *Tabardilho*, segundo a afirmativa que atribuo a António Correia da Fonseca, está ainda dentro das possibilidades epidemiológicas.

Não é de acreditar que naqueles tempos, as medidas adoptadas tivessem extinguido completamente todas as fontes de propagação e contágio. Alguns casos mais leves da doença, como sempre sucede depois das grandes epidemias, iriam aparecendo de tempos a tempos, recultivando a virulência.

Desconhecia-se aquela essencial simplicidade do despiolhamento para evitar a desseminação do mal, como tambem não é de aceitar, que ao findar a grande vaga epidémica, tivesse morrido o último parasita infectado.

A grande massa de adultos da população da ilha, estava defendida pela imunização adquirida, tendo sofrido a doença, mas não o estaria a gente que chegara depois e a gente que nascia. Assim sucederia com o jovem Alexandre do Canto, poupado no auge da epidemia e naturalmente atingido depois por um desses parasitas, sem mesmo para o explicar, cingindo-me ao que diz Fr. Diogo das Chagas, tenha de pôr em dúvida a pureza virginal do rapaz, ou precise pensar em contactos de suspeição, por onde mais facilmente o podesse receber.

Nem desprimoroso seria, naqueles tempos de tão precária higiene, ir colher nas cabeleiras dos fidalgos, um hospede tão usual; na criadagem muito menos.

O que hoje é considerado repelente, naqueles tempos era trivial As cabeças mais ou menos criadeiras, era, e ainda hoje é, explicação natural para a maior ou menor quantidade existente.

Um século depois, até se criou um grupo de serviçais especializados para resolver o problema — as catadeiras — quando aquela hospedagem principiou a ser deselegante, e ainda ha pouco êste uso se não apagara de todo nos costumes populares e na credulidade da criação espontânea, catando-se as mulheres nos balcões das casas, olhando quem passa enquanto descansam.

Não eram só os pobres, os hospedeiros dos irritantes bichinhos; não o esquecia a malidicência do povo, vingando-se com esta quadra satírica:

A pulga mais o piolho, São da mesma geração; O piolho é do fidalgo, A pulga pertence ao cão.

Não seria portanto a vergonha da origem, que levara os cronistas a ocultar a causa da morte.

Mas o Tabardilho era uma doença da miséria e tão repugnante, que os pobres doentes cheiram a podridão. Da sua etimologia latina — tabes e ardens, ficara na península hispânica o horror do seu significado, — febre que se desenvolve com corrupção do corpo.

Desconhecida na ilha ou ocultada na crónica local, pela injúria de a todos ter tocado—«grandes e pequenos»,— fica-nos a afirmativa de António Correia da Fonseca, como melhor indicativo para o seu diagnóstico retrospectivo, com o qual concorda a relação de sintomas que Drumond soube encontrar e nos apresenta, em valioso apoio para se poder sustentar a afirmativa.

Passados já 10 anos sôbre os malefícios da vaga epidémica que assolou a ilha, a morte do jovem Alexandre do Canto podia de facto ser originada por outra doença. Contudo, aquela afirmativa é um indicativo formal e guarda todas as possibilidades epidemiológicas, para 7 anos depois ainda poder ser um caso de doença, que em 1601, segundo o vigário da Matriz da Praia, não era — «espedido de todo»,— e em 1603 ainda obrigava a providências de cautela pela Camara da mesma Vila.

A peste de S. Miguel durara 8 anos; a da Madeira 17. Seria privilégio muito especial, que a da Terceira durasse só 8 meses. A indicação que encontramos no manuscrito da casa do morgado Barcelos e que atribuimos, na sua origem, àquele autor, afigura-se-nos digna de todo o crédito.

Ele era licenciado e das mais ilustres familias da ilha. Não é de aceitar que escrevesse aquela palavra, se para os seus conhecimentos de homem de letras, ela não caracterizasse a natureza da doença que correra toda a ilha, vivendo ele nessa época.

Nem tambem seria admissivel que outras razões o levassem a atribuir aquele chorado moço de 16 anos, herdeiro do poderoso morgado dos Cantos, como causa da sua morte, uma doença que recordava na ilha tantas desgraças e luto em todos os lares.

Da análise dos elementos de apreciação que se encontram, o que se pode concluir, é que das pestes insulares referidas, a da Ilha Terceira, em 1599, devia ser o — *Tifo exantemático*.

O BISPO

D. Fr. Manuel Nicolau d'Almeida preso por hereje ou por político?...

É uma figura de Bispo que, apezar dos seus notáveis dotes intelectuais, se tornou menos simpática nos Açores, pelo seu caracter rude, exaltação política e menos respeitosa atitude para com a Doutrina da Igreja e os direitos do Pontífice Romano.

Torna-se suspeito o elogio que, nomeadamente por estes ultimos motivos, lhe fizeram os Liberais, entre os quais, Rodrigues da Costa, que diz: (1)

— «Este Prelado, que tão intima e curiosa partilha teve nos acontecimentos políticos de 1821, que neles prolongou contra Stokler a luta que já travara no campo das reformas literárias, este Bispo é, pelo ardimento das suas ideias liberais, pela notavel erudição que possuia, pelo arrojo emfim com que, no 1.º quartel deste século se atreveu a combater desassombrada e lealmente o poder temporal do Papa, é uma das figuras mais nobres e elevadas do Episcopado Português. As suas «Cartas»

^{(1) «}Memória Histórica e Biográfica do C.º José Maria Pacheco d'Aguiar». (Lisboa, 1877).

dum amigo sobre indulgencias» (Lisboa, 1822, ofic. de Simão Tadheu Ferreira) publicadas em 1822 e que lhe valeram a prisão em Lisboa, escripto que, lido com avidez, ateia o santo fogo da redempção moral e política que então ia fervorosamente lavrando no espirito e no coração dos herois de 1828 (°), a energia com que repeliu a epístola em que, pelo seu proprio punho, o Pontifice lhe dirigiu conselhos e admoestações, indicados pelo vigor de propaganda tão corajosa quão prejudicial á S.ta Sé, o seu discurso sobre eleições parlamentares, pronunciado na Sé d'Angra em 29 de julho de 1821, são, entre outros, os traços gerais, mas suficientemente característicos, para colocar o homem celebre e infeliz que não chegou a ver triumfante a causa por que, com tanta hombridade se sacrificara».

Veremos quão exagerados e despropositados são estes elogios, filhos da paixão liberalista que movia a pena deste ilustre escritor.

DADOS BIOGRÁFICOS

Nasceu D. Fr. Manuel Nicolau d'Almeida em Vila Franca de Xira, a 25 de Dezembro de 1761. Professou no Instituto dos Carmelitas Descalços, a 22 de Novembro de 1779 e formou-se em Teologia, na Universidade de Coimbra, em 1790.

Foi reitor do Colégio da sua Ordem em Coimbra e leccionou Rétórica, Poética, História e Filosofia no Colégio das Artes. Foi depois, Professor de Teologia no Funchal.

Conforme a praxe antiga de serem escolhidos para Bispos, principalmente desta Diocese d'Angra, homens salientes no meio intelectual, a 3 de Maio de 1819, foi ele eleito Bispo d'Angra, confirmado a 29 de Maio do ano seguinte e sagrado a 3 de Agôsto desse ano de 1820.

Tomou posse da Diocese, por procuração passada ao Arcediago

^{(&#}x27;) Que influência poderia ter sobre o regime constitucional e α politica liberal, um tratado sobre indulgencias ? ! .

Felix José Ferreira, a 18 de Agôsto daquele ano, vindo para a Diocese no mês de Novembro seguinte.

Fortunato d'Almeida (') diz que D. M. Nicolau d'Almeida «fez parte do Govêrno Provisório organizado na Ilha Terceira, por ordem de El-Rei, D. João VI, que demitiu o general Stokler, e que o seu procedimento por essa ocasião valeu-lhe ser preso e enviado para Lisboa, em 25 de Maio de 1821, juntamente com o general Stokler».

Não é inteiramente exacta esta informação.

Quando o general Araujo fez a revolta de 2 de Abril de 1821, no Castelo de S. João Baptista, oficiou de facto ao Bispo, convidando-o a fazer parte do Govêrno Provisório; mas ele não aceitou o convite, nem compareceu na Camara, onde foi proclamada a Junta Provisória do Supremo Governo das Ilhas dos Açores. Ali, apenas foi lida uma carta dele, escusando-se da comparência. Ficou, todavia, no Governo, «sem pasta» como se diria hoje, acompanhando e auxiliando toda a actividade de Araujo.

A prova está em ele ter ido para o Castelo à célebre reunião em que Araujo pretendia, a toda a pressa, que fosse lavrada e assinada a ordem «de pronto embarque» do general Stokler, pois que já lhe constava da generalizada fermentação doutra revolta a favor daquele General como realmente se deu.

Eis como narra o facto uma testemunha contemporanea, pois era então cadete de Infantaria, João José de Betencourt e Avila, numas cartas deixadas a seu filho, o Cons.º Dr. José Betencourt da Silveira e Avila: (2)

«Araujo e os seus, que já estavam quasi certos duma proxima queda, procuraram levar o Bispo, que então era D. Fr. Manuel Nicolau d'Almeida; não sei que meios empregaram para o conduzir ao Castelo, mas é certo que para lá foi.

Pelas 10 horas da noite do dia... (3) foram os oficiais ás
 Companhias e observaram que quasi tudo estava fardado e com

⁽¹⁾ História da Igreja em Portugal, tomo IV, parte IV, pág. 33.

⁽²⁾ Vid. Boletim do I. H. T. II vol.

⁽³⁾ Devia ser o dia 3 de Abril, pois a ele se refere Stokler, na sua proclamação de 9 do dito mês.

o correame, deitados sobre as enxergas. Os oficiais arengaram-lhes e conseguiram eles despirem-se e deitarem-se.

*Araujo, sabendo isto, consultaram que bom seria ir cada Companhia, por sua vez, desarmada, para beijarem o anel ao Bispo; suponho que isto era para, com o respeito de S. Ex.a, os soldados acalmarem; porém, esta deliberação produziu efeito contrario, porque, dando-se a ordem á 1.ª Companhia de Infantaria para irem beijar a mão de S. Ex.a, isto ás 11 horas da noite, divulgou-se logo que era pretexto para facilmente os ir matando; isto, sem mais reflexões, foi acreditado e, com a rapidez do raio, sairam logo os dois batalhões armados para a praça do Castelo, dando vivas ao sr. D. João VI e ao general Stokler; e, fazendo um fogo activo de fusil e duas peças de campanha, que tinham postado em frente do Palacio do Castelo, aonde estavam Araujo, Bispo, muitos Oficiais, paisanos e até muitas senhoras do General e dos Oficiais.

•O projecto dos soldados era abater o Palácio em cima de quantos ali estavam.

«Araujo, nestes lances, pede ao Bispo que aparecesse á tropa, para a acalmar com o seu respeito; mas o Bispo, que não queria morrer mártir, recusou-se. Araujo pega em dois castiçais e diz: — «vamos acabar com isto» — chega á janela e, poucos instantes depois, cai morto duma bala, se não foi de mais.

«Os soldados que o viram cair, ficaram satisfeitos; deixam de fazer fogo e correm ao Palácio, aonde fizeram os maiores insultos ao corpo de Araujo. Deixaram sair o Bispo, prendem todos os constitucionais que acham no Castelo, soltam os realistas que estavam presos e pretendem depois matar os constitucionais que já estavam presos. Os oficiais realistas empregam todos os esforços para conter os soldados, o que a custo conseguiram».

D. Manuel Nicolau d'Almeida não foi preso aqui em Angra pelos revoltosos do 3 de Abril; mas, pela parte que tomou no movimento de 2 de Abril, foi chamado a Lisboa, com urgencia, por Sua Majestade,

como ele mesmo diz em carta enviada ao Cabido: — «...sendo-me indispensavel dar a devida execução ao Real Decreto por que S. Majestade foi servido ordenar que me retirasse desta para a cidade de Lisboa e, sendo, em tais circunstancias, impossivel exercer por mim mesmo, neste Bispado, a ordinária Jurisdição, enquanto durar a minha ausencia, resolvia nomear e efectivamente nomeava, por uma Portaria sua, em data do presente dia, por todo o tempo em que estivesse ausente, Governador do Bispado, ao revd.º Deão José Maria de Betencourt Vasconcelos e Lemos, o que participava ao Ill.mo Cabido, para sua inteligencia e devido cumprimento da dita Portaria» (¹).

Da acta desta sessão capitular, em que foi apresentada a referida carta, consta mais: que o Cabido hesitou se S. Ex.ª Rev.ma podia ou não nomear Governador do Bispado, por não constar da carta a causa e o modo de tal chamamento a Lisboa!

Deliberou o Cabido tratar do assunto em sessão do dia seguinte, com a presença de todos os capitulares.

Nessa sessão, resolveram não ser necessario apresentar-se-lhes o Diploma régio daquela chamada e contentaram-se com a participação feita pelo Prelado.

Ficamos assim sem saber ao certo a razão da urgente chamada a Lisboa de D. Fr. M. Nicolau d'Almeida; mas a data deste acontecimento e a sindicancia a que tambem devia ser sujeito pelo Desembargador Queilhas, levam-nos a crer que houvesse sido por ter tomado parte na revolta militar do general Araujo, a quem o Bispo sempre acompanhou, e para em Lisboa ficar preso, como esteve algum tempo, em Camarate, à ordem do Governo.

Com certeza que esta chamada e esta prisão não foram por causa da publicação das suas *Cartas de um amigo*, como afirma o sr. Rodrigues da Costa no citado opúsculo, pois que essas «Cartas» foram publicadas em 1822.

Drumond diz que: — «em 13 de abril de 1822, recebeu a Camara d'Angra uma participação do Governo interino, avisando-o de que vinha a bordo da corveta — «Voador» — o Desembargador José F. Giraldes Queilhas, sindicar dos procedimentos do ex-general Stokler,

⁽⁴⁾ Da Acta da Sessão Capitular de 19 de Setembro de 1821.

do Bispo e do Governador do Castelo, Caetano Paulo Xavier, os quais, por efeito da devassa a que se procedera, foram denunciados e foram presos para Lisboa» (1). Embarcara na fragata «Pérola». E, em nota, diz Drumond (2): «Já Stokler estava em Lisboa e tambem o Bispo, que já estava preso».

Apezar disto, Drumond diz mais adiante, a páginas 36: ...D. Fr. Manuel Nicolau d'Almeida, que em Lisboa fôra preso em rasão dos seus escritos e de algumas parcialidades.!

Em abono dos seus sentimentos liberais, e com o fim de se obter a sua libertação, que pouco depois lhe foi dada, foram impressos em Lisboa, em fins de 1821, três atestados da sua conducta, subscritos pelos oficiais da Camara, pelo Clero e pela Junta Provisória do Governo em Angra.

Foi pois preso e posto em liberdade, antes da publicação do seu opúsculo sobre as Indulgências.

HEREJE? ..

Não o chegou a ser; porque, embora afirmasse com contumácia doutrina errónea, não atacou propriamente qualquer dogma da Doutrina Católica.

Foi um «temerário na fé», como classificam os Teologos aqueles que contrariam a Doutrina comum da Igreja.

Nas suas Cartas de um amigo a outro sobre as Indulgencias, negava ele que a Igreja tivesse poder de sufragar as almas do Purgatório, por meio das indulgencias que os vivos podem ganhar com essa intenção.

Tais asserções mereceram reparos e censuras de muita gente autorizada. O notável Bispo de Vizeu, D. F.ºº Alexandre Lobo, ignorando quem fosse o autor do opúsculo, que aparecera sob anonimato, depois de notar que tais afirmações pecavam por falta de circunspecção e resguardo, dizendo que podiam servir de tropeço e de escandalo aos fieis, termina assim:

⁽¹⁾ Annaes da I. Terceira -- IV, pág. 31.

⁽²⁾ Annaes da I. Terceira — IV, pág. 31.

Resumindo, por outros termos este papel muito largo, não para o que a matéria pede, mas para o que merece o livro, o meu parecer é que, ainda que no dogma não haja aqui desvio, se eu fosse o autor, não publicava pela Imprensa o opúsculo: e, se fosse da minha competencia, tolhera que ele se reimprimisse ou que se imprimissem as cartas que promete, sem ser tudo bem limado e reformado de maneira que, nem para as pessoas graves ficasse reparavel, nem ficasse perigoso para as de outra condição. (D. F.º Alex. Lobo — Obras — tomo I, 391-403).

Em 1823, com o titulo — Tratado das Indulgencias, — D. M. Nicolau d'Almeida publicou uma resposta à critica do Bispo de Viseu e à reprovação dada à doutrina das suas «Cartas» por um grupo de frades a quem fôra cometida a sua análise. Mas a sua defesa, publicada então sem anonimato, não satisfez, porque continuava a defender um erro (1).

Só no supracitado opúsculo do sr. Rodrigues da Costa encontramos a noticia de este Prelado d'Angra haver combatido o Poder Temporal do Papa. Não temos provas em contrário, nem isso nos custa a crer, pela atitude que tomou àcerca da doutrina das indulgencias, pela sua pertinácia no erro depois da carta que lhe enviou o Pontifice com paternais avisos e ainda porque essa era a opinião corrente dentro do liberalismo. Igual pensar manifestou o Bispo de Viseu, D. A. Alves Martins (²).

OS SEUS ULTIMOS DOIS ANOS

Em 1823, estando ele ainda em Lisboa, foi este Prelado apresentado pelo Governo para Bispo de Bragança, ao mesmo tempo que era indigitado para o substituir em Angra, D. Fr. José Maria de Sant'Ana de Noronha.

⁽¹⁾ Canaes de Figueiredo, referindo-se a este Prelado, afirma: «antes tivesse empregado o seu talento em cousas mais uteis á Igreja, que tão mal serviu».

⁽²⁾ Vide «O Poder Temporal do Papa», por João J. d'Almeida Braga (1870).

Mas a S.ta Sé não aceitou estas propostas, em razão da atitude e da doutrina errónea expandida por D. M. Nicolau d'Almeida.

Em 1824 voltou pois à Diocese; mas não veiu directamente para Angra, como quasi todos afirmam, ficou em Ponta Delgada, donde enviou ao Cabido alguns Oficios e Provisões.

Num desses Oficios, de Maio de 1824, ordenava: — «que a Mesa Capitular fizesse celebrar um solene Te-Deum, em acção de graças a Deus N. Senhor, por ter sido servido livrar El-Rei e a Familia Real e todo o Reino dos horrorosos males que sobre todos nós estiveram eminentes.» — Mandava outrosim «que este Te-Deum seja acompanhado de todo o Clero, com 3 dias de luminárias, praticando-se o mesmo em todas as Ilhas deste Bispado, á excepção da de S. Miguel, onde Sua Ex.a, por ora, se achava residindo».

A acta da sessão capitular em que este Ofício foi apresentado, de 21 de Maio de 1824, diz: — «Sua Ex.ª Rev.mª não expressa quais fossem estes males; mas vulgarmente consta, até por gazetas e papeis públicos, ser por mal vada conspiração».

A 16 de Julho de 1825, residindo já em Angra, enviou ao Cabido uma Provisão na qual, — «por razão das suas actuais moléstias, nomeava o Cabido Governador interino do Bispado, a quem conferia toda a jurisdição ordinária e igualmente aquela que lhe fôra delegada por S. Santidade Pio VII, reservando a si, só o poder de dar demissórias para a sagrada Ordenação» (1).

Na sessão capitular de 17 de Agosto do mesmo ano, era apresentada a notícia de que Sua Ex.ª ia retirar para o Continente, com licença régia que já chegara; e foi deliberado que — «sendo a ausência de Sua Ex.ª Rev.ma de mais de ano, era de certo violento á Mesa Capitular o continuar no Governo do Bispado, pelos inconvenientes que se ponderaram; e que se representasse a Sua Ex.ª a remoção dos poderes ordinário e delegado que lhe transmitiu, para uma

⁽¹⁾ Este Bispo, tendo sucedido a D. Fr. Alexandre da Sacra-Familia que por doença não pôde fazer ordenação alguma, só ordenou 3 sacerdotes, recusando se a ordenar os outros candidatos, sob a alegação de que não tinham a ciência necessária. Tambem se recusou sempre a celebrar de Pontifical na Sé, preferindo nesses dias prégar.

pessoa que fosse mais do seu agrado» — proposta esta que foi aprovada por 7 votos e regeitada por 2.

Logo no dia 20 do mesmo mês, chegou um Ofício do Prelado, participando que não aceitava a demissão apresentada pelo Cabido, em virtude do acordam da sessão do dia 17 e que, no rev. do Deão, como Presidente do Cabido, delegava todos os poderes que lhe tinham sido concedidos por S. Santidade Pio VII, pelo tempo que durar a sua ausencia, como constaria duma Provisão daquela data de 20 de Agosto, que mandou registar no Livro dos Registos.

Na sessão Capitular de 17 de Novembro seguinte, foi declarada a vacancia da Diocese, por óbito de D. Fr. Manuel Nicolau d'Almeida, que falecera em Lisboa, a 11 de Outubro de 1825 e fora sepultado no Convento de N. Senhora do Carmo, no dia 12 (1).

Sucedeu-lhe o Bispo D. Fr. Estevam de Jesus Maria.

C.º Percira.

⁽¹) Fortunato d'Almeida dá erradamente, como data do falecimento deste Bispo, o dia 11 de Dezembro.

Na Sé há 2 retratos deste Prelado: — um maior na respectiva galeria e outro mais pequeno, há pouco encontrado na sacristia de S. Pedro ad Vincula.

RELAÇÕES

comerciais da Ilha Terceira com o Brasil no século XVII

A mais antiga noticia da ida de colonos açorianos para o Brasil refere-se ao ano de 1617 (sr. Dr. Paiva Boleo, *Filologia e História*, Coimbra, 1945, pág. 10) e é de admitir que daí por deante se iniciassem, ou pelo menos se intensificassem as relações comerciais directas do arquipélago com aquela então nossa colónia.

Diz Ferreira Drumond (Annais da Ilha Terceira, vol. II, pág. 98), ao tratar do ano de 1649, que a Ilha Terceira nesse ano e nos antecedentes passou por grande crise económica, e que as Camaras Municipais pediram ao Rei permissão para irem anualmente navios ao Brasil carregados com os frutos da terra, e voltarem com assucar e outros produtos brasileiros, o que foi autorizado, limitando-se o número de navios a três e a carga a 400 pipas de vinho e 2.000 arrobas de farinha (pág. 102 e 260).

Em 1670, D. Pedro, então Príncipe Regente, renovou a autorização mas reduziu a dois o número de navios que podiam ir anualmente sem terem de esperar pelo comboio tanto na ida como na volta, fora dos privilégios concedidos à Companhia de Comércio, e estabeleceu as normas a seguir na concessão da respectiva licença.

A essas relações comerciais se referem os documentos existentes no arquivo da Camara Municipal de Angra, que ora se publicam na integra por conterem noticias que igualmente importantes para a história do comércio em geral e das construções navais na Terceira.

Na cópia manteve-se a ortografia dos originais, regularisando-se, porém, o emprego do u e do v, desdobrando-se as abreviaturas e substituindo-se o til nas vogais u e e por m e n, em razão da falta de caracteres tipográficos.

Todos estes documentos constam do livro 4.º — registo de diplomas — do mencionado arquivo.

ASSENTO QUE FIZERAM AS CAMARAS DESTA ILHA

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seis centos cincoenta e dous, em seis dias de Novembro e nesta Camara da Villa de Sam Sebastiam da Ilha Terceira de Jesus Christo nosso senhor se ajuntaram os offeciaes das Camaras da muyto nobre e sempre leal Cidade de Angra e Villa da Praya e desta ditta Villa, para com a nobreza desta Ilha, na conformidade de seu antigo estilo, tratarem do bem comum, liberdades e izençoens consedidas e por sua Magestade que Deos guarde aprovadas e confirmadas: E logo se propos que em o primeiro dia deste mez fora a Corte o capitam Manoel da Camara impetrar se consignasse ao Castello os trinta mil cruzados de donativo com que estas Ilhas contribuem para a guerra das fronteiras, obrigadas de amor e lealdade que tem a sua Magestade sem reparo da mizeria e pobreza ser a mayor, assim por a guerra que fizeram aos Castelhanos he com morte de muytos reduzirem o Castello, como tambem por a esterilidade destes annos com que tem subido em excesso o preço dos mantimentos e o comercio estar quaze acabado por a proibição dos navios e não se navegarem para o Brazil as farinhas e vinhos, fruytos destas Ilhas, e por o referido esperam de sua Magestade e sua grandeza as alevie, e mande continuar o comercio para se nam despovoarem por a necessidade em que as vai reduzindo fls. 124 v.o

Este documento acha-se publicado na íntegra por Drumond nos Anais da Ilha Terceira, vol. II, pág. 336, extraído do arquivo da Camara Municipal da Praia.

CARTA DE 19 DE NOVEMBRO DE 1652

Juizes, vereadores e Procurador da camara da cidade de Angra, Eu El-Rey vos envio muito saudar. Tendo mandado considerar com a atensão que se requeria o que por vossa parte se me representou a cerca dos navios que pretendieis enviar todos os annos dessas Ilhas com vinhos e farinhas da terra em direitura ao Brazil, não obstante prohibir vos o a companhia geral do comercio, na forma das suas capitullações, e dezejando eu em tudo defferir a vossos particullares e favorecer os moradores das Ilhas no que ouver lugar, plo bem que sempre me servirão e espero o façam nas occasiões que se offerecerem: Resolvi, ouvidos primeiro os deputados da junta da mesma companhia com o vosso procurador assistente nesta corte, que sem embargo das capitullações appontadas possã navegar dessas Ilhas em tres navios cada anno, na derrota, dos portos das capitanias do Brazil que lhe forem mais comodos, quatro centas pipas de vinho e duas mil arrobas de farinha plo modo e maneira que os mesmos deputados e o vosso procurador se avierão, por papeis autenticos que nos devem remeter. De que me pareceo avisar vos pera o terdes entendido e nesta conformidade, plo que toca a essa Ilha e nas mais circumvizinhas a ella e de seu distritto, poderdes obrar daqui em diante; e para o que se ouver de executar no Brazil tenho mandado, pla via a que pertence, expedir as mais ordens que for necessario, escritta em Lisboa a 19 de novembro de 652. Rev. Para a Camara d'Angra, por El-Rey, dos juizes, vereadores, procurador da Camara da ditta cidade de Angra da Ilha Terceira.

Fis. 30.

CARTA DE 4 DE JUNHO DE 1670

Juizes, Vereadores e Procurador do conselho da Cidade de Angra. Eu, o Principe, vos envio muito saudar. Tendo respeito ao que por vossa parte se me representou em nome dos moradores desse povo e dos mais da ilha Terceira, em razão de huns e outros se acharem muy deminuidos em seus cabedaes por falta de comercio depois de se instituir a companhia geral, e suas frotas sómente correrem com a navegação dos assucares e mais fazendas que vem do Brazil, ficando por essa causa sem saida os mantimentos, que de antes era costume

embarcar se da ilha para aquelle estado e tornar o procedido delles emprego do com que esses moradores vivião mais abundantes, e tendo outrosy consideração ao que fui servido conceder, com os mesmos fundamentos, aos moradores da Ilha da Madeira, e dezejando, eu pello bem que me tendes servido nas ocasiões que se offerecerão, fazer vos a mesma graça, o houve por bem conceder vos que quada anno possais mandar dous navios carregados a qualquer dos portos do Brazil e tornarem a essa Ilha com o emprego fora do corpo das frotas, sem embargo da prohibição que ha para outros navios o poderem fazer, e das penas em que encorrerião os que o fizessem ou fizerem sem permissão minha. E para menos confuzão e não haver enleo nos dous navios que na forma referida despachardes para o Brazil quada anno, mandareis nelles certidão com toda a clareza necessaria ao Brazil, para nelle se mostrar aos offeciaes das Alfandegas de todos os portos onde costumão carregar assucares e mais fazendas que de lá vem empregadas, e disso se evitar o embaraço que do contrário poderia seguir-se escrita em Lisboa a coatro de junho de 1670. Principe. Para a Camara da Cidade de Angra // Primeira via // Por o Principe // ao Juiz, vereadores e Procurador do Conselho da Cidade de Angra.

Fls. 192.

Registro de como se ouve por naturalizado o navio S. Miguel para ser hum dos dous do privilegio e ir ao Brazil com os frutos da terra o anno de 1670.

Dizem o Capitão João Roiz Faleiro, Francisco Ribeiro da Costa e Francisco Saa moradores nesta cidade, e homens de negocio da praça della, que elles comprarão ao capitam João Diques, vezinho de Londres, a charrua que no porto desta mesma cidade está ancorada por nome S. Miguel de porte de mais de duzentas tonelladas, com doze pessas de artilheria e mais petrechos de guerra, como consta da escritura que offerecem, a qual compra fizerão em beneficio do serviço de S. A. e utilidade dos moradores desta ilha, para ser hum dos dous da licença que o Principe Nosso Senhor concedeo, a instancias deste Senado, para irem quada anno aos portos do Brazil, e levarem os frutos da terra, e voltarem a ella em qualquer tempo que estiverem aviados, sem esperarem pella companhia do comboyo: E para assi se conseguir convem que a ditta charrua se aja por natu-

ralizada, e se fassa acento no livro desta Camara, para ser daqui em deante tida por navio portuguez, e dos dous da licença e privilegio a esta ilha concedido; ... Pedem a V. M.cês mandem naturalizar a dittà charrua, e do acento e registro lhe passe o escrivão da Camara as certidões que forem necessarias para assi gozar do ditto privilegio E receberão Iustiça e mercê / Como pedem, vista a escritura junta, e se registara na forma do estilo para constar de como havemos por naturalizado o navio S. Miguel, que os supplicantes comprarão em beneficio dos moradores desta ilha. Em Camara trinta de julho seis sentos e setenta / Leal / Pretto / Cordeiro / E não continha mais a ditta petição e despacho a que me refiro, que fica em meu poder, e a escritura que com ella se prezentou entreguei aos supplicantes e constava ser continuada nas nottas de Ignacio de Moraes da Silveira Madruga, tabelliam dellas nesta mesma cidade; aos sete dias do mez de julho do anno prezente, e que a ditta charrua fora vendida aos supplicantes em preço de quatro mil cruzados, como largamente pareceu da ditta escritura a que outrosy me refiro, escrito em Angra aos nove de Agosto de mil seis sentos e setenta annos. Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara, o escrevi. Lourenco Roiz Teixeira.

Fls. 192.

Registro de como se ouve por naturalisado o navio por nome S. Joseph para ser hum dos dous do privilegio para ir ao Brazil com os frutos da terra no anno presente de 1670.

Dizem Francisco Ribeiro da Costa e Francisco de Passos Crasto e Pedro Gomes Peres, moradores nesta Cidade e homens de negocio da Praça della, que elles comprarão ao Capitão Pedro Fraueman, vezinho de Amsterdam, a charrua, que no porto desta mesma Cidade está ancorada, por nome São Joseph de porte cento e corenta tonelladas e com coatro pessas de artilheria e mais petrechos, como consta da escritura que offerecem, a qual compra fizerão em beneficio do serviço de S. A. e utilidade dos moradores desta ilha, para ser hum dos dous da licença que o Principe nosso senhor concedeo, a instancias do Senado, para irem quada anno aos portos do Brazil e levarem os

frutos da terra, e voltarem a ella em qualquer tempo em que estiverem aviados sem esperarem pella companhia do comboyo, e para assi se conseguir convem que a ditta charrua se aja por naturalizada e se faça acento no livro desta Camara, para ser daqui em diante tida por navio portuguez e dos dous da licença e privilegio a esta ilha concedido; Pedem a V. M.cês mandem naturalizar a ditta charrua, e do acento e registro lhe pace o escrivão da Camara as certidões que forem necessarias para assi gozar do ditto privilegio, e Receberão Justica e mercê / Concedemos por ora licença a este navio para que possa este anno ir ao Brazil e ser hum dos dous de privilegio, com condição que havendo outro mayor no anno seguinte, se admitirá e a este não valerá mais este privilegio, e nesta forma o havemos por naturalizado que se registrara como he estilo para constar desta licença / em Camara trinta de Julho de mil seis centos e setenta / Leal / Pretto / Cordeiro. E não consta mais da ditta petição e despacho a que me refiro, que fica em meu poder, e a escritura que com ella se prezentou entreguei aos suplicantes e dou fee ser continuada nas nottas de Manoel Gomes, taballião dellas nesta Cidade, aos vinte e coatro dias do mez de Julho do anno prezente, e que a ditta charrua fora vendida aos suplicantes em preço de seis centos mil reis, como largamente parecia da ditta escritura a que outrossi me refiro / escrito em Angra a nove de Agosto de mil seis centos e setenta annos. Lourenco Roiz Teixeira Escrivão da Camara o escrevi E leva a linha que diz corenta o sobreditto o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira,

Fis. 192 v.".

Registo de como se ouve por naturalizado o navio por nome Nossa Senhora das Neves e Almas, de que he Capitam e Senhorio Pedro Ribeiro da Costa, para ser hum dos dous do Privilegio concedido a esta Ilha Terceira e vir da Bahya o anno de 1671.

Diz Francisco Ribeiro da Costa morador nesta Cidade de Angra, que seu filho Pedro Ribeiro da Costa assistente na Bahya de Todos os Santos, que elle fabricou hum navio novo por nome Nossa Senhora das Neves e Almas, a qual fabrica procedeo de hum navio que elle

suplicante lhe remeteo o anno de seis centos e sessenta e sette felto na Prainha desta Cidade, de que foi João Correa, vizinho della, por mestre, e porque o ditto navio novo, que he de porte de mais de quatro centas caxas, he delle suplicante, do ditto seu filho, e por este modo fica sendo para o serviço dos moradores desta Ilha navegação do Brazil, e Sua Alteza, que Deus guarde, foi servido conceder aos dittos moradores, por suplica que lhe fes este Senado, licença para em cada anno irem dous navios ao Brazil e voltarem a esta Ilha carregados a todo o tempo que aviados estiverem, fora do corpo da Companhia de frota. E porque no anno seguinte de seis centos setenta e hum não ha propinquos dos naturaes desta terra dous navios para ocupar a ditta licença, e pode ser hum delles o ditto navio Nossa Senhora das Neves e Almas, de que he capitam, mestre e senhorio Pedro Ribeiro da Costa, e vir a esta Ilha carregado de assucares e mais frutos do Brazil, pello que: Pede a V. M.cês seijão servidos mandar matricular e naturalizar por desta Ilha, e nomeallo na licença do anno seguinte de seis centos setenta e hum mandando-lhe passar todos papeis necessarios para se aprezentar ao Governador Capitão General da Bahya e mais ministros de S. A. a que pertencer, e Receberá Mercê.

Admitimos o navio nomeado Nossa Senhora das Neves e Almas, de que he Capitam e Senhorio Pedro Ribeiro da Costa, por hum dos dous do privilegio que S. A. concedeu a esta Ilha para irem e voltarem do Brazil sem esperarem pella companhia do comboyo, visto ser de porte de coatro centas caxas, e o havermos por naturalisado para uzar deste privilegio o anno seguinte de seis centos setenta e hum, em que poderá vir do Brazil para esta Ilha, e para constar se registrará esta licença nos livros desta Camara, escrito nella a quinze de Outubro de mil seis centos e setenta. Lial / Coutinho / Castro / Pretto / Cordeiro / Soares / E não continha mais a ditta petição e despacho que fica em meu poder, a que me refiro / Em Angra da Ilha Terceira a vinte de Outubro de mil seis centos e setenta annos. Lourenço Roiz Teixeira Escrivão da Camara o escrevi / Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 193 v.o.

Registro de como se ouve por naturalizado o navio São Joseph para ser hum dos dous do privilegio e ir ao Brazil com os frutos da terra o anno de 1671.

Dizem Francisco Ribeiro da Costa, Francisco de Passos Crasto e Pedro Gomes Peres, senhorios do navio São Joseph de que he mestre Francisco Ferreira Chaves, vezinho desta Cidade, que com licença deste Senado foi o anno passado para a Bahya de Todos os Santos de onde voltou carregado de assucares e outras fazendas que descarregou nesta Ilha, e por que deixou muitos effeitos na Bahya delles supplicantes e mais moradores della, o querem tornar a mandar por via das Canarias, com carga de vinhos em lugar de trigo que agora leva para as dittas ilhas por não haver de prezente aqui generos sufficientes para poder levar ao Brazil e nas farinhas haver grande perda com que se impossibilitão voltar de todo carregado de assucares, e por que de prezente não ha outro navio de maior porte que de trezentas caxas, que he o sobreditto, matriculado já por hum dos da premissão que S. A. concedeo e fes mercê aos da mesma Ilha, como consta do registro do Senado, pelo que: Pedem a V. M.cês sejão servidos conceder-lhe licenca na forma sobreditta e mandar ao Escrivão deste Senado lhe passe as ordens necessarias para seguir o ditto navio S. Joseph, e nelle por mestre o mesmo Francisco Ferreira de Chaves, a viagem a Bahya neste anno de mil seis centos setenta e hum e Receberão Justiça e mercê / Concedemos licença ao navio São Joseph para que seja hum dos do privilegio deste anno prezente, na forma que os supplicantes pedem para o que se lhe passarão as ordens necessarias e se registrara esta licença e permissão / em Camara tres de Outubro de mil seis centos setenta e hum / Pamplona / Borges / Muniz / Concorda este treslado com o theor da ditta petição e despacho que fica em meu poder a que me refiro / em Angra da Ilha Terceira aos desouto dias do mes de Novembro de mil seis centos setenta e hum annos. Lourenço Roiz Teixeira Escrivão da Camara o escrevi. Lourenco Roiz Teixeira.

Fis. 201 v.°.

Registro de como se ouve por naturalizado o navio Nossa Senhora do Rozario e S. Francisco para ser hum dos dous do privilegio e ir ao Brazil com os frutos da terra este anno de 1671.

Dizem Jorge Dias de Saa e Francisco de Saa que elles, com licença deste Senado, mandarão a Amsterdão comprar hum navio, de porte de coatro centas caxas, para desta Ilha Terceira seguir viagem ao Brazil e ser hum dos dous da licença que o Principe Nosso Senhor concedeo, a beneficio dos moradores della, para irem cada anno aos portos do Brazil, levando os frutos da terra, e voltarem em qualquer tempo sem esperarem pella companhia do comboyo, e por V. M.cês lhe foi concedido que vindo neste prezente anno, gozaria nelle do ditto privilegio, e por quanto a ditta compra se effectuou com o capitam Adriam Dupon, vezinho de Amsterdão, o qual lhe fez venda da charrua nomeada Nossa Senhora do Rozario e S. Francisco de porte de cento e corenta lastres, com coatro pessas de artilheria e mais pertences, como consta da escritura, que de prezente está ancorada no porto desta cidade, de que he mestre Francisco Luiz Cachaço, e convem que V. M.cês mandem por seu despacho naturalisar a ditta charrua e fazer assento nos livros desta Camara para daqui em diante ser tida por navio portuguez e dos dous da licença e privilegio a esta Ilha concedido. Pedem a V. M.cês mandem naturalizar a ditta charrua e o Escrivão deste Senado lhe passe as certidões e ordens que forem necessarias para assi constar nos dittos portos do Brazil, e Receberão Justiça e mercê. / Admitimos a charrua nomeada Nossa Senhora do Rozario e S. Francisco por hum dos dous da licença e privilegio que S A concedeo a esta Ilha, e que gose delle o anno presente, para o qual effeito o havemos por naturalizado, e se registre nos livros da Camara e o Escrivão della pace do ditto registro as certidões necessarias / em Camara a catorze de Novembro de seis centos setenta e hum / Pamplona / Borges / Leite / Concorda este treslado com o theor da ditta petição e despacho, que fica em meu poder, a que me refiro / em Angra a desouto de Novembro de mil seis centos setenta e hum annos. Lourenço Roiz Teixeira Escrivão da Camara o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 202.

Registo de como se ouve por naturalisado o navio Nossa Senhora de Penha de França para ser hum dos dous do privilegio e ir ao Brazil o anno prezente de 1672.

Diz Francisco Ribeiro da Costa, homem de negocio da praça desta Cidade, que elle mandou comprar a Olanda por mão de Heronimo Nunes da Costa agente do Principe nosso Senhor huma nau para por sua conta, e mais interessados com elle, a mandarem navegar desta Ilha ao Brazil o qual com effeito seguio e comprou a nau nomeada, no tempo que era das Flandres, a Donzela Romana, como consta da escritura que offerece, a qual esta surta e ancorada no porto desta cidade e agora lhe tem posto a invocação de Nossa Senhora da Penha de França e nomeado para mestre Ioão Cordeiro Minhas Terras, vezinho desta ditta Cidade, e está carregando para o Brazil com os frutos destas Ilhas, para que figue sendo hum dos navios desta para fazer as taes viagens em beneficio dos moradores della ficando naturalisada, e outrossy se lhe conceda a licença no anno prezente de seis centos setenta e dous no privilegio e mercê que S. A. fes aos moradores desta Ilha de dous navios em cada anno para poderem ir ao Brazil e virem de lá, a todo o tempo que estiverem aviados, fora do corpo da frota e comboyo, pelo que Pede a V. M.cês sejão servidos conceder-lhe a ditta licença, visto ser nau de porte de seis centas caxas. e que lhe passem os papeis necessarios em modo que he estilo, e Receberá Mercê / Concedemos licença para o navio nomeado Nossa Senhora de Penha de França ser hum dos dous do privilegio do anno prezente e para esse effeito o havemos por naturalizado e o Escrivão desta Camara registre esta licença e passe as ordens necessarias / em Camara treze de Janeiro de seis centos setenta e dous / Betancor / Homem / Fonseca / Concorda este treslado com o theor da ditta petição e despacho, e fica em meu poder a que me refiro / em Angra aos catorze dias do mez de Janeiro de mil seis centos setenta e dous annos. Lourenço Roiz Teixeira Escrivão da Camara o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 203.

Registro da licença que se concedeu ao Pataxe Jesus Maria Joseph, mestre Francisco Henriques, para ser hum dos dous da licença e permissão para ir ao Brazil o anno presente de 1672.

Diz o Capitam Francisco Henriques, que o he do Pataxe Jesus Maria Joseph, que elle supplicante, com o favor de Deos, determina partir por fim deste mez de setembro para os Portos de Pernambuco com frutos desta Ilha Terceira, e com o intento de voltar a ella carregado de assucares e tabacos, e porque o ditto Pataxe he fabricado nesta Ilha, como a V. M.cês he notorio, Pede a V. M.cês lhe fassão mercê declarar que o ditto Pataxe he hum dos dous navios da permissão que Sua Alteza foi servido conceder no anno prezente a esta Ilha, e que nessa forma se lhe passem os traslados necessarios digo os despachos necessarios. E receberá mercê / Concedemos ao supplicante a licença que pede e admitimos este Pataxe a que goze do privilegio que Sua Alteza concedeu a esta Ilha o anno prezente, para cujo effeito se registrará e se passarão as ordens necessarias / em Camara a dezasete de setembro de seis centos setenta e dous / Betancurt / Silveira / Fonseca / Concorda este treslado com o theor da ditta petição e despacho, que fica em meu poder, a que me refiro / em Angra da Ilha Terceira a desasete de setembro de mil seis centos setenta e dous annos. Lourenco Roiz Teixeira, Escrivão da Camara o escrevi e assino, Lourenco Roiz Teixeira.

Fls. 204.

Registo da licença que se concedeu a hum navio para ser do privilegio este anno de 1673.

Dizem Remigio Nolette e Manoel Gomes moradores nesta Cidade, senhorios do navio nomeado Santa Elena que de prezente está no Recife de Pernambuco, aonde elles supplicantes e outros moradores desta ilha tem bastantes effeitos para carregar o ditto navio, que he de porte de duzentas e sincoenta caxas, que são procedidos das fazendas e frutos desta terra que ficarão por vender dos navios das licenças passadas, e porque he em beneficio delles supplicantes e mais pessoas interessadas, e juntamente de utilidade dos direitos reays da Alfandega

desta cidade, vir o ditto navio a esta Ilha, o que se pode conseguir dando-lhes V. M.cês licença para que seja hum dos dous do previlegio concedido, e que delle possa gozar o anno prezente em que ambas as licenças, por falta de navios, estão vagas: Pedem a V. M.cês sejão servidos conceder que o ditto navio gose do ditto privilegio o anno prezente, e para esse effeito se registe a ditta licença nos livros desta Camara, como he estilo, e o escrivão della lhe pace as certidões necessarias para que possa livremente partir do ditto Recife todas as vezes que estiver carregado fora do corpo da frota como pello ditto previlegio he concedido. E receberá Mercê. / Admitimos o navio nomeado nesta petição por hum dos dous da licença e privilegio que S. A. concedeo a esta ilha cada anno, e delle possa gozar o prezente anno, e para este effeito se registará esta licença e se lhe passarão as ordens necessarias / em Angra a dose de Agosto de mil seis centos sententa e tres / Betancurt / Silveira / Fonseca. E não continha mais a ditta petição e despacho que fica em meu poder, a que me refiro / em Angra da ilha Terceira a catorze de Agosto de mil seis centos setenta e tres annos. Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 209 v.o.

Registo da licença concedida ao Pataxe Jesus Maria Joseph, mestre Belchior Lopes, este anno de 1673.

Diz Belchior Lopes de Carvalho mestre que he do Pataxe Jesus Maria Joseph, que elle supplicante, com o favor de Deos, determina partir em meados de Outubro para os portos de Pernambuco com frutos desta ilha Terceira, e com intento de voltar a ella carregado de assucares e tabacos; E porque o ditto Pataxe he fabricado nesta ilha como a V. M.cês é notorio, Pede a V. M.cês lhe fassão merce declarar que o ditto Pataxe he hum dos dous navios de permissão que S. A. foi servido conceder no anno prezente a esta ilha, e que nesta forma se lhe pacem os despachos necessarios e Recebera Mercê / Admitimos o Pataxe nomeado Jesus Maria Joseph por hum dos dous do previlegio e licença concedida a este senado e que delle goze o anno prezente, e para esse effeito se registe esta licença e se lhe passem as ordens necessarias / em Camara 16 de Setembro de 1673 / Betancurt / Silveira / Fonsequa / Con-

corda este treslado com o theor da ditta petição e despacho, que está em meu poder, a que me refiro / em Angra da Ilha Terceira aos seis dias do mez de Outubro de mil seis centos setenta e tres annos. Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara, o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fis. 210 v.º.

À margem: — Este mesmo Pataxee o ditto mestre levou licença para o anno de 674 e lhe passey certidão em 11 de Outubro do ditto anno.

Registro de licença concedido ao navio nomeado S. Francisco Xavier para ser hum dos dous da licença e premição, que S. A. concedeo e que della goze o anno prezente e se ouve por naturalizado — anno de 674.

Diz Francisco Ribeiro da Costa, morador nesta cidade, homem de negocio da Praça della, que elle comprou ao Cappitam João Roos, vezinho de Amsterdão, o navio que no porto desta mesma cidade está ancorado, que tinha por nome Rey Salomão e agora tem por invocação S. Francisco Xavier, o qual he de porte de cento e trinta tonelladas. e a ditta compra a fes em beneficio do servico de S. A. e utilidade dos moradores desta ilha, para ser hum dos dous da licença que o Principe Nosso Senhor concedeo, a instancia deste Senado, para hirem cada anno aos portos do Brazil e levarem os frutos da terra e voltarem a ella em qualquer tempo que estiverem aviados sem esperarem pella companhia do comboyo, e para assy se conseguir convem que o ditto navio se aja por naturalizado e se faça acento no livro desta Camara para ser daqui em diante tido por navio portuguez e dos dous da licença e privilegio a esta ilha concedido / Pede a V. M.cês mandem naturalizar o ditto navio, e do acento e registro lhe pace o Escrivão da Camara as certidões que forem necessarias para assim gozar do ditto privilegio e R. M.cê - Admitimos o navio nomeado S. Francisco Xavier por hum dos dous da licença e permissão de S. A. concedida a esta ilha, e que delle goze o anno prezente, e o avemos por naturalizado e se registe nos livros da Camara e se pace delle as ordens necessarias / em Camara seis de outubro de seis centos setenta e

coatro / Silveira / Homem / Fonseca / e não continha mais a ditta petição e despacho ao que della que fica em meu poder / a que me refiro / em Angra da Ilha Terceira aos onze dias do mez de outubro de mil seis centos setenta e coatro annos / Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara o escrevi e me assinei — Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 212 v.°.

De como se admitio á licença do anno de 675 o navio Nossa Senhora da Esperança e S. Antonio, mestre André Pires da Fonseca digo Belchior Lopes de Carvalho.

Diz Guilherme Fiche, morador nesta cidade, mestre e dono que he do Patache por nome Nossa Senhora da Esperança e Santo Antonio, de porte de duzentas caxas, que fabricou novo nesta dítta cidade, para beneficio e serviço de S. A. e utilidade dos moradores desta ilha, para ser hum dos dous da licença que o Principe nosso senhor concedeo, a instancias deste Senado, para hirem cada anno ao Brazil e levarem os frutos da terra, e voltarem a ella em qualquer tempo que estiverem aviados, sem esperarem por companhia do comboyo e para assim se conseguir: Pede a V. M.cês lhe concedão a ditta licença deste presente anno de seis centos setenta e cinco, por ser hum dos dous navios della por quanto o quer por a carga para Pernambuco, no que R. M. / Admitimos o navio nomeado nesta petição que seija hum dos dous da licença e permissão, que S. A. concedeo e della goze este prezente anno, e para o ditto effeito se registe esta licença e se lhe passem as ordens necessarias / em Camara outo de junho de mil seis centos setenta e sinco / Betancor / Silveira / Fonseca, e não continha mais a ditta petição e despacho que fica em meu poder, a que me refiro, e passei certidão / eu Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara, o escrevi. / Lourenco Roiz Teixeira.

Fls. 216.

De como se concedeo e admitio por navio da licença para o anno de 676 ao nomeado Santa Catherina de que he mestre João Gonçalves Lima.

Diz Diogo Stone, mercador e morador nesta cidade, que elle comprou hum navio que ao prezente está no porto desta cidade, com intento de o mandar ao Brazil com varias drogas assim da terra como de fora della, só a fim de augmentar o negócio desta Praça e vir alguma utilidade á terra, o que não poderá conseguir elle supplicante sem por V. M.cês lhe ser concedida huma das licenças que tem esta Camara, e porque sabe que as do prezente anno estão dadas a outras pessoas desta ilha; Pede a V. M.cês lhe concedão huma das licenças do anno vindouro para este seu navio por nome Sancta Catherina, e de que ha de ser mestre João Gonçalves Lyma, para que com ella possa preparar milhor sua viagem, no que Receberá Mercê / Admitimos o navio que o supplicante pede para que goze do privilegio concedido o anno de seis centos setenta e seis, e para este effeito se registara a seu tempo esta concessão e se lhe passarão as ordens necessarias / em Camara, trinta e hum de Agosto de seis centos setenta e sinco / Vasconcellos / Homem / Pamplona / Souza / Concorda com o theor da ditta petição e despacho, que fica em meu poder, a que me refiro / em Angra a 16 de Outubro de 675. Lourenço Roiz Teixeira Escrivão da Camara o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 222.

De como se admitio por navio da licença para o anno de 676, a nau nomeada Corpo Santo e Almas, mestre Belchior Lopes de Carvalho.

Diz Francisco Ribeiro da Costa, homem de negocio da Praça desta cidade, por sy e mais prasseiros da metade da nau invocada Corpo Santo e Almas, e como procurador de Gaspar Varnegue, senhorio da outra metade da referida nau, de que he Cappitão Francisco Ribeiro da Costa, o mosso, e mestre Belchior Lopes de Carvalho, vezinhos desta ilha, em virtude da ordem que do sobredito Gaspar Varnegue tem para que se informe e a elle supplicante e as outras pessoas moradoras desta ilha a quem a ditta nau pertence, a encar-

tarem no privilegio que S. A. foi servido conceder a este Senado de dous navios poderem ir ao Estado do Brazil, e delle voltarem, fora do corpo da frota, a todo o tempo que estiverem aviados, e porque de prezente elle supplicante e outros moradores da terra comprarão para este effeito a metade da ditta nau, a qual tem prompta para mandarem á Bahya de Todos os Santos, carregada dos frutos destas ilhas para voltar a descarregar a esta os assucares e mais fazendas que trouxer, o que he em grande beneficio do comercio desta ilha por ser a nau de porte de mais de trezentas toneladas / Pedem a V. M.cês sejão servidos nomear a ditta nau Corpo Santo e Almas na licença deste anno de mil seis centos setenta e seis e mandar ao escrivão deste Senado lhe passe os papeis necessarios na forma do estilo, e Receberão Mercê / Damos licença aos supplicantes na forma que pedem, e admitimos o navio nomeado a que seja hum dos dous da licença e privilegio que S. A. concedeo aos moradores desta ilha, e que della goze o anno prezente de 676, e para esse effeito se registe e se passem as ordens necessarias como he estilo / em Camara, dezanove de Dezembro seis centos setenta e seis / Pamplona / Betancor / Canto / E não continha mais a ditta petição e despacho, que fica em meu poder / a que me refiro e aqui registo para a todo o tempo constar. Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 229.

De como se concedeo licença á caraca nomeada Santo Antonio e Almas para o anno de 677 ir á Bahya e gozar do privilegio de S. A. concedido a esta ilha. Mestre Antonio Cabral.

Diz Antonio Cabral, morador nesta cidade, que elle supplicante com outros companheiros tem fabricado hum Pataxe no Porto de Pipas, por nome Santo Antonio e Almas, e porque falta huma fragata que avia vir de Inglaterra nova, para ir a Bahya, e outros navios desta ilha, quer elle supplicante e os dittos companheiros mandar o ditto seu Pataxe deste porto para a ditta Bahya carregar de assucares para esta ilha, o que fazem em utilidade do comercio e augmento della, e porque elle supplicante intenta ir por mestre do ditto Pataxe, o que não poderá conseguir sem V. M.cês lhe darem huma das licenças deste anno

prezente de mil sete centos setenta e sette, que a esta Camara se tem concedido / Pedem a V. M.cês lhe concedão a ditta licença para que possa ir este anno a Bahya, visto não se offerecer outros navios e juntamente, ser fabricado nesta ilha E R. M.cê / Concedemos ao supplicante a licença que pede este prezente anno de 677, e para esse effeito se registe esta licença e se passem as ordens necessarias conforme as provisões de S. A. da mercê feita a esta cidade / em Camara seis de Novembro de seis centos setenta e sette. Leite / Lemos / Saa. / E não continha mais a ditta petição e despacho, que fica em meu poder, a que me refiro, e aqui registei para a todo o tempo constar. Lourenço Roiz Teixeira, escrivão da Camara, o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 229 v.°.

De como se admitio por navio de licença para o anno de 677 ao nomeado S. João e Almas, mestre e senhorio Domingos Antonio Aveiro.

Diz Domingos Antonio Aveiro, morador nesta cidade, mestre e senhorio do seu Pataxe por nome São João e Almas, que neste porto desta ditta cidade está ancorado vindo do Maranhão onde esteve mais de sette annos logrando muito grandes perdas e damnos, como he notorio a todos, e ser o ditto Pataxe de porte de duzentas caxas, e porquanto he hum homem pobre e natural da terra, e ter S. A. concedido a esta ilha duas embarcações em quada hum anno para que com licença deste Senado possão hir e vir sem frotas aos portos do Brazil, Rio de Ianeiro, Bahya e Pernambuco, e o ditto seu Pataxe ser capaz de poder levar effeitos e trazer o procedido delles, tudo na forma da provisão do ditto senhor, pelo que Pede a V. M.cês, attendendo o deduzido em sua petição, lhe concedão huma das dittas licenças para poder seguir viagem a hum dos dittos portos para onde melhor lhe estiver, visto ser em utilidade da ditta ilha e moradores della, no que Receberá Mercê / Concedemos ao supplicante a licença que pede e que della possa uzar conforme a provisão de S. A. e que a esse effeito se registe esta licença e se lhe passem as ordens necessarias / em Camara onze de Dezembro seis centos setenta e sette / Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara, o escrevi / Sousa / Leitte / Saa / e não continha mais a ditta petição e despacho, que fica em meu poder / a

que me refiro / e para constar aqui copiei. Lourenço Roiz Teixeira o escrevi. Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 229 v.º.

De como se admitio por navio da licença para o anno de 678 ao nomeado Nossa Senhora do Pilar, mestre Estevão Gomes Malheiro

Diz Francisco Ribeiro da Costa, que elle he senhorio da metade do navio por nome Nossa Senhora do Pillar, mestre Estevão Gomes Malheiro, que a comprou na Bahya donde veio carregado de assucar e tabaco, que tem descarregado nesta cidade, com designio de andar o ditto navio nas viagens do Brazil para esta ilha, e porque quer mandallo agora a Bahya com carga dos frutos destas ilhas e outros generos, ficando sendo hum dos dous navios que S. A., que Deus guarde, concedeo de privilegio aos moradores desta ilha para irem em cada hum anno ao Brazil e voltarem a ella em todo o tempo em que estiverem aviados fora do corpo da frota, pelo que Pede a V. M.cês sejão servidos mandar se lhe registe o ditto navio no livro deste Senado, para ser hum dos de licença e conceder-lha nas dos dous navios deste anno de 677, e que se lhe pace a ditta licença na forma que e estilo e Recebera Mercê / Concedemos ao supplicante a licença que pede e que goze do privilegio que S. A. concedeo o anno prezente de 678, e para esse effeito se registe esta licença e se lhe passem as ordens necessarias na forma da ditta provizão / em Camara outto de Janeiro de seis centos setenta e outto / Leitte / Sousa / Saa / Mello. / E não continha mais a ditta petição e despacho que está em meu poder, a que me refiro, que aqui registei para a todo o tempo constar desta permissão e licença dada para o anno prezente de 678. Lourenço Roiz Teixeira, Escrivão da Camara, o escrevi. / Lourenço Roiz Teixeira.

Fls. 230.

Registo de como se ouve por naturalizado a nau Spirito Santo e Almas para gozar do privilegio e ir ao Brazil com os frutos da terra em huma licença do anno de 681 que ficou vaga.

Diz Gregorio de Fragua, mestre da nau Spirito Santo e Almas, que

ella está carregada de farinhas e bacalhao para ir para a cidade da Bahia de Todos os Santos e he hum dos navios naturalizados nesta terra e nella fabricado, por senhorios que são nesta cidade moradores, e porque elle mestre tem noticia que huma das licenças no anno de seis centos outtenta e hum se avia dar nesse Senado a navio desta ilha, na conformidade do privilegio que S. A. foi servido conceder aos moradores della ficou devoluta e as mais se ocuparão, e tão bem se derão as do anno seguinte de seis centos e outtenta quatro aos pataxos dos mestres Francisco Lopes e Gaspar Correa por chegarem primeiro ao porto desta cidade do que elle supplicante, ficando esquecida a que era por occupar do anno de seis centos e outtenta e hum como refere: Pede a V. M.cês sejão servidos conceder-lhe a licença que pede do navio que falta por encher do anno de mil seis centos outtenta e hum, como deseja para que, na conformidade da provisão de S. A., possa com ella, ir a Bahia ou em outra qualquer parte do Brazil, sahir em seguimento da sua viagem para esta ilha todas as vezes que para isso estiver aviado fora do corpo da frota e Receberá mercê / Passe a licença que pede, visto que no anno de seis centos outtenta e hum ficou vaga huma das licenças do anno por não haver navio que a pedisse, admitimos o de que se trata e della goze, para o que se lhe passem as ordens necessarias e certidões em a forma do estilho e esta se reziste: Camara vinte e sete de outubro de seis centos e outtenta e tres / Falleiro / e não continha mais a ditta petição e despacho que fica em meu poder a que me refiro: Angra da Ilha Terceira a sete dias de mez de Novembro de mil seis centos e outtenta e tres annos. Diogo Nolette, Escrivão da Camara o escrevi. Conferida Diogo Nolette.

Fls. 321.

De como se concedeo e admetio por navio da licença deste prezente anno de 694, ao nomeado Jezu Maria Joseph de que he mestre Joam Franco.

Dis Guilherme Ficher donno do Patacho Jezu Maria Joseph de que he mestre Joam Franco, o qual está ancorado no porto desta cidade de Angra para, com o favor de Deos, seguir viagem ao porto de Pernambuco, ou Parahiba, ou outro qualquer porto do Brazil, e porquanto El-Rey N. S. tem concedido aos moradores desta ilha licença para dous navios hirem e virem aos dittos portos do Brazil, sem corpo de frota, Pede a V. M.cês sejão servidos mandar-lhe passar huma das licenças deste anno de mil seis centos e noventa e quatro e Recebera Justiça e mercê. / Concedemos huma das duas licenças que Sua Magestade fes mercê a esta ilha para irem e virem dous navios aos portos do Brazil, sem corpo de frota, ao patacho por nome Jezu Maria Joseph, e he a licença deste prezente anno de seis centos noventa e quatro, e esta se rezistará: em Camara nove de outubro de mil seis centos noventa e quatro annos. / Machado / Concorda com o theor da ditta petição e despacho que fica em meu poder a que me refiro, em Angra desanove de outubro de mil seis centos noventa e quatro annos. Nicolao Mendes e Vasconcellos, Escrivão da Camara o escrevi. Conferido, Nicolao Mendes e Vasconcellos.

Fls. 331.

De como se concedeo e admetio por navio de licença deste prezente anno de 1694 ao nomeado Nossa Senhora da Concepção de que he mestre Antonio Vicente.

Diz Antonio de Almeida morador nesta cidade de Angra, que elle a rematou huma charrua olandeza que está no porto desta cidade ancorada, e a ditta compra fes em beneficio do serviço de Sua Magestade e utilidade dos moradores desta ilha para ser hum dos dous da licença que o dito Senhor concedeo, a instancia deste Senado, para hirem cada anno aos portos do Brazil e levarem os frutos da terra e voltarem a ella em qualquer tempo que estiverem aviados sem esperarem companhia da frota, e para assim se conseguir convem que a dita charrua, por nome Nossa Senhora da Concepção, mestre Antonio Vicente, se haja por naturalizada e se fassa assento no livro desta Camara para ser d'aqui em diante tido por navio portuguez e dos dous da licença e privilegio a esta ilha concedido. Pede a V. M.cês mandem naturalizar o dito navio e do asento e rezisto lhe passe o escrivão da Camara as certidões que forem necessarias, para assim gozar do dito

privilegio, e lhe concedão huma das licenças deste anno prezente e Recebera mercê /

A Camara mandou juntar o titulo de arrematação na Alfandega, que foi transcrito, e depois proferiu o seguinte despacho:

Vista a petição do supplicante Antonio de Almeida natural e morador nesta cidade de Angra e auto de arrematação junto porque se mostra arrematar a charrua olandeza que se chamava Marianna e hoje he de invocação Nossa Senhora da Concepção, e della he mestre Antonio Vicente natural desta ilha e morador nella, que esta para seguir viagem para o Brazil carregada com vinhos, farinhas e mais effeitos e frutos da terra por conta, risco e negociação dos naturais desta mesma cidade, admetimos a dita charrua por hum dos dous navios da licença e permição de Sua Magestade, que Deos guarde, concedida a esta ilha Terceira, e que della goze este anno prezente, e avemos a dita charrua por naturalizada para que goze do privilegio, liberdades e izenções concedidas aos mais navios naturalizados, e este despacho com os mais documentos juntos se registarão nos livros aonde pertencem e ao supplicante se lhe passara treslado para conservação de seu direito e izenção, em Camara vinte e sete de outubro de mil seis centos noventa e coatro / Guilherme Muniz Barreto / Francisco de Saa e Cunha / Matheus Cardoso Machado / Alexandre de Tavora Me rens / Mathias de Fraga. Concorda com a propria petição e despacho nella, que ficão em meu poder, e com o proprio auto de a rematação que entreguei ao dito Antonio de Almeida que, de como o recebeo, ha de aqui assignar, com a qual petição, despacho e auto de a rematação e escrivão comigo a baixo esta conferi / em Angra aos vinte e sete dias do mez de outubro de mil seis centos noventa e coatro annos. Nicolao Mendes e Vasconcellos, Escrivão da Camara escrevi, digo fis escrever. Conferido Nicolao Mendes de Vasconcellos.

Fls. 331.

De como se ouve por naturalizado o navio Nossa Senhora dos Remedios de que he dono Simão Rodrigues Ruivo e mestre Manoel Rebello.

Diz Simão Roiz Ruivo homem de negocio morador nesta cidade

de Angra, que elle supplicante tem comprado tres quartos da fragatinha que de prezente esta surta no porto desta cidade, por nome Nossa Senhora dos Remedios, a Manoel Rebello sócio que hera do dito navio de que he mestre, o que tudo consta da escriptura junta, feita nas nottas do tabalião Antonio Jacome, e porque o supplicante comprou o dito navio para andar com gente portugueza nas viagens que se lhe offeresserem, portanto / Pede a Vossas Mercês lhe fasão mercê naturalizar o dito navio por hum dos desta ilha e Recebera Mercê / Hemmos por naturalizado o navio portuguez que na petição se faz menção e esta se rezistara com a escriptura de compra / em Camara quinze de Janeiro de mil seis centos noventa e cinco annos / Machado /

Segue-se a escritura.

Fls. 356.

De como se ouve por naturalizada a sumagua ingleza por nome Joanna a qual se fez charrua por invocação Jezus Maria Joseph, de que he mestre Valerio Domingues.

Dizem Francisco de Souza e os mais contheudos na escriptura junta, que elles supplicantes compraram a sumagua por nome Joanna a qual fizeram charrua, por lhe acrecentarem hum mastro, e lhe puzeram por invocação Jezus Maria Joseph, de que he mestre e pyloto Valerio Domingues, para fazer viagem para a cydade da Bahya, e para constar que he embarcaçam portugueza, a querem naturalizar na forma costumada, para cujo effeito tem pago os direitos como consta da certidam junta, pello que Pedem a Vossas Mercês sejam servidos mandar ao escrivão deste senado faça a dita naturalização da dita charrua Jezus Maria Joseph em modo que faça fee, e Recebera mercê / Havemos por naturalizada a sumagua que na petiçam se faz mençam, que hoje he a charrua nomeada Jesus Maria Joseph, e o escrivão da Camara passara certidam aos supplicantes, registando estes documentos da escriptura da compra para constar / em Camara vinte e quatro de Março de mil seis centos noventa e seis / Pacheco.

Segue copia da escritura e dela se vê que foram vendedores Gui-

therme Lymxe e Joam Braem inglezes, e compradores da metade o Alferes Francisco de Souza, mercador, e o Doutor Jozeph Vieyra Cardoso e Valerio Domingues cada um de um quarto, tudo pelo preço de 900\$000 reis.

Fls. 358 v.".

Treslado de huma petição que Antonio Nogueira Franco fes para se lhe conceder huma licença para vir fora do corpo da frota o anno que vem de noventa e sete.

Dis Antonio Nogueira Franco, mestre do patacho Jezus Maria Jozeph, vezinho desta ilha, que elle supplicante quer por o dito patacho a carga para a cidade da Bahya com os frutos desta ilha que fazem por conta dos moradores della, e por quanto El-Rey Nosso Senhor tem concedido licença a dous navios cada anno para hirem e virem aos estados do Brazil, a qualquer porto fora do corpo da frota. Pede a Vossas Mercês sejão servidos conceder lhe huma licença, digo huma das licenças do anno que vem de mil seis centos noventa e sete e Recebera Mercê. Ademitimos o navio Jezus Maria Jozeph de que he mestre Antonio Nogueira Franco, para que goze de huma das licenças que Sua Magestade que Deos guarde concedeu a esta cidade do anno que vem de noventa e sete, e para que conste se lhe passarão as ordens necessarias e certidões e esta se rezistara / em Camara onze de outubro de mil seis centos noventa e seis / Figueiredo / He o que contem a petição e despacho que asima se fas menção com a qual esta confere / em Angra aos vinte de outubro de mil seis centos noventa e seis. Nicolao Mendes e Vasconcellos, Escrivão da Camara o escrevi. Conferido Nicolao Mendes e Vasconcellos.

Fls. 364.

De como se concedeu a Guilherme Ficher huma licença para o seu patacho por nome Jezus Maria Jozeph, mestre Joam Franco, vir dos portos do Brazil sem corpo da frota o anno que vem.

Dis Guilherme Ficher, morador nesta cidade, que elle tem hum navio ancorado neste porto chamado Jezus Maria Jozeph para partir para a cidade da Bahia ou para qualquer porto do Brazil, e por quanto El-Rey Nosso Senhor tem concedido aos moradores desta ilha licença para dous navios hirem e virem sem no corpo da frota, do qual navio he mestre Joam Franco: Pede a Vossas Mercês sejão servidos mandar lhe passar huma das licenças do anno que vem de mil seis centos noventa e outo e Receberá mercê / Concedemos ao supplicante huma das licenças que Sua Magestade que Deos guarde tem concedido aos moradores desta ilha do anno que vem de mil seis centos noventa e outo ao navio nomeado Jezus Maria Joseph de que he mestre Joam Franco e se lhe passarão as ordens necessarias e esta se registara / em Camara de Angra vinte de Julho de mil seis centos noventa e sete / Paym. Concorda com a propria petição e despacho della que aqui se fas menção, com a qual este conferi, em Angra aos vinte e sete de outubro de mil seis centos noventa e sete. Nicolau Mendes e Vasconcellos, Escrivão da Camara o escrevi. Conferido Nicolao Mendes e Vasconcellos.

Fls. 367 v.°.

Registo da petição que Sebastião Merens Pamplona fes para a nao caravella Santo Antonio das Flores ir ao Rio de Janeiro com huma licença que Sua Magestade que Deos guarde concedeu por vir sem corpo da frota.

Dis Sebastião Merens Pamplona morador em esta cidade, que da cidade de Lisboa lhe veio huma nao caravella por nome Santo Antonio das Flores, de que he mestre Francisco Martins, para andar em estas ilhas e dellas para as partes do Brazil, a qual esta carregando

de vinhos na ilha de São Jorge para vir a esta acabar de carregar para ir para o Rio de Janeiro e de lá vir descarregar a esta ilha, a qual quer naturalizar em estas ilhas para hir com huma das licenças que Vossas Mercês costumão dar pella Provisão que tem de Sua Magestade. Pede a Vossas Mercês sejão servidos naturalizar a ditta nau caravella Santo Antonio das Flores e conceder-lhe huma das licenças, que Vossas Mercês costumão dar, e Recebera Mercê. Havemos por naturalizada a nao caravella portugueza por invocação Santo Antonio das Flores, de que he mestre Francisco Martins, para que goze de huma das licenças que Sua Magestade que Deos guarde tem concedido aos moradores desta ilha para irem aos portos do Brazil e virem delles sem corpo de frota para ella, do que dara fiança a que a dita nao caravella venha descarregar nesta ilha e retorno dos frutos digo dos effeitos que della levar, para o que se passarão as ordens necessarias e esta se registara / em Camara onze de marco de mil seis centos noventa e nove annos / Vasconcellos / Concorda com a propria petição que aqui se faz menção, que fica no archivo da Camara, a que me reporto com a qual este conferi, em Angra aos vinte e sinco dias do mez de março de mil seis centos noventa e nove annos. Nicolao Mendes e Vasconcellos, Escrivão da Camara, o escrevi. Conferido Nicolao Mendes e Vasconcellos.

Fls. 372 v.o.

Registo da petição que Guilherme Ficher fes para o seu navio vir do Brazil fora do corpo da frota.

Dis Guilherme Ficher, senhorio do navio Jesus Maria Jozeph, de que he mestre Manoel Cardoso Henrriques, o qual navío quer seguir viagem para as partes do Brazil, e porquanto El-Rey Nosso Senhor tem consedido aos moradores desta ilha dous navios para poderem ir as ditas partes com os frutos da terra e virem sem corpo de frota pello que: Pede a Vossas Mercês sejão servidos conceder lhe huma das licenças para o dito navio do anno de setecentos, anno em que hade vir, e recebera mersê. Consedemos ao supplicante a licença que pede, e que della possa uzar conforme a provisão de Sua Magestade

que Deos guarde, e para esse effeito se registe essa licença e se lhe pacem as ordens necessarias / em Camara de Angra vinte e sete de outubro de mil seis centos noventa e nove i Vasconcellos / Concorda com a propria petição e despacho a que me reporto que fica no archivo da dita Camara, e aqui registei em Angra nove de novembro mil seis centos noventa e nove annos. Nicolao Mendes e Vasconcellos, Escrivão da Camara, o escrevi. Nicolao Mendes e Vasconcellos.

Fls. 373.

Ruas da Cidade

(Notas para a Toponímia da cidade de Angra, da Ilha Terceira)

Pelo Dr. HENRIQUE BRAZ

O modo como são indicados e conhecidos os diversos lugares duma região não é indiferente para a História e não resulta do acaso, do capricho ou da vontade singular de quem quer que seja — mas directa ou indirectamente do consenso popular.

A necessidade, para a indispensável eficácia das relações sociais e económicas, de fixar a cada um dos sítios da terra específica designação que o distinga dos outros é idêntica à de prender a cada ser humano um nome próprio que o diferencia dos seus semelhantes.

Para evitar a confusão e acelerar o entendimento entre os homens é que se inventaram os nomes próprios, que de tal geito se adstringem e como que se impregnam na epiderme dos indivíduos, de tal arte se identificam e se confundem com aqueles a quem pertencem que, a breve trecho, se torna difícil separar da pessoa humanaa denominação verbal que lhe puzeram ao nascer.

E o nome vem a constituir um valor moral e até fiduciário de tal magnitude que pelo seu nome o homem de brio tudo arrisca, tudo sacrifica, todos os outros valores recobráveis e mesmo um irrecuperável — a própria vida.

Submetido ao instinto de expansão, à necessidade inata de exteriorizar, dar forma, e ser, e alma, e vulto aos seus sentimentos e ideais, ao mesmo tempo que o domina o desejo egocêntrico de se constituir

o fulcro do seu mundo, do mundo que criou — o homem deixa atado o nome que usa às coisas materiais — ou entidades imaginárias que resultam do esforço do seu braço e do fulgor do seu espírito, quando simplesmente o não empresta ao ponto do espaço em que vive e sonha.

Se o indivíduo pelo seu nascimento, pelas suas faculdades criadoras, pelo seu *génio* se distingue do comum dos mortais — são os outros, é o público, é a opinião comum que se lhe apodera do nome e o perpetua num monumento ou o glorifica na esquina duma rua.

E pode apenas singularizar-se por um defeito físico e estar exposto à irrisão dos seus contemporâneos por certo deslize moral — do mesmo modo o povo dêle se apodera, inventa e adita-lhe ao nome um adminículo jocoso ou infamante, a alcunha, que, por notória, fica às vezes adstrita ao lugar em que o desventurado se tornou célebre.

O estudo dos nomes locais, que se chama toponímia, não é, portanto, sòmente curioso pelos enigmas e problemas que traz implícitos e pelas hipóteses e conjecturas, mais ou menos fantasiosas e fúlgidas, a que se presta, mas é útil pelos elementos que fornece à história social e política do meio em que se exerce, pelas achegas que pode carrear para a reconstituição duma recuada época da vida dum povo.

Porque só há pouco mais de um século é que a denominação das ruas, praças, travessas, etc., que riscam, delimitam e cortam as povoações começou a ser oficializada e a fixar-se por deliberação municipal. Até então era o consenso popular que as crismava e em regra lhes atribuia o nome completo, ou apenas o apelido patronímico, quando não só a alcunha dum morador do local, mais notável pela sua fidalguia, por sua riqueza, pela profissão que exercia, pela aliciação sonora de seu apelido ou extravagância da alcunha que lhe vincava a notoriedade.

Outras vezes a designação da rua provinha duma qualquer particularidade que essa artéria apresentava, — um rêgo que a atravessou, certos canos verdes que ali houve, — ou do especial negócio ou acumulação de certos serviços que no local se praticavam rua da Palha, rua dos Oleiros. Mas vezes sem conta para o dístico antigo e popular do sítio não se encontra, por mais que se rebusque, decifração adequada e concludente — rua da Garoupinha, rua da Guarita.

Pelo que respeita à cidade de Angra, da Ilha Terceira — cujo plano de arruamentos desde o começo de sua povoação foi traçado por mão de mestre e se tem conservado, salvo ligeiras alterações, intacto até ao presente nas suas linhas essenciais, elegantes e rectilíneas — presumo que a toponímia mais antiga das ruas, travessas ou praças, que se pode com documentos descobrir e fixar, é relativa aos fins do século XVII e de todo o século XVII. Os arquivos que poderiam fornecer-nos esclarecimentos para a do século XV devem considerar-se perdidos.

Dos próprios cartórios notariais os livros mais provectos, cujas páginas a corrosão da tinta e a traça do tempo não haviam transformado nuns caprichosos arrendados, que se desfaziam em pó ao menor contacto, foram desgraçadamente, pela sua compacidade congestiva, por incómodos e importunos, submetidos à purificação do fogo!

Há denominações de ruas que são talvez do começo do povoamento, — rua de Sto. Espírito, rua de Jesus, — que têm resistido a todas as vicissitudes do aglomerado social e se mantêm tais quais; outras que ainda conservam na linguagem do povo as designações antigas, se bem que não primitivas, embora as sucessivas edilidades lhes tenham aposto, segundo especialmente as alternativas da política, dísticos acidentais, de circunstância, mais ou menos efémeros, quási sempre nomes de personalidades reinantes ou governativas em evidência, — que apenas se mencionam nos actos oficiais, mas totalmente se desconhecem nas relações da gente popular — rua do Galo, rua Direita, rua do Salinas, rua de São Pedro.

As notas que fui elaborando, incertas e dispersas, tais como a seguir se publicam, não puderam obedecer a um plano prèviamente delineado e adequado à planta da cidade, seguindo harmònicamente os seus arruamentos, bairro por bairro.

Trabalho assim metódico excederia as minhas possibilidades, pelo dispêndio de tempo e de energia na rebusca dos indispensáveis elementos de informação que necessariamente demandava.

Não tive, nem podia ter, objectivo tão ambicioso.

Desbravo terreno — e é sempre extremamente penosa e ingrata a missão dos pioneiros — mas bem reconheço que deixo apenas os primeiros e grosseiros delineamentos duma obra que outros, mais argutos e mais felizes, virão a realizar.

Confio, no entanto, que estes subsídios, pela originalidade do cometimento e pelos inúmeros problemas que suscitam e deixam em suspenso, não sejam de todo inúteis e provoquem novas, mais incisivas e profíquas investigações que os remodelem, aperfeiçoem e completem — sem, aliás, os esbarrondar sob excessos de maciça erudição que definitivamente comprometa a capacidade receptiva dos raros leitores, curiosos desta espécie de estudos.

Foi porisso que procurei aligeirar o mais possível estas minhas notas e entrecortar o que têm de enfadonho, condimentando-as com variadas anedotas, de fundo estruturalmente verídico e não digo histórico, porque não se trata da História grande e solene, da que se ocupa de factos consideráveis, dos que revolvem a face do mundo, mas dos à coté e dos dessous da história, a pétite histoire, que apimento, aqui e além, com uns grãozitos de fantasia risonha, que lhes dá sabor e não altera fundamentalmente a verdade.

Em suma, o que vai ler-se não é um trabalho *profundo*.

Notas apenas dum diletante que aflora o tama sem o emplo

Notas, apenas, dum *diletante* que aflora o tema, sem o *explorar* e, muito menos, sem o *esgotar*.

PRAÇA — DOS SANTOS COSME E DAMIÃO — DOS COSMES — PRAÇA VELHA — PRAÇA DA RESTAURAÇÃO.

O rossio e centro da vida social de Angra existe desde o primitivo traçado do burgo.

No mapa da cidade e de parte da Ilha Terceira, inserto na História da Navegação de João Hugues de Linschot, holandês, às Indias Orientais (2.ª edição, Amsterdão, 1619), a praça vem indicada com toda a clareza e parece de grandes dimensões, por comparação com a largura das ruas.

João Hugues de Linschot esteve na Terceira de 1589 a 1591.

No Espelho Cristalino, de Frei Diogo das Chagas, manuscrito ainda inédito, diz-se na parte respeitante à Ilha Terceira (Cap. X—De quantos Corregedores tenho alcançado haverem vindo a estas Ilhas) ter sido o corregedor Roque da Silveira que sucedeu ao desembargador, Francisco Botelho, quem fez fazer (sic) a Camara de Angra e praça q. athe ali hera muy pequena, e lagear as ruas da cidade ao longo das cazas.

O P.e António Cordeiro (História Insulana — Lisboa, edição de 1866, vol. II, pág. 46), apoiando-se na História dum tal Guedes, conta que os governantes da cidade fizeram a praça em 1610 e em 1611 levantaram os Paços do Senado da Camera e do Tribunal de Justiça, e Audiencia Geral, e as cadeas, e enxovias por baixo, e no meio huma alta torre de cantaria, e em cima os sinos e relógio da Cidade, com nobre mão para fora, que sempre mostra as horas que são.

A primitiva casa do Senado angrense ficava mais à frente do actual edifício e por consequência a praça era de menores dimensões do que presentemente. Por detrás da Câmara havia uma pequena via pública de comunicação entre a rua do Galo e a ladeira da praça para S. Francisco.

Quando foi resolvido erigir nova casa do municipio, em 1610, a praça foi alargada, pela demolição de alguns prédios que a rodeavam e pelo recuo do edifício então construído que tomou a aludida via de comunicação.

O palácio do Município que ao presente existe, o prédio mais belo da cidade, foi iniciado, com o lançamento festivo de sua primeira pedra, em 11 de Agosto de 1849 e começou a funcionar em 11 de Agosto de 1866, sendo presidente da Câmara o primeiro conde da Praia da Vitória.

A sua construção foi deliberada em sessão camarária (20 de Março de 1847), sob proposta do comerciante, comendador António José Rodrigues Fartura.

Para a estátua em mármore que hoje se ostenta ao alto do frontão da Câmara, e representa a cidade de Angra, serviu de modelo a elegante figurinha da campaínha de ouro, oferecida ao municipio pelo rei D. João VI.

O rossio, em frente da Câmara, foi conhecido por *Praça dos* Santos Cosme e Damião, nome que proveio da primeira invocação da ermida que, embora reedificada, ainda ali subsiste, actualmente de N.ª Sr.ª da Saúde.

Drumond, nos Anais da Ilha Terceira (tomo II, pág. 262), relata que a praça durante muito tempo se chamou dos Cosmes e depois Praça velha.

Ainda hoje com efeito, na linguagem comum, é *Praça velha* que a denominam, não obstante a sua designação oficial de *Praça da Restauração* que lhe foi dada por edital de 10 de Março de 1865, da Câmara de Angra, de que era presidente o dr. António Moniz Barreto Corte-Real.

Encontro-a indicada, em vários documentos, simplesmente, e sem qualquer adminículo, por *Praça*. Citarei apenas o registo do óbito de Marcos de Revoredo, freguês da Sé, *morador à praça*, falecido em 7 de Julho de 1572 e sepultado na igreja de S. Francisco (assento lavrado pelo cura Domingos Fernandes, a p. 244 v.º do Livro de Baptizados da mesma Sé de Angra, e também de casamentos e de óbitos, N.º 7 — 1570-1577) e a escritura de 25 de Junho de 1668, nas notas do tabelião de Angra, Francisco de Sousa, em que Diogo da Fonseca Chacon, fidalgo de geração e cidadão desta cidade, remiu um censo de três mil reis que se pagava à Casa da Santa Misericórdia e era imposto em huas casas telhadas, altos e bajxos cõ seu quintal, cittas na rua que vay da prasa p.ª a See, antes de chegar á irmida de S. João.

Quando Gaspar Frutuoso escreveu as Saüdades da Terra, que foi entre 1586 a 1590, a ermida da praça ainda era dos Santos Cosme e Damião. Di-lo no Cap. III da parte relativa à Terceira.

Num termo de casamento, a fls. 67 v.º do L.º dos assentos dos casados da freguesia da S.º Sé do Salvador de Angra (L.º N.º 5 — 1628 a 1645), celebrado em 15 de Janeiro de 1634, a ermida vem nomeada dos Santos Cosmes.

E num termo de óbito, lavrado pelo cura da mesma Sé, P.e Luis Leitão, em 23 de Novembro de 1639 (a fls. 8 v.º do L.º de óbitos, N.º 5 — 1638 a 1660), por falecimento de Sebastião Figueira, vem designado, como local da sepultura, a ermida dos Santos Cosmes, se bem que à margem o assento esteja rectificado, dizendo-se que o enterramento foi na igreja da Natividade.

Isto quer dizer que na linguagem comum o mártir Damião desaparece e o seu companheiro de estudos e sacrifícios subsiste, mas o desconcertante é que subsiste na forma colectiva, como se abrangesse muitos *Cosmes*.

O fenómeno toponímico não é original desta ilha, observa-se mais ou menos por toda a parte, especialmente na Itália, onde os veneráveis anargyros, patronos dos médicos desinteressados, gozavam de grande devoção popular.

É incontestável, porém, que em 1641 já a ermida da Praça tinha a invocação ainda hoje subsistente, pois nos relatos do assédio ao castelo de São Filipe do monte do Brasil, realizado nesse ano pelos terceirenses contra os castelhanos, se atribui a milagre de N.ª Sr.ª da Saúde o facto da chave do portão de sua ermida ter servido, substituindo a verdadeira (pèrfidamente desviada), para abrir uma porta do paiol da pólvora que ficava na mesma praça. (Cordeiro — História Insulana — Ed. cit., tomo II, pág. 169; Drumond — Anais, tomo II, pág. 211).

RUA DO GALO — RUA D. AMÉLIA — RUA DA LIBERDADE.

A via que sobe da Praça à igreja da Conceição tem actualmente, por deliberação camarária, tomada no advento da República, a denominação de rua da Liberdade e foi antes rua D. Amélia, em homenagem à última rainha de Portugal, quando da sua visita aos Açores, — mas nunca deixou de ser conhecida pelo seu velho nome.

Como lhe veio esse apelido: rua do Galo?

O P.e António Cordeiro, na *História Insulana* (Edição e vol. cit., pág. 45) não esconde o pasmo por tão insólito epíteto, de que desconhece a origem.

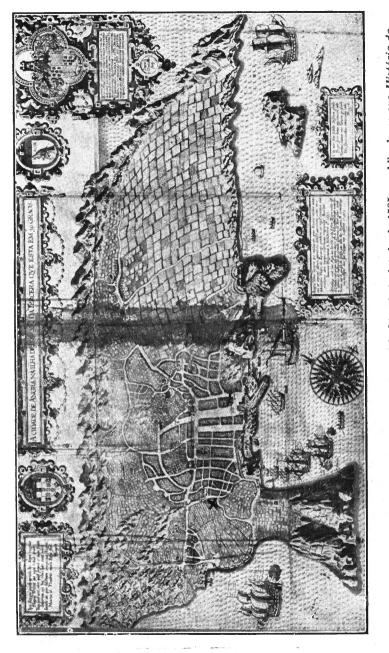
Por mim suspeito que não derive de ave de capoeira, de crista carnuda e rúbida, que ali surdisse de surpresa, para assombro dos moradores do sítio.

Houve em Angra uma família que usava o apelido ou arrastava a alcunha de galo.

No dia 4 de Setembro de 1583 faleceu e foi sepultado na Sé de Angra, Manuel Gonçalves Pirogallo (ou Pinogallo?). Fez testamento, de que foi escrivão António da Costa e deixou sua mulher por testamenteira. O termo do óbito, lavrado pelo cura, P.º Diogo Dias, vem a fls. 144 v.º do Livro de Baptizados da mesma Sé, de 1583 a 1588 que traz também assentos de casados e de óbitos.

Em 6 de Janeiro de 1591 casaram, na Sé de Angra, o espanhol Lázaro Ramires, certamente soldado do presídio castelhano, que então ocupava a Ilha Terceira, com Maria Pereira, filha de Diogo Fernandes e de Catarina Pereira, naturais das Velas, Ilha de S. Jorge, mas todos fregueses da Santa Sé do Salvador da cidade de Angra. Foram testemunhas do acto o cura Pero Ferraz, o tesoureiro-menor da mesma Sé, Rv.do António Piz, Maria Luiz e Manuel Fernandes do Galo. O termo, lavrado pelo cura, P.e Antonio Roiz Teixeira, vem a fls. 23 v.º do L.º N.º 3 (1589 a 1606) de acentos dos cazados da referida Sé.

A fls. 10 v.º do L.º N.º 3 (1595 a 1620) de óbitos, também da Sé de Angra, vem o termo do falecimento de Izabel Gonçalves, mulher de Antonio Fernandes Pino Galo, lavrado em 7 de Fevereiro de 1597 e a fls. 46 v.º o assento do óbito do viúvo, o mesmo Pino Galo,



Cidade de Angra : Planta do holandês Jean Hugues de Linschot, datada de 1595 e publicada na sua História da Navegação às Indias Orientais, cuja segunda edição, em francês, é de Amsterdam, 1619.



Angra do Heroismo: Vista aérea da cidade e porto.

ocorrido em 18 de Maio de 1608. No de Izabel Gonçalves diz-se que deixou por testamenteira sua filha, mulher do Salamão (sic).

Ora estes Galos seriam seguramente rebentos de outros e o primeiro — porque o apelido ou alcunha, berrante e jactancioso, oferecia por sua singularidade condições glutinosas, de aderir à atenção da gente popular — presumo que fosse, por ter residido na mencionada rua, quem lhe fornecesse o nome.

Sabe-se, de resto, que na grande maioria dos casos toponímicos o processo seguido foi esse: o povo baptizava a rua com o nome notório dum eventual morador do sítio.

A rua partia da Praça e seguia, como actualmente, direita ao adro da Conceição. O troço que ao cimo, a três quartas partes da rua, inflecte e ascende à da Guarita, agora de Cinco-de-Outubro, não se considerava como pertencendo à do Galo. Depreende-se do que diz Cordeiro e das seguintes notas:

Numa escritura de dote para casamento, celebrada em 31 de Março de 1681, nas notas do tabelião de Angra, Francisco de Sousa, em que Beatris Fagundes, viúva do mestre sapateiro, Domingos Fernandes e João Fernandes, também sapateiro, com sua mulher, Maria Fernandes, todos moradores nesta mesma cidade, constituem dote a favor de Manuel da Rosa para casar com Maria Vieira, filha legítima dos referidos João Vieira e consorte — o dote recaiu nas casas de altos e baixos, com sua torre e quintal, cittas nesta cidade na freg.ª de Nossa Sr.ª da Conçeyção na rua que vay do adro da Igreja de São Sebastião do convento das Capuchas p.ª a rua do Gallo.

Por escritura de novo aforamento que fizeram os Irmãos da veneravel Ordem Terçeyra de penitencia do Seraphyco São Fran.co desta ditta Cidade, a António Coelho Borralho, celebrada em 26 de Janeiro de 1668, nas notas do mesmo tabelião, Francisco de Sousa, o aforamento foi imposto em parte de huas cazas telhadas alta e baixos co seu quintal, cittas na rua que se dis do gallo, que partem do Norte com a ditta rua, do Nascente co cazas e quintal de Guilherme Munis da Sylveyra, do Sul co a rua do Murrão e do Ponente co travessa que vay de hua a outra rua.

Convém desde já acrescentar que a igreja de S. Sebastião do Convento das Capuchas era situada no local onde hoje está instalada a cadeia da comarca.

RUA DOS OLEIROS — RUA DA OLARIA — RUA DA GAROUPI-NHA.

A artéria que do começo da rua actualmente da Liberdade sobe ao largo do Cruzeiro e que é conhecida por rua da Garoupinha, teve por muito tempo a denominação de rua dos Oleiros ou rua da Olaria, certamente por abundarem no local tendas desse ofício — e estabelecia comunicação entre a rua do Galo e o convento de S. Francisco.

Houve mais acima, entre as casas que são presentemente dos herdeiros de Pedro de Menezes Parreira, na rua do Galo e do Sr. Capitão Francisco Machado Barcelos, na rua da Garoupinha, uma outra ligação pública, dando igualmente para o terreiro do convento de S. Francisco.

O P.º António Cordeiro não menciona essa via — mas no citado mapa, que traz fora do texto a História da Navegação de João Hugues de Linschot, não é difícil descortiná-la.

Dessa travessa existem ainda claros indícios. Era lageada (como lageadas foram a rua do Galo e as principais ruas da cidade) e hoje é serventia dos prédios confinantes.

Em 20 de Agosto de 1641, o tabelião de Angra, Jorge Cardoso, deslocou-se da rua do Galo, onde era o seu cartório, aos aposentos de morada do Alferes Pedro Toste, na rua dos Oleiros que vay da Rua do gallo pera sam Francisco e aí lavrou instromento de venda com pacto de retro aberto de cada e quando, no qual o mesmo Pedro Toste comprou dois moios de renda a D. Bernarda Ferreira de Lacerda, viúva de Fernão Correa de Sousa, moradora em Lisboa, representada pelo seu procurador, Miguel Gonçalves, tabalião em Angra. Foram testemunhas o L.do Manuel de Sousa Benevides, médico e António Dias, ourives do ouro, moradores também na mencionada rua.

Vinte e dois anos depois, em 27 de Setembro de 1663, Francisco de Sousa, tabelião nesta mesma cidade, foi às casas de morada do mesmo António Dias, ourives do ouro e aí lavrou escritura em que Maria da Conceição, moradora na Vila da Praia, duas vezes viúva, primeiramente de Pedro Homem e, depois, de Gonçalo de Brito, lavrador,

vendeu a António Coelho de Lemos, mestre sangrador e barbeiro, residente em Angra, metade de umas casas de telha, sobradadas, que constavam de sala, camera e logea com seu quintal, cittas na rua da Olaria, desta dita cidade, que partem do Norte com casas da mesma Maria da Conceição, do Nascente com rua pública, do Sul com casas do R.do P.º Francisco Fernandes Froes e do Ponente com casas que possue Manuel Machado, mercador e com casas de Alvaro Toledo do Couto.

Dezasete anos passados, em 11 de Julho de 1680, e nas notas do mesmo tabelião, Francisco de Sousa, celebrava Bárbara da Fonseca, viúva do Alferes-mor António Veloso, com sua neta D. Maria Rayder e marido Diogo Hostona, todos moradores na cidade de Angra, escritura de transacção amigavel, compozição, partilha, pagamentos e quitações. Entre os bens relacionados no acto notarial figura a casa em que a viúva morava e onde a escritura foi assinada - prédio que vem descrito pelo modo seguinte: Appozentos de morada que constão de altos e bayxos, co seu quintal, cittos na rua da Olaria e partem do Norte co a rua nova que vay ter a prasa, do Nascente co cazas de João Pr.ª Garçia, do Sul co a d.ª rua, e do Ponente co caza de D.ºs Glz Ferras, e p. dentro dellas pasa a ribeyra que vay ter ao mattadouro. Foram testemunhas: Paulo da Rocha Velho — João Cláudio Serra, mercador — Manuel de Freitas, sangrador. No acto interveiu ainda um Bento Fernandes Cariano, como procurador do Dr. João de Carvalho Henriques, a quem um dos prédios relacionados era foreiro.

Por escritura de 30 de Outubro de 1681, ainda nas notas do mesmo tabelião, — o acima nomeado António Coelho de Lemos, que então era mestre sangrador e barbeiro e agora figura alçado a cirurgião, com sua segunda consorte, Beatris de Oliveira, fizeram doação de património, ao filho e enteado, Manuel Coelho da Costa, para receber ordens de missa. Um dos prédios do dote vem assim descrito: huas cazas telhadas que constão de altos e bayxos, cittas nesta cidade, na freguezia de Nossa Sr.ª da Conçeyção na rua que se chama da Olaria e partem do Norte co rua que vay p.ª o monturo, do Nasçente com a ditta rua, do Sul e ponente co cazas e quintal delles dottadores.

Como se vê, a rua era mencionada por duas maneiras: dos Olei-

ros ou da Olaria, tinha avultado número de fogos e nela habitavam pessoas de destaque: um alferes, um médico, um ourives do ouro, um mestre sangrador que depois conseguiu obter carta de cirurgião, um padre, um mercador, etc. Claro que nenhum destes exercia a profissão que deu o topónimo. Temos de aceitar que outros moradores ali havia oleiros de mester.

. Como veio a esta via pública a denominação que ainda tem ao presente — da Qaroupinha ?

Sendo rua relativamente extensa, com numerosos prédios, jamais a descobri, com o actual epíteto, nos variados documentos dos séculos XVI e XVII que tenho compulsado — o que me leva à suspeita de ser designação relativamente moderna.

No Livro de foros e rendas da Casa do Hospital de Angra, organizado em 1701 pelo Escrivão que servia nesse tempo, António da Fonseca Carvão (o hospital tinha administração própria, como instituição separada da Misericórdia), topei com esta nota: O P.º Manuel Cardoso de Lima paga o foro de 1\$100 reis de huas cazas q. estão ao Gallo, cittas na ditta rua do Galo, deixa de Luis Varela. À margem, de outro punho, está a seguinte emenda: Aliás na rua da Guaroupinha. Este aditamento, se não estou em erro, é de 1753, meados do século XVIII.

Com o referido nome de *Garoupinha* vem a rua mencionada nas confrontações dum prédio em escritura de 30 de Novembro de 1762, nas notas do tabelião de Angra, João Felix Ramos, em que José Inácio Fícher e mulher Francisca Jacinta Rosa, *pessoas que vivem da sua fazenda*, venderam uma morada de casas altas, na rua do Galo, ao R.do Beneficiado Inocencio de Vasconcelos, morador na mesma cidade. E com igual nome de *Garoupinha* a encontro na escritura de 11 de Novembro de 1777, nas notas do tabelião de Angra, Joaquim Veríssimo de Mendonça.

Houve quem supozesse que a rua tomara o novo título em consequência duma sorte de estranho fenómeno meteórico ou de impetuosa convulsão submarina que ali teria deposto, do ar caída ou arremessada por alterosa vaga, uma garoupa de pequenas dimensões uma garoupinha. A invencionice não é de aceitar.

A cidade de Angra foi uma vez, é certo, assolada e invadida — das nove para as dez horas do dia 1.º de Novembro de 1755 — por ondas marítimas de pavorosas proporções que ameaçavam subverte-la. O cataclismo resultou da acção reflexa de hórrido terramoto que nesse dia reduziu Lisboa a escombros.

Drumond (Anais, tomo II, pág. 262) narra que na Ilha Terceira houve nessa data uma enchente que nas partes mais baixas do sul entrou por terra dentro, lançando nela muito peixe de diversas qualidades. E acrescenta: Em Angra entrou até á praça chamada dos Cosmes, hoje praça velha, ficando os navios boiando em seco, por se retirarem as águas quando quizeram fazer o acesso, e no refluxo levou o mar as muralhas da Alfândega e muitas madeiras que por ali estavam, assim como todos os barcos varados no Porto de Pipas.

Dum assento do 1.º L.º do Tombo, da igreja paroquial do Porto-Judeu, Drumond extractou a referência feita à medonha enchente: Na cidade foi esta cheia mais notável, porque chegou a entrar acima do portão e levou o muro do caminho do matadouro e o vasante foi tanto que chegaram a aparecer as âncoras da amarração dos navios.

Encentro um eco longínquo do pânico sofrido pela população da cidade, nas deliberações no próprio dia tomadas pela Mesa da Casa da Santa Misericórdia, cuja igreja, hospital e demais dependências ficavam à entrada do burgo, junto à baía e cais principal. Tendo o mar galgado acima do Portão (o portão de que infelizmente nem restam vestígios e a que Frutuoso chama a porta do mar, erguia-se ao alto do cais, em face da rua Direita e da igreja do Espírito Santo, hoje chamada da Misericórdia) e atingido a praça velha, não é difícil presumir que inundaria o templo, o qual, das nove para as dez horas da manhã, em dia santificado, estaria repleto de fiéis.

A instâncias do povo, que ali aterrorizado se comprimia, se fez ladainha, estando o Sr. Santo Christo manifesto. Assim se exprime o acórdão da reunião, efectuada no mesmo dia, do provedor, mesa da Santa Casa e alguns irmãos de primeira condição (havia os de condição menor) — e mais se determinou que no dia seguinte

continuasse de manhã a ladainha e de tarde se fizesse procissão, com o S.or Santo Cristo, convidando-se para o efeito as comunidades.

Quando, em 12 de Janeiro do ano seguinte, chegou a noticia da arrasadora catástrofe sucedida em Lisboa, no dia de todos os santos, reunia-se de novo a Mesa da Misericórdia e o provedor disse: q. paresia justo se fizessem presses a Ds. nosso S.ºr p.ª q. livre esta Cidade ao q. aconteceu na côrte e cidade de L.xa... e se centou uniformem. se fizecem por tempo de nove dias, com a imagem do S.ºr S. Christo exposta, com alguns sermões e q. de tres em tres dias se fizesse procição... e se fizesse todos os annos em dia de todos os Santos hua procição em memoria do referido.

O escrivão que lavrou e subscreveu o acórdão foi D. João Flores da Sylva Castilbranco e o rubricaram ou assinaram: o P.dor Paim — Ign.co de Ornelas — Per.a — Carvalhal — Diogo Alvaro Per.a de Lacerda — Amaro Machado Moraes — M.el Glz — João do Canto de Castro — M.el de Alvarez Machado — José Paym da Camara — Antonio Toste do Rego — e Miguel Mauricio Homem da Costa.

Tudo isto consta dum livro dos Cabidos e Acórdãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Angra, que é dos poucos monumentos, ainda existentes, do arquivo, certamente valiosíssimo, que teve aquela provecta instituição, quási coeva do povoamento da ilha. É encadernado a carneira, mede 41,5 cm. × 29, tem 181 páginas, só numeradas no anverso e na grossa lombada, impressos a ouro, os seguintes dizeres: Livro dos Cabidos e Acordãos, da Meza da Caza da S. M. Feito no A. de 56 (isto é, 1756). P. D. Ant.º P.a. A primeira acta é de 19 de Dezembro de 1754 e a última de 4 de Dezembro de 1816. Um rótulo, em papel branco, grudado ao centro da capa, tem escrito: Livro N.º 41, indicando o número de ordem, numa remodelação que do arquivo presumivelmente se fez em época não muito recuada. Onde terão ido parar os quarenta outros livros anteriores a este, que levaram sumiço?!

Claro que se o mar, na enchente do 1.º de Novembro de 1755, tivesse atingido na cidade de Angra a rua que se chama da Garoupinha, o que não consta de qualquer notícia escrita, para lá deixar

o pequenino peixe de que lhe resultaria a denominação, as consequências da *cheia* seriam de tal modo calamitosas que não mais se apagariam da memória dos angrenses.

Preferivel será supor que na rua, desaparecidos os oleiros, tenha residido qualquer moça de virtude, com a alcunha de Garoupinha—alcunha com todos os requisitos de excentricidade e atracção para ser adoptada pelo povo.

RUA NOVA — RUA DOS FRADES — RUA DO CARRASCO — LADEIRA DE S. FRANCISCO — RUA JOÃO DE DEUS.

Como se viu duma das escrituras que acima ficou sumariada, a rua paralela à do Galo, estabelecendo ligação entre a Praça da Restauração e o Largo do Cruzeiro foi conhecida por Rua Nova.

De começo, não havia comunicação pública do Largo do Convento de S. Francisco para a praça. Entre o castelo de S. Cristóvam, as casas nobres dos donatários Corte-Reais, o Colégio dos Jesuitas, o mosteiro de S. Francisco, a casa da Câmara e a rua dos Oleiros havia somente jardins e hortas.

Conta Frei Agostinho de Mont'Alverne nas Crónicas da Província de S. João Evangelista (no L.º III, sobre a Ilha Terceira, cap.º V: da fundação do convento do nosso P.º São Francisco de Angra — Ms. da Biblioteca pública de Ponta Delgada) que foi o P.º Frei Rodrigo Carrasco, natural da Ilha de S. Miguel, grande letrado em teologia e cânones quem, sendo guardião do mosteiro franciscano, de Angra, abriu a rua que desce à praça, a-fim dos frades mais còmodamente virem ao centro da cidade e, por isso, uns lhe chamavam rua dos Frades, outros rua Nova, por ser então a mais recentemente construida e outros ainda rua do Carrasco, visto ser feita «por ordem e indústria deste venerável padre, que nos anos de 1612, cheio de boas obras, pagou seu tributo à morte», e teve sepultura no capítulo do seu convento.

Por deliberação camarária é hoje aquela via designada oficialmente por rua João de Deus, mas continúa sendo conhecida por Ladeira de São Francisco.

RUA DO MONTURO.

Também como se verifica duma outra escritura, acima extractada, por detrás do edifício da velha câmara municipal havia um caminho público, ligando a rua Nova, do Carrasco ou dos Frades com a rua dos Oleiros ou da Olaria.

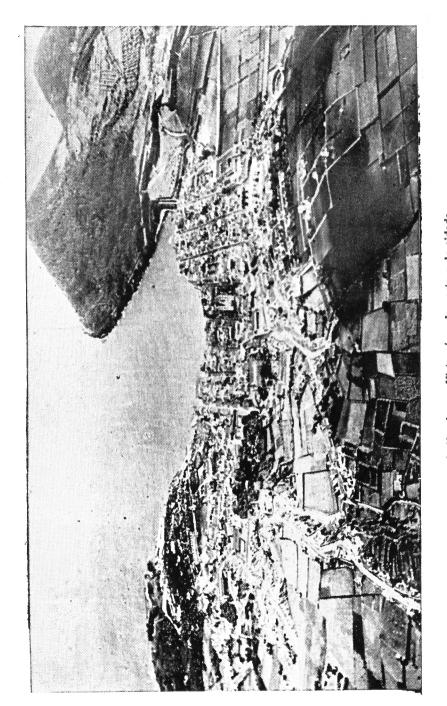
Ainda existem actualmente vestígios dessa artéria.

Ficou-lhe o nome de Monturo certamente porque ali estiveram abandonados, por muito tempo, os restos dos materiais que serviram para a construção do edifício camarário. Mais tarde, fechado o ingresso pela Ladeira de S. Francisco, o local serviu, de facto, para depósito do lixo da cidade e ainda hoje é conhecido por Monturo.

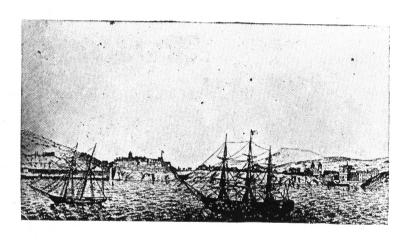
Segundo narra Drumond (Anais, I, pág. 354 e nota 17), nesse fatídico sítio, por detrás das cadeias, se erguia a forca e, em 1583, ali foram supliciados notáveis sequazes de D. António, Prior-do-Crato, depois do marquez de Santa Cruz ter conquistado a Terceira.

Acrescenta Drumond que o lugar onde se pôs a forca era há poucos anos ainda (os Anais, segundo confessa o autor, na Prefação, começaram a ser redigidos antes de 1822) «um monturo em que se lançavam cousas imundas e hoje acha-se reduzido a boas moradas de casas».

A forca passou, mais tarde, para os marrolhos.



Angra do Heroismo: Vista aérea do porto e da cidade,



Angra do Heroismo: Porto e cidade em 1829. (Vê-se à esquerda, no porto, a escuna *Briton* e, à direita, a nau *D. João VI*).

RUA DA GUARITA — RUA DE S. SEBASTIÃO — RUA DA CONCEIÇÃO DAS FREIRAS — RUA D. CARLOS — RUA 5 DE OUTUBRO-

A via pública, de amplo traçado, que do extremo superior da rua da Liberdade, vulgarmente conhecida ainda por rua do Galo, segue quási rectilineamente até ao Largo de S. Bento, tem hoje por deliberação camarária a denominação de Cinco de Outubro, para comemorar a data da implantação da República em Portugal. Anteriormente, também por resolução municipal, era rua D. Carlos I, homenagem ao penúltimo rei do nosso país, prestada para recordar a visita do monarca às ilhas adjacentes. Mas continua na voz popular com a designação antiga, que vem de longe e cuja origem não consegui descobrir: rua da Guarita.

A guarita que por ali houve certamente em recuados tempos e que modernamente voltou a existir, para abrigo da guarda à cadeia comarcã, destacada pela guarnição militar do castelo São João Baptista, desta ilha (ao presente — 1946 — a cadeia deixou de ter guarda e guarita), foi circunstância impressiva que fez mossa na imaginação do povo, a ponto de sobrepor-se na toponímia à invocação da ermida que pouco depois de 1599 (o ano do mal, a tremenda peste que grassou na Terceira e fez acima de sete mil vítimas — Drumond, Anais, tomo I, pág. 398) a Câmara da cidade como voto edificara no local, logo no começo da artéria, e do convento de religiosas capuchas, da regra de Santa Clara, que lhe sucedera, invocação que por muito tempo ficou adstrita à rua: rua de S. Sebastião.

Na relação inédita, Alegrias de Portugal ou lágrimas dos Castelhanos, em que o P.º Leonardo de Sá Soto-Maior, capelão da Sé de Angra, descreve os sucessos dia a dia do cerco e expugnação do castelo de S. Filipe, do monte do Brasil, em 1641-42, pelos terceirenses, de que foi testemunha presencial, menciona um rebate que houve certa noite, fazendo o inimigo da porta do Rastilho para a banda da guarita da Senhora da Conceição a modo de trincheira.

A Senhora da Conceição seria a igreja e colegiada do mesmo

nome, próxima à ermida de S. Sebastião P E a guarita seria a que deu o chamamento à via pública? Reluto em cre-lo, pela distância considerável entre o sítio da peleja e a Conceição, ao tempo vulgarmente conhecida por Conceição dos Clérigos, para a distinguir da Conceição das freiras, mosteiro de que ao diante falarei.

O certo é que já em 1668 a rua era da Guarita.

Por escritura de 20 de Outubro daquele ano, nas notas do tabelião, Francisco de Sousa, desta cidade de Angra, Francisco Gonçalves, o anico e sua mulher venderam a António Dias, alfaiate, hua caza palhasa terreira cõ seu quintal citta nesta ditta cidade, na rua da Guarita, que parte do norte com a referida rua, do nascente e do sul com terra do morgado de que actualm. he admenistradora a R. do Donna Maria da Annunciada, madre Relligiosa professa no Conv. de Nossa Sr. da Concepção desta mesma cidade e do ponente com casas e quintal de Antónia Fernandes Froes, viúva de Tomaz de Sousa.

Note-se a particularidade estranha de numa das confrontações deste prédio vir anteposto ao nome da madre Maria da Anunciação orgulhosa partícula, a recordar a estirpe fidalga da freira. Não se afigure que fosse apenas deferência mesureira do tabelião. As religiosas, a despeito do voto de humildade, quando as metiam em clausura perpétua, consagrando-as a Deus, se cortavam as vastas e fúlgidas cabeleiras e despiam as sedas e brocados, sinal de renúncia a todas as mundaneidades, de facto mantinham, muitas delas, mesmo na pobreza das vestes monacais, a garridice femenil e não esqueciam as prosápias da nobreza. É frequente encontrar-se nas assinaturas dos documentos da época o nome do hagiológio, adoptado pelas monjas ao professarem, escrito, por elas próprias, com a jactanciosa precedência do nítido distintivo da sua linhagem preclara: dona.

Por 1701, quando António da Fonseca Carvão organizou o Livro dos Foros e Rendas da Casa do Hospital, de que era Escrivão, registou a pág. 12 a seguinte verba: «Maria Cardosa, viúva de Manuel Fernandes Carreiro, paga, pelo mês de Julho de cada um ano, o foro de 1\$200 reis, de huas cazas citas na rua de São Sebastião que vai p.ª S. Bento».

Segundo o P.º António Cordeiro (História Insulana, 2.ª edição, Tomo II, pág. 45) ao tempo em que escreveu a sua notável obra

(1715-16), a via era de São Sebastião, desde o convento das Capuchas até ao barreiro e da Conceição, do barreiro ao largo de São Bento.

Coexistiam, portanto, ao que parece os dois nomes da rua, de São Sebastião e da Guarita.

E a parte superior da via, do barreiro para São Bento, ainda em 1777 era rua da Conceição das Freiras. Em escritura de 29 de Dezembro desse ano, nas notas do T.ão de Angra, Joaquim Veríssimo de Mendonça, uma casa térrea, situada na rua da Conceição das Freiras, foi vendida a Mateus José Tristão, por Maria Josefa, viúva de António Miz Granados.

O convento das capuchas, que sucedeu à ermida camarária, tem uma história curiosa.

Em 1602 o P.e Gaspar de Brum da Silveira, da Ilha de S. Miguel, que morava numas casas, junto ao mosteiro da Esperança, em Angra, deixou por sua morte avultada soma de bens para a construção nas aludidas casas duma igreja, sob a invocação da Santíssima Trindade, assistida de cinco beneficiados, obrigados a coro quotidiano, criando junto à igreja uma merceeria, em que seriam recolhidos 12 merceeiros, de um e outro sexo, em idade não inferior a cinquenta anos e pessoas que tivessem caído em pobreza, as quais deviam comparecer à missa e ofícios da igreja contígua e rezar o terço pelas almas do testador, seus país e avós.

Era uma instituição semelhante à que D. Afonso IV, o do Salado, estabeleceu em seu testamento e foi a primeira que existiu em Portugal.

Mas os bens não renderam o que o P.º Brum supozera, suscitaram-se renhidos pleitos com o administrador da herança, a igreja e merceeria não chegaram a fundar-se e ficaram esquecidas.

Decorreram os anos e entretanto duas filhas de Catarina Domingues e do contratador Francisco Ribeiro da Costa, que morava na rua Direita da cidade, já então falecido e deixando fartos cabedais, manifestaram os mais irreprimíveis desejos de se retirarem do mundo e recolherem a um convento, mas para seguirem, sem próprio e rendas, a regra de Santa Clara das capuchas descalças, vivendo do trabalho das mãos e esmolas do povo.

O P.º jesuíta Manuel Monteiro, que fora adjunto do superintendente de guerra, P.º Francisco Cabral, por ocasião do cerco ao castelo de S. Filipe e era o confessor das opulentas meninas, animou-as no piedoso intento.

Outras pessoas, depois, ajudaram o empreendimento — o reitor do Colégio, P.e Gaspar Álvares, o chantre da Sé, António da Rocha Ferraz e o feitor del-rei, capitão José Leal, de Lisboa oriundo, pessoa de qualidade, que tomou especial interesse pela fundação do projectado convento. A Câmara cedeu a ermida de S. Sebastião e trinta mil reis de renda, Pedro do Costa Machado e sua mulher, Maria de Ribas, em Julho de 1661, doaram as suas casas de morada, fronteiras ao adro da mesma ermida, sob condição de três lugares para três filhas professarem, Manuel Vieira Cardoso, natural da Terceira que fora provedor da Fazenda Real na Madeira, deu avultada quantia com a obrigação também de lhe recolherem uma filha — e tudo ia assim em bom caminho... No entanto faltava tudo: o breve do Papa e a indispensável licença do Rei, e esta, mau grado todas as súplicas e empenhos, tardava em conseguir-se.

Então o Vieira Cardoso lembrou um expediente que vira adoptar no Funchal — que se fundasse um recolhimento, para o que bastava auctorização do cabido da Sé e depois se procuraria obter a bula do pontífice e o alvará real para a transformação do recolhimento em mosteiro, o que, em realidade, veio a surtir o efeito que se pretendia.

Deu-se logo começo, no adro da ermida, à obra vultuosa da nova casa de religiosas num sábado, 29 de Outubro de 1661, sendo mestre pedreiro Manuel de Lima e Pedro Fernandes carpinteiro, tudo estando concluido em 18 de Março de 1662.

No dia seguinte, conta Frei Agostinho de Mont'Alverne, nas Crónicas da Província de S. João Evangelista (de cujo manuscrito inédito e cópia do ilustre linhagista e escritor micaelense, Sr. Rodrigo Rodrigues, extraio, com amável permissão do copista, os elementos que me servem à elaboração da presente nota) se recolheram oito plantas em este jardim, uma das quais bem tenrinha, Mariana do Espírito Santo, filha do antigo provedor da Fazenda Real da Madeira, que somente contava dez anos!

As oito elegeram regente a irmã Maria da Ascensão e mestra

a *irmã* Camila da Trindade, nomes de religiosas das duas filhas do contratador, Francisco Ribeiro da Costa.

Sem embargo, a irmã regente, que fora a verdadeira iniciadora da pia instituição, não logrou ver totalmente satisfeito o seu veemente desejo — faleceu com pouco mais de 50 anos, dum *prioriz* (assim nomeia a doença o frade Mont'Alverne), em 13 de Outubro de 1665 e a bula de Clemente IX, autorizando a transformação do recolhimento em mosteiro, só chegou a Angra em 28 de Setembro de 1669.

Pouco depois o bispo D. Frei Lourenço de Castro, com anuência do capitão-mor da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Manuel de Brum e Frias, administrador do legado perpétuo, instituido pelo P.º Gaspar Brum, que não chegara a cumprir-se, cumutou a última vontade do clérigo, dispondo que ficasse ao administrador o quinto dos bens e os quatro quintos restantes fossem para sustentação do novo convento, ficando, no entanto, duas das professas com o ofício de merceeiras, obrigadas a dois terços do rosário, todos os dias no coro, por alma do dotador.

E assim *prosperou* o mais *austero* e mais *pobre* mosteiro de Angra.

Ao que diz Ferreira Drumond, as *irmãs* recolhidas na casa *de* S. Sebastião, antes de transformada em convento, foram conhecidas por matalatas (Anais da Ilha Terceira, Tomo II, pág. 206).

Porquê? Qual a significação do vocábulo?

Não sei, nem o esclarece tão minucioso investigador, que até ignora quando e por quem fora criado o recolhimento.

Matalatas P...

Seria designação popular, corruptela, para a forma feminina, de matalotes P

Por este mesmo tempo (1662) fundou-se em Carnide, próximo de Lisboa, um convento igualmente de capuchas, da primeira regra de carmelitas descalças, por doação de Luís Gomes da Mata — doação muito discutida, porque, falecendo súbitamente o doador, seu herdeiro e sobrinho, António Gomes da Mata, impôs condições à deixa que foram alteradas (Galeria das Ordens Religiosas e Militares, Porto, 1843, Tomo I, pág. 189).

O apelido de família, *Mata*, teria qualquer relação com o nome das *matalatas* de Angra?

Extintas as ordens religiosas em 1832 ficou sem destino o edifício conventual de S. Sebastião, até que a Câmara ali instalou a cadeia nova, em substituição da que existia nos baixos da própria casa do município.

A Conceição das freiras que existiu quási ao fim da Guarita, no local onde hoje está o Hospital de Santo Espírito, tem história não menos curiosa, porque resultou de orgulhoso desforço dum terceirense, vastamente enriquecido em longínquas terras.

Pedro Cardoso Machado, nobre de geração, natural da vila da Praia, da Ilha Terceira, foi jovem para as *Índias de Castela* e lá fez grossa fortuna, casando com D. Izabel de Molina, de boa *cepa* espanhola.

Decorridos anos, sem filhos, roído de saudades da terra em que nascera, atravessou os mares e voltou à Terceira.

Indo à Praia, a visitar uma irmã, que ainda viva lhe restava, a madre abadessa, Simoa da Anunciação, do mosteiro da Luz,— esta, com a grande alegria de o receber, veio, com as outras freiras, falar ao visitante à porta regral do convento, o que era formalmente vedado.

O custódio, sabido isto, apressou-se a ir, em pessoa, à casa das religiosas, castigou as monjas e destituiu de abadessa a reverenda sóror Simoa.

Tão severa penalidade não apenas enfadou, enfureceu o Pedro Cardoso que logo jurou desforrar-se, com soberbia ostentação, do ultraje.

E, prometendo a renda anual de trezentos cruzados e a doação, por sua morte, de todos os bens do casal, sem perder tempo impetrou do Papa Paulo V um breve para fundar nova casa de religião, em Angra, da ordem de N. Senhora da Conceição, primeira desta regra a ser instituida em Portugal.

A graça devia ser concedida sob a cláusula expressa da irmã Simoa sair da Luz, da Praia e vir para Angra fundadora da Conceição, abadessa vitalícia e presidente com a dignidade de báculo.

Como a dotação era úbere a bula foi expedida, sem dificuldade,

em 5 de Agosto de 1606, na forma que se pedira. E assim, feito o mosteiro, na melhor forma que se poude fazer, em 13 de Abril de 1608, sendo prelado o sen.º bispo Dom Hierónimo Teixeira Cabral, fazendo pontifical em esta função, vestiram os hábitos brancos, e entraram no novo aprisco nove freiras, levando à frente a reverenda madre abadessa, Simoa da Anunciação (Frei Agostinho de Mont'Alverne, obra cit. — 2ª Parte, Livro III, Cap. 15.º).

E de tal sorte *proliferou* a comunidade que chegou a contar setenta e três servas do *Cordeiro divino*.

Só duma feita noviciaram, ao mesmo tempo, sete irmãs!

Vivia na Baía de Todos os Santos, no Brasil, Manuel de Sá Soto-Maior, provedor da Fazenda Real, casado com Helena de Argolo.

Seriam pais do padre capelão, da Sé de Angra, Leonardo de Sá Soto-Maior, autor do manuscrito Alegrias de Portugal ou lágrimas dos Castelhanos, várias vezes citado nestas notas?

Eram gente rica, de nobre condição, muito piedosa e temente a Deus, com nada menos de sete filhas e um filho. E quando o pai morreu ainda as filhas eram todas inuptas, o que inquietou a dorida viúva, receando não encontrar noivos, de igual calidade, para tantas moças.

Ora, desde 1615, o bispo, Dom Agostinho Ribeiro, natural do Brasil, irmão de Helena de Argolo, pastoreava a diocese de Angra, e certamente lhe assegurou vagas na casa conventual da Conceição.

O certo é que a família Soto-Maior atravessou os mares e no ano de 1617, em 8 de Dezembro, dia consagrado à padroeira do mosteiro, todas as sete meninas noviciaram, com pontifical e sermão do tio bispo, durando a *função* sete horas seguidas!

Decorridos não muitos anos, a viúva, Helena de Argolo envergava também o hábito branco e escapulário azul, e destarte ficavam a arrulhar no mesmo viçoso prado oito pombas da mesma familia!

Claro que Frei Mont'Alverne envolve este caso estranho, mas não singular, nos véus dum sonho profético, com a visão de Nossa Senhora a indicar o caminho às desamparadas avezinhas...

A abadessa Madre Simoa da Anunciação exerceu o cargo durante

vinte e oito anos, com observância de rigorosa disciplina, zelo exemplar no coro e ofícios, vigilância cautelosa nos costumes.

Mas com o decorrer do tempo os liames afroixaram...

O marquês de Pombal, reformando a vida administrativa do país de alto a baixo, não ignorava as dissenções e arruídos que, vezes sem conta, ocorriam nos Açores, pelos conflitos de jurisdição e preeminências entre os governantes, velhas rivalidades entre o senado da Câmara, os corregedores, os provedores da Fazenda, os governadores do castelo, os bispos... que sei eu — todos esses próceres sedentos de ambições, ciosos de suas prerogativas, promovendo os próprios interesses em detrimento do pobre povo espoliado.

Chegara, finalmente, a hora de ser satisfeita a antiga aspiração da gente miúda, em que os tanoeiros de Angra, *Minhas Terras*, se tornaram notórios, pedindo à Corte a criação dum vice-rei nos Açores. Não foi um vice-rei, mas foi autoridade semelhante, um Capitão-general e Regedor das justiças, com sede em Angra e jurisdição em todo o arquipélago, instituido por decreto de 2 de Agosto de 1766.

O primeiro capitão-general foi D. Antão de Almada que numa lusida armada chegou à Terceira, em 28 de Setembro desse ano, trazendo séquito numeroso, corregedor, juizes de fora, para substituição dos juizes ordinários, que ficavam suspensos, devendo o vereador mais idoso do senado, no impedimento do juiz letrado, assumir a vara, com a designação de Juiz por bem da lei — e o 2.º Regimento da guarnição militar do Porto, comandado pelo coronel António Freire de Andrade, para apoio da nova administração.

Desejava o capitão-general instalar-se no Colégio dos jesuitas proscritos (sabe-se que o ministro de D. José expulsara os frades da Companhia de Jesus), mas verificou-se que era necessário reformar-se a fronteira para se meter luz que não tinha (Drumond, Anais, Tomo III, pág. 6).

O governo de D. Antão foi sábio, enérgico mas prudente, não transigindo com abusos e punindo os prevaricadores, qualquer que fosse a categoria, — do agrado, em especial, da gente popular. A nova autoridade não exorbitava dos amplos poderes do cargo, era afável, conciliador, esmoler, vivendo com sua família em grande fausto, ser-

vido de carruagens, formosas bestas, pagens e basta criadagem, restabelecendo as desavindas amizades nas casas nobres, reunindo na sua residência, em bailes e assembleias, a gente principal que, orgulhosa de suas prosápias, para acompanhar aquela ostentação principesca, fazia gastos imoderados, precipitando-se na ruína.

O que não podia supor é que o regimento do Porto, trazido para garantia de paz e ordem, viria a ser um funesto incitador de escândalos, desassossego e desavenças.

A conspícua sabedoria das nações fura-nos o ouvido a ensinar que o touro em terra alheia é vaca. Mas presumo que o adágio esteja falseado e deva ser, de preferência, entendido ao invés.

Pelo menos em tão crítica época de reformas, os militares, mesmo os de seu natural bisonhos e encolhidos, mal se viam em *clima* estranho, despiam o temor e surgiam jactanciosos, petulantes, insolentes, desaforados.

Assim, o regimento do Porto, supondo-se em ilha de cafres, de pronto começou a exercer vexações e afrontas. E era no outro sexo que os soldadinhos e cadetes faziam, não direi mais cruenta, mas gostosa devastação, o que, por ricochete, incendia explosivas ciumeiras e ódios vesgos entre os preteridos e os ultrajados.

Drumond cita a propósito Cícero, que afirmava terem as nações forasteiras maior ousadia nas terras alheias para se arrojarem aos atrevimentos, do que nas suas próprias (Anais, III, pág. 38).

O poder de sedução da militança do Porto não lhe advinha só da esbeltez e garridice da fardamenta, já de si chamariz estonteante a perturbar, como é consabido, a curiosidade mulheril — mas também e principalmente da novidade e audácia, indómito fascínio, apto a vencer as resistências mais tenazes do pudor feminino.

E tão numerosos foram os escândalos, muitos saneados, deve declarar-se, por subsequente casamento, e tal a indisciplina da tropa que o capitão-general queixou-se para a Corte, dizendo, na linguagem conceituosa do tempo — que o regimento lhe não merecia confiança, contaminado na parte principal, nem podia afíançar o sossego dos povos, tanto mais que desde a sua chegada muitas pessoas do sexo feminino se tinham entregado nos seus braços, na-

moradas dos encantos aparentes que sempre figuram semelhantes empregados.

No convento da Conceição tinha recolhido para noviciar a jovem Mariana Estácio, filha de Manuel Jacinto de Lacerda e de D. Maria Paula.

O caso andou nas *bocas do mundo* com estrépito, porque os Lacerdas eram gente da nobreza, abundante de bens, que toda a gente respeitava.

A menina, claro, seguia os pais na devoção e virtude, muito longe, no entanto, de pensar em ligar-se com o divino Esposo. Alegre, espiègle, olhos garços, antes maliciosos que sedativos, faces rosadas, saltitante, amando lunduns e bailes — só aquele apelido horrível que arrastava com desgosto a podia predestinar para o claustro.

Não era com aprazimento que o ríspido e desageitado Manuel Jacinto assistia, com a família, às reuniões elegantes em casa do capitão-general. Mas por soberbia da estirpe tinha de aceitar os convites, embora resmoneando. Não assim a filha, já em idade de frequentar tais festas, que, a despeito das *peias* e recomendações dos pais, se distinguia nos salões, mesurando, escarlate de gozo, os lentos minuetes, com a mais adorável gracilidade.

Entre os convidados não faltava, garboso, viril, trigueiro, desempenado, certo cadete do regimento do Porto, por nome Jacinto Martins, que talvez se não curvasse, com requintes de gentileza, nos meneios do minuete, mas por isso mesmo, pelo aprumo ousado, espalhava especial atracção que punha arrepios de volúpia no seu par. E o par adregava ser, várias vezes, a espiégle Estaciazinha.

Sucedeu... o que tinha que suceder — um subtil romance sentimental enleou os dois jovens. E aconteceu, também, o que, segundo os costumes da época, — e do regimento do Porto, — tinha de acontecer...

A inexperta menina foi logo inexoràvelmente fechada no mosteiro da Conceição, com as advertências mais estrictas à madre abadessa que a fizesse vigiar cautelosamente.

Nestes casos de amor, porém, os rigores mais severos sempre deixam escapulir equívocas complacências que tudo ageitam.

Uma bela noite, sem embargo da cuidadosa vigilância, uma chave falsa, — substituindo a verdadeira, acautelada sob a travesseira da reverenda sóror adormecida, — abriu sem ruído a cela de Mariana Estácia, uns vultos brancos esgueiraram-se pelos compridos corredores silenciosamente, silêncio apenas cortado pelo sussurro leve dos gratos beijos às duas professas, conluiadas para a aventura, uma escada apareceu apoiada ao muro da cerca... e a filha do ríspido Manuel de Lacerda saltou para a liberdade e para o amor, sustida, do lado de fora, pelo cadete e vários dos seus camaradas.

Tão grande afronta afligiu em extremo o capitão-general e foi a gota que fez trasbordar a taça...

A 15 de Julho do ano seguinte (1774) veio aviso da Corte para o truculento regimento do Porto embarcar, sem demora, destino a Santa Catarina, no Brasil, onde tínhamos guerra contra os espanhois.

Mas D. Antão de Almada era justiceiro e bondoso. Como o audacioso cadete não violara a clausura e se oferecia a reparar a falta, o capitão-general intercedeu junto do governo de Lisboa pelo moço enamorado.

Quando pela enseada pequenina de Angra sairam as naus que levavam os soldados e oficiais do famigerado regimento, com o seu comandante, António Freire de Andrade, o regozijo, que o despeito por vergonha devera moderar, explodiu sem rebuço na população da cidade e traduziu-se, conta Drumond (Anais, III, pág. 41) por ditos engenhosos, versos, cantigas e chacotas — hinos burlescos, transmitidos de pais a filhos, durante muitos anos, em que se cantavam o modo de viver, a devassidão, a indisciplina do sempre memorado regimento do Porto.

OUTEIRO DAS PEDRAS — OUTEIRO DE MARAVILA — OUTEIRO DE MARAVILHA — RUA DA ARQUINHA — RUA DAS MARAVILHAS — RUA DO FORTUNA — RUA DA MALAGUETA.

O lugar do *Outeiro*, bairro extremo da cidade, tirou o seu nome de circunstância orográfica — assenta num morro que domina o centro populacional de Angra, a nordeste, em relação à baía e porto.

Era conhecido por Outeiro das Pedras, ao tempo em que o patriarca da historiografia açórica, Frutuoso, compôs as Saudades da Terra. Querendo o notável doutor salamanquino acentuar que o povoamento de Angra fora demorado e lento, conta, a propósito, que havia uma postura da Câmara apenando com dois tostões, quantia tão grande como agora é duzentos cruzados, qualquer pessoa que passasse do Outeiro das Pedras para cima, e a razão da pena era por não se perder a gente, embrenhando-se no mato que dali por diante, para dentro da serra, era muito espesso e sombrio (Saudades da Terra, parte respeitante à Terceira, publicada no Arquivo da Universidade de Lisboa, Vol. IV, Lisboa, 1917, pág. 197).

O Outeiro, pela sua contiguidade do Castelo de S. Cristóvam e do Pisão, deve ter sido habitado logo no início da colonização desta parte da Terceira e depois de ser chamado das Pedras, teve designação mais suave: de Marvila.

Numa procuração de Maria Dias a seu marido, Afonso Vaz, lavrada em 4 de Fevereiro de 1641, pelo tabelião Jorge Cardoso, de Angra, diz-se que mandante e mandatário são moradores nesta cidade, no *Outeiro de Marvila*. E não foi erro do escriba, porque numa nota do mesmo tabelião, datada de 18 de Setembro desse ano, um dos outorgantes, António Luiz Teixeira, *criador e lavrador*, residia nesta cidade em idêntico lugar, o Outeiro *de Marvila*.

Em 5 de Janeiro de 1668, num documento de dote, a favor de Maria Simões, para se consorciar com Manuel Dias corisco, sombreireiro, já na voz do povo o nome do local sofrera o desencanto

duma alteração prosaica e o tabelião de Angra, Francisco de Sousa, chama-lhe Outeiro de Maravilha. Que na linguagem popular, porém, a corrupção fonética era recente e ainda não tinha sedimentado, vê-se duma outra escritura de dote, para Izabel Ribeira, criada dos dotadores, casar com Gaspar de Freitas, também sombreireiro, lavrada poucos dias depois, em 26 do mesmo mês e ano, igualmente pelo tabelião, Francisco de Sousa, onde o morro volta a ser — de Marvila.

Posteriormente a jovial designação de Marvila, quem sabe se importada do continente português, onde há lugares assim chamados, perdeu-se de todo e perdurou por largos anos, definitivamente grudada à fala do vulgo, o hiperbólico e desgracioso chamadouro — Outeiro de Maravilha. No Livro de lançamento das fintas nos anos de 1703 e 1704, existente no arquivo da câmara de Angra, ainda o Outeiro é deste modo qualificado. E actualmente há reminiscências de tão antigo epíteto, porque a via central e principal do bairro tem, oficializado, o nome de rua das Maravilhas.

Se me não iludo, porém, anteriormente a rua das Maravilhas tinha outro chamamento — rua da Arquinha. É o que se depreende das confrontações de metade duma casa, vendida a João de Oliveira, alfaiate, em escritura de 6 de Março de 1681, nas notas do já citado tabelião Francisco de Sousa. A casa era situada na rua da Arquinha, ao Outeiro, partindo do norte com a casa e quintal do capitão Cristóvam Pimentel de Mesquita, do nascente com a referida rua, do sul com casa e quintal do comprador e do poente com caminho do concelho que da arquinha vai ter aos moinhos.

No Livro do lançamento das fintas, mencionado acima, vem esta rua da Arquinha. E o caminho do concelho que vai ter aos moinhos é a mesquinha azinhaga, mal cuidada e mal pavimentada, que lá existe ainda ao presente e era conhecida por rua do Fortuna, a que, aliás, o livro camarário das fintas não alude.

Mas é o que se vê da escritura de 21 de Agosto de 1640, dum livro de notas do já também citado tabelião de Angra, Jorge Cardoso, em que Margaida (sic) Gonçalves, viúva de Manuel Roiz, mareante, vendeu a outro mareante, João Cardoso, uma casa de palha, com seu quintalinho pera tras e nelle hua figueira, cita na rua do fortuna, quando vão do pisão p.º o chafariz de Guilherme munis,

topónimo e situação topográfica confirmados numa outra escritura, de que já se falou, com data de 26 de Janeiro de 1668, do tabelião Francisco de Sousa.

Encontrei um Fortuna que presumivelmente deu o nome à azinhaga, mas não o descubro no momento de escrever estas notas.

Como é vulgar, no decorrer do tempo o nome padeceu uma pequena variante, passando para a forma feminina e deixou de ser apelido ou alcunha de pessoa para tornar-se entidade mitológica. No Livro dos foros e rendas da Casa do Hospital de Angra, organizado em 1771 pelo escrivão que então era do mesmo hospital, António da Fonseca Carvão, averba-se que Maria Alveres, viúva de Diogo Coelho pagava o foro de mil reis à Casa da St.ª Misericórdia de hua casa de telha com seu quintal citta no Pisão (queria dizer: acima do Pisão), na rua da fortuna.

O chafariz de Guilherme Monis (quem se lembra hoje do soberbio fidalgo?), ainda, reconstruído várias vezes, subsiste, no *Desterro*, ao lado da ermida e antigo recolhimento de *infausta* nomeada.

A via que do Outeiro, lado sul, se precipita sobre a do Desterro conserva ao presente a velha designação condimentar de rua da Malagueta, que lhe teria ficado da então preciosa especiaria, vinda para ali da costa de A'frica, ou, talvez melhor, da alcunha de picante mulher de virtude, moradora no sitio.

Numa escritura de 16 de Julho de 1669, do tabelião tantas vezes nomeado, Francisco de Sousa, aparece-me tal epíteto da rua, complicadamente grafado: *Mallaguetta*.

O curioso é que, com igual título, surge-me uma rua no bairro... do Corpo Santo!

CASTELO DE S. CRISTOVAM OU DE S. LUÍS — CASTELO DOS MOINHOS — PRAÇA D. PEDRO IV — MONUMENTO — MEMÓRIA — PISÃO — DESTERRO.

(O EMOCIONANTE EPISÓDIO DA MORGADINHA FAUSTA).

No cimo do outeiro mais alto que domina, do lado norte da cidade, a enseada de Angra, houve u ma pequena fortaleza, denominada de S. Cristóvam ou de S. Luís, vulgarmente conhecida por Castelo dos Moinhos, por terem sido construídas, ali próximo, várias moendas, logo no começo do povoamento desta parte da Ilha Terceira.

Desaparecido o forte, iniciaram-se naquele sítio, em 20 de Maio de 1844, os trabalhos preliminares para a construção dum monumento, em forma de pirâmide quadrangular, que lá existe ao presente, dedicado a D. Pedro IV, cuja primeira pedra foi oficialmente lançada em 3 de Março de 1845, pedra que foi também a primeira que no cais da cidade pisou o monarca, ao desembarcar na Terceira, em igual dia e mês do ano de 1832.

Por deliberação do município de Angra, o recinto foi denominado Praça D. Pedro IV, mas comumente é chamado, à antiga, Castelo dos Moinhos, ou, à moderna, Monumento e Memória.

Pela falda sul do morro da Memória a Passagem Silva Sarmento desce ao Jardim Duque da Terceira e pela encosta nascente despenha-se um pequeno bairro, o Pisão, ao qual está vinculado um curioso episódio da vida angrense que seguidamente se narra, para amenizar a fastienta história da toponímia de Angra.

O Pisão, segundo todas as probabilidades, foi o primeiro núcleo populacional de Angra, que se alargou de cima para baixo — mas logo a seguir o burgo começou a desenvolver-se de baixo para cima, pois a Alfândega e a Misericórdia, junto ao porto, foram instituições quási coevas do início do povoamento estável desta parte da ilha.

Antigamente, mais ou menos por toda a parte, nas regiões ex-

postas à pirataria e à guerra, os castelos alçavam-se em montes e penhascos de difícil acesso e, ao redor, à sombra e sob a protecção de suas ameias e colubrinas, de encosto às barbacãs, se iam aconchegando, tímidas, as habitações da gente popular.

Como era de regra, a povoação de Angra começou a formar-se desse mesmo geito, em torno da fortaleza de S. Cristóvam, ou de S. Luís, no alto dum outeiro — porque, ao tempo da colonização desta parte da Ilha Terceira, Castela guerreava Portugal e havia o temor das incursões de piratas.

Que cada qual imagine o que seria o cimo do morro, antes de iniciado o povoamento de Angra. Era um rochedo pouco menos que inacessível do lado sul, emergindo entre matagais emmaranhados. E a vegetação para o norte era tão densa e enredada que, já o burgo delineado, com sua câmara administrando-o, uma postura municipal vedava, sob cominação de multa, aos habitantes, di-lo Gaspar Frutuoso, internarem-se para cima do *Outeiro das Pedras*, pelo receio de se perderem.

De começo o castelo de Angra não seria mais que um recinto fortificado, sem grande aparelho militar, onde o primeiro donatário fez sua moradia e por cujas seteiras os vigias noite e dia espreitavam o mar — suficientemente amplo, sem embargo, para defensão e recolhimento dos poucos habitantes que até então por ali haviam feito assento.

Porque teve o recinto o nome de S. Cristóvam ou, como dizem outros, de S. Luís ? Não o sei.

E quem daria início à fortaleza?

As cartas de doação, de 17 de Fevereiro e 2 de Abril de 1476, em que D. Beatriz (Brites, Breitis), como tutor e curador do senhor duque, seu filho, completa o designio do falecido infante D. Fernando, dividindo a Terceira em duas capitanias, para João Vaz Corte-Real e Álvaro Martins Homem, dando ao primeiro a preferência de escolha — não dirimem as perplexidades e confusões que ainda rodeiam e entenebrecem a história do descobrimento e povoamento da ilha de Jesus Cristo.

Do texto da primeira carta devia concluir-se que ainda em vida de Jácome de Bruges, inicial donatário de toda a ilha, fora também capitão Álvaro Martins Homem e que entre os dois houve debates por não se ter concluído a partilha da Terceira.

Por outras informações, que se afiguram fidedignas, sabe-se, porém, que o flamengo Fernão Dulmo se intitulava igualmente capitão da mesma ilha e, antes de Bruges, começara o povoamento pelo sítio das *Quatro Ribeiras*, princípio de colonização que não prosseguiu, em vista de não parecer o terreno suficientemente prometedor às culturas ensaiadas.

Das desinteligências entre Bruges e Dulmo há também vestígios documentados.

Pelo texto da segunda carta de D. Beatriz teríamos de supor que, desaparecido Jácome de Bruges (o P.º Maldonado, na Fénix Angrense, manuscrito em poder do Sr. João Carvalhal do Canto Brum, demarca-lhe o desaparecimento pelos anos de 1466; o Sr. Dr. Duarte Leite por 1472), vaga a capitania da Terceira, fora nela provido João Vaz Corte-Real, mercê que se destinava a galardoar serviços prestados ao infante D. Fernando, ao filho D. Diogo e à própria D. Beatriz.

Mas do confronto dos dois documentos de 1474 somos forçados a aceitar que a provisão do cargo em João Vaz era anterior e confirmada nessa data, sem embargo de Álvaro Martins estar já, antecedentemente, capitão na mesma ilha.

De facto D. Fernando começara a riscar a partilha da Terceira, em presença duma pintura, isto é, duma planta, carta ou mapa que da ilha haviam mandado, trabalho que a viúva concluiu, instituindo as duas capitanias, cuja linha divisória seguia da Ribeira Seca pela metade da dita ilha até à outra banda, como se vai do noroeste ao sueste. A demarcação firmou-se em documento para escusar entre o dito João Vaz e o dito A'lvaro Martins os debates que este houvera com Bruges.

O certo é que D. Beatriz elucida: «Partida a dita ilha pela dita maneira, mandei ao dito João Vaz que escolhesse, e ele escolheu a parte de Angra e deixou a parte da Praia, em que o dito Jácome de Bruges tinha feito o seu assento».

Na capitania da Praia foi investido Álvaro Martins, em atenção a quanta despesa tinha já feito na ilha e pelos serviços prestados a D. Diogo, em cujo nome a tutora assina a carta de doação.

E D. Beatriz aduz ainda: «E por quanto o dito Álvaro Martins tinha feito certos moinhos na parte de Angra, os quais agora devem ficar ao dito João Vaz, praz-me que seja com tal condição que ele faça

ao dito Álvaro Martins outros tantos e tais na parte da Praia, ou lhe pague aquilo que, por ajustamento de homens bons, for avaliado. (As duas cartas vêm transcritas a pág. 490 e 493 do Tomo I, dos *Anais da Ilha Terceira*, de Ferreira Drumond).

Assim, é possível concluir-se: que Bruges começou o povoamento da Praia e Álvaro Martins o da parte de Angra, e foi este quem, ao alto do outeiro, construiu o recinto fortificado, onde fez moradia, ao mesmo tempo que os moinhos, ainda ali existentes.

João Vaz só entre 1475 e 1480 veio tomar conta da capitania e então alargou e embelezou os aposentos do donatário, onde passou a viver com grande estado, ao passo que Pedro Anes Rebelo (este chegara do reino para exercer o cargo de provedor das fortificações e casara com Isabel Dias Vieira, filha de Diogo Álvares Vieira, parente, em grau não remoto, da venustina Maria da Barca, de Túi, esposa do Corte-Real) fabricava em redor, com os rigores da engenharia militar, do tempo, o castelo de S. Cristóvam, conhecido por castelo dos moinhos (Cit. Fénix Angrense), provendo-o de grossas munições e artilharia, como revela Frutuoso, em cuja alcaidaria-mor e correspondentes direitos foi confirmado o donatário, por carta de D. Manuel, futuro rei, mas então ainda sómente duque de Vizeu, datada de Évora, aos 19 de Maio de 1495 (transcrita a pág. 504 dos Anais, Tomo I).

João Vaz (presume Drumond que foi ainda Álvaro Martins) fez também edificar, mais abaixo do castelo, uns vastos paços nobres, cuja fisionomia gótico-mourisca bem demonstra sua provecta idade (P.e Jerónimo Emiliano de Andrade: Topografia da Ilha Terceira, 1.ª edição, Angra, 1843, pág. 123), rodeados de jardins com muitas laranjeiras e frescura (assim diz Frutuoso), onde veio a residir a desventurada sua filha, Iria Corte-Real, casada com o truculento fidalgo Pedro Gois da Silva que, certo dia, num acesso de ciúme delirante, assassinou a esposa — mal e como não devia — na curiosa expressão que, inocentando a vítima, usa Frei Luís de Sousa, nos Anais de D. João III (Edição «Clássicos Sá da Costa» 1938, Vol. II, pág. 6).

Por morte de João Vaz, em 1496, sucedeu-lhe seu filho Vasco Anes Corte-Real que obrou em terras de África, contra a moirama, prodígios de bravura.

Não consta que o novo donatário alguma vez visitasse a Terceira e S. Jorge, de que tinha a capitania. Grosso de benesses, limitou-se a sugar os úberes rendimentos das ilhas, por via de ouvidores ou feitores de sua nomeação.

Vasco Anes exercia na Corte o cargo de Vèdor ou Veador do Paço. Morava em Lisboa, refere Frutuoso, ao longo do rio, defronte da freguesia de S. Paulo, ao cais que do seu nome se chamava o Cais do Veador, num rico aposento, em que também moraram seus descendentes, onde tinha seu sítio grande e campo cercado, que entestava com suas casas e que, por mercê de El-Rei, era couto.

O seu palácio, junto ao Paço da Ribeira, teve largos acrescentamentos e adornos consideráveis que mais tarde ali pròdigamente realizou o vice-rei de Portugal, valido dos Filipes, D. Cristóvam de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, capitão-donatário da Terceira e S. Jorge, pelo seu casamento com D. Margarida Corte-Real, bisneta de Vasco Anes.

Este fidalgo português, traidor, talvez sem culpa, ao seu país de origem, governou Portugal por ordem de Filipe II, de Castela, e foi donatário, sem nunca visitar as ilhas, explorando-as por via de feitores, um dos quais o Faleiro que deu o nome à ingreme via que da rua de S.to Espírito, junto à igreja da Misericórdia, sobe ao bairro do Corpo Santo. Pois mesmo sem pôr os pés na Terceira a subserviência local, que é muito mais antiga do que se julga, ligou-lhe o título nobiliárquico à rua que por detrás da igreja do Colégio sobe à rua do Rego—rua do marquês — do marquês de Castelo Rodrigo.

O palácio do marquês, ao *Cata-que-farás*, a S. Paulo, junto ao cais *do veador*, entestando com o Paço da Ribeira, em Lisboa, ficou, mercê das obras vultuosas que lhe realizou o Castelo Rodrigo, um dos mais vastos, mais belos e magnificentes edifícios da Corte, competindo com as principais casas senhoris da Europa.

Um dia, alguém que por ali passava, surpreso ante sumptuosidade tamanha, perguntou a um seu companheiro:

- Que prédio magnifico! O dono é que o fez ou veio-lhe já dos seus passados?
- É que o fez tornou o outro mas não foi dos seus passados, foi dos seus presentes.

Era uma alusão irónica aos benefícios que o Castelo Rodrigo abundantemente recebia do seu real amo castelhano — porque o marquês, como seu bisavô por afinidade, Vasco Anes Corte-Real, era insaciável em pedir e obter graças régias.

O palácio do Corte-Real, também conhecido pela Corte-Real, foi confiscado pelo Estado Português, a quando da Restauração da Independência, em 1640, e foi depois moradia de D. Pedro II, aí se maquinando o torpe episódio da abdicação e anulação do casamento do infeliz hemiplégico, D. Afonso VI. Mais tarde o palácio voltou à posse dos descendentes de Cristóvam de Moura, tendo sido vendido a D. Pedro III, tio e marido da pobre louca D. Maria 1.ª, até que em 1781 um incêndio voraz o destruiu quási por completo, consumindo em menos de quatro horas, 185 aposentos em que se contavam 18 salas reais, com todo o seu recheio de sumptuoso mobiliário e os quatro majestosos torreões dos cantos.

Perto do castelo de S. Cristóvam, por cujas abas a povoação de Angra ràpidamente se dilatou, descendo para o mar, numa delineação rectilínea e admirável, que ainda hoje se mantém nos seus traços essenciais — lembrou-se, logo nos primeiros tempos da colonização, um sagaz aventureiro, talvez algarvio, vindo a tentar a sorte nesta ilha, de estabelecer engenho de *pisoar* pano, para o tornar mais liso e firme.

Aproveitando a ribeira, que ali passa, por meio dum açude fazia girar a roda tosca dum moinho e esta imprimia o movimento de êmbolo a uns pesados paus que, à guisa de martelos, batiam o tecido. A este engenho se chamava pisão (Dr. Fr. Domingos Vieira: Grande Dicionário Português — 4.º vol., Pôrto — 1873, verbo Pisão; Morais Silva, Dicionário, Vol. 2.º, 8.ª ed., Lisboa, 1891, pág. 546).

Moinhos da mesma espécie houve diversos pelo país fora, assim como nas outras ilhas dos Açores e aos lugares em que funcionavam

ficava quási sempre preso, como em Angra, o nome daquela espécie de azenhas.

Quem era o dono do pisão, o *pisoeiro* de Angra? Ignora-se. Mas sabe-se que era casado com Joana Dias, mulher testaçuda, como todas, temerária, como poucas.

Do que se poderia duvidar era se o *pisão* do marido de Joana Dias, como os seus congéneres, tinha o destino de pisar pano ou *pastel*.

A cultura e indústria do pastel foram ensaiadas, com frutuosos resultados, desde o início do povoamento da ilha.

O P.e Maldonado — assevera-o Drumond — contava que Jos, Job ou Jorge de Utra, primeiro donatário do Faial, fora quem trouxera a semente desta planta e, como era flamengo, compatrício de Bruges, certamente lhe ensinara o processo de cultivo e modo de fabrico da tinta que da mesma planta se extraía.

O certo é que o pastel se tornou a melhor cultura, a mais rendosa indústria, o maior comércio da Terceira — e em torno se criou logo um numeroso exército de funcionários e toda a sorte de tributações — Nihil sub sole novum! — que, a pretexto de protecção aos lavradores e mercadores, de facto asfixiaram o rendoso negócio. Drumond descobriu na sentença dum pleito judicial que o pastel, assim em bolos, como granado, só podía ser expedido pelo porto de Angra, e aqui havia os aparelhos, tulhas, casas de granar, pesador e peso, lealdador, meirinho, escrivão e demais oficiais que disto se ocupavam, além da alfândega para o despacho e cobrança dos direitos.

O P.e Cordeiro (História Insulana, Lisboa, 1866, Tomo I, pág. 278) descreve miúdamente as diversas operações a que era submetida a planta (que tinha o aspecto de alface, a que se colhiam as folhas maduras por três vezes, em prazos determinados) até se transformar no pó que se exportava aos quintais.

As folhas eram moídas em engenhos, isto é, pisadas para, espremido o suco, ficar apenas a massa, que, em forma de bolos ou pasteis (daí o nome dado à planta e indústria), era disposta em tabuleiros a secar ao sol. Depois, em lojas ladrilhadas, os pasteis tinham de ser virados e revirados, até se desfazerem em pó.

O preço do pó ascendeu vertiginosamente, de dois tostões o quintal a mais de dois mil reis e o porto de Angra enchia-se de navios de Inglaterra, de Espanha, de Holanda que vinham carregar a preciosa droga, usada na tintura de panos, especialmente para a cor preta.

Assim que na Corte houve conhecença deste rendoso comércio logo o Fisco, ávido, exultou e caíu sobre o negócio com a vintena de finta, além do dízimo usual — para a cobrança do que se exigia dos lavradores o manifesto da cultura e dos engenhos o manifesto da produção. Os oficiais do fisco surdiram às dezenas e tinham por chefe o lealdador dos pasteis.

Estas alcavalas todas impeliram a alta de preços, o que levou os estrangeiros a lá se remediarem de outro modo, como diz o P.e Cordeiro — e adeus cultura, adeus indústria, adeus negócio, adeus tributos, só perdurando ainda por muito tempo, em lazeres estipendiados, sem ocupação, mas com salários... os fiscais del-rei.

Quando em 1767 e, de novo, em 1773, o primeiro capitão-general dos Açores, D. Antão de Almada, presumivelmente sob o influxo do marquês de Pombal, que a toda a parte estendia a sua prodigiosa actividade governativa, quis restabelecer nas ilhas a cultura e trato do pastel, porque esta importante droga era muito necessária às fábricas então construídas no reino, cujos directores a importavam dos estados de olanda, sendo certo que a cor azul que se dá com o dito pastel é muito melhor e mais fina que a do anil—teve de solicitar da Corte instruções para reduzir esta planta ao devido préstimo, visto que os lavradores da Terceira já tinham perdido todas as esperanças do seu benefício, isto é, já ninguém sabia como se tratava a planta, como se granavam e secavam os pasteis! E as amostras que, de qualquer modo, se obtiveram, enviadas a Lisboa, não conseguiram o esperado acolhimento (Drumond: Anais, Tomo III, pág. 13-37 e 9 dos Documentos).

Nesta data, sem embargo, ainda existia e se conhecia a planta de que se extraíam os pasteis. Até isso, depois, se perdeu em definitivo!

Quanto aos moinhos...

Pelo que se vê do P.e Cordeiro os moinhos de esmagar pastel tinham o nome genérico de *engenhos* e daí resulta que aos de *pisoar* pano é que se deve atribuir a designação específica de *pisões*.

Na toponímia da ilha encontra-se a distinção perfeitamente estabelecida. Na freguesia dos Altares, onde a cultura e indústria do pastel teve enorme desenvolvimento, há ainda a *Canada do Engenho*, embora lá não subsista engenho algum e na freguesia de S. Mateus há a *Canada dos Pisões*, sem que existam já quaisquer vestígios de moinhos.

O que parece inegável é que o pisão de Angra fez fortuna, o que sem demora alertou a cobiça do feitor, muito solícito, de Vasco Anes Corte-Real, o capitão-donatário que vivia na Corte, já idoso e repleto de honrarias, cargos e tenças, insaciàvelmente acumulados com o redizimo das ilhas donatárias que sorvia de longe.

O general Brito Rebelo sopunha visado o donatário da Terceira e S. Jorge na farsa O Clérigo da Beira, de Gil Vicente, quando a demoninhada Cezília atribui a um veedor do Paço:

fôlego de gato, digo vida perlongada.

Assim vem no Arquivo dos Açores (Vol. IV, pág. 580).

Suspeito que mestre Gil não intentaria simplesmente aludir à macrobia robusta do pação (Vasco Anes viveu uns noventa anos — mesmo Arquivo e tomo, pág. 401).

As alusões, nessa passagem da célebre farsa, aos mais grados cortezãos que intrigavam no Paço da Ribeira, sobre chocarreiras e na vestidura inanes, eram, uma ou outra vez, dicazes.

A referência ao fôlego de gato — que logo se aclara numa sápida ironia, como significando vida prolongada — quem sabe se não pretenderia bicar a voracidade inexhaurível do rotundo vèdor?

Teria errado o micaelense, general Brito Rebelo?

Não se deve confiar demasiado nas datas que Gil Vicente ou os seus filhos, Luís Vicente e a tangedora Paula Vicente, coordenadores das obras completas do genial actor e autor quinhentista, fixam na didascália de cada peça, como ano da primeira representação.

Mas, ou a representação do Clérigo da Beira fosse em 1526, como indica a didascália, ou em 1529, como pretende Anselmo Braamcamp Freire, o veador Vasco Anes teria então, segundo as datas de seu nascimento e morte, deduzidas de documentos pelo Dr. Ernesto do Canto e aceitas pelo cultissimo autor da Vida e obras de Gil Vicente, a provecta idade de oitenta anos (revista Ocidente, Braamcamp Freire, Vol. IX, pág. 80, Vol. X, pág. 215 e nota 738).

Nada, por consequencia, mais admissível do que a observação de Brito Rebelo que foi, aliás, como de resto o reconhece Braamcamp Freire, um vicentista probo e erudito, conhecedor, como poucos, da personalidade e da vasta obra do celebérrimo fundador do teatro português (Veja-se: Gil Vicente, col. Grandes Vultos Portugueses, II, Lisboa, Ferin, 1912).

Todavia ao omnisciente autor dos Brazões de Sintra, invulnerável na sua couraça de documentos, como dizia D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, investigadora de igual omnisciência e escrúpulo, afigura-se que o Veador, cujo planeta e signo desvenda a Cezília, possessa de Pedreanes, o mesmo Veador mencionado nas tragicomédias Templo de Apolo e Romagem de Agravados, era Rui Lopes, galardoado com tal mercê por D. Manuel, quando, em 1514, deu casa a seu filho, o príncipe D. João, depois D. João III, assim como Jorge de Melo, também nomeado no Clérigo da Beira, era, desde então, monteiro-mor do mesmo príncipe (Ocidente, Vol. IX, pág. 70, Vol. X, pág. 213).

E Braamcamp acentua que, sendo Rui Lopes conhecido pelo Pato, a essa alcunha alude Gil Vicente.

De facto, dês que o loução Almeida, moço do paço, inquire de Cezília:

Do Veedor he necessario saber a planeta sua.

Pedreanes, pela boca da endemoninhada, responde logo:

Sua planeta he a lua, o sino he Sagitário, com hua frecha d'atabua. Tem fôlego como gato, digo vida perlongada; porém não coma de pato senão só hua talhada, inda que custe barato.

Desnecessário dizer que esta anotação do insigne Braamcamp Freire, tal a sua probidade invulnerável de historiógrafo, foi admitida, sem verificação, pelo sr. Dr. Marques Braga, na mais recente edição das obras completas de Gil Vicente, a dos Clássicos Sá da Costa.

E, afinal, o veador do Clérigo da Beira seria Vasco Anes ou Rui Lopes?

Se o eminente vicentista, entre os vários veadores que frequentavam o Paço da Ribeira, escolheu Rui Lopes para lhe enfiar a carapuça, talhada pelo trovador e mestre da balança, boas razões o teriam decidido.

No entanto, quandoque bonus dormitat Homerus...

A despeito da veneração que tenho pelo saber profundíssimo do judicioso autor da *Crítica e História*, cuja nobre figura, de barbas brancas, sem mácula, como o seu carácter, comecei a respeitar, quando o austero cidadão assumiu, com inexcedível aprumo, a presidência da Assemblea Constituinte, no advento da República em Portugal — eu atrevo-me a preferir a versão de Brito Rebelo.

E é o próprio cauteloso linhagista dos Brasões da Sala de Sintra quem vai fornecer os elementos para validar a minha preferência.

Não pode haver a menor discrepância de que o veador da farsa era pessoa longeva, de vida prolongada.

Teria Rui Lopes entrado já na velhice, quando, por 1526 ou 1529, a farsa de folgar, Clérigo da Beira, foi representada, em Almeirim, ao muito poderoso e cristianíssimo Rei dom Joam o terceiro do nome?

Sabe-se que Gil Vicente não *amadurecia* as suas composições — eram quási sempre obras *de circunstância*, encomendadas, escritas e representadas.

Braamcamp Freire ignora a data do nascimento de Rui Lopes, mas descobriu que era casado anteriormente a 1518 com D. Caterina Freire e que deverá ter falecido em 1540. Pelos Anais de D. João III, de Frei Luís de Sousa, teve-se conhecimento de que Rui Lopes, pelos anos de 1514, recebeu de D. Manuel o cargo de veador do príncipe, isto é, de superintendente ou administrador da casa de D. João e, depois, quando este subiu ao trono, administrador da casa real.

O príncipe, nesse tempo, andava pelos doze anos e o novo veador, certamente jovem, seria ainda solteiro. Supondo que o casamento fosse em 1516, tendo o nubente vinte-e-cinco anos (naquela época, segundo o costume, os homens de qualidade não se casavam antes de atingirem a maioridade que era aos cinco lustros — D. Carolina Michaëlis: Notas Vicentinas, IV, Coimbra, 1922, pág. 14), Rui Lopes não tinha ainda chegado à casa dos enta, quando se representou o Clérigo da Beira.

Assim, é de toda a evidência que o não poderiam visar os versos:

Tem fôlego como gato, digo — vida perlongada.

Estaria ainda nessa ocasião o provecto Vasco Anes no exercício do cargo de veador?

É de presumir que não. O Corte-Real tinha o ofício no tempo de D. Manuel. O rei agora era outro e o fidalgo, ainda que rijo, octogenário.

Mas o que é natural é que no Paço continuasse conhecido e tratado por *Veedor* quem tão diuturnamente ocupara esse honroso ministério. E bem poderia a chistosa alusão vicentina à alcunha ornitológica de Rui Lopes referir-se a deferimento, apenas parcial, mas que não saíra dispendioso, deste veador a qualquer pretensão do outro. Jorge de Melo, visado também na farsa Clérigo da Beira, visinho paredes-meias e cunhado de Vasco Anes (Vasco era casado com D. Joana da Silva, irmã daquele), não menos sôfrego em acumular mercês, beato fingido, como em toda a crueza o apresenta Gil Vicente, foi pagem de D. Manuel, monteiro-mor do filho, príncipe D. João e, quando este subiu ao trono, monteiro-mor do reino.

Sucederam-se os reinados, e este melífluo tartufo, a reverenciar uns e outros, foi-se amesendando em oficios úberes.

O rei venturoso, entre as quantiosas munificências que lhe dispensou, deu-lhe umas estrebarias à Ribeira, ao Cata-que-farás, contíguas pelo poente ao couto de Vasco Anes e aí o monteiro-mor construiu nobres casas onde veio a morar.

Braamcamp Freire não pode coibir seu indignado furor, ao constatar as liberalidades do soberano com este inútil pedinchão, o monarca faustoso que, sem embargo, regateava, com sórdida mesquinharia, as merecidas recompensas aos grandes servidores leais, aos que na Índia lhe conquistavam um império imenso, em lances imorredoiros de epopeia. (Vida e obras de Gil Vicente, in Ocidente, Tomo X, pág. 215).

Ficou acima dito que não era Rui Lopes o único veador que exercia funções no Paço da Ribeira.

O próprio Braamcamp menciona João Afonso de Beja, irmão de Rui Lopes, veador do infante D. Luís, D. Diogo de Melo, irmão do falso beato, veador da rainha D. Catarina e eram também veadores del-rei: D. Rui Lobo, o conde de Penela, o conde de Vimioso e o grande valido, D. António de Ataíde, conde de Castanheira, aquele fidalgo tão contundentemente satirizado nas trovas, de ferino mal-dizer, atribuídas, sem razão, a Damião de Gois, que, certo dia, um ignorado frade capucho entregou secretamente a D. João III e onde se topam as seguintes crueis quadras genealógicas:

Mestre João sacerdote, de Barcelos natural, houve de uma moura tal um filho de boa sorte. Pero Esteves se chamou; honradamente vivia; por amores se casou com uma formosa judia.

Deste (pois nada se esconde) nasceu Maria Pinheira, mãi da mãi daquele conde que é conde da Castanheira.

(Veja Camilo: Curso de Literatura Portuguesa, Lisboa, 1876, pág. 311).

Voltando à nossa história do Pisão...

Na mesma ribeira dos Moinhos, acima do já existente, começou a construir-se um outro engenho, em nome e como propriedade do capitão-donatário.

Joana Dias, já viúva, mulher de máscula intrepidez, por si e por seus filhos menores, ousou embargar a obra que prejudicava o seu moinho — lhe fazia nojo — invocando uma decisão judicial que impedia quaisquer modificações na ribeira, sem outorga do almoxarife del-rei e sem licença do donatário.

Simplesmente... a obra embargada começara em nome do próprio donatário e o almoxarife del-rei seria pessoa de sua dependência.

A pobre Joana Dias, para esgrimir contra o potentado, só possuia argumentos pouco menos que frustes — flébeis, sem dúvida, mas ténues.

O donatário, com o da venda do sal, gozava do monopólio das azenhas e não foi difícil ao seu feitor conseguir toda a sorte de testemunhas a deporem que o pisão da viúva se tornara insuficiente e incapaz de prover às crescentes necessidades da vila de Angra.

Subindo o recurso ao Paço os senhores desembargadores decidiram — desnecessário dize-lo — a favor de Vasco Anes, apenas exigindo que o donatário houvesse primeiro licença do rei — licença que se não demorou e veio em carta, dada em Évora, aos 22 de Maio de 1544 (Arquivo dos Açores, Vol. IV, pág. 166).

E a infeliz viúva e seus filhos órfãos que rendessem graças a Deus misericordioso — prejudicavam-lhe a indústria com poderosíssimo concorrente — mas não fôra caritativo e generoso o donatário? Não poderia Vasco Anes, se o quizesse, fechar-lhes de vez o moinho?

Vários dos terrenos e casas ao redor do Pisão vieram a pertencer a um rico cidadão de Angra, Jerónimo Fernandes de Cea. Por êsse motivo o povo lhe acolchetara ao nome um apelido mais — o de *Pisão*.

Os Ceas, claro, não se poderiam dizer fidalgos filhados, isto é, inscritos no Livro dos Filhamentos, em que estão arrolados os nobres de geração. Mas eram gente de bom ser e qualidade que pelos seus bens, méritos e virtudes se distinguiram entre os principais repúblicos de Angra, ou seja, entre os cidadãos que exerciam os cargos da governança local.

O P.e Maldonado, no proémio duma Relação dos Juízes, Vereadores e Procuradores do concelho da cidade de Angra, que antecede a parte genealógica da sua Fénix Angrense (Ms. do Sr. João do Carvalhal), ensina como a eleição para os lugares primeiros do governo público de sua pátria era o bastante, naquela recuada época, para ninguém duvidar da boa estirpe que tinham os cidadãos admitidos à honra dos cargos.

Os que logravam a ocupação de Juíz, Vereador ou Procurador do Concelho, se não eram nobres, ficavam pela dignidade das funções, nobilitados e pera si e todos seos descendentes habilitados na limpeza e calidade.

Além de que, já naquele tempo o dinheiro dourava e conquistava brasões, a menos que topasse com prosápias de sangue, das por tal geito precucientes e susceptíveis que não transigem, que sacrificam sem piedade as inclinações sentimentais mais abnegadas e isentas, preferindo o claustro, até o amor clandestino e mesmo o túmulo ao desluzir duma declarada mésalliance.

No relatório do Decreto N.º 7, de 4 de Abril de 1832, um dos mais notáveis da notável *Ditadura da Terceira*, do célebre ministro Mousinho da Silveira — relatório certamente redigido pelo soldado Almeida Garrett do *Batalhão académico* — aludindo-se aos males económicos e sociais dos vínculos, cita-se a máxima usual dos mor-

gados da província: tudo é preferível a um mau casamento, e mau casamento quer dizer, de nascimento menos distinto (A Crónica, Semanário da Terceira, N.º 37, de 8 de Abril de 1832).

Por isso é largo o rol dos filhos da igreja (assim vêm às vezes designados em termos de baptismo), patris et matris incogniti, que nos livros paroquiais da Terceira, de há uns três séculos, ostentam lista vistosa de padrinhos nobres ou ricos e até da mais alta gerarquia. Por isso, em época mais recente, o número de expostos nas rodas e das crianças lançadas furtivamente às portas do Pai dos engeitados era de tal monta que, a despeito dos muitos desses inocentes recemnados que morriam ao abandono e dos não poucos a quem o temor das diligências para descobrimento das mães estrangulava, antes de verem a luz do dia, a sustentação dos que escapavam constituía um dos mais difíceis problemas das administrações camarárias da ilha, exigindo a derrama de empréstimos quási obrigatórios e a imposição de fintas, taxas e tributos novos, até por provisão régia, a que o povo concorria, não sem resmonear.

Ainda em 29 de Abril de 1800, o capitão general dos Açores, em Angra, Conde de Almada, informava em ofício para a Corte, que no último decénio se haviam registado na Sé, anualmente, uma média de 97 expostos e que faleciam, também anualmente e em média, uns 83!

E isto eram só os engeitados que chegavam a baptizar-se, os que entravam na Casa da Roda e, em regra, só os do concelho de Angra!

O município continuava sem recursos para suprir essas infelizes crianças e pensava-se em criar uma lotaria para esse fim.

Quer dizer: numa população que então seria, calculando por excesso, dumas dez a doze mil almas, havia todos os anos noventa e sete nados-vivos abandonados, de pais não sabidos, legalmente registados, dos quais oitenta e três morriam — naturalmente pelo carinhoso tratamento, bem agasalhadinhos, daquela desenxovalhada Carlota, tecedeira de anjos, do célebre romance de Eça de Queiroz.

Em 20 de Outubro de 1782, o provisor e vigário-geral do bispado de Angra, Dr. João Vieira de Betencourt, deu comissão ao reitor da Sé, padre Pedro da Câmara Merens, para organizar, numerar e rubricar

um livro privativo, destinado ao lançamento dos termos de baptismos e óbitos dos expostos.

Eram os reitores quem lavrava estes assentos.

De 1782 a 1789 alternadamente figuram, com o mesmo título de Reitor da Sé, nas páginas do livro, além do referido padre, mais os seguintes: José Frutuoso Homem, António Jacinto da Costa (desde Agosto de 1784), Estácio José de Dormonde (desde Novembro de 1784), António Martins de Oliveira (desde Abril de 1785), Vicente Ferreira de Vasconcelos (desde Abril de 1786), Joaquim José da Cruz (desde Dezembro de 1786) e José Ribeiro de Carvalho (desde Novembro de 1789).

No ano de 1783, registam-se no livro 120 baptismos e 81 óbitos de *expostos*; em 1784, baptismos 94, óbitos 73; em 1785, baptismos 97, óbitos 86; em 1786, baptismos 94, óbitos 105; em 1787, baptismos 86, óbitos 100; em 1788, baptismos 100 e 1789, baptismos 95, continuando o registo de óbitos no livro seguinte.

Vê-se, por consequência, que no decénio anterior ao que indicou em seu ofício o capitão-general, conde de Almada, já a estatística da natalidade e mortalidade dos engeitados em Angra, era pasmosa!

Dolorida emoção nos aperta a alma ao percorrer as folhas, semeadas de pequeninas tragédias, do livro privativo da Sé.

Os termos indicam os nomes das amas nomeadas pela câmara a cada engeitado.

Havia amas solteiras (mulheres solutas, lhes chamam os reitores), mulheres casadas e até viúvas.

Na própria Casa da Roda, ao cimo da Rocha da cidade de Angra, havia, além do rodeiro (que em 1783 era Miguel Luiz), pelo menos uma assistente (que em 1786 era Catarina Bernarda e, em 1788, Maria da Conceição, casada com Francisco Gonçalves), para acudir de pronto a qualquer novo hóspede, surrateiramente lançado à porta, no silêncio da noite.

E o recemnado ali ficava, transido de frio, até que a porta providencialmente se abrisse. Raro se anunciaria a *visita*, pelo receio das indagações para se descobrir a mãi da criança, que era o que mais interessava ao município, para evitar a despesa de lhe nomear ama — além de que a justiça também intervinha.

Algumas vezes a pequenina criatura era levada ali por pessoa caridosa que dizia te-la encontrado, abandonada em lugar escuso.

Assim, em 16 de Setembro de 1783, apresentou-se na Roda Francisco da Silveira, coveiro de S. Pedro, dos Biscoitos, com um embrulho. Era uma menina, botada, segundo parece, à porta da sacristia da igreja. Foi baptizada logo com o nome de Delfina. Entregue ao rodeiro, este convenceu sem custo o achador a tomar conta da engeitada. Lá a levou e presumo que seria de facto caridoso, porque se a criança morreu o óbito não consta do livro da Sé.

Mas era junto da morada do pai dos engeitados, o vereador do senado camarário, a quem cabia o pelouro dos expostos, o lugar de eleição para o abandono.

Aflitiva missão a desse vereador. No município não havia dinheiro, o número de engeitados crescia sempre, era precária a pontualidade no pagamento das amas e, por essa ou por outras razões, as lactantes não acorriam em quantidade suficiente para as necessidades.

Os expostos chegavam a estar de dois a quinze dias na roda à espera de ama.

Os reitores iam anotando nos termos de baptismo: baptizado na casa da roda, com o nome de Francisca, por se achar muito fraquinha; não lhe deram ama e durou poucos dias — José, baptizado na casa da roda, faleceu sem ter ama — Manuel depois de baptizado morreu na casa da roda...

A um exposto particularmente infeliz (ou feliz?), a quem o padrinho, Cosme de Mascarenhas, sineiro da Sé (este homem durante anos apadrinhou a quási totalidade dos neófitos engeitados), pos o nome de Abraão, nenhuma ama o quis criar, assim diz o reitor no respectivo termo de baptismo (20 de Março de 1783, fls. 19 do citado livro N.º 1).

Está a ver-se: o sineiro descobriu que o recemnascido provinha de judeu e deu-lhe nome adequado.

Podiam lá as desveladas lactantes, tão religiosas, amamentar o pequenino hereje, misturando-o ao peito — t'arrenego! abrenúncio! — com os seus próprios filhos, cristãos perfeitos!

Dezaseis dias decorridos, o Abraão, coitadito!, acabou de morrer!

Os termos dos óbitos indicavam a idade aproximada dos que fa-

leciam. Os desgraçados despediam-se definitivamente da mísera existência entre os três dias e os três mêses. Poucos os que atingiam o ano e muito poucos os que ultrapassavam esse prazo.

Ignoro se o ofício de ama era rendoso — sei que era uma verdadeira indústria.

Os bairros excêntricos da cidade, naturalmente os mais pobres, é que forneciam a maior cifra dessas mulheres, lactantes ou não: o Outeiro, S. João de Deus, Corpo Santo, os Marrolhos, o Castelo... Mas não bastavam. Foi preciso recorrer à população campesina: Posto Santo, S. Bartolomeu, S. Bárbara...

Havia amas expeditas, que despachavam os seus pupilos com hedionda rapidez.

Chega a supor-se que haveria prémios para esta competição de velocidade!

As amas que recebem três expostos por ano, um em seguida à morte de outro, são inúmeras!

Com inaudita paciência — e horror! — consegui organizar uma lista das mais apressadas (ia a dizer — das premiadas), durante cinco anos.

Mariana de Jesus, mulher de João Cota, moradores, primeiro, à *Pereira*, depois, ao *Chafariz velho* e, por último, a *S. João de Deus*, extramuros de Angra — foi ama de:

Genoveva, em 6 de Fevereiro de 1783; Raimundo, em 22 de Julho do mesmo ano; Constantina, em 18 de Fevereiro de 1784; Bárbara, em 9 de Julho de 1784; Margarida, em 13 de Outubro de 1784; Inácio, em 5 de Abril de 1785; Marília, em 27 de Maio de 1785; Violante, em 22 de Julho de 1785;

António, em 20 de Agosto de 1785;

Mateus, em 21 de Setembro de 1785;

Luzia, em 23 de Janeiro de 1787;

António, em 5 de Agosto deste mesmo ano de 1787... ignorando se continuou tão benemerente missão nos anos seguintes!

Genoveva Rosa, mulher de Vicente Correa, moradores, primeiro, no *Posto Santo*, depois na *Canada de Belém*, do concelho de Angra — foi ama de:

Felisberto, em 9 de Janeiro de 1783; Mariano, em 26 do mesmo mês e ano; Maria, em 22 de Março, ainda do mesmo ano; Felícia, em 8 de Março de 1784; Perpétua, em 20 de Agosto de 1784; Henrique, em 24 de Dezembro de 1787; Aniceto, em 23 de Março de 1788...

Quitéria de Jesus, mulher de André de Sousa, moradores no Posto Santo, depois nos Marrolhos, na rua dos Canos Verdes e na Travessa dos Carvalhais — foi ama de:

Vitorino, em 22 de Maio de 1783;
Maria, em 24 de Setembro do mesmo ano;
Joaquina, em 13 de Abril de 1785;
Joana, em 3 de Maio de 1785;
Laura, em 27 do mesmo mês e ano;
Umbelina, em 20 de Setembro, ainda de igual ano de 1785...

O livro da Sé, privativo dos expostos, facilitou o cômputo dos engeitados do concelho. Para as épocas anteriores é extremamente difícil fixar dados estatísticos.

Mas quem folheia as primeiras dezenas de livros paroquiais da catedral raro passa duas páginas, ou seja, de ordinário, seis termos de baptizados, sem topar um neófito, quando não mais, filho de pai não sabido ou de ambos os pais incógnitos. As crianças figuram como apresentadas na igreja pela parteira — cuja assistência, de resto, era anotada em todos os registos, de nados legítimos ou ilegítimos.

Para isso as escravas davam notável percentagem.

Os curas encarregados dos assentos de baptismo já, de certa data em diante, omitem, na anotação do sacramento aos pequeninos seres cativos, a fórmula usual: filho de pai não sabido, por desnecessária.

Surge um ou outro rebento de escravo e escrava, porque havia senhor escrupuloso que os acasalava à face da igreja. Mas quási sempre os filhos de escrava, ao invés dos bastardos reais, não têm pai.

Era um luxo, e como que atributo da nobreza e das dignidades eclesiásticas, possuir escravos. Por imitação (e também por comércio) todo o traficante enriquecido ostentava o seu séquito desses animais.

E não só esses. Por escritura de 4 de Outubro de 1640, nas notas de Jorge Cardoso, tabelião de Angra, o cura da Sé, Sebastião de Figueiredo, fez doação ao sobrinho, capitão Roque de Figueiredo, que viria a ser, pouco depois, um dos herois do cerco terceirense ao castelo de S. Filipe do monte do Brasil, os seus dois escravos pretos, do gentio de Guiné, Diogo e Luíza, de que, por compra, é senhor e possuidor, e com eles se tem servido e mantém em sua casa. A doação é feita ao sobrinho, sua mulher e filhos e para quem eles mais quizerem, podendo tomar posse dos negros como coisa sua. No final do contrato o doador aduz: que dava estes dois escravos e o fruto da escrava Luíza ao sobrinho, com tal condição que nem o doado, nem sua mulher e filhos não venderão a negra Luíza, e sendo que a queiram vender em tal caso ficará fôrra e livre».

O donatário rendeu as graças ao seu tio pelo benefício e boa obra que lhe fazia e lhe beijou a mão por esta mercê.

Por escritura de 12 de Agosto de 1669, do mesmo tabelião, o r.do Pedro de Alpoim de Sousa, vigário confirmado na igreja de Santa Bárbara, das Nove Ribeiras, desta ilha Terceira, declarou que seu irmão, cónego prebendado da Sé de Angra, Matias de Alpoim de Sousa, *lhe assistira por via de empréstimo* com tudo o que fôra necessário para se ir ordenar na cidade de Lisboa e, assim, lhe era devedor de trezentos e oitenta mil reis, em dinheiro de contado que lhe paga do modo seguinte: setenta mil reis de pronto, com dois moleques que lhe dá, um macho, de nome Julião e uma fémea, de nome Maria — e o restante pagará com a quarta parte do rendimento da sua igreja, em trigo e dinheiro.

O escravo não era só um luxo, era uma riqueza, uma propriedade cara. E a escrava de flancos fecundos, portanto, era considerada duplamente valiosa, como hoje em dia uma vaca de criação.

Frequentemente, para vincarem bem a propriedade, os senhores punham aos cativos o seu próprio nome e apelido.

Por isso, decorridas várias gerações, não é fácil distinguir entre os nomes da *pessoa* e da *coisa* — os linhagistas e historiadores por vezes confundem *uma* e *outra...* E só Deus sabe qual das duas seria melhor.

O mais antigo Cea que aparece na Terceira é João Fernandes de Cea ou da Cea, tabelião (os tabeliães gozavam dos privilégios da nobreza — Drumond, Anais — tomo II, pág. 148). Encontro-o casado, suponho que em segundas núpcias, com Ana Luíza, a qual faleceu em 4 de Maio de 1573.

Segundo a Fénix Angrense, do P.º Maldonado, cópia existente na Biblioteca de Ponta Delgada, este João Fernandes de Cea era filho de João Botelho de Cea e neto de André de Sousa Botelho, com brasão de nobreza, reconhecido e registado no livro do rei de armas, certificando o autor do manuscrito copiado que viu e teve na sua mão a respectiva carta régia.

O tabelião Cea houve pelo menos um filho, André Fernandes de Cea que veio a casar com Guiomar Mourata e os Mouratos têm série aberta nos livros genealógicos.

Guiomar Mourata era filha de Gonçalo Garcia Mourato, criado da Infanta D. Beatriz e neta de Pedro Dias Bocarro, escudeiro da casa del-rei D. Manuel.

André Fernandes de Cea foi, de resto, juíz eleito pelo senado de Angra, no ano de 1545 e voltou a exercer tão alto cargo, a que correspondia a presidência da Câmara, nos anos de 1550, 1551, 52, 59 e 1569 (Cit. relação da Fénix Angrense).

Do casamento destes nasceu Jerónimo Fernandes da Cea Pisão, galã dum triste drama em que é protagonista a fidalguinha D. Fausta.

Suponho que irmão de André Fernandes seria Manuel Fernandes de Cea, casado com Oriana Cardoso, de quem houve uma filha, Branca da Costa de Cea, falecida em vida do pai, aos 8 de Maio de 1597.

Oriana Cardoso era de boa linhagem, neta de Gaspar Gonçalves Machado (Ribeira-Seca) e da primeira mulher deste, Caterina Cardoso,

sobrinha neta da capitoa da Praia, Inês Moniz Cardoso, esposa do capitão donatário, Álvaro Martins Homem.

Se Oriana desposou um Cea, este era, seguramente, pessoa de qualidade.

Ceas, Mouratos, Bocarros, vêm mencionados entre os principais de Angra no Espelho Cristalino de Frei Diogo das Chagas.

Simplesmente . . . este frade florentino errou de-certo, quando diz que Guiomar Mourata fez testamento em 19 de Fev. de 1554, do qual consta serem falecidos uma filha e todos os filhos varões que houvera de André Fernandes e onde estipula que a sepultem na Conceição, na cova de seu sogro, João Fernandes de Cea, o tabelião.

Não pode ser assim. Pelo menos o filho Jerónimo era então vivo, porque o romance emocionante de que foi principal personagem é de alguns anos posterior.

Fica deste modo reconhecido que os Ceas foram gente nobre, com brasão de armas e que ainda mais se enobreceu a si própria pela alta dignidade de juíz ordinário e presidente do senado angrense que um deles por reiteradas vezes ocupou. Mas em suas veias não girava talvez um sangue tão nitidamente azul como o dos Monizes — e isso era um caso sério.

Os Monizes, esses, provindo de Vasco Martins Moniz, progenitor dos alcaides-mores de Silves, dos senhores de Angeja e de vários ramos no continente e nas ilhas (Braacamp Freire: Brasões da Sala de Sintra, tomo III, Coimbra, 1930, pág. 49) podiam ostentar as cinco estrelas em campo azul, de suas armas.

A Guilherme Moniz Barreto concedera o donatário de Angra, João Vaz Corte-Real, de exacerbável soberbia, a sua filha, D. Joana, em casamento. E do consórcio, o primogénito, Sebastião Moniz Barreto, casara no reino com D. Joana da Silva, dona tão filauciosa de sua estirpe, de altivez tão rigidamente perpendicular que dir-se-ia enchouriçada em camadas aflitivas e inumeráveis de pergaminhos dourados.

Sebastião Moniz erigiu a ermida de N." Sr." do Desterro, junto ao Outeiro de Marvila, que destinava a mosteiro de freiras da ordem de S. Bernardo.

O mosteiro não chegou a fundar-se.

Mas pelo menos houve ali um recolhimento onde, em clausura sem votos, mulheres piedosas viviam em comunidade, como se fossem religiosas professas.

De sua conspícua e sumptuosa consorte houve Sebastião Moniz, se não estou em erro, três filhos: Guilherme Moniz Barreto, segundo do nome, D. Francisca e D. Fausta.

Ai dela! a coitada matrona, descendente dos Silvas e Noronhas, só para a filha, Francisca, logrou casamento, não direi *igual* — oh! não! — mas, em suma, *sofrível* e, ainda assim, quão pouco tranquilizador! O noivo, Rui Dias de S. Paio, era de condição nobre, filho de Mendo de S. Paio, natural do reino, comendador de S. Julião — mas pela mãi, D. Beatriz Homem, neto de Gonçalo Vaz Homem que morrera de gafeira, escondido na sua casa às *Figueiras do Paim* da Praia, que deixou em testamento para leprosaria, o hospital *dos Lázaros*, com ermida, fundada em 1520.

Em resumo — o avô era leproso.

O filho primogénito, Guilherme Moniz Barreto, mostrou o maior descaso pelas filáucias genealógicas de sua progenitora.

Os Monizes Corte-Reais (corria-lhes nas veias o sangue aventuroso dos argonautas) eram um tanto estarolas e rebeldes às peias familiares. Um tio deste Guilherme Moniz, irmão do pai e que se chamava Baltasar, aos catorze anos fugiu de casa e meteu-se oculto numa das naus da Índia que demandara o porto de Angra. Tais artes empregou que na realidade foi ter à India e veio depois à Corte casar com uma D. Violante, que era de origem terceirense, voltando a casar, por morte desta, com D. Maria Pais da Cunha, de quem teve D. Maria da Cunha que foi mulher do governador do Brasil, Diogo de Mendoça.

Pois Guilherme Moniz, como se ia dizendo, desprezou os preconceitos de casta. Não lhe seria difícil, ele que era o primogénito, descobrir donzela de sua igualha, mas era ambicioso e o dinheiro — tlim! —

O dinheiro é tão bonito, Tão bonito, o maganão! Tem tanta graça, o maldito, Tem tanto chiste, o ladrão!

(João de Deus: Campo de Flores).

que preferiu consorciar-se com D. Simoa Alvres, filha de Sebastião Álvres, mercador groço (sic), diz um linhagista, ou seja, contratador de sobrado, que viera do Algarve e conseguira notabilizar-se em Angra, pois foi vereador da Câmara nos pelouros de 1565 e, segundo Frei Diogo das Chagas, no Espelho Cristalino, voltou a ser eleito em 1569, no mesmo ano, portanto, em que foi juíz o próprio André Fernandes de Cea, ambos assistindo, com os demais oficiais do senado e senhores da governança, ao lançamento da primeira pedra da Sé nova de S. Salvador, da cidade de Angra.

Que vislumbre cada qual, no cariz da arrogante sogra a mordacidade sardónica do olímpico sorriso, despenhado sobre a jucunda Simoa, no dia róseo do noivado!

Todo o rancor e azedume do despeito, do orgulho esfacelado, a matrona reservou-os, com sanha demoníaca, para a filha segunda, a desditosa Fausta — e conseguiu, a megera, transmudar o nome gazil da pobre criança em irrisão e tormento.

Onde era o solar ou chefe dos Monizes ?

O P.e Cordeiro (História Insulana, Vol. II, pág. 46) escreve que tinham suas casas e assento, com grande jardim e quinta, na rua que então se dizia de S. Sebastião e da Conceição, depois conhecida por rua da Guarita, em face do convento que comummente se denominava da Conceição das Freiras, (hoje hospital de S.to Espírito), para o distinguir da Colegiada da Conceição dos Clérigos. O Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), no Nobiliário da Ilha Terceira (Vol. II, pág. 155), por seu turno sustenta que o solar era a Casa de Vale do Linhares, nos arredores de Angra, freguesia de S. Bento, com capela sob a invocação de S. Guilherme, demolida na segunda metade do século XIX.

Quanto a Jerónimo de Cea residia, ao que presumo, para as bandas do Pisão e — ou morasse Sebastião Barreto em Vale do Linhares, ou defronte do mosteiro da Conceição das freiras — tinha o Cea em qualquer caso de fazer um largo desvio de caminhada para, vindo ao centro da urbe, passar pela residência dos Monizes.

Inegável é que o faria por gôsto e com frequência, sentindo, mais

do que vendo, o dulçor duns olhos suavíssimos que por entre os ralos de certa gelosia o espreitavam, tímidos...

Era o caricioso dealbar dum amor inocente que ia enredando, em seus liames inconsúteis, o coração da tristinha Fausta.

Um dia, a mãi, que espiava subtil os gestos e passos da menina, já núbil — descobriu-lhe o casto enleio sentimental. E, sem mais delongas, encerrou a desventurada no recolhimento do Desterro que nunca tivera até ali designação mais apropriada.

Mas a fragilidade tenra da mocinha não lhe impedia a pertinácia. Concitada pela cruel oposição materna, o que era apenas afeição nascente volveu-se, de pronto, em obsidiante paixão inelutável.

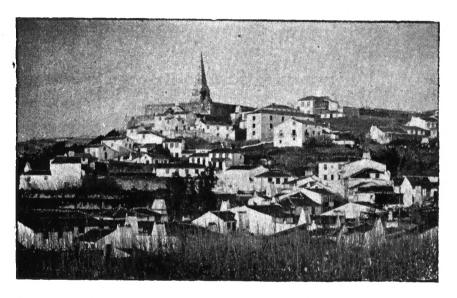
Jerónimo de Cea, à força de *cruzados* (a fé... e o dinheiro transportam montanhas), conseguiu peitar o *zelo* das *vigilantes* do recolhimento — e os *recados* e *bilhetinhos* chegavam aos ouvidos e às mãos da já então resoluta donzela.

Era na sua capela do Desterro que Sebastião Moniz, D. Joana da Silva e o séquito da criadagem, ouviam missa e se encontravam com a reclusa, incitando-a, enquanto lhe não impunham, a noviciar num convento.

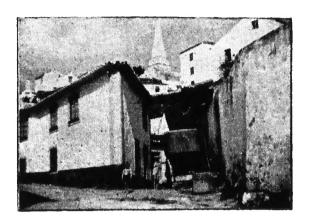
Foi então que a fidalguinha, ante o perigo iminente, encontrou maneira de expor ao namorado — ele, sim, indeciso e receoso — o seu plano temerário e solerte.

— Não posso por mais tempo sofridamente suportar êste cárcere. Quero ser vossa esposa e vossa escrava. Já que não tendes ânimo de me tirar daqui, estou disposta, eu, frágil moça, a fugir para vós, se vos atreveis a defender-me. Deus me perdoi! vou usar de manha e arteirice com minha senhora mãi, dissimulando-lhe meu intento e prometendo-lhe tomar hábito de freira. Assim, espero que, em vez de nova clausura, finde a que estou penando e me levem para casa. É então o momento de ser vossa. Nesse dia, vinde aqui pelo Desterro, apercebido pera tudo, à hora da missa. Aguardai que termine o ofício divino. Ao sair, acompanhada por meus pais e criados, fugirei, correrei para vós. Defendei-me! Por Deus, defendei-me!

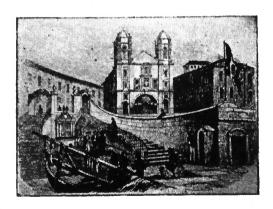
Este apelo estertorado, grito asfíxico de esperança e desespero, inflamou o brio cavalheiresco do jovem Cea. E na manhã do domingo



Angra do Heroísmo: Pisão, Ao cimo, a Memória (estado actual).



Angra do Heroismo — O Pisão (estado actual).



Angra do Heroismo — Portão do mar (há pouco mais dum século).

que entre ambos fixaram para a fuga, estava o mancebo ao alto da rua do Desterro, encostado à parede, junto ao chafariz que ainda ali existe.

Se alguém o fixasse atentamente não deixaria de lhe estranhar a decidida atitude e de certo perguntaria a si mesmo: Porque trazia cinturão com espada? Porque tentava esconder a coriácea adarga, enfiada no braço esquerdo?

Quando acabou a missa e os fiéis começaram a descer os degraus da capela, Jerónimo de Cea avançou uns passos. O morgado Moniz e os seus, saíndo da penumbra da igreja para a radiante claridade do terreiro, não distinguiram, todavia, o moço adargado que serenamente os aguardava, nem tiveram tempo de notar que a fidalguinha, em vez de seguir à esquerda, para o lado do mosteiro de Conceição das Freiras, se desviava para a dextra, para a rua do Desterro.

Nisto — viu-se um vulto claro de mulher, correndo através a gente numerosa que ainda ali permanecia e um brado angustioso arripiou todos os corações, um brado feminil que implorava, entre soluços:

- Libertai-me! Libertai-me do cativeiro em que me sufocam! Sou vossa mulher e como tal libertai-me!

Era a linda morgadinha que para sempre fugia à opressão da família e se acoitava sob a protecção daquele a quem jurara pertencer e pertencia.

Houve um momento de confusão e de pânico. Jerónimo de Cea, empunhando a espada, passou a jovem para trás de si e recomendou-lhe que se agarrasse com firmeza ao boldrié da espada.

E enquanto a raiva impotente de D. Joana se esboroava num delíquio lacrimoso, Sebastião Moniz, rugindo cólera e impropérios, investiu contra o petulante moço que nunca deixou de reputar como tredo raptor da filha.

Os criados seguiram o amo e tentavam envolver o esgrimidor, mas percebia-se que apenas simulavam devotamente ao fidalgo, no íntimo desejosos de proteger a fuga da menina. Além de que, desarmados, temiam a espada que zunia, cortando o ar em todos os ventos — e, entretanto, o esforçado cavaleiro ia recuando com sua dama, até — diz uma crónica — recolhe-la, como em depósito, numa casa que perto dali estava.

O furor dos Monizes e de todos os seus parentes extravasou nas mais inconcebíveis perseguições — mas deve confessar-se que o morgado teria contemporizado, por mor da filha, se não fora à sua beira a tigrina intransigência da mulher, desvairada, na sua vesânica ufania heráldica, por este golpe de escárnio.

Como os Ceas tinham também poderosos amigos e partidários, sendo o pai do suposto raptor juíz ordinário, os enfurecidos fidalgos recorreram à justiça eclesiástica e, não sabendo que alegar, conceberam isto apenas: imputar ao mancebo a culpa de violação de clausura, a que pelas Ordenações manuelinas (Liv. V, Tit. XXII) correspondia pena capital.

Claro que não estando a fidalguinha enclausurada, como noviça ou freira, em mosteiro legalmente confirmado, isto é, convento de freiras de Religião aprovada, a imputação era absurda.

No entanto, não seria prudente confiar demasiado na rectidão das justiças da época, às vezes renitentes em descortinarem o absurdo de suas decisões.

Segundo as mesmas Ordenações, se alguma freira sair do seu mosteiro e por induzimento for ter a lugar combinado e certo, donde o sedutor a levou em sua companhia — se for piam moura por ello, e se for pessoa de moor qualidade pague cem cruzados para o dito moesteiro, e mais será degradado pera sempre para a Ilha de Sam Thomé.

Não poderia ser o caso torcido para este lado, bastando ao julgador cerrar os olhos e considerar, por semelhança, o Desterro, convento e a pobre Fausta, freira?

Sem embargo, a devassa, ao que parece, não deu satisfação aos Monizes, o que ateou novos ódios e embraveceu novos despeitos.

A jactanciosa fidalga, fremente de raiva, não desanimou. A sua cólera vingativa mantinha-se incendida e instigou os seus parentes de Lisboa a que impetrassem na Corte justiça punitiva. E tais petições os influentes senhores levaram ao Paço que o Cardeal Infante, por Alvará de 6 de Novembro de 1564 (transcrito a fls. 57 v.º do Livro 1.º do Tombo da Câmara de Angra), mandou o Dr. Diogo Lopes Pinheiro,

desembargador que era dos agravos da Casa do Cível, devassar novamente do nefando sucesso.

A opinião popular, entretanto, ia anotando, com interesse que se tornou comburente e explosivo, a sequência das peripécías desta obstinada luta de feridas vaidades. Formaram-se partidos, inimizaram-se famílias, houve pendências que se dirimiram à espada.

Drumond diz terem sido tantas e tais as contendas que originaram um provérbio, no seu tempo ainda corrente: Ribeirinha — a uma banda!

O desembargador teria vindo logo para a Terceira? A investigação a que procedeu ter-se-ia protraído, com toda a sorte de alicantinas?

O que parece certo é que entrementes o morgado Moniz, roído pelos desgostos — morreu.

E nem assim o luto desarmou a soberbia da viúva.

Lembraram-se então os apaniguados e aderentes dos Monizes de executar *em efígie*, já que não podiam enforca-los *de verdade*, o raptor e raptada.

Era uma farsa abjecta, manifestação de ódio, mais picaresca do que trágica. Um domingo, quando os moradores do Desterro e vizinhanças, de manhã se dirigiam à capela para a missa, toparam, com pasmo e terror súbito, — que se desarmou em risota, nuns, em repulsa, noutros — erguidas sinistras, no terreiro da ermida, duas forcas em que balouçavam bonecos de palha, nomeados, em dísticos gritantes: Hierónimo, Fausta.

Ignora-se qual o resultado da missão incumbida ao desembargador Diogo Lopes Pinheiro — mas uma coisa é segura: estes conflitos e dissídios tornaram impossível e perigosa a permanência na ilha do *in-voluntário* raptor.

Além de que a resistência, por parte do jovem Cea, na contumácia da contenda, não era, ao que presumo, duma inflexibilidade férrea.

A mulher que por ele trocou honra, posição social, bens, laços de sangue, liames religiosos — desventurada menina a quem a gente do povo, apiedada, transmudara e invertera já o nome jubiloso, chamando-lhe *Infausta* — suponho que não encontrou nos braços do esposo

a guarida, a fortaleza inabalável, a heroica perseverança que o seu desvario requeria.

Convenho, o Jerónimo Pisão tinha necessàriamente de exilar-se — o que eu receio é que não tenha esgotado todas as possibilidades de levar consigo a fidalguinha.

E, quem sabe?, talvez esta, já quebrantada, sossobrando em desânimo, recusasse afrontar o incerto futuro em terras alheias.

O que Frei Diogo das Chagas assevera é que o Cea faleceu fora da ilha e a infausta menina ficou na Terceira, aqui se deixou deperecer e aqui, mortificada de saudades, consumida de pura paixão, se finou, com o nome do ausente nos lábios.

Ocorre perguntar: os dois enamorados ter-se-iam recebido por marido e mulher?

Vale a pena considerar, com deferente paciência, este aspecto do triste romance, para se ver confirmado como as prosápias de jerarquias, os orgulhos de raça, obliterando, calcando os sentimentos mais belos do coração humano — tudo, tudo preferiam: o infortúnio, o claustro sem vocação, o impudor, a morte, tudo — menos um casamento desigual.

Mesmo depois da fuga, do suposto rapto, do escândalo, o que os pais de Fausta não admitem é que ela case.

Juntou-se com o Cea? Deu-lhe a sua donzelia? Viveram, pelo menos algum tempo, como marido e mulher? Paciência! Casar — é que não. Porque a união conjugal, consentida, seria uma humilhação, uma afrontosa mancha a deshonrar para sempre os pergaminhos da família.

Que estólida concepção da honra familiar!

O frade florentino, Diogo das Chagas, escrevendo no *Espelho Cristalino* quási um século depois da ocorrência, foi quem revelou o episódio emocional da filha de Sebastião Moniz.

O caso andava na tradição oral, com as variantes mais contraditórias e o frade recolheu a versão que se lhe afigurou mais verídica.

O manuscrito do Espelho Cristalino em jardim de várias

flores jaz sepultado e inútil no arquivo da família Utra Machado, no continente, mas há uma cópia da parte referente à Terceira, cópia que pertenceu ao falecido sr. Miguel Coelho Rocha e hoje está em poder do sr. dr. Valadão Júnior.

Pois nesse apógrafo, ao traçar a genealogia dos *Monizes Corte Reais*, vem enumerada a D. Fausta e acrescenta-se: «D. Fausta a quem aconteceu o caso que atrás deixámos relatado». Percorre-se, porém, de lés a lés, rebusca-se com beneditinos cuidados toda a mencionada cópia e não se descobre o relato a que o frade alude. Houve um salto de transcrição que deixou omisso o passo respeitante à fidalguinha.

Seria involuntário descuido, seria lacuna proposital do copista? Quem o poderá dizer ao certo?

E continuaríamos no desconhecimento de tão interessante história sentimental, se não fosse Ferreira Drumond, que lera o manuscrito original do *Espelho Cristalino*, ter transcrito, nos *Anais da Ilha Terceira* (Tomo I, pág. 142-143; Tomo II, pág. 141) o relato que o citado apógrafo omitira e vinha sob o título: *De muitas e várias cousas dignas de memória*.

O P.e Maldonado na Fénix Angrense, a primitiva, a original, precioso manuscrito que hoje possui o Sr. João Carvalhal do Canto Brum, olvidou, calou o nome da infeliz descendente dos Monizes Corte Reais, cuja série genealógica, aliás, desenvolve largamente em várias páginas do célebre livro. Como é inadmissível que lhe não soubesse da existência, temos de convir em que preferiu esquecer a pobre Fausta a ferir as susceptibilidades dos Monizes do seu tempo.

O P.e António Cordeiro, na *História Insulana*, igualmente postergou a fidalguinha na linhagem dos Monizes — passa adiante, sem a nomear. E isto explica-se: no tempo em que escreveu a sua *História* os *Ceas* eram geração extinta, mas os *Monizes* ainda tinham poderio e garras.

No Livro Genealógico feito em 1725 por Francisco Coelho Machado a penumbra rarefaz-se e começa a verdade a surgir. Sòmente a infortunada filha de Sebastião Moniz vem nomeada por D.

Enfausta. Mas aí se diz que «estando no recolhimento para ser freira, casou a furto com Hierónimo de Cea, não tendo geração».

A cópia autêntica da Fénix, do P.º Maldonado, mandada executar pelo Dr. Ernesto do Canto e que hoje existe na Biblioteca Municipal de Ponta Delgada (na opinião do Sr. Dr. Menezes é antes cópia do Livro Genealógico do que da Fénix) também revela o essencial da história de D. Fausta, apenas lhe desvirtuando o nome. Em três títulos, pelo menos, vem repetida: no dos Monizes Corte-Reais, onde se diz que D. Eufasta, filha primeira de Sebastião Moniz e de D. Joana da Silva, «estando no recolhimento para religiosa, casou a furto com Hierónimo Fernandes de Cea, sem filhos»; no título dos Bocarros e Mouratos, onde conta que «Hierónimo Fernandes de Cea filho de André Fernandes da Cea Pisão e de Guiomar Mourata, casou com D. Eufasta, sem geração» e no título dos Ceas, onde reitera que «Hierónimo Fernandes da Cea Pisão, que mostrou ser trineto de André de Sousa Botelho, casou com D. Eufasta, sem geração».

Num Livro de linhagens, anónimo, que hoje pertence à ilustre senhora de Angra, D. Maria Isabel Coelho Borges, em dois passos, pelo menos, nas séries dos Bocarros e dos Monizes, se faz referência ao casamento do Cea com D. Eufausta (até o nome da infeliz menina também, como ela, sofreu as maiores torturas nestes livros de famílias nobres). Na série dos Monizes acentua-se que «estando D. Eufausta, filha segunda de Sebastião Moniz (e não primeira, como afirma a Cópia autêntica) no Recolhimento para ser freira, casou a furto com Hierónimo Fernandes da Cea — não tiveram filhos». Em Nota, de outro punho, adverte, porém: «Desta D. Faustina (agora aparece o nome na forma diminutiva) se conta um caso que anda escrito pelo P.º Frei Diogo das Chagas, por ocasião de a querer furtar este homem, porém, diz que ele não casou». Veja-se a variante: por ocasião de o Cea a querer furtar, subentendendo-se que nem chegara a efectuar o rapto.

Mas é um genealogista insuspeito, havido por criterioso e seguro, o continental Felgueiras Gaio quem, num vasto nobiliário, em numerosos volumes, recentemente editado em Braga, se me afigura mais verídico. No título dos *Monizes*, que desenvolve minudentemente, ao

nome de Sebastião Moniz regista o seguinte pormenor: Sebastião Moniz fez testamento em 25 de Maio de 1571, no qual desherda a sua filha D. Fausta por casar com pessoa de menos qualidade. E, quando enumera D. Fausta da Silva, acrescenta: que saíu do mosteiro para casar com Jerónimo Fernandes, com o qual foi enforcada em estátua pelo caso.

Até aqui, dos vários linhagistas citados, afora dois que não aludem a D. Fausta, presumivelmente para não ofenderem os *Monizes* do seu tempo, todos são concordes em confirmarem o *casamento* da *fugitiva* e Felgueiras Gaio com minúcias de facto que dão ao seu depoimento todas as características dum testemunho fidedigno.

Fica sòmente na negativa Frei Diogo das Chagas.

Só, não — há ainda outro, mas nosso contemporâneo, sem apoio em qualquer documento e, portanto, com muito escassa força probatória. É o sr. Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), no Nobiliário da Ilha Terceira, onde, no título dos Monizes (Tomo II, pág. 156) escreve o seguinte: D. Faustina da Silva Moniz Barreto (o nome vem comprido, mas de começo errado) foi raptada quando estava a ouvir missa na Ermida de N.ª Sr.ª do Desterro por Jerónimo Fernandes de Cea Pisão, que com ela pretendia casar, casamento que se não efectuou por a ele se opor a mãi da raptada.

A versão, além de tudo mais, é inverosímil. Não é de supor que o Cea raptasse a Fausta por ocasião da missa, durante a missa. Seria estultícia quebrar, sem imperiosa necessidade, o respeito ao ofício divino. Tudo parece indicar, de resto, que não houve rapto — mas fuga.

O curioso desta notícia do Nobiliário da Ilha Terceira — está em atribuir à mãi da fugitiva a responsabilidade inteira do cruel drama.

E o que diz, afinal, Frei Diogo das Chagas, no que respeito ao casamento?

Uma breve referência apenas — que se atribuia a morte da infausta criança a pura paixão, por não ter chegado a receber o Cea, como ela sempre o confessou.

Como ela sempre o confessou... A redacção é um tanto sibilina, sobretudo se a cotejamos com o início da narrativa, em que o frade asse-

gura ter sido a fidalguinha quem fugiu para o Cea, gritando que era sua mulher e, como tal, a libertasse do cativeiro em que estava.

Era sua mulher e como sua mulher implora.

Súplica tão angustiada, arranco espontâneo, expansão estertorada duma alma que muito sofreu e não pode sofrer mais — não seria, em tão aflitiva conjuntura e naquela época, nítida confissão de que os dois amantes se haviam dado um ao outro, num casamento clandestino?

Nem se podia acreditar que assim não fosse.

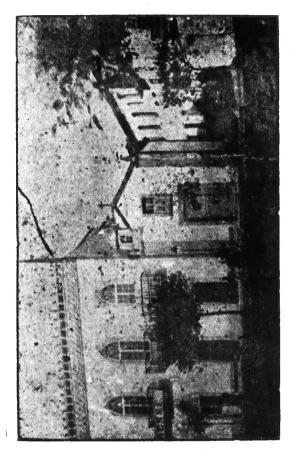
A nova disciplina do concílio tridentino sobre o casamento só começou a vigorar em Portugal desde 1564 — pouco mais, pouco menos, pelo tempo do *rapto* de que acima se trata.

E era velho costume no reino, reconhecido pelas Ordenações (costume he, dês hi, he direito), e até pelos cánones, considerar válidos os casamentos clandestinos, a furto, ou por simples palavras de presente (Recebo-te por minha — recebo-te por meu), com ou sem intervenção de sacerdote, com ou sem testemunhas, dentro da igreja, ou fora da igreja, desde que não houvesse impedimento dirimente entre os contraentes e estes fossem de idade legítima, que era, nos homens, a de catorze anos e, nas mulheres, a de doze.

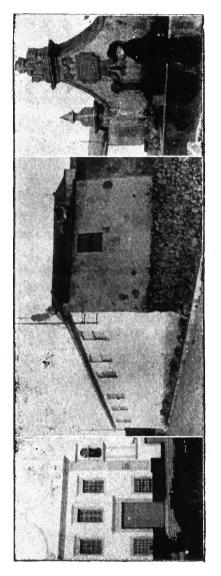
Precisamente porque se abusava dos casamentos ocultos (e, em Portugal, mesmo depois da lei de 14 de Julho de 1499, mesmo depois das Ordenações manuelinas, cuja redação definitiva, de 1521, é aliás, ainda transigente àcerca da clandestinidade dos consórcios) é que no concilio de Trento, depois de numerosas e difíceis negociações, se estabeleceu que seja trrito e nulo o matrimónio contraído sem a presença do pároco e sem assistência de duas ou três testemunhas, além de se instituir o registo eclesiástico para fixar a publicidade do acto (Alexandre Herculano: Estudos sobre o Casamento Civil, 4.ª edição, Lisboa, pág. 107).

Mas o próprio concílio respeitou a validade dos consórcios furtivos, contraídos anteriormente.

Quando numa das congregações tridentinas, a de 24 de Julho de 1563, os embaixadores de França pediram que radicalmente se declarassem nulos os matrimónios ocultos, a discussão chegou a ser tumultuosa, mas, após vários dias de lutas, de resistências e transigências,



Angra do Heroismo: Praça velha - Ermida da Saúde e Travessa contigua (há cinquenta anos).



Angra do Heroísmo: Desterro. A ermida — antigo recolhimento — chafariz de Guilherme Moniz (estado actual).

conseguiu-se uma larga maioria, decidindo que a Igreja não podia ou não devia anular tais casamentos.

E, no entanto, nenhum dos prelados dissentia em reconhecer os inconvenientes, de ordem canónica e civil, dos esponsais clandestinos.

O bispo de Salamanca atestou que por causa desses fáceis consórcios inconformistas, os tribunais estavam atulhados de pleitos e o cristianismo inundado de escândalos e pecados. E acentuava: O orgulho humano havia atingido tais extremos que os fidalgos tinham por afrontoso contrair casamento por outra maneira que não fosse a proibida (ou seja, clandestina), reputando sómente digno de suas prosápias o que era ilícito (Herculano: obra cit. — pág. 86).

Se o abuso era assim, luxo e moda em Espanha, país de rígidas tradições católicas, o que não seria em Portugal?

No nosso país, nos Açores inclusive, mesmo depois do concílio tridentino, a tolerância na aceitação dos esponsais ocultos e na prática do estupro, como vulgar e frequente meio de assalto ao dote e conquista do casamento contrariado, assim como a incúria do clero, nas facilidades ilegais, concedidas aos matrimónios católicos e nos erros e omissões dos respectivos registos paroquiais, chegaram a tal geito que alarmaram a Corte e a Cúria, pelo que se promulgaram especiais provisões, cominando severas penalidades contra esses atropelos (Veja-se Drumond: *Anais da Ilha Terceira*, Tomo III, pág. 57).

Frei Jorge de Santiago, célebre dominicano que fora um dos representantes de Portugal na primeira abertura do concílio de Trento, em 13 de Dezembro de 1545, e depois foi eleito Bispo de Angra, em 1558, varão doutissimo e virtuoso, reuniu na Sé Catedral um sínodo episcopal, em que foram aprovadas as suas Constituições Sinodais do Bispado, publicadas em 1560, as quais tão graves dissabores lhe causaram, pela resistência que os maiorais opunham, sub-repticiamente, à nova disciplina.

Nessas *Constituições*, como era de prever, proíbem-se, sob pena de excomunhão, os casamentos secretos.

No Titulo X, constituição primeira, lê-se o seguinte:

«E as ditas penas averão lugar nos que se casarem per palavras

de presente dizendo: Eu fuão recebo a vos foaā por minha molher Boa e lidima, como manda a sancta madre igreja de Roma: e as mesmas dissesse ella. Ou por estas palavras: Prometo a Deos de não ter outra molher ou marido se nã a vos. Ou eu te ey por minha molher, ou outras que conforme o direito os Doctores hão por palavras de presente.

E a prova de que, a despeito da tremenda penalidade, continuavam os casamentos clandestinos, está nas próprias *Constituições* que permitem ao bispo, ao vigário geral e aos ouvidores o levantamento da excomunhão, motivada nesse facto, pagando os culpados as propinas necessárias.

Só a estas entidades era reservado o direito de absolvição do castigo.

Sem embargo, alguns sacerdotes ou frades, por condescendência, usariam do mesmo direito, porque as *Constituições* prevêm esse caso:

«E nhum sacerdote nem frade deste nosso Bispado absolverá pessoa alguma de tal excomunham sob pena de oytocentos réis que pagará do Aljube».

Claro, depois de absoltos, os nubentes deviam confirmar os esponsais em face da igreja, com as solenidades do ritual.

E que muitos o não faziam, di-lo o próprio bispo:

«E porque somos enformados que muitos depois de se absolverem da excomunham em que encorreram, por se casarem clandestinamente, se deixam estar sem se receberem em face da ygreja, usando do Matrimonio como se em face da ygreja fossem recebidos. Mandamos a nosso vigairo geral e ouvidores que nos alvaraes que passarem pera se fazer a tal absolviçam sempre limitem tempo de dez ou quinze dias, pera que os noivos se recebam em face da ygreja, e não se recebendo no dito termo em face da ygreja, tornarão a reincidir na dita excomunham, e della não seram absoltos sem outro Alvara, e sem pagarem o que parecer bem ao dito vigairo geral, ou ouvidores pera a fabrica da ygreja,

onde o tal recebimento se ouver de fazer, e para o Meirinho, ou quem os accusar».

Parece, portanto, que nem a excomunhão produzia nestes tempos dissolutos o pavor nas almas que seria de esperar.

Acreditará alguém que dentro de tal *clima* — como hoje se diria —, admitidos estes abusos corrente e comummente pela dissolvência e ligeirice dos costumes, mais ainda nas classes precípuas do que na gente miúda, Jerónimo de Cea, sabendo ao que se expunha (ao exílio, ao degredo, até — quem sabe? — à forca), aceitasse a fuga da intrépida morgadinha, sem prévio ou subsequente matrimónio oculto?

Acreditará alguém que o exacerbamento das jactâncias nobiliárquicas de D. Joana da Silva, que aliás, se acomodara já com um genro, neto de leproso e com uma nora, filha de mercante, resistindo ao desgosto, evidentemente depressivo, da viuvez, atingisse aquele delirante exaspero perseguidor contra sua própria filha, se a fuga desta fosse apenas um episódio casto e romântico de menina caprichosa, sem consequências — como direi? — para a sua donzelice?

Acreditará alguém que, vindo tão deliciosa criaturinha cair-lhe nos braços, por voluntário impulso, rúbea de paixão e de desespero, sem que a seduzisse, o jovem cavaleiro, a quem os Monizes por orgulho repeliam, dominasse o próprio orgulho e numa época de costumes violentos e fáceis, resistisse ao saboroso desejo de vindicta e ao voluptuoso e exasperado apetite de Eros, escrupulizando em não consumar o casamento?

Não — o casamento a furto, e consumado, não é possível nega-lo. Sem isso — toda esta disputa contumaz ficaria absurda, mesmo descontando as absurdas soberbias nobiliárquicas do tempo.

Mas o casamento a furto ocorre numa época de transição — depois do concílio tridentino já não era admitido — não era válido.

Devia o consórcio clandestino ser confirmado na igreja, com as formalidades da nova disciplina eclesiástica.

O Cea, porém, teve que fugir, receoso das fúrias dos Monizes e parentela, maquinando na Corte.

Por esse motivo ou por qualquer outro invencível (talvez meno-

ridade da nubente e impossibilidade de suprir o consentimento materno; talvez impedimentos opostos pelas autoridades da igreja) a confirmação do consórcio não chegou a efectivar-se.

E daí o desgosto, o remordimento de consciência da angustiada Fausta, a pungir-lhe, como acúleo aguçado, o coração dorido, estorcegado, esfacelado, solitário, na própria amargura, sem um afecto, sem um carinho que o anime e console — a pura paixão, no dizer de Frei Diogo das Chagas, que a consumiu e estiolou até à morte...

Eis a triste história duma fidalguinha que, ao nascer, recebera dos pais o gazil e venturoso nome de *Fausta*, transmudado, mais tarde, na voz do povo condoído, em *Infausta*.

Resume-se, afinal, num caso de rebeldia do sentimento mais puro, contra o preconceito mais insensato.

Claro que a mocinha fatalmente acabaria por ser subjugada, esmagada, como um flébil e frágil passarinho sob a mole imensa dum ciclópico pilão de aço, expiando, com a desesperação, a lenta agonia, a morte, o delito de muito amar.

O que nos horroriza — porque impossível é já, vivendo sob o influxo benéfico das ideias modernas, nos conciliarmos, que seja apenas em imaginação, com a cruel tirania dos costumes daquela época — tirânicos e soltos ao mesmo tempo — o que nos horroriza é pensar que houve uma megera, — seria sarcasmo dar-lhe o jucundo nome de mãe! — que, resistindo a todas as súplicas, antes quis ver a filha, em longa, em agónica consunção, finar-se ante seus olhos duros, fixos, inexoráveis, a ve-la casada com um homem digno, só porque no brasão de família lhe escasseavam uns tantos símbolos, — respeitáveis em tempos passados, mas já então vãos e fúteis símbolos, — que o igualassem ao brasão dos Monizes!

Hedionda frivolidade!

RUA NOVA DETRÁS DO RECO-LHIMENTO DAS CAPUCHAS DE SÃO SEBASTIÃO — HOJE SÓ-MENTE: RUA NOVA.

A pequena e modesta via, quebrada em três troços e dois ângulos rectos, que parte da rua do Cruzeiro, ao pé do chafariz e do antigo convento das capuchas, hoje cadeia comarcã, e vai ter, por detrás da ermida de Santo Cristo, à rua do Desterro, tem o nome de rua Nova. E nunca foi conhecida, desde o seu início, que me conste, por outra designação.

Por escritura de 21 de Dezembro de 1667, nas notas de Francisco de Sousa, tabelião de Angra, confirmam Francisco da Costa e seus filhos, Manuel e José da Costa, todos mareantes, estes últimos com suas caras metades, o dote que haviam prometido a Domingos da Cunha para casar com a filha, irmã e cunhada dos dotadores, Ana da Costa. O dote consistiu numa casa palhassa, com seu quintal, situada na rua Nova detrás do recolhimento das Capuchas de São Sebastião, desta cidade.

Mas, escrito o contrato, no momento solene das assinaturas, os mareantes filhos e suas mulheres, rompendo o compromisso, negaram-se a ratifica-lo—e abalaram. A escritura ficou apenas assinada, e de cruz, pelo Francisco da Costa e o futuro genro.

Sem embargo, nesse mesmo dia, o tabelião deu posse do prédio ao dotado, tomando pedra, barro, cal, pau e palha da casa e do quintal terra, erva e pedra, e todas estas cousas lhe deu e elle as aseitou, com ellas andou pela ditta caza e quintal, de hua pera outra parte, abrindo e fechando portas, tirando e pondo pedras e fazendo outras ações sem contradição nem empeços de pessoa algua. E tudo isto foi feito em dia claro e sol fora assim e do modo que S. Mag.de manda e ordena.

Pelo mesmo nome de rua Nova, detrás do Recolhimento, a indica o aludido tabelião, na escritura de 3 de Dezembro de 1668, em que a Confraria do Santíssimo da igreja da Conceição, pelo seu mordomo, António Veloso, que foi alferes-mor, deu de arrendamento a

Bartolomeu Fernandes, alfaiate e medidor de pipas, alqueire e meio de terra lavradia, com três casinhas terreiras, palhaças de pedra.

Mas já em nota de 16 de Janeiro de 1734, do tabelião de Angra, José Pereira de Melo Vanzitar, são vendidas a Mateus Pereira da Silva, filho do piloto, Amaro Pereira da Silva, duas casas de telha, sobradadas, na rua Nova, detrás do Mosteiro das Religiosas Capuchas, desta cidade. O recolhimento já era mosteiro, pois a bula que autorizava a transformação, embora de 1665, só chegou a Angra em 1669.

Este Mateus era clérigo in minoribus e um mês depois, no mesmo tabelião, fez escritura de património a si próprio, compreendendo estas casas da rua Nova, outra na rua da Palha e ainda mais outra em frente de N.ª Senhora dos Remédios.

RUA DO ALMADA — RUA DO CRUZEIRO.

A via que liga o adro da igreja da Conceição com o início da rua da Guarita, hoje de Cinco de Outubro, tem a designação camarária de rua do Cruzeiro, mas por meados do século XVII, foi conhecida por rua do Almada.

O capitão João Roiz Faleiro, cidadão da nobreza e governança da cidade de Angra, em nome e como procurador de Alonço Gomes de Ventoza, morador na cidade da Baía de Todos os Santos, do Estado do Brazil, tutor de D. Maria Toledo, filha de Manuel Vieira de Sousa, que já era falecido, e de sua mulher, D. Catarina de Araújo, por escritura de 15 de Maio de 1685, nas notas do tabelião de Angra, Francisco de Sousa, aforou a Manuel da Silva, escrevente, umas casas telhadas, que constam duma limitada salazinha e camara pouco mayor do que ella, com seu quintal, situada na rua que se chama do Almada q.ººº vão de São Sebastião p.º a Igreja de N.º Sr.º da Conceição.

Quem seria este Almada que emprestou o nome à rua?

Suspeito que seria Manuel de Sousa de Almada. Porque, dezasete anos antes, numa escritura do mesmo tabelião, lavrada em 14 de Abril

de 1668, descubro nas confrontações duma casa, comprada por Manuel da Silva, o *corvino*, soldado do castelo *de S. João Baptista*, que Manuel de Sousa *de Almada* morava na referida rua.

Por 1734, já o Almada estava completamente esquecido e a pequena rua sem designação própria.

Assim o mostra a escritura de 24 de Novembro desse ano, do tabelião Vanzitar, em que se faz referência a uma morada de casas, altas e baixas, situadas na rua que vai das Religiosas capuchas para a igreja da Conceição.

RUA DO MORRÃO OU MURRÃO.

No troço da rua do Galo, hoje da Liberdade, que vai para a igreja da Conceição, ao lado direito, quem sobe, uma via estreita despenha-se, sinuosa e abrupta, sobre a rua de S. Espírito — é a rua do Morrão.

Teria desde sempre tão estranho chamadoiro?

E donde lhe adveio?

Nas placas municipais, apostas nas casas extremas da artéria — não parecem muito recentes tais dísticos — o nome da rua vem escrito com o — Morrão. Nos documentos antigos encontro-o sempre grafado com u — Murrão.

Podia supor-se que dando acesso da rua de S. fo Espírito a um verdadeiro morro, daí lhe proviesse, por título aumentativo, a designação.

Mas poderia haver quem julgasse também que talvez no local primitivamente se armazenasse o cordão igniscente, destinado às escopetas de guerra e peças de artilharia, o *morrão* e daí lhe ficasse o nome.

Presumo, todavia, que nem dum modo, nem doutro derivou o curioso topónimo e que neste, como na maioria dos casos, foi um apelido de família, aliás com todas as condições de aliciante sonoridade, que se grudou à voz do povo para baptizar a rua.

Contando, nas Crónicas da Província de S. João Evangelista, a fundação do mosteiro da Esperança, em Angra, Frei Agostinho de Mont'Alverne diz que foi nas casas de Bárbara de Morais, mulher de Aleixo Gomes, escrivão de ofício, ao tempo degredado da ilha, por certas cousas praticadas no cargo, que a madre Isabel de Cristo, vindo do Faial, deu começo às primeiras obras do convento, surgindo a necessidade, pouco depois, de se adquirir uma azinhaga do Murrão para a portaria.

No Tombo da Câmara de Angra (L.º N.º 4 — 1656 a 1707 — pág. 22) lê-se a verba seguinte: «o chão que foi de João Vaz de Sam Miguel, detraz das cazas de Aleixos Guomes e cazas do *Murrão* que agora são das freiras da esperança, em q. tem hoje aportaria, pagão seis centos reis».

Destes documentos se conclui que existia então na cidade de Angra um personagem assás conhecido, tratado vulgarmente apenas pelo seu apelido de família — o Murrão.

Mas, em verdade, a parte do prédio que cedeu para a portaria do mosteiro da Esperança, estava distante da rua a que me venho referindo, a que do alto da Conceição se precipita sobre a de S. Espírito e, assim, não seria por residir nas casas desse prédio que o apelido teria passado para a via pública.

Podemos suspeitar, no entanto, que, vendidas as casas para alargamento da Esperança, iria o Murrão alojar-se em prédio da outra rua, da que ainda conserva o seu nome, e o certo é que só encontro o topónimo depois de começado o mosteiro, na segunda metade do século XVI.

Esta suspeita parece comprovada pela seguinte nota: Em escritura de 7 de Agosto de 1600, nas notas do tabelião de Angra, Manuel Jácome Trigo, foram partilhados os bens do casal de Domingos Dias, carpinteiro da ribeira, residente nesta cidade. Esse Domingos Dias casara com Maria Velosa, que morrera jovem, sem filhos e sem deixar testamento. A sua meação nos bens do casal do marido foi herdada pela mãi, Maria Álvres Velosa, já viúva.

Entre os bens compreendiam-se umas casas de telha, novas, dizimas a Deus, com seu quintal, situadas abaixo de N.ª Sr.ª dos Remédios, que partiam do Norte, com casas que ficaram de Joana Dias Ramos, do Sul, com casas de Gaspar Fernandes, o Surdo, do Levante, com rua pública e do Ponente, com quintais das casas de Simão Gonçalves Murranus (Murrão).

Estas confrontações situam o prédio do carpinteiro da ribeira no lado direito, quem desce, da actual rua do P.º Rocha Ferreira, no bairro do Corpo Santo, desta cidade e, assim, as casas do Murrão teriam a frontaria no lado esquerdo, também ao descer, da rua que ainda mantém o seu apelido, presumívelmente por lá ter residido esse mesmo Simão Gonçalves.

A grafia do nome, nas variadas notas que fui coligindo, sofre aflitivas contusões: *Murã*, *Murão*, *Muranus*, *Murranus*, para se fixar definitivamente em *Murrão*.

O primeiro que descobri com tão estranha denominação foi Gonçalo Piz, casado com Margaida (sic) Soares, esta madrinha dum neófito, baptizado na Sé de Angra, em 7 de Julho de 1549 (fls. 75 v." do Livro de *Baptizados*, com o N.º 1 de lombada, de 1547 a 1553).

De Gonçalo e Margaida houve, à certa, um filho: Simão Gonçalves Murrão (termo de 17 de Janeiro de 1552, a fls. 203 v.º do cit. livro), que veio a casar com Bárbara Dias Cabral (termo de casamento em data de 9 de Janeiro de 1589, a fls. 135 do Livro de *Baptizados* da Sé de Angra, que traz também assentos de casamentos e óbitos, N.º 9 de lombada, de 1583 a 1589).

Suponho que seriam também pais de Baltasar Gonçalves Murrão, casado com Inês Fernandes (termo de 5 de Julho de 1592, a fls. 98 v.º do Livro de *Baptizados* da mesma Sé, N.º 10 de lombada, de 1588 a 1595).

Por um processo judicial que as freiras de S. Gonçalo, de Angra, moveram ao P.e Manuel Cabral Teixeira, ao tempo vigário da vila de S. Sebastião, para pagamento de quatro moios de trigo, renda anual em dívida, dote das Madres Iria da Purificação e Isabel dos Arcanjos, processo que terminou em 11 de Março de 1647 (possuo certidão das peças principais deste pleito) descobri mais o seguinte: Iria Cota da Malha, dona piedosa e opulenta, que fora casada com Gonçalo Vaz de Sousa e falecera sem descendência em 20 de Novembro de 1591, instituiu uma capela para dotes de parentas pobres, pretendentes a freiras. Veio a ser administrador da capela o capitão Manuel Machado da Costa, casado com Bárbara Cabral, pais das duas freiras acima referidas.

Bárbara Cabral era irmã duma outra freira de S. Gonçalo, Madre

Ana de Cristo e também irmã do P.º Manuel Cabral Teixeira, demandado no aludido processo e de Maria Bocarro, casada com Cristóvam Borges da Costa.

Estes quatro irmãos eram filhos de Joana Cabral Teixeira e de Custódio Vieira Bocarro e Joana era, por sua vez, filha de Simão Gonçalves Murranus ou Murrão e de Bárbara Dias Cabral, sendo Simão filho de Gonçalo Piz Murrão e de Margarida Soares.

Simão, adoecendo em casa do genro Bocarro, a meados de Julho de 1599, fez testamento a 20 desse mês, aprovado pelo tabelião Diogo Roiz, de Angra e veio a falecer, nos seus aposentos de morada (certamente nas tais casas da rua do Morrão), dois anos depois, em 13 ou 14 de Julho de 1601.

Simão Gonçalves Murrão exerceu o cargo de chansarel que era de importância, (chansarel correspondia à designação moderna de chanceler. Simão devia ser chansarel da Correição, tendo a guarda do selo real, de que usava o corregedor) e o genro Custódio Vieira Bocarro era pessoa grada, cavaleiro do hábito de Cristo e, ao que parece, juíz ordinário em Angra, a que correspondia a presidência do senado da Câmara, no ano de 1586.

Em 1597 foi o mesmo Bocarro, como procurador do concelho de Angra, enviado ao rei de Castela e de Portugal e a D. Cristóvam de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, capitão donatário da Terceira, a queixar-se, em nome do senado, contra as prepotências do mestre de campo e governador do Castelo de S. Filipe, D. António Senteno, homem violento que sucedeu ao prudente António de la Puebla (Drumond, Anais, I, pág. 387).

Os Bocarros, segundo os genealogistas terceirenses, provém de Pero Dias Bocarro, que teria sido escudeiro da casa do rei D. Manuel. Uma filha, Joana Dias Bocarro, foi casada com Gonçalo Gracia Mourato, criado da Infanta D. Beatriz, a que proveu João Vaz Corte Real na capitania de Angra, supondo-se, por isso, ter o mencionado Mourato vindo para a Terceira no séquito do novo donatário.

A boca enorme do progenitor desta família ficou memorada no brasão de armas que os descendentes vieram a usar, descrito por um linhagista anónimo do seguinte modo: «Os Bocarros têm por armas em campo de prata uma cruz vermelha e orla do mesmo e no meio da cruz uma cara de sua cor, com cabelos, olhos e boca aberta».

CORPO SANTO — CANTAGALO — RUA DO ITALIANO — RUA DO PADRE ROCHA FERREIRA — RUA DO ARMADOR — RUA DO P.º FRANCISCO ROGÉRIO DA COSTA—RUA DO CARDOSO — RUA DO CAMACHO — RUA DA MELAGUETA — BECO — RUA CIPRIÃO DE FIGUEIREDO — LADEIRA DO FALEIRO — RUA DAS ALCAÇARIAS—RUA BAIXINHA.

Já Gaspar Frutuoso fala na ermida do Corpo Santo dos Mareantes — o que mostra ser a designação do local muito antiga.

O P.e Cordeiro (História Insulana, edição cit., vol. 2.º, pág. 45) alude ao vistoso e alto bairro que chamam do Corpo Santo, de que a maior parte é de mareantes — e que tem tantas ruas e travessas que seria importuno em conta-las.

A sadia, alegre e canora qualificação de Cantagalo, por que é conhecida a faixa do mesmo bairro, ao cimo da rocha, frente ao mar, compreendendo a rua que tem o nome camarário do Castelinho e do largo, onde foi a ermida, desce ao porto de pipas — jámais a encontrei nos variados documentos que tenho compulsado.

Presumo que não existia na toponímia do Corpo Santo, durante os séculos XVII e XVIII.

Pelo menos não a conhecia o tabelião de Angra, Francisco de Sousa, que escreveu notas por dilatado tempo.

Assim é que na escritura de 2 de Março de 1685 situa uma casa telhada, com seu quintal, vendida por João Gonçalves, mareante e mulher a Mateus Nunes, também mareante, na rua do Bayro do Corpo Santo, defronte da rocha, abaixo do adro, sem lhe indicar nome.

No já citado Livro do lançamento das fintas da câmara de Angra, de 1703 e 1704, as incontáveis ruas daquela área da cidade, no hiperbólico dizer do P.º Cordeiro, vêm reduzidas a três: Rua do Italiano, rua do Armador e rua do Cardoso.

São epítetos que ainda hoje perduram na voz do povo, o primeiro

ampliado e não designando um *italiano* apenas, mas uma chusma — rua dos Italianos.

Quem seria o *italiano*, quem seria o *armador*, quem seria o *Cardoso* — cujo atributo gentílico dum, profissão doutro e apelido do terceiro ficaram adstritos às ruas em que certamente habitavam?

Se a via tinha já no começo do século de seiscentos tal denominação, lembro a possibilidade de que o italiano fosse ou João de Milão, apparalhador do Castelo de S. Phelipe, que esteve trabalhando cerca de vinte anos em Angra e nesta cidade faleceu, no dia 27 de Março de 1613 (L.º de Óbitos da Sé, N.º 3 de lombada — 1595 a 1620, p. 68 v.º) ou o seu testamenteiro, Antão Colla (em alguns termos paroquiais é nomeado por Antão Col) engenheiro e mestre das obras do mesmo castelo, que também aqui faleceu, em 20 de Dezembro de 1618 e foi sepultado no convento de S. Francisco (Cit. Livro, fls. 112 v.º).

Não é difícil acreditar-se na notoriedade que certamente rodeava esses homens, os que riscaram e dirigiram a fábrica de tão colossal fortaleza.

Sabe-se que não passou despercebido aos terceirenses que dia a dia, em *trabalhos forçados*, escavavam os fundos alicerces e, depois, ergueram, argamassados com suor e lágrimas, aqueles potentes e altos muralhões, que estavam forjando as suas próprias *algemas*.

O que suspeito é que a notoriedade representaria, menos um preito de admiração, do que sinal de recalcado rancor.

Vários outros italianos, em especial de Nápoles, estiveram em Angra e nesta cidade casaram, como, por exemplo, Lourenço Reis e Francisco de Campos. Residiam na mesma via do Corpo Santo?

A rua dos Italianos tem presentemente, por deliberação camarária, o nome de rua do P.º Rocha Ferreira, homenagem a um bondoso sacerdote que foi dirigente do Orfanato do Beato João Baptista Machado.

E o armador, quem seria?

Nas minhas demoradas peregrinações por livros tabelionais e arquivos das paróquias *descobri* profissões e ofícios, os mais esquipáticos e estranhos, totalmente desaparecidos e alguns até irreconhecíveis

— apavonador, anzoleiro, imaginário, sirieiro, tangedor, passareiro — que sei eu? — e precisamente o que devia ser amiudado numa terra de tão grande actividade naval, em tempos idos, só encontrei o de armador uma única vez: o armador António de Sousa que, juntamente com Inácio Castanho, aljubeiro, foram testemunhas do casamento, celebrado na Sé de Angra, em 29 de Julho de 1702, de Manuel Teixeira e de Maria Pereira, filha de Francisca Pereira e de Domingos Dutra (Livro de Casamentos da Sé, N.º 9 de lombada, de 1702 a 1720, pág. 8 v.º).

Seria deste homem que aproveitaram a designação profissional para a dar à rua que do *império* do Espírito Santo vai direita à *do Faleiro*, no bairro do Corpo Santo?

Hoje, também por deliberação municipal, tem o nome, desconhecido na linguagem do povo, de rua do P. Francisco Rogério da Costa, homenagem a um antigo vigário da Conceição que foi grande orador sácro.

E o Cardoso, quem era?

O seu apelido ficou preso à intermediária das três ruas paralelas que da Conceição cortam o bairro do Corpo Santo em direcção à rocha do mar — ficou preso e resiste ainda.

Mas, entre as inúmeras pessoas que tinham idêntico apelido e moraram no bairro, ignoro qual a que teve o prestígio, a notoriedade, a simpatia popular para merecer tal distinção.

De outros nomes de ruas que suponho impossível localizar, ao presente, tenho seguras notícias.

Em 3 de Outubro de 1668, Domingos Gonçalves, mareante, vendeu a Domingos António Aveiro, piloto, uma casa telhada, terreira, situada no bayro do Corpo Santo, na rua que se dis do Camacho (escritura do tabelião Francisco de Sousa).

Este apelido *Camacho*, frequente na ilha da Madeira, é muito raro na cidade de Angra. E talvez a sua singularidade é que o tornasse impressivo e o fixasse na toponímia do local.

Creio poder indicar quem seria o morador da rua que serviu para

o topónimo. E se foi o que suponho, o nome colou-se com firmeza e perdurou por largo tempo.

Houve em Angra, por fins do século XVI e primeiro quarteirão do século XVII, um *Pero Camacho*, torneiro de mester, casado com Brites Alvernás. Foi gente de teres e de certa importância, convidada para apadrinhar vários baptizados e casamentos.

Do matrimónio houve pelo menos um filho, Pero Alvernás, que veio a casar com Ágada Roiz.

A mulher do torneiro faleceu da vida presente em 9 de Agosto de 1624, e fizera testamento nomeando testamenteiro — por que improfundáveis razões, santo Deus, numa sogra?! — não o filho, mas a nora.

O relevante é que deixou mencionado o convento de S. Francisco para sua sepultura. Ora, a igreja deste mosteiro era uma sorte de panteão que geralmente destinavam para morada última os fidalgos e pessoas principais.

Quanto à rua da Malagueta...

Não foi uma vez só que choquei e me surpreendi com esse topónimo no bairro do Corpo Santo, por meados do século XVIII. Em várias escrituras me surgiu e se não é fácil localizar hoje a rua impossível, à certa, é confundi-la com a de igual chamamento do bairro do Outeiro.

Note-se que não é todos os dias que se operam transacções de prédios duma via pública, de pequena extensão. Assim, quando nos livros notariais aparece um nome de rua repetido em três ou quatro instrumentos (na fórmula tabelioa: rua que se diz do...; rua chamada de...) tem que se admitir a existência de tal nome como fixado na linguagem comum.

Quanto ao da Malagueta citarei, para ser breve, apenas uma escritura, a de 11 de Junho de 1763, do tabelião de Angra, João Félix Ramos. Aí Francisco do Canto e Castro Pacheco, moço fidalgo e escudeiro da casa de Sua Magestade Fidelíssima e provedor das armadas e naus da Índia, com sua consorte D. Hierónima Tomásia de Montojos Brum, deram de aforamento a Francisco Vieira, oficial de

sapateiro, todos moradores nesta cidade, uma casa térrea, sita no bairro do Corpo Santo, na rua intitulada da Malagueta.

Como disse, ao referir-me à rua do Outeiro, dou por mais seguro que a designação proviesse de alcunha.

Um *Malagueta* conheci eu (não digo há quantos anos, *porque são muitos*), ébrio, tartamudo e *trapaceiro*, morador para os lados *do Outeiro*, talvez na rua que tem a sua alcunha — e era uma espécie de corretor, nas compras de cereais pelos negociantes exportadores, ludibriando sempre que podia, simultâneamente, vendedor e comprador.

Havia também no Corpo Santo um beco.

A via, a que por deliberação municipal se pregou o nome do valoroso valido do Prior do Crato, rei D. António I, (quási que rei só da Terceira), o intemerato Ciprião de Figueiredo, não existia então — era apenas um beco e como tal conhecido.

Assim, no termo do óbito de Benedito, exposto, falecido em 3 de Dezembro de 1786, que por ordem da Câmara criava Maria do Carmo, mulher de José Pereira, diz-se que esta morava ao Beco do Corpo Santo (Livro N.º 1 de Baptismos e óbitos de Expostos da Sé, parte relativa aos óbitos, fls. 52).

O P.e Cordeiro, no emmaranhado de arruamentos que talham o bairro e que supôs *importuno em conta-las*, uma, não obstante, nomeou — que se precipita do alto sobre a *de Santo Espírito*, conhecida por *Ladeira*.

È a ladeira do Faleiro, ainda hoje detentora desse título.

Os Faleiros foram personagens importantes que ficaram memorados em dois arruamentos da cidade de Angra e num montículo da freguesia de S. Sebastião da Ilha Terceira.

Seriam da família daquele Rui Faleiro, bacharel em artes pela Universidade de Lisboa, célebre astrólogo e cartógrafo que de pacto secreto com o circumnavegador do globo, Fernão de Magalhães, um certo dia, de Dezembro de 1517, se esgueirou de Portugal para Sevilha, descontente, como o seu consócio, do rei D. Manuel, o venturoso,

indo ambos oferecer os seus préstimos, que eram relevantes, a Carlos I, depois imperador Carlos V?

Não possuo elementos que me permitam afirma-lo.

Inegável é que, dês meados do século XVI, são inumeráveis os Faleiros vindos de Espanha, do continente português e da ilha de Santa Maria, dos Açores, que descubro, acotovelando-se na Terceira— e de todos o mais insigne foi, sem dúvida, o que morou na ladeira do Corpo Santo, a que ficou ligado, até ao presente, o seu nome— Fernão Faleiro.

E desse, por agora, apenas me ocuparei.

Fernão Faleiro foi provedor dos órfãos e residuos em toda a ilha Terceira, sargento-mor da capitania de Angra, feitor, lugar tenente e procurador do então capitão-donatário da Terceira e S. Jorge, marquês de Castelo Rodrigo e ainda provedor da Fazenda de Sua Majestade.

Por morte do primeiro capitão, João Vaz Corte Real, a donataria de Angra e de S. Jorge passou ao filho Vasco Anes, do nome de seu avô, vedor do Paço.

Falecido Vasco Anes, com cerca de noventa anos, devolveu-se e confirmou-se a capitania, em 1538, a Manuel Corte Real, seu filho, que foi, portanto, o terceiro capitão.

O quarto foi Vasco Anes, filho de Manuel e irmão de Jerónimo Corte Real, de fecundo e raríssimo engenho, no dizer do Dr. Gaspar Frutuoso.

Devia suceder na capitania, em 1581, um outro Manuel Corte Real, filho primogénito de Vasco Anes, terceiro do nome, mas esse perdeu a vida em 1578, com o *infausto estouvado*, D. Sebastião, na hecatombe de Alcácer Quibir (*infausto estouvado* é expressão de Camilo, no capítulo: Os jesuítas e a Restauração, da Boémia do Espírito).

Como não havia, do enlace de Vasco Anes com D. Catarina da Silva, filha do *capitão de ginetes*, D. José de Mascarenhas, outro varão, descendente directo, coube o morgadio e a donataria à filha mais velha, D. Margarida Corte Real, (houve mais duas outras filhas, D. Joana e D. Brites).

Ora D. Cristóvam de Moura, português ao serviço de Castela, do

conselho de estado e vedor da Fazenda do rei Filipe II dos castelhanos e I de Portugal, entre as muitas honras e mercês rendosas do seu real amo, nenhuma recebeu mais valiosa do que a riquissima herdeira, D. Margarida Corte Real, em casamento, apenas sob a condição de usar o apelido *Corte Real* de sua mulher.

E ao mesmo tempo deu-lhe o monarca, também, por carta de doação de 14 de Agosto de 1582, a capitania da Praia, da ilha Terceira, vaga por falecimento de Antão Martins Homem.

Já D. Margarida estava casada com D. Cristóvam de Moura Corte Real, que só teve o título de conde de Castelo Rodrigo, em 1594 e em 1598, o de marquês, quando este, sôfrego, suplicava de Filipe lhe passasse alvará para se lhe dar posse das capitanias da Terceira e S. Jorge, visto ora estava para partir a armada que o rei mandava às ilhas, e as cartas de doação das ditas capitanias se não podiam acabar a tempo que pudessem ir nella (Alvará de 1 de Julho de 1582, Arquivo dos Açores, Tomo 4.0, pág. 170).

A armada era a de D. Álvaro de Bazan, marquês de Santa Cruz. Vinha longe, a um ano de distância, o dia de Santa Ana, 26 de Julho de 1583, em que a Terceira seria conquistada...

Mas descontava-se, como certa, a vitória, que, no entanto, ainda desta vez, só a traição tornou possível.

Presumo que Fernão Faleiro foi o primeiro procurador de Cristóvam de Moura e, como tal, tomou posse das capitanias, em face do citado alvará de 1582, enquanto se não apresentavam, para registo nas câmaras da ilha, as cartas régias de doação.

Tempos depois, já feito Conde de Castelo Rodrigo e Capitão Maior da ilha Terceira, nomeava alcaide do castelo de S. Sebastião, que está junto à cidade, António Munhós Queixoano (sic), nomeação confirmada em carta real, dada em S. Lourenço, no mês de Julho de 1597.

Na provisão em que o Munhós é feito alcaide, declara o conde que o nomeado em suas mãos deu preito de homenagem do castelo a El-Rei e manda a Fernão Faleiro, seu Lugar tinente, lhe dê posse do mesmo castelo.

O auto de posse, lavrado dentro da fortaleza de S. Sebastião, junto

à cidade de Angra, pelo tabelião desta mesma cidade, Manuel Jácome Trigo, em 24 de Janeiro de 1598, relata que, presentes o lugar-tenente, Fernão Faleiro e o capitão Munhós, este entregou a provisão do donatário e a provisão real. Faleiro tomando as ditas provisões as beijou e pos sobre sua cabeça e com as chaves do castelo foi junto da porta...

ao dito Antonio Munhos que as aceitou, o qual abriu e fechou por mandado do dito fernão faleiro as portas da dita fortaleza e passeou por ella e aceitou a dita posse da mão do dito fernão faleiro, autual e corporal e prometeu cumprir a omenagem que nas mãos do dito senhor Dom Xptovão tinha dada e jurada e em todo e por todo cumprir e guardar as obrigaçoins da dita Omenagem, sendo a todos presentes por testemunhas Antonio Cardoso Machado, cav.º fidalgo da caza de sua M.de e Bras nogueira, cidadão e Belchior Rafael, Alcaide na dita Cidade e nella morador que assinarão». (Registo do Regulamento para o Governador do Castelo de S. Filipe e demais oficiais das Ilhas dos Açores, existente no Arquivo do Governo do Distrito de Angra, pág. 14 v.º).

Por isto se pode avaliar da grande importância e do enorme prestígio do cargo de Fernão Faleiro — quando na Terceira, depois do saqueio dos conquistadores, se curtiam dias de angústia, de pavor e de incerteza.

Representante dos novos donos e governantes da ilha, todos se apressuravam em adula-lo, *camuflando* a própria pavidez em rasteiras subserviências ou solertes cobiças, no anseio de arrimo e protecção.

Muitos solicitavam a honra e o patrocínio do Faleiro ou de sua mulher, Catarina de Sousa, convidando-os para padrinhos do casamento ou do baptismo dos filhos.

Até aquele desafectado e lhano Guilherme Moniz, casado com D. Simoa, a do mercador groço, Sebastião Álvres, o foi requestar para testemunha do casamento, na Sé de Angra, em 8 de Janeiro de 1596,

do filho Diogo Moniz com D. Isabel de Abarca, filha de Constantino Machado e de Catarina Pacheco (L.º de Casamentos da Sé, N.º 3, de 1589 a 1606, fls. 73).

E os Faleiros, como grandes senhores, derramavam, sem parcimónia, o seu valimento também pela gente miúda. Assim, Catarina de Sousa foi madrinha e o governador do castelo de S. Filipe, mestre de campo, Juan de Urbina, foi padrinho do baptizado, na Sé, em 19 de Março de 1591, de Ágada, filha de Jerónimo Fernandes, soldado e de sua mulher, Maria Gonçalves (L.º de *Baptizados* da Sé, N.º 10, de 1598 a 1595, fls. 63 v.º).

A despeito de tão alto poderio, Fernão Faleiro morreu de repente (teve *morte apressada*, como se dizia no tempo).

O assento do óbito (a fls. 20 v.º do L.º de Óbitos da Sé de Angra, N.º 3, de 1595 a 1620) narra o seguinte:

Em os 13 dias do mes de Setembro de 98 (1598) faleceu fernão falr.º provedor dos residos e sargento mayor desta capitania de Angra—foi confessado e ungido som.te—nam comungou p. nam aver lugar nem test.º mais q. nuncupativam.te p.a escolher sepultura e deixar sua m.er p. erdr.a de seus bens o que foi interrogativam.te—está sepultado em a capella mor do convento de S. Frc.º desta cidade— e assiney p. verdade— Roque Mis de Covas».

Cristóvam de Moura tinha em Lisboa por procurador Manuel da Silva de Sousa (seria parente da consorte de Fernão Faleiro?), que a substabeleceu em António Ribeiro, morador em Angra, na rua de Denis Afonso (sic), em 5 de Agosto de 1597. Este, por sua vez, de novo a substabeleceu em seu filho, P.e Belchior Roiz e nos L.dos António da Rocha e Heitor Coronel, cidadãos igualmente de Angra, com poderes para arrecadar as redízimas dos moinhos da ilha Terceira, tanto as da capitania da Praia, como as de Angra, e também para arrecadar ou arrendar, como lhe melhor parecer, as redízimas da Ilha de S. Jorge e as das Flores do Corvo (sic) e todas as redízimas que pretendem à sua comenda da ilha Terceira». (Substabelecimento celebrado em 4 de Maio de 1600, a fls. 24 v.º dum livro de notas do tabelião de Angra, Manuel Jácome Trigo).

Mas quem sucedeu a Fernão Faleiro na feitoria dos marqueses de Castelo Rodrigo... e, também, nas lides matrimoniais, foi Domingos Miz da Fonseca, cavaleiro da ordem de Santiago, que se instalara em Angra, nos paços dos Corte Reais, na rua que depois se chamou do Marquês.

Os marqueses deram-lhe o cargo por procuração de 27 de Maio de 1600, dos termos da qual nos ressalta a suspeita de que as contas do Faleiro, talvez pela sua morte repentina, não estavam em ordem.

«Do Christovão de Moura Corte Real Marques de Castel R.º do conselho do estado de S. m.de visorei destes Reinos de portugal e capitão perpetuo das ilhas 3.ª e de S. Jorge e a Marquesa de C. dona Margaida corte Real minha molher fazemos saber aos que esta nossa procuração virem q. nós fazemos nosso p.dor a Domingos Miz da fonseca... pera q. em nosso nome e como nosso bastante procurador possa arrecadar e cobrar todas as nossas Rendas e fazenda a parte ou partes q. della nos couber q. nas ilhas Terceira e de S. lorge estava a cargo de fernão faleyro já defuncto de todas as pessoas ou Rendeyros que trouxere as ditas Rendas tudo aquillo q. constar q. são obrigados a paguar por bem de seos contratos e aRendam.tos e assi lhe damos poder p.a fazer novos aRendamentos as pessoas q. lhe parecer e co os que deverê á minha faz.da poderá fenecer e acabar todas as contas fora de juizo quando lhas derem e as q. os não quizerem dar sem contenda de juizo obrigara judicialm.te a q. lhas dem co eff.to e de todas as pessoas a que tomar as ditas contas arrecadara o q. se achar nos devere etc... e pela mesma man.ra lhe concedemos poder pera prover as serventias (?) dos off.os q. nas ditas ilhas estiverē vagos por tempo de quatro mezes no qual tempo nos avisara pera procedermos conforme as nossas doações (?) e tudo o por elle feito e conteudo nesta procuração averemos por firme e valido co obrigação de nossas rendas e faz.da e o Relevamos do encargo da satisdação (?)».

Esta procuração foi substabelecida em Angra, somente para efeitos forenses, aos L.dos Heitor Coronel e Jorge Vaz Paes e ainda a Pero Glz. ruivo e a Belchior Af.º requerente. (Substabelecimento de 1 de Agosto de 1600, onde vem transcrita a procuração, exarado nas notas do tabelião de Angra, Manuel Jácome Trigo).

Domingos Miz, além de lugar tenente do capitão donatário, foi ouvidor, vereador da câmara e juíz ordinário. Era casado com Catarina Vaz que faleceu em 6 de Setembro de 1595.

E casou, em segundas núpcias, com a própria viúva do Faleiro, Catarina de Sousa, a 10 de Abril de 1600, na Sé (fls. 110 do L.º de casamentos da Sé, N.º 3, de 1589 e 1606).

Em que prédio morava Fernão Faleiro?

A viela que sobe do cais da Altândega para Cantagalo, denominada rua Baixinha, foi conhecida por rua das Alcaçarias, isto é de curtimento de peles.

Fica contígua e quási paralela à ladeira do Faleiro.

Ignoro se o capitão João Roiz Faleiro, casado com Catarina Salta (ou Santa), tinha qualquer parentesco e seria herdeiro do feitor de D. Cristóvam de Moura.

Sei, pelo que me afirma a Fénix Angrense, do P.º Maldonado (Ms. do Sr. João do Carvalhal), que D. Maria Faleira, filha de João Roiz Faleiro, casou com Guilherme Moniz Barreto, terceiro do nome, tetraneto de Guilherme Moniz, o velho e de D. Joana Corte Real.

Este tetraneto faleceu em 26 de Maio de 1700 e sua mulher em 7 de Julho de 1739.

O capitão João Roiz faleceu em 25 de Janeiro de 1683 na freguesia da Conceição e a Santa ou Salta, em 8 de Abril de 1708.

Pois João Roiz, que morava, aliás, na rua de S. João, por escritura de 21 de Janeiro de 1669, do tabelião Francisco de Sousa, comprou a Maria de Azedias, viúva do capitão João Gonçalves Correa, seis mil duzentos e cincoenta reis de cenço e penção de juro a cada e q.do a razão de seis e ha quoarto p. cento, imposto em duas moradas de casas, telhadas e sobradadas, com seus quintais por trás, citas na rua das Alcaçarias, que ambas partem do Norte com a referida rua, do Nascente com casas e quintal do capitão Faleiro e baldio que fica p. sima da ribeira, do Sul com o mesmo baldio e do Ponente com casas e quintal do Alferes António Pires do Canto.

Ai ficam as confrontações, como um enigma, para quem quizer decifrar...

RUA DE ISABEL GONÇALVES (?) — RUA DOS MINHAS TERRAS — RUA DE MARIA DUTRA (?) — RUA DOS TANOEIROS — RUA DAS FRIGIDEIRAS — RUA DA ALFÂNDEGA — E NOVAMENTE RUA DOS MINHAS TERRAS.

O segredo já não era segredo para ninguém...

O Capitão-mor, Francisco de Ornelas, desembarcando na Praia, com um criado, alguma pólvora e poucos apetrechos de guerra, em 7 de Janeiro de 1641, um domingo, depois duma longa viagem de dezassete dias, de Lisboa à Terceira, — mal repousou. Seguira a cavalo, lufa que lufa, de noite, para a cidade e por detrás das hortas descera à rua de Santo Espírito, cortara à de Isabel Gonçalves, subindo à Rocha, sem se deter, numa desfilhada que nem dera tempo a que alguém o reconhecesse. Metera-se em casa de João Espínola da Veiga, capitão português ao serviço do presídio castelhano, pessoa de grande qualidade, das principais da ilha, ainda seu parente por afinidade e presumo que padrinho de casamento, celebrado quatro anos antes, (•) homem de bom

^(*) A pág. 114 do L.º dos assentos dos casados, da freguesia da S.ta Sé do Salvador, de Angra (N.º 5 de lombada, 1628 a 1645) vem o seguinte termo de casamento de Francisco de Ornelas da Câmara:

[«]Em os dezaseis dias do mes de agosto de mil e seis centos e trinta e sete annos, guardado em tudo a forma do sagrado conc. trid. e por hu m.ºo do L.ºo Balthazar Godinho cardim, vigr.º geral em todo este bispado de Angra, o p.º João dornelas da camara beneficiado na igr.º do spirito sancto da villa nova, de nosa licença / e prezente o p.º cura sebastião de fig.ºo / Recebeo in facie ecctiae (sic) a fr.ºo dornellas da camara paim f.º de fr.ºo da camara paym e de sua m.ºr dona lzabel dornellas ia defuncta freguezes de st.º cruz da villa da praya desta ilha 3.º co dona philipa betancor e vasconselos f.º de vital de betancor de vasconselos defuncto e de sua m.ºr dona agada de coadros freguezes desta see de Angra a cujo Recebim, fo forão test, as prezentes o capitão João spindo (sic) da veigua, martim mendes de vasconsellos, João de betancor e outras m.ºt.ºs pessoas — Luis Leitão».

⁽Á margem, de outro punho : «A instancia do Visconde de Bruges passei Certidão d'este termo em 7 de Dezembro de 1838. Benef.º Alamão».

conselho e já entrado em anos que reputara seguro e fiel para lhe confiar a secreta e perigosa missão de que vinha investido.

Nas instruções escritas que trazia do novo monarca português, D. João IV, com a traça do engenheiro João Pereira Corte Real, vinham expressamente indicadas três personalidades gradas a quem devia entregar cartas do real punho e transmitir a confidência: o corregedor D. Diogo Botelho, do qual se ignorava na corte o falecimento, ocorrido em 9 de Outubro do ano anterior, que pelo seu cargo e autoridade, impondo a todos respeito, seria o principal elemento da conjuração; o capitão-mor de Angra, João de Betancor Vasconcelos e o provedor da Fazenda, Agostinho Borges de Sousa.

Na falta do corregedor, e para o substituir, Francisco de Ornelas, aconselhando-se com seu pai na Praia, e surdo aos avisos do seu amigo, o franciscano Frei Diogo das Chagas, elegera o capitão João Espínola.

Chamados os outros dois à casa da Rocha, mal abrira a manhã, anunciando-se que o fidalgo trazia para ambos cartas de sua magestade, o capitão-mor de Angra acorreu prestes e aceitou a incumbência, com júbilo moderado, não isento de receio — mas o provedor da Fazenda, precaucioso, temendo más notícias, nem compareceu, retirando-se prudentemente para uma sua quinta, não distante da cidade.

O Espínola ouviu, sucumbido ao gravame das responsabilidades, a proposta do capitão-mor da Praia e, ou por determinação deste, em obediência ao plano que trazia do rei, ou por fidelidade ao dever militar, deixou o fidalgo em sua casa e com o alferes do presídio, D. Pedro Ortiz de Melo, seu sobrinho, subiu logo ao Castelo e ambos delataram ao mestre de campo e governador castelhano, D. Álvaro de Viveiros, o que lhes fora comunicado e os bons *partidos*, oferecidos pelo novo soberano, para a entrega sem luta da fortaleza de S. Filipe.

Foi assim, e pelas *meias palavras* imprudentes do criado particular de Ornelas, que o segredo se divulgou e a nova da aclamação dum rei português em Portugal voou logo de boca em boca, abrindo clareiras de exultação e de esperança na gente miúda e no baixo clero que jámais se haviam *acomodado* ao domínio estrangeiro.

Seguiram-se várias tergiversações, indirectas e hesitantes con-

versas com o mestre de campo que fèrvidamente aproveitou o tempo, armando e municiando o inexpugnável castelo que governava.

E os dias iam decorrendo vazios para os terceirenses. E os impacientes já murmuravam por toda a parte a sua ansiedade. E os sonetos satíricos e contundentes, visando a inacção dos fidalgos, já circulavam na cidade, num sigilo mal contido.

Perdia-se a vantagem da surpresa, tão recomendada na traça do engenheiro Corte Real. Os víveres, requisitados à cidade, que assim pouco a pouco se desprevenia, iam-se acumulando no castelo, com as suas 160 peças de artilharia (80 ou 90 diz a *Relação* do P.e Manuel Monteiro), reparadas e prontas a fazer fogo, algumas capazes de vomitar balas temerosas de trinta e cinco libras...

Destarte se concederam estultamente ao inimigo setenta e cinco dias... até que em 24 de Março, domingo de Ramos, finalmente o capitão-mor, a câmara e povo da Praia levantaram o novo rei.

- Real! Real! Real! por D. João, o quarto, rei de Portugal!

E ainda assim os próceres da cidade continuavam espectantes, uns fiéis a Castela, outros perplexos por timidez, maldizendo a resolução de Francisco de Ornelas.

Mas a gente popular *não podia mais*. Formou-se um a outra conjura que ia ultrapassar o enviado da corte, o capitão Betancor e os nobres citadinos.

Não seriam mais de sessenta os conluiados. Contavam, no entanto, que a adesão entusiasta, efervescente, animosa da população em massa surdiria de pronto, mal descessem à praça da Câmara e eclodisse o grito, aclamando o rei português.

No mesmo domingo de Ramos, eram dez horas da noite, juntaram-se na rua de Isabel Gonçalves uns dezoito desses conjurados, a comentar alvorotadamente os sucessos do dia na vila da Praia e a verberar com acrimónia a quietude, o temor do capitão-mor e dos principais da governança de Angra, que os tolhia de acompanharem Francisco de Ornelas na proclamação do novo monarca.

E decidiram precipitar a revolta.

Destacavam-se, entre os mais decididos e ousados, os quatro irmãos Minhas Terras, tanoeiros de mister, moradores naquela rua, Mateus de Azevedo, Bartolomeu Dias, Manuel Rodrigues, o altareiro da Sé, Pedro Fernandes e seus dois irmãos, o livreiro Gaspar Carvalho e outros. Ouvindo o sussurro desceu de sua casa, a ligar-se ao grupo, o P.e Gonçalo Fernandes de Córdova, sacerdote alentado e corajoso. E como tivessem já assentado em eleger por seus caudilhos o jovem fidalgo, António Pires do Canto e, na falta deste, o nobre Henrique Moniz Barreto, naturalmente prevenidos para a reunião, estranharam que não se encontrassem ali.

Nisto, surgiram da sombra dois castelhanos da ronda, um de pique, outro de mosquete.

Era o que esperavam os sediciosos ou teria a ronda surpreendido os do grupo? O certo é que desde então se tornou inevitável a ruptura definitiva entre os terceirenses e o mestre-de-campo D. Álvaro de Viveiros.

Tendo os soldados perguntado:

- Que gente l'

Os do grupo contestaram:

- Amigos!
- Que amigos P replicou um dos castelhanos, já agastado.
- Amigos portugueses! acudiram os nossos, dando às palavras pausadas, uma intencional inflexão de desafio.
 - Que andan aqui estes antonistas en corrillos?

(Antonistas era o nome por que os castelhanos depreciativamente designavam os terceirenses inconformistas — antonistas, partidários de D. António, prior do Crato).

E dum e doutro lado as bravatas esfuziaram, subindo de tom e de veemência, até que Bartolomeu Dias, já colérico, bradou:

- Viva el-rei D. João!
- Mata eses traidores! gritou logo ao de mosquete o soldado de pique.

Ouviram-se duas detonações, sibilaram duas balas. Mas por milagre o arcabuz, manejado por mão temerosa, não foi certeiro — ninguém foi atingido.

E os da ronda, aproveitando-se da escuridão, fugiram cada qual para seu lado. Perseguidos por alguns dos nossos, o de pique sumiu-se na sombra e não o conseguiram encontrar, mas o de mosquete foi apanhado e rolou por terra com duas cutiladas na cabeça.

Então os conjurados recolheram prudentemente a suas casas e, no dia seguinte, andaram pela cidade a tatear, a sondar o que se dizia, procurando descobrir qual seria a inevitável reacção do inimigo.

- Que fariam os castelhanos para vingar os seus e desafrontar-se?

Breve souberam que o castelão, mestre-de-campo, resolvera proceder a uma rusga e colher às mãos os noctivagos, agressores da ronda.

Como António Pires do Canto, o Manuel Rodrigues e os Minhas Terras eram sobejamente considerados no castelo por antonistas exaltados, reconheceram que seria estultícia deixarem-se prender e decidiram por-se a seguro, seguindo mate que mate para a Praia, onde se colocaram sob as ordens do capitão-mor, Francisco de Ornelas.

Mas o jovem Pires do Canto, assomadiço, fiado no prestígio da sua estirpe e fiel ao secreto compromisso que tomara, não podia sofrear o ânimo e manter-se a bom recato na Praia, inactivo, escumando de impaciência e exaspero. E voltou para a cidade na terça-feira, à noite aparecendo na Praça, no dia seguinte de manhã, quarta-feira de trevas, 27 de Março. Certamente os outros conluiados, recolhidos na vila, o acompanharam no regresso, embora o não digam as relações que descrevem os acontecimentos desses revoltos dias da história terceirense.

Assim que D. Álvaro de Viveiros soube da pimponice do moço, ordenou que o prendessem e, morto ou vivo, o levassem ao castelo. E, pelas duas horas da tarde, uma força desceu à Praça — o sargento Rucillon, com sua alabarda na mão, conforme o costume e uns seis homens escolhidos, dos mais esforçados, de pistolas, mosquetes, cordão aceso, prestes a tudo.

Vendo-os, logo os amigos de António Pires do Canto o aconselharam a recolher-se ao corpo da guarda terceirense, que então ainda era sob os alpendres da Câmara, e os castelhanos dispozeram-se em ordem de batalha, uns aos cantos da rua Direita, outros à boca da rua do Galo, emquanto o sargento, com um dos seus homens atrás, subia a escadaria da audiência, no edifício camarário, dirigindo-se ao capitão Jerónimo da Fonseca, de serviço nesse dia, comandando a companhia da guarda.

Com todas as mesuras, o Rucillon pediu ao capitão fosse servido conceder-lhe ajuda para capturar António Pires do Canto, à ordem do mestre-de-campo, em nome de sua magestade.

Simulando surpresa, o português negou o auxílio e, como o sargento insistisse, retorquiu com lenta serenidade:

— Eu guardo as ordens do meu capitão-mor, como vossa mercê as do mestre-de-campo. Não tenho instruções para prender ninguém.

Em face de tal atitude, o castelhano suplicou-lhe que se dirigissem ao capitão-mor, João de Betancor, para decidir o que se havia de fazer. Com pachorrento e firme vagar, Jerónimo da Fonseca acedeu e seguiu, com o sargento e seu homem, pela Praça e rua da Sé.

Já então junto da Câmara se iam aglomerando muitos populares, por curiosidade, uns, outros por combinação prévia. Um alarmado sussurro derramava-se no ar e era como um ribombo, rolado e rouco, demorado e longínquo. E não teria Jerónimo da Fonseca chegado por alturas da ermida de S. João, quando explodiu na Praça uma voz em grita. Era Mateus Garcia que, apoplético de indignação, a escabujar de raiva, bradava para a companhia da guarda:

-- Levam preso um capitão e ninguém se mexe?! Rompe-se uma guarda e a companhia quieta?! Soldados não vedes quem vai preso?!...

Era um equívoco. O capitão terceirense de facto não ia preso. Que importava? Logo o alvoroço, os berros, o tumulto encheram e confundiram o recinto. Tudo corria para a rua da Sé, mas já o capitão se apressava a retroceder à Praça, os castelhanos seguindo-o em correria.

Por sôbre o alarido soaram as primeiras aclamações ao novo soberano. Quem foi? Muitos, mais tarde, quizeram dotar-se com a honra

da prioridade na voz aclamatória. Da gente miúda, numa ruela da cidade, no domingo anterior, à noite, sabemos já que foi Bartolomeu Dias. Mas aqui na Praça é indubitável que dos nobres foi o capitão Jerónimo Fernandes Coelho que, puxando a espada e alçando-a, num estertor de comoção, bradou:

- Viva el-rei D. João, nosso senhor!

a que o povo, os frades, os clérigos menores, os soldados da companhia e muitos outros, confluindo de toda a parte ao centro da cidade, espadas nuas, correspondiam numa ebriedade louca de patriotismo, irrompendo num júbilo por tanto tempo represado:

- Viva! Viva! Viva!...

À mistura, os mais exaltados acrescentavam, sibilando num ódio que vinha de longe :

- E morram os castelhanos!...

Supondo o Rucillon em perigo, os seus homens dispararam as pistolas. Um zagalote foi atravessar o braço direito ao alferes Manuel Gonçalves Carvão que estava para entrar de guarda. E arremetendo o sargento Manuel de Azevedo de espada feita contra o agressor, um outro soldado inimigo saltou-lhe pelas costas com uma estocada, atravessando-lhe a espádua até ao pescoço, que por sorte só ligeiramente aflorou. Mesmo ferido, cresceu sôbre o castelhano, que era valoroso, outros dos nossos acudiram e tantas cutiladas lhe vibraram que o soldado inimigo, exausto, resvalou para dentro duma loja, a pedir os sacramentos e... morreu.

Os outros castelhanos sumiram-se. Uns, com o Delgadillo, foram ter a S. Francisco, onde os frades os prenderam; outros, esgueira-ram-se pela rua de Santo Espírito, acolhendo-se ao seu posto do Portão do Mar, junto à alfândega.

Ao anoitecer desta quarta-feira de trevas já se tocara a rebate por todos os cantos da cidade, convocando as dez companhias que, em menos de meia hora, com prodigiosa presteza, apareciam prontas e em forma; já se havia delegado à Praia emissários, pedindo auxílio a Francisco de Ornelas; já os castelhanos dos postos da cidade haviam sido forçados a retirar-se para o Tanque-de-àgua, à Boa-Nova; já as embocaduras de todas as ruas, que davam para o castelo de S. Filipe, estavam guardadas por fortes contingentes dos nossos; já o cerco à fortaleza temerosa virtualmente se fechara, pela rapidez surpreendente de movimentos dos nossos e inépcia do inimigo, que não soube reagir a tempo e já as primeiras balas das peças, com tão pachorrenta delonga preparadas por D. Álvaro de Viveiros, caíam, num zunido grosso e lento, na Praça e nos alpendres da câmara.

A missão que trazia Francisco de Ornelas, ou fosse buscada voluntàriamente, ou imposta pela Corte, era realmente de apavorar o mais arrojado capitão. As suas cautelas e hesitações justificavam-se plenamente. O plano ou regimento que lhe deram, por muito competente, como de facto era, o estratega que o elaborou, mostrava-se inexequível, mesmo antes de exercitado, só com a falta do corregedor Diogo Botelho.

O frade Diogo das Chagas previu certo o que ia acontecer, logo que o fidalgo, desembarcado na Praia, lhe contou ao que vinha. Compreende-se, portanto, que o capitão-mor, desanimado com o insucesso das negociações iniciais, quizesse desistir e regressar a Lisboa, para declinar o encargo.

Depois de expugnada a fortaleza, vencidos os castelhanos, pela tenacidade, pela intrepidez dos terceirenses (o que era verdadeiramente um caso de loucura cívica) e pela incúria do conde-duque de Olivares, D. Gaspar de Gusman, valido do rei Filipe, que não viu a importância decisiva da estação naval da Terceira e não acudiu com reforços aos apelos aflitivos de D. Álvaro de Viveiros — opinando a frio, depois da vitória, pode qualquer acusar o capitão-mor da Praia de indeciso e de tíbio.

Mas antes, no momento das decisões supremas, quem, a menos que fosse insensato, não sentiria a mortificação, a angústia asfíxica do receio? Quem, responsável pelo destino da população duma ilha inteira, ousaria encarar tamanho perigo, sem hesitação e pavor?

Ainda não estavam esquecidas as excruciantes provações que so-

frera a Terceira, quando entrada pelo marquês de Santa Cruz e as suas hordas, ávidas de vingança e de saqueio.

E, no entanto, quando chegaram a Lisboa os primeiros informes de terem falhado a traça para a expugnação do castelo por astúcia e as conversas para a rendição por peita; quando se começou a ver, depois, a proluxidade perigosa do assédio posto à fortaleza pelos moradores da ilha, com menos disciplina que valor, não faltou na corte quem murmurasse, com boas razões, que a empresa se não concluia, à falta de cabeças (D. Francisco Manuel de Melo: Vida e Morte, Ditos e Feitos de El-Rei D. João IV, Rio de Janeiro, 1940, pág. 110), primeira recompensa que recebeu o capitão Francisco de Ornelas da sua arrancada heroica.

E por isso, em vez de nos mandar soldados, artilharia, pólvora, mosquetes e demais apetrechos que ansiadamente lhe pedíamos, houve por bem el-rei remeter-nos as cabeças de que necessitávamos — dois frades, os jesuítas, P.e Francisco Cabral, como superintendente de guerra e o P.e Manuel Monteiro, ambos com a missão de aliciar o governador castelhano do castelo, D. A'lvaro de Viveiros, com dez mil cruzados e o título de conde. Camilo o sustenta, aduzindo que D. João IV sabia conhecer os agentes hábeis para corromperem um mestre de campo incorruptível (Boémia do Espírito, 2.ª edição, Pôrto, 1903, pág. 50).

Teria desta feita resultado feliz a escolha real?

Por incorruptível, de nobre rigidez, inacessível, íntegro, digno — ficou o castelão para sempre memorado na história, dum e doutro lado.

Que respeitável e simpático carácter, vencido apenas pela fome! Tudo é pequeno e liliputiano em torno dele! assim o glorifica, sem lhe regatear louvores ditirámbicos, o notável investigador açoriano, Dr. João Teixeira Soares de Sousa, ao comentar o quadro, verídico e vívido, em que a Fénix Angrense, do P.º Maldonado, descrevia a retirada, após a capitulação do castelo de S. Filipe, dos restos da guarnição espanhola (Arquivo dos Açores, Vol. IV, pág. 26).

Mas se o mestre-de-campo se manteve erecto e não flectiu ante as sinuosas, prementes, viscosas, persuasivas, súplices, subtis sugestões dos dois jesuítas — foi, como cabo de guerra, inconcebivelmente inepto.

Dominando a cidade e o porto com uma fortaleza inexpugnável, uma guarnição de quinhentos soldados de linha, numerosa artilharia e

munições à farta, este homem deixa-se encantonar no monte do Brasil, não impede a formação do assédio, a construção de trincheiras e todos os restantes milagres que os terceirenses vão realizando, sem oposição — quando lhe teria sido extremamente fácil, de começo, com uma sortida enérgica das suas tropas arrasar irremissivelmente o simulacro de resistência da população, retomar a cidade, ocupar os seus pontos estratégicos e, presos os cabecilhas da sublevação, com o auxílio, franco ou encoberto, dos seus apaniguados portugueses, que ainda eram muitos, impossibilitar a continuação da luta. Em vez disto, limitou-se a uma resistência espectante, escaramuças de entremez, disparos frequentes mas ineficazes da artilharia, esperando, cerca dum longo ano, reforços do seu rei, que os sitiantes lhe iam tomando, sob as próprias vistas, nas próprias barbas, um em seguida a outro, fazendo-se fortes com ajudas tão inesperadas, assim de algum modo suprindo a falta de munições de Lisboa, tantas vezes prometidas e procrastinadas.

Quando as primeiras balas se despediram do castelo a pontaria foi segura — caíram na Praça, junto à Câmara e ao corpo da guarda, matando um soldado, Elias de Alafão, pedreiro de ofício e uma pobre mulher, da ordem terceira que, regressando de S. Francisco, ali se abrigara.

E parece que Álvaro de Viveiros se convencera de que todo o centro de Angra ficara, em estilhaços. Ele mesmo, a certos clérigos que no dia seguinte, quinta-feira santa, o foram visitar à fortaleza e lhe suplicaram que respeitasse e resguardasse os templos, arrogantemente, na consabida jactância espanhola, lhes retorquira:

— Os bombardeiros não têm a mão certeira e arrasarei a cidade até os moradores me virem pedir misericórdia! (Frei Diogo das Chagas: Relação, Arquivo dos Açores, Vol. X, pág. 226).

Sem embargo, continuando os sitiados a vomitar metralha, à razão de vinte disparos por dia (um curioso teve a serenidade e paciência de contar — foram mais de seis mil balas grossas em onze meses e onze dias!), Angra saíu a bem dizer incolume da referta.

Que artilheiros eram estes que nem com exercícios de fogos reais, durante onze meses seguidos, aprendem a rectificar os tiros das suas peças, para um alvo tão vasto, a distância tão curta?

Não, não é possível. Ou havia entendimento secreto, ou a sandice dos bombardeiros era conivência do medo e — traição.

A mosquetaria, duma e doutra parte, foi também inumerável — mas, no final da campanha, contadas as baixas, de ambos os bandos, topa-se com adições afortunadamente exíguas.

Fenómenos tão estranhos e surpreendentes deixaram de sobreaviso a sagacidade e sensatez do P.º Jerónimo Emilia no de Andrade, que os reduziu e apertou num dilema: De duas, uma, ou a tropa espanhola era inteiramente bisonha, e o seu chefe fraco e imbecil, ou este mesmo chefe, esperançado nos auxílios de Espanha, que imaginava não tardarem, não quis dividir, nem arriscar a sua gente, e sòmente se contentou em guardar a fortaleza. O carácter nobre e honrado de Viveiros me faz inclinar para esta segunda parte. (Apontamentos Póstumos, Angra, 1850, Pág. 48).

Carácter nobre e honrado, convenho — o que não exclue, nem supre a inconcebível inépcia militar.

Mas há ainda um outro acontecimento que faz pasmar — a capitulação do castelo. Foram os castelhanos que se renderam, mas as condições dos vencedores foram duma benignidade tão excessiva que mais parecem de vencidos, provocando um motim entre os terceirenses, abrasidos, vexados pelo escárneo insolente e provocador dos castelhanos.

Tudo isto me retine falso, surgindo a meus olhos singularmente suspeito.

Claro — as narrativas dos cronistas deste conflito descobrem, para tão estranhas anomalias, explicação suficiente e convincente.

Mas a intervenção daqueles sagacíssimos jesuítas sai dos relatos apagada, frouxa, inane, inútil, o que presumo inverosímil.

Em todas as guerras, mesmo as mais cruentas e sem quartel, há sempre inenarráveis acordos secretos, negociados na penumbra, com a mais serena cordialidade.

Deixemos o Viveiros *pousar* na história, erepto (mas inapto) na sua incorruptibilidade. A guarnição inimiga, no entanto, não era só o mestre-de-campo.

E estou em crer que, sabendo D. João IV discernir, como insinua Camilo, os agentes hábeis para a corrupção, desta feita não se iludiu ainda, elegendo e remetendo para a Terceira, como superintendente

de guerra, o P.º jesuíta, Francisco Cabral, assistido pelo seu confrade em Santo Inácio, o P.º Manuel Monteiro.

E como foi possível o urdimento da treda intriga que, mais tarde, levou Francisco de Ornelas, processado por dolo e desserviço del-rei, à beira do patíbulo?

O capitão-mor da Praia — já o demonstrei noutro lugar — não era pusilânime. Suspeito, não obstante, que era, sim, um homem benigno, condoído e simples, duma bondade longânime, sem reservas, sem suspicácia, que o conduziram a atitudes imprudentes, numa guerra de cerco tão prolongada e por isso tão perigosa, como a que se travou em Angra.

Lembram-se daquele assalto dos sitiados, em 1 de Agosto de 1641, à trincheira terceirense, comandada por Baltasar da Costa Pereira?

Foi de toda a contenda o dia de maior número de baixas entre os nossos, uma vintena, mortos e feridos, porque o inimigo, atacando de surpresa, das oito para as nove horas da manhã, encontrou a trincheira desguarnecida (muitos soldados estavam de licença, em visita às famílias), sem vigias e o comandante a dormir, a despeito de avisado pelo capitão da trincheira contígua, Constantino Machado, que foi com o seu alferes, Manuel Cordeiro Moutoso, quem salvou as milícias terceirenses nessa angustiosa conjuntura.

O Baltasar Pereira, dizimada a sua gente, impossibilitado de oferecer resistência, limitava-se, de rodilhas, a chorar e a suplicar aos castelhanos lhe dessem *bom quartel*, mas, na refrega, deixaram-no ferido e abandonado no valado, como morto.

Logo que foi conhecido na cidade este desastre, a população alvorotou-se e tal era a sanha e ferocidade do mulherio e da gente miúda (as mulheres desceram do lugar do Outeiro, desvairadas, como *leoas bravas*, diz um cronista coevo, agitando varapaus, chuços, pás, facas...) que destituíram os capitães-mores de Angra e Praia, arguindo-os de brandos e culpados do funesto acontecimento, para os substituir elegendo, por capitão, Luís Pereira da Horta e por sargento-mor, Roque de Figueiredo. E foram estes que, fieis e disciplinados, conseguiram aquietar a multidão em fúria, trazendo os transviados à obediência dos capitães-mores que ficaram governando como dantes.

Pois apesar do alvoroço e violento protesto dos amotinados, o capitão da trincheira assaltada e o sargento Luís Galarça, principais responsáveis, por inconcebível incúria, da mortandade dos nossos — ficaram impunes! Verdade seja que o Baltasar escapou do assalto com seis cutiladas, uma das quais o deixou tolhido para sempre dum braço e o Galarça, que chegou a ter lavrado o assento de óbito, foi levado prisioneiro pelos agressores. E o comandante, porque sofrera o aleijão, foi incansável, rendidos os castelhanos, em alegar serviços... e exigir recompensa, pagando, mais tarde, a clemência de Francisco de Ornelas — com assinar a falsa denúncia que o levou ao Tribunal Supremo da Casa de Suplicação, acusado de inconfidência e lesa-magestade!

Baltasar da Costa Pereira devia ser homem de engenho e arteirice, porque, tendo sido o *heroi* principal da indecorosa *façanha* que deixei narrada, teve artes de se imiscuir nas negociações para a entrega da fortaleza *de S. Filipe* e lá está o seu nome subscrevendo, com ufania e glória, a par dos capitães-mores, do superintendente de guerra, P.e Francisco Cabral e doutros próceres, os artigos das capitulações dos vencidos.

Ignoro se o notável negociador tinha já o cargo de alferes-mor e porta-bandeira ou se o recebeu do senado de Angra como prémio de tal proeza. Mas presumo, porque assim de ordinário se faz a história, que fosse galardão.

O lugar de alferes-mor era escolhido entre as pessoas principais da cidade. E quando não havia nomeação especial, a honra cabia ao Juiz ordinário, mais idoso, que levava o estandarte da Câmara em todas as solenidades oficiais, competindo-lhe ainda os selos da chancelaria. O Baltasar sucedeu nas funções a Pero Roiz de Aguillar, castelhano, que por desprezo entregava a haste da bandeira a um lacaio mulato, segurando apenas uma ponta de tão preciosa insígnia, como se lhe queimasse os dedos. Pois o novo alferes-mor, se não estou em erro, quis ainda escusar-se da honraria, talvez por entender que merecia mais alta e, sobretudo, mais rendosa recompensa!... (Drumond: Anais, II, pág. 48 e 49; José Joaquim Pinheiro: Épocas Memoráveis, IV, pág. 89).

O capitão João Espínola da Veiga e o sobrinho, alferes D. Pedro Ortiz de Melo, assim que delataram ao mestre-de-campo a incumbência que trazia Francisco de Ornelas, esqueiraram-se, com suas famílias, para dentro do castelo e, de envolta com os castelhanos, bateram-se, especialmente D. Pedro Ortiz, contra a sua pátria e contra os terceirenses. Pois o capitão-mor nunca lhes negou a estima e protegeu-os, até em cláusulas especiais, quando o Viveiros se declarou vencido!

Durante o assédio, talvez pensando nas privações que sofriam esses trânsfugas, seus parentes (foi, aliás, muito empolada pelos relatos da guerra a escassez de mantimentos dos sitiados) que o Ornelas, de acordo com seu cunhado, o capitão-mor de Angra, permitiu que os recoveiros subissem às trincheiras do inimigo a vender-lhe, com diversos artigos de sustentação, fazendas para vestuário, calçado, etc.! (Pinheiro: Épocas, IV, pág. 87).

(Que boa e generosa guerra a deste tempo!)

Quando os castelhanos lançaram ao mar, de noite, pela ponta do Zimbreiro, em 11 de Julho de 1641, com dez homens de tripulação e, por mestre, um artilheiro português, a embarcação coberta que haviam construído em sigilo no castelo cercado — foi-lhe no encalço e caçou-a, já longe de terra, a caravela do Sardo, o célebre capitão e heroi terceirense, tão injustamente esquecido, Francisco Duarte. O mestre, português renegado, antes de se render, inutilizou, atirando-as às vagas, as cartas que levava de D. Álvaro de Viveiros para o rei de Castela. Submetido a polé, negou-se a revelar a situação da fortaleza e da guarnição. Foi leal, de têmpera rija, não quebrando o seu compromisso. Mas, na guerra, tal firmeza dum trânsfuga chama-se redobrada traição e paga-se com a vida.

Pois este mau português recebeu apenas um castigo ínfimo, o que irritou a nossa milícia. (Drumond: Anais, II, pág. 47).

Mas foram as concessões longânimes, ofertadas aos rendidos que mais irado escarcéu alçou na população.

Pois que? Dava-se ao inimigo a liberdade, davam-se-lhe honras militares, davam-se armas de mão, mosquetes, arcabuzes, bagagens, mu-

nições; davam-se duas peças de artilharia, de bronze, com vinte pelouros por peça; dava-se um quartel a sua satisfação, até embarcarem, com guarda sua, jurisdição sua; dava-se mesmo metade dos bens e ornamentos da Irmandade do Santíssimo da Boa-Nova; não se confiscavam os bens dos vencidos e aos pérfidos portugueses, que se bandearam por Castela e se recolheram a salvo na fortaleza, eram restituídos intactos seus bens (a D. Maria da Câmara até os rendimentos do tempo do cerco!), garantindo-se perpétuo silêncio da felonia que mais agregar para os vencidos, bazófios, por índole, se reputarem vencedores?

E de tal geito usaram e abusaram os espanhois de tão longas e dissolutas concessões, com arrogância escarninha, que se esboçou, entre os da gente popular, uma outra revolta de protesto contra os governantes. As murmurações, os dissídios, a efervescência dos ódios, alastrando, chegaram a contaminar o clero e os nobres e foram necessários a afabilidade, a prudência, a brandura, o tacto do general António de Saldanha, desarmando, com manha, os castelhanos, para trazer a pacificação aos exaltados e descontentes.

Ora as capitulações, que ao povo surdiam e causticavam como indecorosas, na sua estranha benignidade, tinham uma encoberta justificação. Os capitães-mores e o superintendente de guerra, o jesuíta Francisco Cabral, que nas negociações teve interferência primacial, temiam o que desde o início era a aflitiva apreensão da corte — a proluxidade da resistência castelhana. Dois receios, por igual imperiosos, apressava-os para um compromisso, o mais possível honroso, que nos desse a exultação de vencermos e a paz: os possíveis reforços de Castela, pedidos pelo mestre-de-campo; a falta de auxílio de Portugal aos sitiantes, tantas vezes prometido, como protraído.

... E um terceiro, recôndito motivo ainda: já que por tão longo tempo haviam os terceirenses, sòzinhos (o auxílio da corte e das outras ilhas, quási nem conta no sopesamento final das operações), sem esmorecimentos, com devotamento sem par, perseverado na luta — não queriam que resvalasse para estranhos adventícios (anunciava-se finalmente a chegada próxima duma frota do reino) a honra da vitória...

Quem eram os tanoeiros *Minhas Terras* que tão grande notoriedade, pelo comburente portuguesismo, alcançaram nesta época?

Ao tempo da aclamação na Terceira do rei D. João IV, os *Minhas Terras* eram cinco irmãos, todos solteiros: Pedro Fernandes, Sebastião Fernandes, Agostinho Fernandes, Jerónimo Fernandes e António Cordeiro, filhos de Melchior Fernandes, por alcunha *Minhas Terras* que também exercia o mister de tanoeiro e falecera em 16 de Janeiro de 1637 (Liv. de *Óbitos* da Sé de Angra, N.º 4, fls. 129).

Presumo que o pai era natural das Velas, ilha de S. Jorge, porque em 21 de Agosto de 1641, em pleno assédio do Castelo de S. Filipe, o tabelião Jorge Cardoso, morador na rua do Galo, lavrou procuração a esses mancebos solteiros, maiores de vinte e cinco anos, concedendo poderes de libera e geral administração a Mateus Lopes Fagundes, residente na vila das Velas, em especial para cobrar, arrecadar e haver os bens móveis e de raiz que lhes pertençam. Mas, em tempo, declara o tabelião não estar presente o Agostinho Fernandes que se ausentara para a ilha de S. Miguel, donde era morador. Foram testemunhas, neste acto, António Barbosa, obreiro dos outorgantes e o alferes Manuel Cordeiro Moutoso.

Ora este alferes, apesar de ter, por sua mãi, costela espanhola, bateu-se bravamente no cerco terceirense ao presídio castelhano, como acima ficou dito, e era pai do P.º jesuíta António Cordeiro, autor da História Insulana, nascido nesse mesmo ano de 1641, de ascendência nobre, segundo a genealogia deduzida por ele próprio.

Pedro Fernandes era o mais velho dos cinco irmãos e suponho que tiveram também uma irmã, Maria Cordeira, casada com Pedro de Oeiras Teles, de quem houve uma filha, Clara da Trindade. Em 17 de Maio de 1643, Clara recebeu, na Sé de Angra, por marido Gonçalo Ferreira, viúvo de Maria João, sendo testemunhas os irmãos *Minhas Terras* e outras pessoas. O termo é do cura Pedro Verdeio, a fls. 154 do L.º N.º 5, de *Casamentos* da Sé.

Todos os *Minhas Terras* sabiam escrever. As suas assinaturas saiem-lhes da mão firmes, fáceis, de quem exercita a arte da escrita com habitualidade. Pelo menos o Sebastião e o Pedro agregam ao nome o sinal da alcunha, envolto em caprichosos arabescos, à moda do tempo.

Há provas de que esta família de tanoeiros foi subindo em categoria social.

Agostinho Fernandes casou com Maria Matela e os *Matelas*, que deram o nome a uma grande propriedade de mato, na freguesia de Belém, eram gente *limpa* e *de bom ser*. Tiveram, que eu saiba, um filho, Manuel Cordeiro, que morreu jovem, em 1 de Agosto de 1663. O pai era já falecido (14 de Outubro de 1660) e a māi apenas lhe sobreviveu três anos, morrendo em 9 de Julho de 1666 (Registos a fls. 33, 4 e 68 do L.º N.º 6 de *Óbitos*, da Sé).

António Cordeiro Minhas Terras, teve pelo menos um filho, João Cordeiro, que, em 10 de Fevereiro de 1667, casou com Maria de Borba Evangelho, filha de Mateus Fagundes Machado e de Beatriz Vaz Evangelho e tanto os Borbas, como os Fagundes, os Machados e os Evangelhos eram gente de qualidade, ligada às melhores famílias da Terceira. Este casamento foi celebrado na Sé de Angra e, com autorização do provisor do bispado, o mestre escola do cabido, R.do João Diniz Pereira, recebeu os nubentes o Padre vigário de Santa Catarina, do Cabo da Praia, Sebastião Fernandes Minhas Terras, que certamente seria primo do noivo. O P.º Minhas Terras alargou depois o nome para Sebastião Fernandes Minhas Terras Vieira e encolheu-o, por fim, assinando sòmente: Sebastião Fernandes Vieira. Paroquiou a freguesia desde 1666 a 1685 e dele sei apenas que era filho de Izabel Vieira, falecida em 30 de Março de 1682, sendo o termo do óbito lavrado pelo próprio filho.

Ora o João Cordeiro Minhas Terras, a cujo casamento, celebrado pelo primo Sebastião, entre outras pessoas, assistiram como testemunhas, Francisco Ribeiro da Costa e Francisco de Passos Crasto, homens de negócio da praça de Angra (o respectivo termo vem a fls. 15, do Liv. N.º 7 de Casamentos, da Sé), era mestre de navios.

Em 1670, o Príncipe (D. Pedro II, regente do reino, em nome de D. Afonso VI, então desterrado no castelo de S. João Baptista desta ilha) concedera aos terceirenses, privilégio análogo ao que dera aos moradores da Madeira: o de poderem em cada ano mandar dois navios aos portos do Brasil, livremente, isentos dos encargos da companhia geral e da obrigação de comboio.

Logo o contratador de sobrado, Francisco Ribeiro da Costa,

morador na rua Direila, associado com o Passos Crasto e outros, requereu à Câmara de Angra a naturalização duma nau que haviam comprado em Holanda, chamada então Donzela Romana, e a que os compradores haviam posto a invocação de Nossa Senhora da Penha de França, nomeando-lhe, por mestre. João Cordeiro Minhas Terras, a cujo casamento haviam assistido.

A nau era do porte de seis-centas caixas e obteve licença da Câmara, em 13 de Janeiro de 1672, de ser nesse ano um dos dois navios do privilégio, concedido pelo Príncipe (L.º do Tombo da Câmara de Angra, N.º 4, de 1656 a 1707, pág. 203).

Ainda com outros Minhas Terras travei conhecimento de nome — Bartolomeu Cordeiro Minhas Terras, que em 1701 morava na rua de S. João, numa casa herdada por morte de João Fernandes Correia, foreira à Casa da Santa Misericórdia em mil reis (Notas a fls. 7 do Liv. de Foros e Rendas do Hospital, organizado em 1701 pelo Escrivão António da Fonseca Carvão) — e não sei se pertenceria à família um Manuel Cordeiro, mestre duma caravela, de que o cura João Baptista, da Sé, lavrava, em 12 de Abril de 1575 (fls. 268 do Liv. N.º 7 de Baptizados), o seguinte necreológio: «Chegou nova certa de ser perdida a caravela de Manuel Cordeiro, morrendo o capitão (ou mestre), seu genro, Braz Dias e Miguel Lopes, todos fregueses desta Sé, os quais quando daqui se foram, foram sacramentados».

Não foi só pela interferência na revolta que antecedeu a proclamação de D. João IV em Angra que os *Minhas Terras* se distinguiram. A sua notoriedade inchava de dia para dia. A gente miúda admirava-lhes o fervor patriótico e a desenvoltura ousada com que defendiam o povo contra as vexações dos nobres e abusos dos poderosos.

O general António de Saldanha e o seu sucessor, Manuel de Sousa Pacheco, não vieram só como governadores do Castelo, tinham os poderes dos antigos donatários e superintendiam em todos os negócios da milícia, da justiça, da fazenda, não apenas na Terceira, mas nos Açores. A nobreza que até então partilhava, no senado da câmara, com o corregedor, o capitão-mor e o provedor da fazenda, a governança,

da cidade, sentiu-se grandemente diminuída no seu prestígio e prerrogativas. E os Governadores Gerais, especificadamente o Manuel de Sousa Pacheco, homem brusco, autoritário, conflituoso, ainda com suas prepotências mais fundo cavavam o descontentamento dos fidalgos que, rosnando embora de través, arrostavam, servis, a humilhação, com pálidos sorrizinhos pávidos. O conflito, o ódio, a animosidade não surdiam à superfície, mas iam minando subterrâneos.

Até que as câmaras da ilha, pelos seus procuradores em cortes, requereram ao rei, com grande cópia de considerandos, que se regressasse ao sistema governativo anterior, extinguindo-se os Governos gerais.

Por seu lado, um grupo de populares, à frente dos quais estavam dois dos *Minhas Terras*, Mateus Cardoso de Azevedo, já nosso conhecido, que foi mais tarde sargento-mor da Praia e outros, representaram ao soberano, suplicando, com razões não menos copiosas, que nas ilhas Terceiras dos Açores fosse criado um *Vice-rei*, para as governar com equidade, fazendo justiça a todos e protegendo os fracos e os pobres. Também estes nomearam um seu delegado na Corte, o licenciado José Miz Bocarro, jurista dos melhores naquele tempo — afirma-o Drumond — que, sendo contrário ao parecer dos reclamantes, assoalhou, com ignominiosa indiscrição, os nomes dos peticionários.

Os tanoeiros *Minhas Terras* não morreram idosos. O Agostinho, como ficou dito, faleceu em 1669 e o Jerónimo em 21 de Novembro do mesmo ano. O Pedro, que era o mais velho, faleceu em 27 de Outubro de 1663 e o Sebastião em 23 de Fevereiro de 1664. Só não consegui descobrir a data da morte de António Cordeiro.

Onde moravam?

Moravam na via que da rua *Direita*, junto ao edifício da Alfândega, sobe para a *Rocha*.

Creio que ao tempo era conhecida por rua de Isabel Gonçalves — atribuição, aliás, meramente conjectural. Esta Isabel Gonçalves seria a mulher de Pino Galo, a que se fez referência no capítulo respeitante à rua que hoje tem o nome da Liberdade?

Em redor dos Minhas Terras é que se polarizou o protesto popular contra o adiamento diuturno da aclamação de D. João IV em Angra. Os patriotas impacientes que decidiram ultrapassar nessa missão os magnates da cidade, foi na rua de Isabel Gonçalves que se reuniram, no domingo de Ramos, à noite, após o levantamento do rei português na Praia — di-lo o P.e Leonardo de Sá Souto Maior, no manuscrito: Alegrias de Portugal ou Lágrimas dos Castelhanos. De presumir é que a reunião fosse junto da casa ou oficina dos tanoeiros. O local era escuso, mas insuspeito e tinha a vantagem de dominar as guardas castelhanas do Portão do Mar e da Porta da Praínha. Pelo que nesse dia acontecera na Praia a ronda estava de-certo alerta, e não é crível que se afastasse muito dos postos. Sem embargo, chocou-se com o grupo de antonistas em corrilho, como acima ficou revelado.

E eis porque suspeito chamar-se então de Isabel Gonçalves a rua em que moravam os Minhas Terras, ignorando totalmente a origem do topónimo.

Em sessão da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, realizada em 12 de Março de 1941, foi deliberado «substituir a designação da rua da Alfândega por Rua dos Minhas Terras, em homenagem aos valorosos patriotas, mestres tanoeiros que ali tinham a sua oficina e que iniciaram o movimento de hostilidade ao domínio espanhol nesta cidade, em 1641».

Assim o município de Angra consagrou o nome dos *Minhas Terras*, para nesses humildes oficiais *mecânicos* ficar simbolizado o anseio de liberdade e independência que ardeu sempre, oculto, disfarçado, mas inextinto, na alma da plebe terceirense.

O que se ignorava então é que, muito antes da consagração camarária, e poucos anos decorridos sobre os sucessos que se pretendia comemorar, já o consenso público, a linguagem do Vulgo, a voz de Toda-a-gente, numa manifestação extreme de nativo instinto, que saía, portanto, espontânea do coração da Terceira, havia honrado as virtudes cívicas, a heróica rebeldia desses homens de mister, conhecendo por rua dos Minhas Terras e travessa dos Minhas Terras aquela estreita via da cidade, onde os tanoeiros moravam.

E foi com indizível prazer que descobri essa antiga notação topo-

nímica, sancionando o devotamento patriótico de gente miúda e fixando-o na história por modo incontraditável — vox populi, vox dei.

Drumond ensinara-nos (Anais, Tomo II, pág. 17) que os Minhas Terras habitavam na rua chamada dos Tanoeiros e depois das Frigideiras.

Não descobri até agora (1946) documento algum, autenticando a designação profissional de rua dos tanoeiros que, aliás, conheço de tradição oral. Mas o nome culinário das Frigideiras, esse ainda vigorava na voz pública, posso testemunha-lo, umas duas dezenas de anos atrás.

Recordo-me perfeitamente da existência de *tanoarias* naquela via pública — mas o cheiro acre dos refogados que baforava das pataqueiras e lôbregas espeluncas de comedorias — que ali também se instalavam e vinham de longe — foi mais impositivo para o povo — o povo que alcunha os arruamentos por onde passa, consoante as circunstâncias que melhor ferem a sua fraca imaginação.

Tanoeiros ainda lembrava os Minhas Terras — mas era já uma recordação diluída, que ia esmorecendo, como todas as glórias deste mundo esquecediço e ingrato.

Os cozinhados suplantavam a fama dos humildes herois terceirenses. Já em 1777 a rua era das Frigideiras. Em nota de 20 de Junho desse ano, do tabelião de Angra, Joaquim Veríssimo de Mendonça, foi vendida por Antónia do Sacramento, Francisca do Sacramento e Josefa Maria, mulheres solteiras, a António José da Fonte, uma morada de casas altas, com seu quintal, sitas na rua das Frigideiras, desta mesma cidade, que confrontam pelo Norte com a dita rua, Sul com a Praínha, Leste com casas de Manuel José Dutra e Oeste com casas de Caetano da Rocha Sá, foreira à Casa da Santa Misericórdia em trezentos reis, cada ano.

O título de rua da Alfândega, que a via também teve, era muito recente, e resultou de deliberação camarária.

Mas o que parece é que Drumond desconheceu a homenagem consensual, prestada pelo Povo da cidade aos *Minhas Terras*, vinculando o apelido ou alcunha dos tanoeiros ao mencionado arruamento.

Todavia, as notas colhidas por mim de escrituras e *assentos* paroquiais, comprovando o facto, são numerosas e vão, pelo menos, desde 1683 a 1724.

Citarei apenas três: Por escritura de Agosto de 1683, nas notas de Francisco de Sousa, tabelião de Angra, Hierónimo de Sequeira e sua mulher Maria Gonçalves, que fôra em primeiras núpcias casada com o alferes Bernardo Baumond, cônsul dos holandeses, nesta cidade, fizeram transacção e composição com o alferes Manuel de Almeida e mulher, D. Francisca de Urvea, sobre os bens que ficaram pelo falecimento do referido Baumond. Entre os bens contava-se um assento de casas antigas, em que depois se construiram três moradas, havidas pelo cônsul dos holandeses, no estado de casado, por título de aforamento, no juízo da Provedoria dos Resíduos desta ilha Terceira (a carta de arrematação é de 9 de Janeiro de 1675), de que se pagão seis mil rs. de foro emphiteusi plo mes de dezembro de cada hu anno a Capella de Lucas Catenho de Cassena. Neste prédio o Baumond instalou uma loge de mercançia e, não tendo filhos, fez testamento, instituindo a mulher como herdeira em usufruto e herdeiros em propriedade os seus sobrinhos, a mencionada D. Francisca de Urvea e marido, o alferes Manuel de Almeida. As três moradas estavam nesta cidade na rua que se chama dos Minhas Terras. - declara-o explicitamente o tabelião - partindo do Norte co a d. rua, do Nascente com cazas de B.* (Baltasar) Fandallo, do Sul com cazas da Alfândega e do Poente co rua que vay p.ª o portão da Praynha.

Em 1705, Maria da Costa possuía uma estalagem na travessa dos minhas terras, da cidade de Angra, assim o diz o cura da Sé, Matias Cardoso Machado, e aí faleceu, no dia 18 de Julho desse ano, um Manuel de Almeida, viúvo, natural de Lisboa, contramestre da fragata do capitão Chaguarás, que esteve neste porto (Livro de Óbitos da Sé de Angra, N.º 8, de 1702 a 1731, fls. 24).

Em 1724 morava *na rua dos minhas terras*, assim o escreveu o cura da Sé, P.e Joseph Vieira, um João Pereira de Azevedo, em casa de quem, a 29 de Maio desse ano, faleceu Manuel, menor, seu criado (Cit. Liv. de *Óbitos*, fls, 224).

O que é estranhável e desconcertante é que no Livro de lançamento de Fintas, nos anos de 1703 e 1704, arquivado na Câmara de Angra, onde estão relacionados os nomes das ruas da cidade, nessa época, não se encontra averbado o dos Minhas Terras!

O livro menciona na freguesia da Sé nada menos de vinte e quatro nomes, entre os quais não se vislumbra, nem o dos Minhas Terras, nem o dos Tanoeiros, nem o das Frigideiras.

Como seria então conhecida aquela via, segundo o organizador do Livro das Fintas ?

Temos de convir que o público a distinguia por mais dum chamadoiro.

Como ficou provado, um era o de *Minhas Terras*. E dentre os vinte e quatro nomes do livro, qual o outro?

Confesso que ignoro a situação de cinco: rua de Maria Dutra, rua do Távora, rua de Joseph Cordeiro, rua de Thomé Home, rua Inácio Toledo.

Palpita-me, porém, que a via, trepando da alfândega para a Rocha, seria no Livro das Fintas, a de Maria Dutra.

Não tenho para a preferência senão o frágil motivo seguinte: Como se deduz das confrontações duma casa, acima descrita, residia em 1777 na indicada rua — Manuel José *Dutra*.

Suspeito que este homem tivesse qualquer parentesco com a *Ma-ria Dutra*, que teria morado na mesma casa e emprestado o apelido para o arruamento, por qualquer ignorada circunstância.

Adquirida a certeza de que a estreita e íngreme artéria, já antes de 1683, como deixei demonstrado, se chamava dos Minhas Terras e teve essa denominação pelo menos durante meio século — embora também presumivelmente lhe fosse dado o cognome de Maria Dutra — posso agora ir mais além: localizar precisamente o prédio em que moraram os tanoeiros. Para isso Drumond forneceu-me uma indicação preciosa, com revelar que os Minhas Terras habitavam nas casas vinculadas pelo genovês Lucas de Cassena (Anais, Tomo II, pág. 18, nota 8.a). Nos Anais vem escrito Cassona, erro manifesto de tipografia.

Essas casas, já o adivinharam, eram o assento de casas antigas, onde vieram a edificar-se três casas, que o Baumond, cônsul dos holandeses, aforou no juízo da Provedoria dos Resíduos, e era afecta à

capela de Lucas Catenho de Cassena. Pelas confrontações é fácil determinar, sem possibilidade de erro, a sua situação actual. Das três moradas que vieram a construir-se no antigo grande prédio do Cassena, duas, no primeiro quarteirão da rua, à esquerda de quem sobe, foram reedificadas modernamente e a terceira, contígua, fazendo esquina para a rampa que deita hoje sobre a Estrada agora denominada de 28 de Maio (e antes de Bernardino Machado) é presentemente um granel. Nessas três casas, que constituiam um único prédio, teve, em tempos áureos, um empório comercial o genovês Lucas de Cassena, mercador muito rico e grosso, no dizer de Frei Diogo das Chagas; depois, numa época de decadência, moravam aí os tanoeiros Minhas Terras, seguindo-se, em período mais próspero, o Baumond, cônsul dos holandeses, com sua loge de mercançia.

Quem eram os *Cassenas P...* É uma *outra história* que demanda certo espaço a desfiar... Comecei por inquirir de mim próprio:

— Como explicar o decaimento do prédio, que tendo pertencido a um mercador tão *rico e grosso* e sua morada residencial, viesse depois a ser habitação de pobres tanoeiros?

Lucas Catenho de Cassena parece que foi o primeiro deste apelido em Portugal, filho dum nobre genovês, Bartolomeu de Cassena e neto de outro, por nome António de Cassena. Cassena era pronúncia incorrecta, aportuguezada. Em Itália a designação exacta da família dizia-se: Cazzana.

Pelo tempo em que era a Terceira fulcro de grande actividade marítima e aqui se organizavam expedições oceânicas, rumo a ocidente, em busca das chamadas ilhas perdidas e duma passagem ao nordeste para as Índias orientais, enquanto, nomeadamente em Lisboa e Lagos, o infante D. Henrique presidia a outras cautelosas tentativas navais que iam devassando, palmo a palmo, a costa de África, rumo a oriente, o Cassena aparece em Angra, instalando um grande comércio, junto ao porto e alfândega da cidade, tendo partida e trauto com seu irmão Francisco de Cassena, morador em Sevilha, (onde se preparava a ar-

mada para a primeira grande viagem de Colombo), e com os nobres e opulentos mercadores, de grande fama, também genoveses, Tomás Espínola e Bautista Grimaldo.

Ignoro se os Cassenas, como os Espínolas, de que descendem os duques de S. Severino, de Espanha e os Grimaldi, de que provém a familia dos príncipes de Mónaco, eram das vinte e oito principais casas nobres da mercantil república.

Em todo o caso, o magnate estabelecido na Terceira era um gentilhomem fidalgo que, em 22 de Junho de 1530, por mercê del-rei Doñao III, registra seu brasão de armas no Livro da Nobreza do reino di-lo o Livro Genealógico feito por Francisco Coelho Machado em 1725 e adicionado por seu neto João P. Machado de Melo (título dos Cassenas) e confirma-o o sr. dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), no Nobiliário da Ilha Terceira — Tomo I, pág. 202.

Seria ele próprio a registar o escudo de armas — o mesmo é dizer: seria ainda vivo em 1530? Parece que sim.

O citado *Nobiliário* avança que Lucas de Cassena foi *arrojado navegante*. Por desgraça esta obra, notável por tantos títulos, é extremamente parca em citações, de modo que não sei onde o preclaro linhagista haurisse o informe.

O que se apura como seguro é ter Lucas de Cassena aparelhado em Angra, à sua custa (talvez mesmo construído) com licença do rei de Portugal, a caravela ou caravelas em que o seu amigo e piloto, Vicente Dias, de Tavira, se engolfou pelo mar oceano, à procura duma ilha — a Antilia P a Sete Cidades P — lobrigada tempo antes no horizonte, navegando o mareante da Guiné para a Terceira e teve então por muito certo que era verdadeira terra.

A tentativa foi repetida várias vezes — repetuti più volte — mas a ilha buscada jamais apareceu, como Cristóvam Colombo tinha sabido por um irmão do Cassena, de nome Francisco, residente em Sevilha — aveva apresso da un fratello dell Cazzana, Francesco, dimorante à Seviglia (R. Almagià, apud sr. dr. Francisco Fernandes Lopes, História da Expansão Portuguesa no Mundo, Vol. II, Lisboa, 1939, pág. 337).

O poderoso argentário de Angra foi, portanto, como hoje diríamos, quem financiou a empresa do Vicente Dias. Teria sido, porém, além de

armador, companheiro do argonauta algarvio, como aventa o sr. dr. Eduardo de Campos?

Reluto em cre-lo. Criaturas como Lucas de Cassena têm os negócios, para mais de tão compacta grossura, como aventuras que repletam e saciam amplamente aquela ansia de risco e perigo que todo o homem forte, pletórico de energias, sente remorder e requeimar dentro em si, na idade viril, como uma chama sôfrega e uma volúpia inelutável.

Este Vicente Dias seria o piloto do mesmo nome que, por ordem do infante D. Henrique, capitaneou uma caravela nova, de noventa toneis, levando, em 1455, o célebre veneziano Alvise da Ca da Mosto pela costa do Senegal, ultrapassando Cabo Verde, até ao país do Gâmbia? A cronologia, em definitivo, não se opõe à identificação. E a despeito de um ser indicado como de Tavira e o outro como de Lagos, presumo que tão pequena diferenciação corográfica não impõe a dualidade dos navegantes.

Da família Cassena, que prolifera com relativa abundância na Terceira e cujo apelido, obliterada a opulência que o redoirava, ainda se conserva hoje em agricultores rurais terceirenses, não foi só o Lucas, mercador, a vir fixar-se em Angra.

O Nobiliário, já mencionado, apenas se refere a um irmão, André, que teria instituído em Angra um importante morgado (?) e aqui houve uma filha, Maria de Cassena, que veio a casar com Domingos Vieira de Azevedo, pessoa de qualidade.

Mas Lucas tinha pelo menos cinco irmãos e uma irmã e não foi só com André e sua filha Maria que travei conhecimento na Santa Sé do Salvador, de Angra... através o respectivo arquivo paroquial.

Posso, por consequência, acrescentar um pouco mais, ao pouco revelado pelo sr. dr. Eduardo de Campos.

O franciscano Diogo das Chagas, no Espelho Cristalino, em jardim de várias flores (parte respeitante à Terceira, artigo 38, que o notável genealogista parece ignorar), conheceu à certa, no convento de S. Francisco, de Angra, onde Lucas de Cassena foi sepultado, o testamento do nobre ricaço.

E o que divulga das verbas testamentárias permite-me destrinçar, entre os irmãos Cassenas, os que vieram ter à Terceira e desvendar, com ajuda brejeira da fantasia, certos dessous da vida particular do chefe da família.

Lucas de Cassena não era casado. Mas tivera a sorte de encontrar para sua ama — ama era eufemismo usado na época — uma moça desenxovalhada, que sobre ser cozinheira excelente, sabendo preparar um risoto alla ginoveza com todos os codimentos e outras particularidades culinárias, como se fosse lígure de origem, possuía um corpinho esbelto, um rosto de tal frescor e viço, uns olhos meiguiceiros e um sorriso grácil que a tornavam tão capitosa e apetecível, como o risoto alla ginoveza que lhe saía rescendente do forno. E além disso, complacente, ríspida apenas o bastante para não ser fácil — o que evitava a um mercador conspícuo e affairé, sempre enredado em sérios negócios, os demorados ridículos e complicações duma conquista em forma.

De Catarina Lourença — tal era a sua graça — houve o Lucas discretamente não sei se dois ou mais filhos, e nem à mãe, nem aos rapazes deixou ao desamparo, quando morreu.

À prestadia e recatada Catarina, p. lo bom serviço que lhe fizera, — declara o reconhecido Cassena, ao ditar o testamento — legou duzentos mil reis, quantia que, enunciada assim, desprevenidamente, se afigura uma ninharia, a quem não souber que a ninharia representava talvez uns duzentos contos, na equivalência da moeda-papel actual.

Sem embargo, é aos irmãos e sobrinhos que o magnate mais largamente contempla.

A irmã, Ana de Cassena, casa em Angra, com Pero de Revoredo e moravam ao Chafariz da Praça (Praça Velha, hoje da Restauração. O chafariz ficava por altura do actual portão do Jardim Público). Em 3 de Março de 1549, o cónego da Sé, André Piz, baptiza-lhes um filho, a quem é posto o nome de Marcos (Liv. de Baptizados da Sé de Angra, de 1547 a 1553, fls. 51). Ana recebe pelo testamento mil cruzados ou cem mil reis.

O irmão André, que viveu em Angra, morre antes do Lucas, deixando cinco filhas, às quais pertenceu, em comum, o legado de outros mil cruzados. Uma das filhas creio que se chamava Simoa e veio a casar com Pero Sequeira, de quem teve pelo menos um filho, Domingos (Fénix Angrense, do P.e Maldonado — Notações avulsas). Uma outra das cinco filhas foi Maria de Cassena que veio a casar com Domingos Vieira, filho de Vicente Dias Vieira. Destes nascem o P.e António Vieira Cassena, que foi Vigário de S. Mateus e Catarina Vieira Cassena que veio

a desposar António Gonçalves de Ávila, com geração que adoptou o apelido A'vila, abandonando o de Cassena (P.º Maldonado, Fénix Angrense, Ms. do sr. João do Carvalhal, título de Diogo Álvares Vieira, fls. 166).

Os outros irmãos de Lucas, segundo Frei Diogo das Chagas, eram Pedro, Rodrigo e João (a cada um dos quais o mercador legou também mil cruzados ou cem mil réis) e Francisco, o de Sevilha, a quem encarrega de arrecadar o imenso espólio, espalhado fora das ilhas Terceira e Graciosa.

Destes descubro em Angra um, o João, João *Bautista* Cassena, apadrinhando, na Sé de Angra, o baptizado duma criança, Joana, filha de Martim Fernandes e de sua mulher Antónia Fernandes (Cit. Liv. *de Baptizados*, fls. 27 v.º).

Com certo espanto, nestas minhas longas viagens pelos arquivos, encontrei, em Angra, nada menos de dois personagens com o mesmo nome de Francisco de Cassena, — um, designado por Francisco de Cassena, o velho, com sua mulher legítima, Lianor Vaz e a parteira Izabel Pires, conduzindo um filho à pia baptismal da Sé, a quem dá o nome de Gaspar e o cura Mateus Miz exorcisma e introduz no grémio dos cristãos, em data de 27 de Junho de 1556 (Liv. de Baptizados da Sé de Angra, de 1554 a 1560, fls. 72). Para que não me restassem dúvidas, de novo o lobrigo, junto do baptistério da mesma Sé, então com o cónego Francisco Álveres, e outro neófito, um filho, a quem põe o nome de Mateus, em 12 de Fevereiro de 1559 (Mesmo Liv. fls. 140).

O segundo Francisco de Cassena era casado com Inês Neta, e aparece-me como padrinho de baptismo de várias crianças, entre elas uma sua sobrinha, Antónia, filha de Gonçalo Dias do Carvalhal e de Margaida Neta, celebrado em 18 de Setembro de 1555 (Mesmo Liv. fls. 48). Este Francisco de Cassena, a que chamarei o moço, para o distinguir do outro, morava com sua esposa na freguesia da Sé, mas a mulher faleceu nos Biscoitos de Pero Anes do Canto, sem testamento, em 21 de Janeiro de 1584, sendo no entanto sepultada na Catedral (Liv. de Baptizados da Sé, onde também há registos de óbitos, de 1583 a 1588, fls. 148 v.º).

Suspeito que o Cassena velho fosse o de Sevilha, que teria vindo a Angra, como executor testamentário do irmão e sócio, e aqui se consorciasse em segundas núpcias, já quarentão, com Leonor Vaz. O Fran-

cisco de Cassena, moço, era presumivelmente seu filho, dum primeiro matrimónio.

Mas o que mais me intriga é avistar, em deambulação pelas ruas de Angra, um Cassena que Diogo das Chagas nem nomeia — Manuel de Cassena. Vem de braço com sua esposa, Perpétua Balieira e, como pessoas de qualidade, é o mestre escola do cabido da Sé quem lhes baptiza, em 10 de Dezembro de 1554, a primeira filha, Margaida, de quem são padrinhos o morgado António do Canto, o bacharel Manuel Anriques e Catarina de Távora, mulher de Valério Matela, cidadãos dos mais ilustres da ilha. Dois anos depois, choco-me de novo com o Manuel de Cassena. E é ainda no baptistério da Sé que o encontro, com o cónego André Piz, em 6 de Outubro de 1557, a baptizar um segundo filho, por nome Miguel, que apadrinham o chansarel Melchior Gonçalves, Catarina Fernandes, ama do morgado António Pires do Canto e Margarida Díniz, mulher de Afonso Álveres (Liv. de Baptizados, já referido, de 1554 a 1560, fls. 23 e 106).

Seria o marido de Perpétua Balieira também irmão de Lucas de Cassena, mas sem compartilha no bolo sucessório?

Da fazenda que o mercador tinha na Terceira e Graciosa, que era muita, conta o autor do Espelho Cristalino: instituiu morgado, com um anal de missas, que se dizem em nosso convento da cidade (S. Francisco), que pôs no filho mais velho da dita mulher (a ama Catarina Lourença) e que correria sua linha.

Devo advertir que vulgarmante se chamava morgado ou capela, confundindo as duas expressões, à instituição de legados pios, perpétuos, que nem eram verdadeiramente morgadios, nem importavam a criação dum altar ou igreja. Ainda hoje se diz capela ao trintário de missas de S. Gregório.

Assim, o Lucas deixou os bens da Terceira e Graciosa onerados com o encargo perpétuo duma missa diária, até à fim do mundo e dono e administrador de tudo o filho primogénito, seguindo a sucessão na linha de primogenitura, como se fosse um morgadio.

Por desconhecidas razões os rapazes, apesar de ricos, ausentaram-se para as Índias de Castela, por lá ficaram e por lá morreram-

abandonando os grossos cabedais que não poderam liquidar, acumulados pelo pai na Terceira e Graciosa.

E eis o motivo porque a casa da rua dos Minhas Terras, compreendida no morgado do Cassena, — e caída em ruína, por diuturno abandono, — veio a ser moradia dos tanoeiros que deram o nome à via, junto ao porto e alfândega da cidade.

Até que, decorridos mais de oitenta anos, não havendo novas dos ausentes, os Vieiras de Ávila (esta família havia trocado por A'vila o apelido Cassena), descendentes de Maria de Cassena, filha de André, irmão do autor da herança, requereram judicialmente a entrega dos bens e a reivindicação das propriedades, como herdeiros mais propínquos de Lucas Catenho de Cassena.

O apelido, a despeito de nobre, não lhe servia, mas os bens, que demónio — o dinheiro é tão bonito...

RUA DO VANEGAS — RUA DA ROSA — RUA DO CONSELHEIRO DR. JACINTO CÂNDIDO DA SILVA.

Em 23 de Abril de 1636, nesta cidade d'Angra da Ilha Ters. ra de nosso senhor Jesus Christo, o tabalião Miguel Gonçalves que exercia o cargo, no ofício de que era proprietário Roque de Figueiredo, foi a casa de Ilária (sic) Gonçalves da Costa, casada com Bertholameu Dias Cordeiro, o qual nessa ocasião se encontrava ausente na Baía de Todos os Santos, do estado do Brasil, para celebrar uma escritura.

Tratava-se dum dote de património.

Ilária, por si e como procuradora do marido, institulu a favor de seu filho, Manuel Homem da Costa, quando este se quis promover a ordens de epístola, dote de património na morada de casas em que vivia, na rua do Vanhegas (sic) que vai da Rua da palha para o chafaris da sé do Salvador. A dotadora não declarou, porém, que naquele prédio tinha um quinhão seu cunhado, Gaspar

Dias, que por aquela época se dizia estar casado nas Índias, o valor do qual quinhão he de trinta e sete milr.⁵, conforme a avaliação em que as ditas cazas se avaliarão, por falecim.⁶ de seu sogro e sogra, Gp.^{ar} dias e Izabel dias que, conforme a partilha, as puzerão em cento e vintemilrs., com obrigação de seis centos e sesenta e seters. de foro fatioci que se pagão á casa da santamizericordia desta cidade, de que he cabeça Ieronimo frz. (Fernandes) cadeireiro (sic) — foro que também se omitira na escritura.

Assim, o valor do património do P.º Manuel Homem da Costa, desfalcado pelo ónus do fôro e pelo quinhão do ausente, não estava, de facto, devidamente preenchido.

A pobre Ilária, doendosse de sua consciencia e seu intento não ser de fazer couzas mal feitas, quatro anos depois, já o filho era clérigo de ordens sacras, cuddiacono (sic), e morador com sua mãi, chamou em 21 de Abril de 1640 a sua casa, ainda na referida rua do Vanhegas, o tabelião Jorge Cardoso e fez escritura de declaração (*), na qual desmembra e aparta do dito dote o quinhão do ausente e, pela mesma escritura, um outro seu filho, o Rd.º Thomé Homem da Costa, clérigo presbítero, beneficiado confirmado da Igr.ª colegial de nossa Sr.ª da conceição desta cidade, completou o valor do património, doando ao irmão um moyo de trigo, . de renda, cenço e penção de retro aberto de cada e quoando, que comprara no dia anterior a Dom Pedro Munhós de Castilbranco e esposa, D. Luzia de Vasconcelos, imposto num prédio das Fontinhas, de que era rendeiro Belchior Roiz, filho de Domingos Pires e que confrontava pela banda do Norte com o cap.ano mor fran.co da Camara paim, pai do futuro herói da Restauração, do Sul com o sargento-mor, André Fernandes da Fonsequa e do Nascente com Diogo do Canto de Castro.

Por esta escritura, que o dotado aseitou e rendeo graças ao dito seu irmão e beijou a mão a dita sua mãy pella merce e beneficio que lhe fazião, ficou sanada a falta, perante as testemunhas

^(*) O título da escritura é como segue: «Declaração de hua escritura de dote de patrimonio que fas llaria glz. da costa, e acresentam.to della que fas seu filho Thome home da costa a seu irmão o p.e m.el homem».

António Gonçalves, caixeiro, Manuel Dias, sapateiro e Belchior Nunes maxinario (sic), que assinou a rogo da doadora.

O que há de especialmente interessante neste caso é o nome da rua onde ficava o prédio, objecto do dote, — rua do Vanhegas, que ia da rua da Palha para o chafariz da Sé, isto é, a actual rua do Conselheiro Jacinto Cândido da Silva, conhecida por rua da Rosa.

Quem era este Vanhegas P

O vocábulo, como é frequente nas notas do tabelião Jorge Cardoso, não vem uniformemente grafado: umas vezes Vanhegas, outras Vanegas.

Parece de origem flamenga, mas não é. Compõe-se da partícula árabe *iben* ou *ben*, que significa *filho* e do nome próprio *Egas*, dando no português arcaico *Veegas* e *Benegas* ou *Beneegas* — e o moderno apelido *Viegas*. Em espanhol deu *Vanegas* (Dr. Leite de Vasconcelos: *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, 1928, pág. 102).

O Cavaleiro de Oliveira, na Recreação Periódica, segundo a primorosa tradução de Aquilino Ribeiro, no Cap. XXXVII, do Tomo I (Lisboa-1922), refere-se a um Gaspar Vanegas, pobre demente, com a mania das grandezas que, sendo filho dum criado do conde de Coculi, se imaginava com direito ao título de duque de Aveiro e chamava usurpador ao duque de Banhos que, num longo pleito de trinta anos, disputado pelos três maiores de Portugal, sem falar no rei, conseguira ganhar a sucessão daquela opulenta casa.

Segundo o Amusement Périodique, de 1751, o Gaspar Vanegas, a que se refere, devia viver em Lisboa por 1720, pois, a 18 de Fevereiro desse ano, foi sentenciado a favor de D. Gabriel de Lencastre Ponce de Leon Manrique de Lara Cardenas Girão e Aragão, que foi, em Castela, duque de Banhos e grande de primeira classe, o ducado de Aveiro, que veio disputar a Portugal, falecendo solteiro, sem sucessão, em 23 de Junho de 1745, sendo sepultado no mosteiro das Domínicas de Aveiro (D. António Caetano de Sousa: Memórias dos Grandes de Portugal — 4.ª edição — 1933, pág. 16 e 17).

Este Vanegas foi, como se vê, de notoriedade hilare e nada teve com a rua da cidade de Angra.

Houve, porém, outro Vanegas em Lisboa, de mais séria reputação,

o pintor espanhol Francisco Vanegas ou Venegas que o Cardeal Saraiva (Obras completas, Tomo VI — Lisboa, 1876, pág. 401) enumera como pintor do tempo do rei D. João 3.º. (*)

Parece que este Vanegas foi primeiramente ourives. Veio para Lisboa no século XVI e aí pintou várias telas, para diferentes igrejas, especialmente para a igreja de N.ª Senhora da Luz, onde há quadros por ele assinados (Guia de Portugat — Vol. 1.º, Lisboa, 1924, pág. 432) na capela-mor, que resistiu ao terramoto de 1755, no meio da qual está o túmulo da infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel e inspiradora de alguns dos melhores versos líricos de Camões, se aceitarmos a tese do sábio camonianista, Dr. José Maria Rodrigues (Camões e a Infanta 'D. Maria — Sep. do Instituto, Coimbra, 1910).

As igrejas da cidade de Angra, embora longe de ricas em obras de arte, possuem, ainda assim, especialmente a do Colégio, alguns quadros que, de toda a evidência, não são de artista amador — mas também não revelam pincel de génio. Certos painéis, de grandes dimensões, não é de presumir que viessem pintados do continente, no bojo das barcas e naus que faziam a carreira entre Lisboa e esta ilha. É de supor que fossem executados in loco.

Não repugnava acreditar que um artista, de mediana categoria, como foi certamente Vanegas, então residente em Lisboa, tivesse sido contratado para vir à cidade de Angra com esse fim e, pela sua notoriedade neste meio, residindo na aludida rua, lhe ficasse o apelido a indicá-la, fenómeno vulgar na toponímia daquela época e ainda hoje frequentemente observado.

Simplesmente, se Vanegas veio de Espanha para Portugal no século XVI, nenhum dos quadros da igreja do Colégio, que é do século seguinte, pode ser da sua autoria.

^(*) Os Drs. J. M. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia, anotadores das Memórias de Cyrillo Volkmar Machado (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, pág. 285), escrevem que Francisco Venegas florescera em tempo de D. Sebastião e Filipe II de Espanha. E acrescentam que a tela do altar mor da igreja da Luz, em Lisboa, está assinada do seguinte modo: Francisco Venegas, regius pictor, o que prova que já era pintor régio no tempo de D. Sebastião, pois aquela e outras pinturas, da referida igreja foram mandadas fazer pela Infanta D. Maria, em 1575.

O Dr. Gaspar Frutuoso, nas Saudades da Terra, cita, por mais duma vez, o seu Mestre, Aleixo Vanhegas, como autor duma obra, que reputa notável, com o título de Livro Natural.

A ciência de Vanegas (*) seria, ao tempo, como um imenso vórtice, profunda e vasta — mas que rude primitividade, que ingénuo pitoresco revela ao leitor de nossos dias! Nada mais curioso do que a explicação dos ventos e tremores de terra que Frutuoso vai buscar aos trinta e dois capítulos do Livro Natural, a propósito do terramoto que, em 1522, subverteu Vila Franca, na ilha de S. Miguel. «À maneira de animal», diz o célebre autor das Saudades da Terra, ajudando-se de mestre Aleixo Vanegas, a terra resfólega e arrota, quero dizer, que os espíritos, que estavam encerrados nas concavidades da terra, como não puderam estar em pequeno lugar, buscaram saída, como a busca o arroto que não cabe no corpo do animal». E, depois de mostrar como os ventos são os arrotos que sobem até a meia região do ar que está mui fria, pelo que não podem sair dali e se rebatem para os lados e tornam à terra; e os terramotos resultam dos ventos que estão encerrados nas cavernas da terra e dai não podem sair fàcilmente, conclui triunfante: «De maneira que podemos dizer que os ventos são os ordinários arrotos e o tremor o espirro que faz a terra» (Saudades da Terra—Livro IV — Ilha de São Miguel — Vol. II, Ponta Delgada, pág. 147).

Mais complexo, mas de análoga objectividade comparativa, a ex-

^(*) Diz o erudito linhagista e notável investigador da história açoriana, sr. Rodrigo Rodrigues, micaelense, na proficiente Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso, que precede o vol. IV das Saudades da Terra (Ponta-delgada, 1922 — pág. XLV): «Se (Frutuoso) não conheceu pessoalmente o escritor e filólogo espanhol Aleixo de Vanegas, que em 1540 publicou em Toledo o mais afamado dos seus livros — Diferencia de libros que hay en el Universo — reeditado em Salamanca em 1572, deve ter feito repetidas leituras das suas obras, pois é através delas que trata de diversos assuntos de geografia e ciências naturais, revelando estar muito familiarizado com este autor, que talvez tivesse sido adoptado como expositor na Universidade de Salamanca. Aleixo de Vanegas era tido como suma autoridade nas línguas grega, latina e castelhana, mas nunca Frutuoso o cita como filólogo, mostrando, contudo, consulta-lo permanentemente em outros assuntos.

plicação, no Cap. XCI, de uma praga que comummente nesta ilha de S. Miguel se chama alfôrra.

Desnecessário acrescentar que este sábio naturalista, Vanegas, nenhuma ligação tem com a ilha Terceira — mas o mesmo se não pode radicalmente dizer dum outro Vanegas, nomeado nas Saudades da Terra.

Descrevendo a progénie dos Betancores, o Dr. Gaspar Frutuoso (L.º IV, vol. 1.º, Pontadelgada, 1924, pág. 73) refere-se a um neto de Gaspar Betancor, filho de Mici Maciot e este sobrinho de Mossem Maciot de Betancor que, por sua vez, era sobrinho de Mossem ou Mossior João Betencourt, Betencor ou Betancor, conquistador e rei das Canárias. Gaspar veio da ilha de São Miguel, a chamado de sua tia, Maria de Betancor, filha de Maciot de Betancor e casada com Rui Gonçalves (da Câmara), capitão daquela ilha. Gaspar foi realizar o seu consórcio em Portugal com D. Guiomar de Sá, dama do Paço e, voltando a S. Miguel, com sua esposa, tiveram, entre outros filhos e filhas, uma D. Guiomar de Sá, do nome de sua mãi, que veio a casar com António Zusarte de Melo, fidalgo, natural de Évora. Deste casamento houve quatro filhas, que todas foram para Castela, como damas da imperatriz. consorte de Carlos V. Uma, também D. Guiomar, casou com Luís Vanegas, aposentador-mor del-rei Filipe, que veio por embaixador a Portugal e foi estribeiro-mor da raínha D. Ana Maria, filha de Maximiliano II, prima e terceira mulher do rei de Castela, Filipe II, desde 1581 rei de Portugal.

D. Luís Vanegas tratou deste casamento, indo enviado a Boémia, para acompanhar a real consorte e ali comeu com o Imperador por rezão da embaixada que levara, favor insigne que Frutuoso não deixa de mencionar.

Na portentosa armada do marquês de Santa Cruz, que atacou e conquistou a ilha Terceira, último e heroico reduto da independência de Portugal — entre os cavaleiros voluntários e pessoas particulares que desembarcaram com as tropas, vinha um Luís Vanegas.

Seria o aposentador-mor do rei Filipe e estribeiro-mor da sua última consorte, Ana Maria? O casamento desta foi em 1570 e a expedição do marquês de Santa Cruz em 1583.

Mas nas várias relações e descrições da conquista da Terceira, (transcritas nos tomos 2.º, 3.º e 4.º do Arquivo dos Açores), o

nome de D. Luís Vanegas não vem acompanhado de qualquer título, nem traz indicação de qualquer cargo por onde seja possível estabelecer a identificação. E certamente na nota das pessouas particulares que van na armada, transcrita a pág. 222 do tomo 3.º do Arquivo, o autor anónimo, assim como acompanha quási todos os outros nomes de referências que os individualizam, não deixaria de aludir à especial categoria de D. Luís Vanegas, se este fosse o embaixador e aposentador-mor de D. Filipe.

Mais verosímil seria admitir que o expedicionário fosse filho do embaixador e tivesse desejo de visitar os Açores, pois sua mãi era açoriana, da ilha de São Miguel, aproveitando o ensejo da expedição de D. Álvaro de Bazan, marquês de Santa Cruz, para nela se encorporar como cavaleiro voluntário.

Era possível que se tivesse demorado na Terceira e por algum tempo residisse em Angra, na rua que mais tarde encontramos designada pelo seu apelido ilustre.

É de notar, no entanto, que os espanhois de proeminência, que ficaram na Terceira, depois da conquista, aparecem frequentemente como testemunhas nos assentos de casamento, não só de soldados do seu país com mulheres terceirenses, mas dos próprios casamentos em que ambos os nubentes eram naturais desta ilha, o que denota, ou subserviência dos vencidos, ou gentileza dos vencedores, quando não — e assim foi de-certo — as duas coisas simultàneamente.

Todavia, nos livros de assentos dos casados da Sé desta cidade, relativos aos anos de 1583 a 1606, que são os mais antigos, existentes no respectivo sector da conservatória do Registo Civil de Angra, não encontrei uma única vez o nome de D. Luís Vanegas — e daqui me ficou a suspeita de que este cavaleiro voluntário regressasse a Espanha, com a armada de Santa-Cruz, depois de entrada a Terceira.

Outra hipótese, e sem dúvida a preferível, se pode formular.

Por uma notícia do terramoto que, em 24 de Maio de 1614, sábado da Trindade, pelas três horas da tarde, sacudiu a ilha Terceira e, em especial, destruiu a vila da Praia e as freguesias da Agualva, Vila Nova e Lages (Arquivo dos Açores, Tomo 2.0, pág. 280 e seguintes), vê-se

que era então vigário da freguesia do Espírito Santo da Vila Nova, o Padre Pedro Vanhegas.

O cataclismo, que foi o mais pavoroso e assolador de quantos tem devastado a Terceira, deixara de momento assombrados, numa angústia asfíxica, os pobres moradores das povoações mais severamente atingidas. Enterrados os mortos, grande cópia dos sobreviventes, na sua quási totalidade sem eira nem beira, — arrasadas pelo sismo suas moradias, derrubadas as paredes divisórias de prédios e caminhos, abismos hiantes cortando campos e estradas, — carrearam por trancos e barrancos os numerosos feridos e espalharam-se pela cidade e pelas restantes freguesias da ilha, onde eram agasalhados cristâmente pelos condoídos seus patrícios.

Na Praia dir-se-ia que não ficara pedra sobre pedra. Mas a casa da Misericórdia, o púlpito da matriz e a cadeia da vila resistiram ao medonho solavanco — o que permitiu mais tarde à prodigiosa imaginação do P.e António Vieira bordar catadupas de imagens, de silogismos e de deduções, mais ou menos lógicas, num dos seus afamados sermões.

A ilha, já no mês anterior sofrera um tremor de terra violento e na procissão que se fizera, em Angra, a suplicar misericórdia, prègara o mestre em artes, Frei Francisco do Cadaval, escolhendo tema bíblico adequado — Adhuc quadraginta dies et Ninive subvertetur — para increpar o auditório espavorido, deduzindo que, se Angra não fizesse penitência seria subvertida dentro de quarenta dias (Ferreira Drumond: Anais da Ilha Terceira, Tomo 1.º, pág. 430, nota). Efectivamente, ao terminar o prazo fatídico, a ilha Terceira era convulsionada pelo terramoto de 26 de Maio, que atingiu mais tràgicamente a Praia e freguesias vizinhas.

Descrevendo sumariamente o desolado aspecto, apresentado pelas regiões destruídas, dois dias após a catástrofe, o noticiarista anónimo diz que foi encontrar, a um canto do vasto adro da igreja de Vila Nova, o Rev. Vanhegas de guarda a um alpendre, coberto de palha, que abrigava o sacrário, sem ter o Santíssimo, dois crucifixos e as imagens de Nossa Senhora e de São Sebastião, salvos das ruínas do templo e venerados com a fé pávida e clamorosa que o horror do terramoto incendiara nas almas.

Quem era este padre de apelido tão nitidamente castelhano? Quem seriam seus pais, espanhois ou portugueses?

Em 1614 a dominação filipina da Terceira tinha já 31 anos e, em 1640, data da escritura que nomeia a rua do Vanegas, perdurava há 57 anos. Durante este longo período o presídio castelhano, como então se chamava às tropas de ocupação, trouxe a esta ilha muita gente do país usurpador. Muitos dos soldados do próprio presídio aqui se fixaram, aqui adquiriram bens, aqui construiram seus lares. Aqui, em muito maior número do que possa imaginar-se, novas famílias se constituiram pelo cruzamento entre espanhois e terceirenses. O ódio que as vicissitudes da guerra, os saqueios, os confiscos, as depredações e violências havia cavado entre vencidos e vencedores, foi-se diluindo e esmorecendo.

Em 5 de Novembro de 1571, Fernão Vanegas vem nomeado entre as muitas testemunhas do casamento de Bertolameu Gonçalves com Catarina Jorge, de que foi celebrante, na Sé de Angra, o cura P.e Baltasar Álvres (termo a fls. 177 do Livro dos baptizados da mesma Sé, de 1570 a 1577, que traz também assentos de casamentos e de óbitos).

E em 14 de Agosto de 1575 figura, ainda como testemunha, no registo do matrimónio de Custódio Ferreira com uma filha de Gaspar Velho e de Maria Dias, chamada Catarina de Oliveira (fls. 213 v.º do cit. *Livro*).

Entre fins de 1575 e 1586, Fernão Vanegas faleceu, porque em 2 de Novembro deste último ano o P.e cura da Sé, Francisco Rodovalho, escrevia (a pág. 157 do Livro dos baptizados, N.º 7, 1583 e 1588) o assento do óbito de Margaida Gomes dona, viúva, mulher de Fernão Vanhegas q. deos aja. E o cura especificava: Está sepultado nesta see, cujo freges hera. O que nos permite concluir o seguinte: os Vanegas moravam na freguesia da Sé, a cuja área pertencia a rua do seu apelido e eram pessoas de qualidade, porque a partícula dona, anteposta ao nome da defunta, naquela época designava prosápia nobiliárquica.

Note-se que o P.º Pedro Vanegas já paroquiava a igreja do Espírito Santo da Agualva, de que a Vila Nova era então sufragânea, em 11 de Fevereiro de 1590, porque nesse dia veio à cidade baptizar na Sé um filho de Gaspar Dias e de sua mulher, Izabel Dias, que teve o nome de Pedro (o termo, lavrado pelo cura, P.º Pero Ferraz Frois, vem a p. 36 v. do *Livro de bautizados* da Sé de Angra, N.º 8, de 1588 a 1595).

No derradejro desse mês era baptizado, também na Sé, um outro recém-nascido, a que deram o nome de Matias, filho de pai e mãi não sabidos, de quem foi padrinho Antonio Roiz Vanhegas (fls. 36 v.º do Livro anteriormente citado).

Suponho que o vigário Pedro e este *padrinho* António fossem filhos de Fernão Vanegas (não lhes descubro, no entanto, a despeito de porfiadas rebuscas, os registos de filiação), e afigura-se-me que seria esta família, de apelido raro, talvez até então desconhecido nesta ilha, e por isso impressivo e aliciante, que emprestou o nome à artéria, crismada, muito mais tarde, em rua da Rosa.

Acode inquirir: porque se lembrariam de convidar o vigário Vanegas, do Espírito Santo da Agualva, para vir baptizar na Sé de Angra, em 11 de Fevereiro de 1590, o pequenino Pedro?

Porque os pais do neófito moravam na rua do Vanegas e deste modo eram, presumivelmente, vizinhos de ao-pé-da-porta da família do padre, com quem por esse motivo haviam estabelecido relações de amizade.

Com efeito, a criança baptizada com o nome de Pedro era irmão legítimo daquele *Bertolameu* Dias Cordeiro, ausente, por 1636, na Baía de Todos-os-Santos, do estado do Brasil e de Gaspar Dias, segundo de nome, que pela mesma época se dizia estar casado nas Índias.

Os pais eram donos daquela morada de casas que sua nora, *Ilária* Gonçalves da Costa, deu em dote de património, como se refere no começo deste capítulo, ao filho, Manuel Homem da Costa, quando este se quis promover a ordens de epístola.

Posso até determinar a localização exacta desse prédio na rua do Vanegas.

A casa do património, com mais cinco outras moradias, compreendiam todo o quarteirão do lado setentrional da rua (alguns documentos a designam por *travessa*), desde a rua da Palha, até *abaixo* dos degraus do adro da Sé da banda do sul, ou seja até à rua que se chamou de Rui Faleiro e depois do Salinas e constituiam um foral de que se pagava o foro de quatro mil reis à Casa da Santa Misericórdia desta cidade de Angra, do qual foi primeiro enfiteuta Pedro Gomes e, mais tarde, cabecel Jerónimo Fernandes, cadeireiro.

A morada que fazia esquina para os aludidos degraus da Sé era precisamente a de Bartolomeu Dias Cordeiro e de sua mulher Hilária Gonçalves.

Em 1701 ainda a rua se denominava do Vanegas, porque desta sorte a indica António da Fonseca Carvão, no Livro de foros e rendas da Casa do Hospital de Angra, que nessa data organizou, como escrivão da mesma Casa. Por sinal que a fls. 21 desse curioso inventário diz-se que o Bertolameu Dias exercera a profissão de caixeiro.

Em 1797, porém, o decorrer do tempo havia já realizado a transformação antroponímica do chamadoiro da rua (tal como ensina o Dr. Leite de Vasconcelos em sua obra monumental), modernizando e aportuguezando o nome: a rua, então, já não é do Vanegas, mas do Viegas.

Em 19 de Julho desse ano, uma das tais seis moradas do foral foi vendida por Izabel Gertrudes, viúva e sua irmã Mariana Rosa, herdeiras do cónego José de Freitas Pereira, a um João Inácio Mendes de Brito, morador na cidade de Angra, e no respectivo acto notarial vem o prédio localizado na rua do Viegas (fls. 137 v.º do L.º N.º 6 de notas do tabelião de Angra, Simão José Monteiro).

Em 5 de Março de 1812, o Mendes de Brito vendeu a casa ao negociante britânico, Guilherme Riggs, cônsul em Angra dos Estados Unidos da América Inglesa, e na escritura que autenticou o contrato, diz-se também que o prédio é situado na rua do Viegas, paredes-meias com outra casa, igualmente do mesmo foral, então pertencente ao tabelião, Tomás José Frois, onde este havia instalado o seu cartório e onde foi assinada a referida escritura (fls. 143 do L.º N.º 5, de notas do mencionado Frois).

O que é desconcertante (e surge aqui outro enigma toponímico) é que, logo dois meses depois, em escritura lavrada a 12 de Maio do mesmo ano, pelo mesmo tabelião Frois, vem a rua do Viegas crismada em rua da Rosa!

O caso foi este: o cônsul Riggs demoliu o prédio que comprara, para o reedificar amplamente, à moda inglesa. E como não tinha espaço para alarga-lo, conveiu com o capitão de artilharia, Manuel de Lima da Câmara, adquirir-lhe uns palmos do quintal da casa que este possuía na rua da Palha, na parte contígua às traseiras do prédio demolido.

Ora, na escritura em que foi feita essa compra (fls. 62 do cit. Livro N.º 5 de notas), a casa do Riggs, que em 5 de Março se dá como fixada na rua do Viegas, diz-se agora, em 12 de Maio, situada na rua da Rosa.

Como o tabelião morava na mesma via é excluída a possibilidade dum equívoco e então de duas, uma — ou já se ia operando na voz do povo, por motivos que ignoro, a mudança toponímica, e a rua era conhecida por duas denominações, ou no intervalo destes dois meses houve qualquer marcante acontecimento que impôs o novo baptismo.

Fica demonstrado que o topónimo Vanegas ou Viegas resistiu e subsistiu em Angra, pelo menos dois séculos.

Mas continua por descobrir a sua origem — donde e como vieram os Vanegas ter à ilha Terceira.

Havia em Lisboa, por 1553, uma família Vanegas, de estirpe afidalgada, pessoas bem, como se diria na moderna gíria alfacinha.

Luís de Abreu, escudeiro de 14 anos, filho de Francisco Vanegas e de Brígida Antunes, embarcou nesse ano para a Índia e era nomeada Galega a nau em que seguiu viagem (Soldados da Índia — Século XVI, Notícias genealógicas e biográficas por Rogério de Figueiroa Rego, in revista Ethnos, vol. II, Lisboa, 1942, pág. 177).

Proviriam desta cepa os Vanegas que fizeram assento em Angra?

E por que se mudou o nome à rua? Porque é que passou a ser conhecida por rua $da\ Rosa\ P$

O Sr. cónego José Augusto Pereira presume que esta nova denominação viesse da festa da Rosa, com procissão, que a confraria de N. S.ª do Rosário, da Sé de Angra, celebrava nesta cidade, na quarta dominga da quaresma, em que a Igreja usa excepcionalmente paramentos daquela côr e em que o Sumo Pontífice benze a rosa de ouro, anunciadora da ressurreição de Cristo (jornal A União, N.º 14.709, Angra do Heroísmo, 15 — Setembro — 1944).

Seria assim?

A festividade da Rosa, realizada pela confraria da Sé, não é de instituição recente. A confraria de N. Senhora do Rosário foi erecta na mesma igreja em 7 de Fevereiro de 1586 e aprovada em 8 do mesmo mês e ano, pelo bispo D. Manuel de Gouveia.

O P.e António Cordeiro, na sua *História Insulana* (Ed. cit., tomo II, pág. 53), ao descrever a catedral de Angra, diz que o templo é tão grande *que raramente se vê todo cheio*.

Não obstante servia-se com cinco dignidades, deão, arcediago, chantre, mestre-escola e tesoureiro-mor, mais doze cónegos e quatro meios prebendados, vários capelães de só sobrepeliz, muitos moços de coro, três curas, um mestre de capela, um organista, um harpista e competentes músicos, um sacristão, um altareiro, um porteiro de massa, um sineiro, um relojoeiro e outros serventes, além dos oficiais do Bispo, provisor, vigário geral, meirinho, escrivães, etc. — em suma, apenas um nadinha mais do que actualmente (1946) pois, ao presente, dignidades e cónegos da Sé somam... um único capitular!

E o P.e Cordeiro acrescenta: mas vio-se chea toda quando prégou n'ella o Venerável Padre António Vieira da Companhia de Jesus, em a festa do Rosario, ha sessenta anos.

Escrevendo a sua *História*, segundo ele próprio confessa, por 1716, a festa do *Rosário*, na Sé, em que prègou o grande orador sacro, seria por 1656.

Mas o P.e António Vieira desembarcou em Angra em 1654 e, segundo Drumond (Anais, Tomo II, pág. 127), foi nesse ano a notável prédica na catedral.

Todavia é curioso o seguinte :

Drumond, em nota, (Nota 32 da mesma pág. 127) refere um trágico

incidente que, segundo consta, assinalara a passagem do célebre jesuíta por esta ilha Terceira.

*...achando-se este padre na ermida da Boa-Nova, e um grande concurso de povo ao terço de N. Senhora que ele ensinou, pela primeira vez, se lhe cantasse — certo mancebo travara no adro algumas razões descompostas com um presbítero do hábito de S. Pedro e, fugindo aquele para dentro da ermida, lá mesmo, e junto do altar, cruelmente o foi o mau clérigo atravessar com uma faca, de forma que logo faleceo».

Ora, procurando no arquivo paroquial da Sé, em 1654, o assento donde constasse o óbito do infeliz trucidado, não o encontrei nessa data, mas sim em 1656, o que, portanto, confirma o ano pelo P.e Cordeiro indicado à prégação de Vieira na festa do Rosário.

O termo do obito (a fls. 142, do Lº N.º 5, da Sé, de 1638 a 1660) revela que no dia 15 de Janeiro de 1656, faleceu Manuel Fernandes, estudante, filho de Gaspar Fernandes, de uma facada que se lhe deo dentro na ermida de nossa Sr.ª da Boa nova, da qual logo morreu, e acabou na sachristia da mesma ermida, não consta receber sacramento algum.

Claro, o cura que lavrou o registo, por pejo, para ocultação da ignomínia, omitiu o nome do assassino — mas não é crivel que na mesma ermida duas mortes, em tão semelhantes circunstâncias, se tenham verificado pela mesma época.

E, portanto, ou o P.e António Vieira ainda se encontrava em Angra, naquela data de 15 de Janeiro de 1656 ou, então, o trágico incidente não se produziu da maneira que ao autor dos Anais da Ilha Terceira constava.

E para aceitar que a mudança do nome, da artéria citadina, por 1812, da rua do Viegas, em rua da Rosa, quando já em 1586 a solenidade do Rosário se realizava na Sé de Angra, teve por origem a festa e procissão da Rosa, forçoso será admitir que no começo do século XIX quaisquer comemorações externas chamaram a atenção do povo àquele sítio, de tal geito que a memória do acontecimento se prendeu à rua, sobrepondo-se à sua anterior designação.

Porque até esse tempo, como ficou demonstrado, a rua-era do Vanegas ou Viegas.

Nos últimos anos da monarquia em Portugal, por deliberação do município de Angra, passou a rua a ser, oficialmente, do Conselheiro Dr. Jacinto Cândido da Silva, em homenagem a um político terceirense, de família ilustre, ali residente, que por essa época foi ministro da marinha e depois chefe do partido nacionalista (católico).

A resolução foi tomada em sessão camarária de 27 de Novembro de 1895, sob proposta do presidente, Heitor Homem da Costa Noronha, mais tarde barão da Costa Noronha, que pediu para se consignar na acta não envolver aquela homenagem o menor intuito político.

RUA DE JOÃO DA SILVA.

A rua do Vanegas ia apenas da rua da Palha à dos Cavalos. Para cima, até S. Gonçalo, foi conhecida por outro nome, o nome dum grande morgado terceirense, João da Silva do Canto.

Foi o sr. Cónego José Augusto Pereira que descobriu a localização do topónimo, sem, no entanto, indicar o documento donde lhe veio o informe (N.º 14.766, de 23 de Novembro de 1944, do jornal *A União*, de Angra).

João da Silva era filho legítimo de Pedro Anes do Canto, progenitor da nobre geração dos *Cantos* terceirenses e instituidor de três morgadios para os seus filhos, Antonio Pires, o mencionado João e Francisco da Silva do Canto.

Este segundo filho foi, como seu pai, heroi de África, prestando valiosos serviços a el-rei em Ceuta; foi, como seu pai, moço fidalgo da casa real e provedor das armadas e naus da Índia na ilha Terceira; provedor da Fazenda Real nos Açores e ainda, desde 19 de Junho de 1571, capitão-mor de Angra, cargo que até então estava junto ao de corregedor.

Segundo Gaspar Frutuoso, era também do conselho del-rei, tinha poder para enforcar e prender os capitães das armadas que a esta ilha viessem, finalmente era um rei pequeno nestas ilhas, muito venerado e temido de todos (apud P.º Cordeiro, História Insulana, Tomo II, pág. 100).

Foi João da Silva do Canto quem, à sua conta, construiu no Porto de Pipas um cais novo, o que, no dizer ainda de Frutuoso, foi grande bem para a salvação dos navios.

Quando chegaram a Angra, em 31 de Maio de 1570, os padres jesuítas que vinham fundar um colégio, por mandado do rei D. Sebastião, o senado e o fidalgo magnífico, João da Silva, metendo-se em duas barcas alcatifadas e ornadas, foram recebe-los a bordo.

O Canto «tomou logo sobre si dar-lhes tudo o necessário, e sustenta-los, em quanto não escolhião habitação; e porque o dito fidalgo tinha já feito huma Igreja e religiosa habitação, para n'ella metter meninos orfãos, como os tem Lisboa, pedio muito aos padres aceitassem aquelle edificio, e ornato d'elle, e liberalmente logo lhes fez doação de tudo e de muita outra madeira que para mais obra tinha junta, e se recolherão os Padres ao dito primeiro seu Collegio, de que podia chamar-se Fundador o dito fidalgo João da Silva do Canto, que com tal liberalidade lho deu feito» (Cordeiro, *História Insulana*, II, pág. 58 e 59).

Eram as casas e capela de Nossa Senhora das Neves, no extremo sul da rua de Jesus, de Angra, junto à Rocha, sobre a praínha — prédio que foi modernamente da família Xavier de Andrade, legado pelo último sobrevivente desta família ao marceneiro, Sr. Zeferino Isidoro Pereira.

Aí se instalou o primeiro colégio dos padres da Companhia de Jesus e, quando depois se mudaram para sitio mais cómodo á cidade e aos estudos della, um pouco acima da praça, no fim da rua direita, à mão esquerda (Cordeiro, idem, idem, pág. 61), ao alto da Rocha ficou a chamar-se rua do Colégio velho.

Em 17 de Maio de 1619 faleceu João Roiz, que foi sepultado na Sé de Angra. Fez testamento, deixando a uma filha de Melchior Gonçalves a casa que tinha do Coleigo velho (sic) e hua pipa de reto. Nomeou por testamenteiro o P.e Pero de Braga (o termo, do cura Pero

Ferraz Frois, vem a fls. 109 do L.º de Óbitos, da mesma Sé, N.º 3, de 1595 a 1620).

Em 2 de Março de 1641, por escritura nas notas do tabelião de Angra, Jorge Cardoso, venderam Manuel Gonçalves de Carvalho e sua mulher, Catarina Pereira a João de Sousa Fagundes, boticário de S. Mag.de, dois alqueires de terreno, plantado de vidonho, na canada dos cinco reis, do sainte desta cidade, quando vão para o Pico das Urzes. Assinaram, como testemunhas do contrato, João de Sousa Sodré, solicitador de causas e Manuel Vieira, natural da praínha do Norte, Pico, morador em Angra, na rua do Colégio velho, em caza de barbara miz.

João da Silva, casou com D. Isabel Correa, filha de Jácome Dias Correa, da ilha de S. Miguel, e teve apenas um filho legítimo, D. Violante do Canto, que foi decidida partidária de D. António, prior do Crato, pelo que o rei, quando esteve na Terceira, a visitou em sua casa, ao cimo da rua, depois conhecida por rua da Sé.

Na casa está hoje instalado o *Orémio dos Empregados do Comércio*, de Angra.

A rua de João da Silva, já em Dezembro de 1572 era assim conhecida, em vida do morgado (que lá faleceu em 30 de Novembro de 1577), porque o cura Domingos Fernandes, da Sé, exarou no assento do óbito de Isabel Gomes, mulher de Sebastião Miz, sepultada em S. Francisco, que a falecida morava à rua de João da Silva (fls. 248 v.º, do L.º de Baptizados da Sé, que também traz termos de Casamentos e de Óbitos, N.º 3, de 1570 a 1577).

Segundo o Sr. Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos) teria sido ainda este opulento morgado o fundador, em 1571, da casa da Misericórdia da vila da Praia (Nobiliário da Ilha Terceira, 2.ª edição, Tomo I, pág. 238).

Há confusão.

A misericórdia que João do Canto instituiu foi a de Vila Nova. Escreve o P.e Cordeiro (História Insulana, Tomo II, pág. 22 e 23): «A outra Ermida d'este lugar he a da Madre de Deus, na qual o magnifico fidalgo João da Silva do Canto, com Bullas Apostólicas que de Roma alcançou, fundou huma Santa Casa da Misericordia, e logo fundou outra Ermida de São João, e humas mui nobres casas, tudo cabeça de hum morgado, que alem de outros frutos, e foros, só de trigo rende sessenta e cinco moios cada anno: a qual quinta está tão junta, que entre todas suas terras se não mette terra de outrem alguem».

E, para merecido louvor ao morgado, agrega: «Ha n'este terrenho tanto gado, que o zeloso fidalgo sobredito João da Silva do Canto, vendo abaixo de suas terras sahia huma grande, e fresca fonte, tão fóra esteve de a tomar para a sua quinta, que junto á fonte mandou á sua custa fazer três grandes tanques, e caminho para elles, para irem alli beber os gados, como vão, e a fonte ficou por nome, a fonte de João da Silva. Oh se assim hoje houvesse fidalgos do bem commum mais zelosos que ambiciosos!»

O Dr. Vitorino Nemésio, no Memorial da Muito Notável Vila da Praia da Vitória, (Coimbra, 1929, pág. 5), em seguida à palavra fidalgos, faz uma chamada, para intercalar em nota: E procuradores à Junta geral...

Hoje, da *Misericórdia* da Vila Nova resta apenas a ermida da Madre de Deus. E já o P.e Jerónimo Emiliano de Andrade, na *Topografia da Ilha Terceira*, cuja primeira edição é de 1843, referindo-se à instituição do fidalgo, João da Silva do Canto, escrevia: ...cujas rendas que não passavam de quatro moios de trigo anuais, foram há pouco incorporadas nos bens da Câmara da cidade para sustento dos expostos (*Topografia* — 2.ª edição — Angra, 1891, pág. 249).

Mas, em 1703, já o nome do benemérito, em Angra, apenas era recordado num modesto *chafariz*—o chafariz *de João da Silva* que nem sei onde, com suas frescas águas, dessedentava os peões, *bípedes* e *quadrúpedes*.

Assim mostra o Livro camarário para o lançamento de fintas, em 1703 e 1704.

Tampouco se descobre nesse livro, entre as ruas da freguesia da Sé, nem a do Vanegas ou Viegas, nem a da Rosa.

Que designação teria nessa época o arruamento? Não consigo sabe-lo.

E onde seria na cidade a moradia de João da Silva do Canto?

Se à rua que vai da dos Cavalos para S. Gonçalo deu o Povo o nome do fidalgo, certamente nessa via ficava a sua residência.

O prédio que presentemente pertence à sociedade Recreio dos Artistas foi de pessoas nobres, da geração dos Cantos.

Teria sido nesse vasto prédio senhorial o solar citadino de João da Silva do Canto?

RUA NOVA DE VALFLORES.

Ao cimo, a rua de João da Silva ia topar com outra de airoso e fresco título, que é pesar não ter perdurado: a rua Nova de Val-flores.

Do que eu duvido é se a via nova seguia na mesma direcção, como prolongamento da outra, ou se fazia com esta ângulo recto.

Acontecera o seguinte: As reverendas madres de S. Gonçalo, defronte da porta travessa da igreja do seu convento, derrubaram umas casas que possuíam ali, à entrada, para ornato da aludida rua Nova de Valflores.

Contígua ficava uma outra casa velha, terreira, telhada, que fora de Sebastião Fernandes, paredeiro, cabendo, por sua morte, a um filho, Pedro, que há muitos anos era ausente e dele se não sabiam novas, nem lugar certo onde parava.

Do ausente desaparecido eram herdeiros, mais propínquos, Beatriz Favela, viúva de António Álvares e Catarina Favela, viúva de Baltasar Roiz de Aguiar, a quem o provedor dos Orfãos entregara a posse e administração do prédio.

Mas derruídas, para *ornato* da rua, as casas pertencentes a S. Gonçalo, a contígua ficou desamparada e ameaçava desmoronar-se, dano a que as possuidoras não podiam acudir.

E como o convento tinha muitas casas naquele mesmo bairro, conveniente pareceu para ambas as partes contratarem uma permutação.

E foi o que se fez.

No dia 10 de Março de 1640, o tabelião Jorge Cardoso dirigiu-se

ao mosteiro e, no locutório, de grades a dentro, compareceram as R.das madres Maria do Rozario, abbadeça, e M.º da trindade, Vigaira e da mesma parte, de grades afora, P.º Lagar, feitor da fazenda de sua mag.de nesta ilha, síndico e procurador geral do convento.

Presentes, igualmente, os procuradores de Beatriz e Catarina Favela, deram estas às madres de S. Gonçalo a casa que possuiam na rua nova de Valflores, defronte da porta traveça da Igr.ª deste convento e receberam, em troca, uma outra casa que as religiosas tinham na rua que vai das cazas do deam p.ª a sé, a qual caza esta defronte do p.º Bras barreto e parte do norte com a mesma rua e do sul com quintal de cazas deste mesmo convento e do nascente com caza de palha de B.ar da Costa e do ponente com caza de Cn.ª pinheiro.

Obtida, assim, a casa das Favelas, as freiras de S. Gonçalo arrasaram-na, como haviam feito às outras, que no local tinham, para ornato da rua Nova de Valflores.

Parece, pelo que fica exposto, que a via de tão graciosa designação seria a que tem, presentemente, por deliberação camarária, o nome do Conselheiro Nicolau Anastácio de Betencourt, onde ainda há poucos anos havia, defronte da porta travessa da igreja do mosteiro, destroços, ruínas de casas que um longo muro caiado decentemente ocultou das vistas dos transeuntes.

A dúvida, no entanto, subsiste.

RUA DA PALHA — RUA DE FER-NÃO BRÁS DO COUTO — RUA DO COUTO — AS CRUZINHAS.

Rua da Palha - porquê?

O P.º António Cordeiro, descrevendo um tanto confusamente, a topografia da cidade, omite a razão do título.

Da Palha, porquê?

*...logo mais adiante, e da mesma banda do Poente corre tambem a quarta rua do mesmo mar, ou do Sul para o Norte, que chamão da Palha, sendo que n'ella não ha casa alguma de palha, nem terreira alguma, ou desunida, mas toda tão fechada de casaria, tão ladrilhada, e direita, como as suas paralelas», a de Santo Espírito, a Direita e a de S. João» (História Insulana, 2ª ed., vol. II, pág. 41).

Mas, então, porque à rua chamaram — da Palha P

Forçoso é, portanto, entrar no domínio conjectural.

Num outro ponto da sua *História*, o mesmo P.e Cordeiro, enaltecendo a sua terra, escreveu:

"O trato da cidade é tão nobre que além da líteira do Bispo, e algumas Dignidades Eclesiasticas, e do Governador do Castello, Capitão-mor da Cidade, ha outras muitas na cidade dos ricos, morgados d'ella e ainda outras carruagens de homens, e de mulheres...» (Idem, pág. 69).

Anda na tradição que havia nessa via pública estrebarias e cocheiras, onde se arrecadavam os carros e bestas que serviam o nobre trato da cidade. E, por consequência, também armazéns de palha, para as rações dos animais.

Daí proviria o topónimo.

A explicação é demasiado simplista, mas não de todo desarrazoada.

O certo é que, apenas umas dezenas de anos atrás, era ali, naquele arruamento, que, em Angra, o negócio de trens de aluguer, e respectivas bestas, com o fedor correlativo, quási exclusivamente se fixara.

Eu próprio muitas vezes vi o pavimento da rua, com seus passeios lageados, espargidos de palha, restos, que o vento redemoinhava pelo ar, da que vinha, em carros de sebe, para as cavalariças.

Nem sempre, todavia, a palha deu nome ao sítio.

Houve uma época em que a via foi conhecida por outro chamamento — o de rua de Fernão Brás do Couto. E até suspeito que seria este o seu primeiro título.

Como localizei este nome?

Pelo instrumento de venda que fez Catarina Estácia a Francisco

Vaz, torneiro, em 18 de Março de 1667, no livro do tabelião de Angra, Francisco de Sousa, descreve-se um prédio pelo modo seguinte:

*...umas cazas telhadas que constam de salla, camara, torre, cozinha co seu quintal, cittas nesta cidade na rua do vanhegas, acima dos cantos da que se diz de Fernão Brás do Couto e da Palha, que partem do Norte com quintal de João da Costa de Freitas, do Nascente com cazas de Maria Santa (irmã de Catarina Estácia), do Sul co rua publica e do Ponente com cazas do m.to R.do Conigo Braz de Mattos da Sylveira».

Adquirida, assim, a certeza da situação do topónimo, basta confirma-lo.

Por escritura de 13 de Junho de 1668, no mesmo tabelião Sousa, vendeu Juliana de Freitas Vieira, viúva de André da Costa Camelo, a Domingos de Figueiredo, mercador de logea, ambos moradores nesta cidade de Angra, milrs. de cenço e penção a cada e quando, impostos nas casas em que morava Manuel Dias, sapateiro, na rua de Fernão Brás do Couto, que partem do Norte com casas de Manuel de Ávila Betancor, do Nascente com quintal do R.do António Cardoso Coelho, tesoureiro-mor da S.ta See desta cidade, do Sul com casas de Catarina Roiz, viúva de Francisco Dias e do Ponente com a referida rua.

E este nome, jungido à rua, vinha de longe.

O cura Domingos Fernandes, da Sé, ao registar a morte de Domingos Dias, filho de Catarina Dias, viúva, freguês da Sé, ocorrida em 14 de Julho de 1573 e sepultado no adro da igreja, acrescenta que o falecimento se deu na rua de Fernão Brás (L.º N.º 3 de Baptizados, com também assentos de Casamentos e Óbitos, de 1570 a 1577).

Os curas da Sé eram sucintos e *apressados* nos lançamentos paroquiais, a despeito das advertências dos bispos e do cabido que, uma ou outra vez, por faltas e descuidos, chegaram a multa-los.

Assim, o cura Manuel de Araújo, no termo de baptismo de Bárbora, filha de Marcos João e de sua mulher Catarina Roiz, celebrado em 24 de Junho de 1588, de que foram padrinhos Sebastião de Antes (sic) e Aldonça Nunes, mulher do L.do Heitor Coronel (L.º de Baptizados da Sé, N.º 9, 1583 e 1588, fls. 83 v.") — e no termo de baptismo

de Margaida, filha de Gaspar Ferreira e de sua mulher Maria Gonçalves, celebrado em 6 de Junho de 1592, de que foram padrinhos Gaspar Soares e Leonor do Couto, mulher de António da Costa (L.º de Baptizados da Sé, N.º 10, 1588 a 1595, fls. 97) — reduz o nome da rua, em que moravam uns e outros, a isto apenas: rua do Couto.

Quem era este Fernão Brás do Couto?

Era um mercador, presumivelmente pessoa notória no local por sua lógea, conhecida de todos por lógea do Couto.

E afável, obsequiador. Só no mês de Fevereiro de 1549 foi padrinho de duas crianças, a 5, de Gaspar, filho de Pero Cardoso e de sua mulher, Lucrécia Gonçalves, baptizada na Sé, de quem foi madrinha Guiomar Mourata, mulher de André Fernandes de Cea, pessoas de qualidade, já do nosso conhecimento; e a 26, de Inês, filha de Francisco Miz e de sua mulher Catarina Roiz (L.º de Baptizados da Sé, N.º 1, de 1547 a 1553, fls. 51 v.º e 55 v.º).

Ainda no mesmo ano, a 2 de Julho, foi padrinho de António, filho de António Gonçalves e de sua mulher Briolonja da Costa, tendo por companheiro na cerimónia o bacharel Roque Dias (mesmo livro, fls. 75).

Em 14 de Fevereiro de 1552, apadrinha uma filha do seu colega em mercancias, Aleixo Gonçalves e da mulher deste, Antónia Tomé. Foi o cónego André Piz quem celebrou, sendo também padrinho, Sebastião Merens e madrinha Ana Moreira, mulher do escrivão João Gonçalves (mesmo livro, fls. 208).

E assim, de-certo, continuou o simpático mercador até... até 21 de Janeiro de 1573, dia em que faleceu.

O termo do seu óbito, lavrado pelo cura, Domingos Fernandes, atesta que foi sacramentado de todos os sacramentos e sepultado na igreja da Sé. Fizera testamento, nomeando por testamenteiro o filho, Diogo Brás (L.º N.º 3 de Baptismos, Casamentos e Óbitos da Sé, fls. 248).

AS CRUZINHAS.

Ao fim da rua da Palha, frente ao mar, sobre a prainha, havia umas cruzes, talvez para lembrar os náufragos de navio que o vento carpinteiro despedaçara ali próximo — se bem que o P.º Cordeiro, na sua História, diga assim:

*. .o porto (de Angra) fica em direitura ao Sueste, a quem chamão lá o vento Carpinteiro, porque algumas vezes he tão rijo, que se as amarras não são boas, e de bom fio, as faz arrebentar, e dá com a embarcação no areal da Prainha, ou no Porto Novo, e sempre a gente se salva, e ainda parte da carga; sendo que, até em rios, como no Tejo, e no Douro, muitas vezes se perdem embarcações, sem se salvar cousa d'ellas» (Tomo II, pág. 40).

Por 1701, Domingos de Andrade, carpinteiro, pagava, pelo mês de Junho, o foro de 1\$200 reis à *Casa do Hospital*, imposto em uma casa, situada na rua da Palha, junto às *Cruzes*, deixa de Luís Varela (Nota a pág. 8 do Livro de Foros e Rendas da mesma *Casa*, organizado pelo escrivão que nessa época era, António da Fonseca Carvão),

Reunida a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Angra, em data de 13 de Maio de 1756, foi lavrado o respectivo Acórdam por D. João Flores da Silva Castilbranco, escrivão, aí se deliberando q. se arematem as cazas de Luzia da Esperança q. tem na rua da palha de dous andares perto das crozinhas p.ª a capella enstituida por Ramijo Nolete.

Em 18 de Maio de 1787, o reitor da Sé de Angra, r.do António Martins de Oliveira, lavrou (no Livro de Baptizados e Óbitos de expostos, N.º 1, de 1782 a 1788, fls. 75) o assento do baptismo de Rosa, filha de pais não sabidos q. pella Camara cria Josefa Marianna, m.er de Ant.º de Sousa, m.or na rua da Palha, as Cruzinhas.

E ainda em 1831, se as cruzes finham desaparecido, a designação subsistia.

Na escritura de 27 de Outubro desse ano, do tabelião de Angra, António Leonardo Pires Toste (a fls. 79 v.º do Livro de notas, N.º 16), Lucindo José Maria das Dores, pessoa que vivia de seus bens e agência e sua mulher, Maria Tertuliana do Carmo, venderam a Manuel Homem de Azevedo, com taverna pública, nesta cidade, uma morada de casas, altos e baixos, com seu quintal, situadas na travessa das Cruzinhas que vai da rua de S. João ter á rua da Palha, (no título da nota e na autorização em separado, concedida pela senhoria, Santa Casa da Misericórdia, a situação indicada é: rua das Frigideiras), confrontando Norte, com rua pública, Sul, com casas de herdeiros de João Inácio da Silva, Nascente, com atalho que vai para o porto da Prainha, e Ponente, com casas de João Francisco.

RUA DE BRÁS PIZ.

No ano de 1574 (ignoro se o topónimo já existia antes e se perdurou depois) havia na freguesia da Sé, da cidade de Angra, uma rua conhecida pelo nome de Brás Piz.

Em 7 de Janeiro desse ano o cura Domingos Fernandes redigia, na parte destinada aos *Defuntos* (a fls. 252 v.º, do L.º de *Baptizados* da Sé, N.º 3 — 1570 a 1577), o *assento* do óbito de Inês Piz, no mesmo dia sepultada na igreja catedral, donde era *freguês*, e declarava que a defunta residia na rua *de Brás Piz*.

Como o traçado original da cidade se mantém ainda hoje intacto, nas suas linhas essenciais, só falta descobrir qual das vias públicas, da mencionada freguesia, teve naquela recuada época por morador um cidadão de nome tão pouco impressivo que, no entanto, ficou na voz do povo adstrito ao local, como se uma tabuleta o inscrevesse às esquinas da rua.

Houve necessàriamente uma circunstância, alheia à antroponímia, que tornou notório esse terceirense.

Qual seria?

Apenas um estabelecimento nesse tempo muito venerado — uma merceeria. Brás Pires fundara, sustentava ou dirigia uma merceeria; praticava nas suas casas de morada o ofício de merceeiro.

Simplesmente. . merceeria não tinha então o significado actual da loja onde se transaccionam géneros de alimentação.

No século XV, a loja em que o público encontrava coisas miúdas à venda, como fitas, navalhas, quincalharias, etc., chamava-se marçaria (Sousa Viterbo: Elucidário, 1.ª edição, Lisboa, 1798, Tomo II, pág. 118). Segundo António de Morais e Silva o vocábulo proviria do inglês mercer ou do francês mercier e os marceiros vendiam miudezas semelhantes às dos bufarinheiros vagantes (Dicionário, 8.ª edição, Vol. II, Lisboa, 1891, pág. 314).

Merceeria, derivado de mercê — ensina Viterbo (cit. obra, tomo e pág.) — era a igreja, casa ou hospital onde há merceeiras ou merceeiros e o oficio destes, di-lo Morais e Silva (Idem, pág. 341), con-

sistia em rezar ou ouvir missas por alma de alguém que deixou à sua morte esmola a pessoa com essa obrigação, ou certa renda para quem quizer encomendar a Deus a sua alma. *Merceeiros*, em suma, eram os que negociavam e granjeavam a salvação de outrem, com as obras de seus méritos e orações.

Foi D. Afonso IV, o do Salado, quem, no seu testamento, instituiu a primeira merceeria. Chama-lhe hospital, em que pelos bens do rei e da rainha seriam mantheúdos pera sempre vinte e quatro pobres, convém a saber, doze homens bons, e doze mulheres de bons costumes, de boa fama e vergonha e especialmente seriam filhados para isto pessoas que, tendo algo de seu e boa vivenda, houvessem decaído na miséria, non por maos feitos que fisessem, nem por más manhas, nem por maos costumes...

Júlio de Castilho descobriu na Lisboa antiga, ao Campo das Ce-bolas, no sítio da muralha, onde a rua se bifurca na da Alfândega e na dos Bacalhoeiros, uma torre, depois demolida, encravada na mais casaria, que era o local da fundação piedosa do vencedor do Salado e da sua digna e nobre companheira (Lisboa Antiga, Bairros Orientais, 2.ª edição, Vol. VI, Lisboa, 1936, pág. 33).

Ignoro se a merceeria de Brás Piz seria uma casa de oração ou, à maneira da instituição de D. Afonso IV, um recolhimento.

O certo é que, no dia 12 de Janeiro de 1574, ali faleceu uma pobre mulher, de nome Maria Miz, que recebeu todos os sacramentos e foi sepultada na igreja da Sé. O cura, Domingos Fernandes, que lhe registou o óbito, com o laconismo habitual, não fornece qualquer outro elemento de identificação da defunta. Apenas acrescenta que nã fes testam.to nem tinha de que.

Quem era o Brás Pires que pelo facto da instituição pia emprestou o nome à rua?

Não é fácil responder, porque nesta época há na cidade de Angra várias pessoas com esse nome.

A de mais relevo é Brás Pires do Canto, o fundador e padroeiro do convento de S. Gonçalo.

Sobre a estirpe deste fidalgo há grandes divergências entre os genealogistas. Consultei a Fénix Angrense, do P.º Maldonado, o Espetho Cristalino, de Frei Diogo das Chagas, a História Insulana,

do P.e Cordeiro e o Livro Genealógico, de Francisco Coelho Machado e foi o último que se me afigurou mais esclarecido no desenvolvimento da linhagem, relativa a este ramo de Cantos.

Parece que Brás Pires do Canto, irmão de Sebastião Miz do Canto e de Diogo Piz do Canto, era natural de Guimarães e viera ter à ilha Terceira pelos anos de 1520 em diante.

Seria parente de Pedro Anes do Canto, o venerando fidalgo, progenitor da família terceirense dos Cantos e instituidor de três volumosos morgados para seus filhos: António, João e Francisco? O Livro Genealógico afirma que sim, e parente em grau conhecido, mas Diogo das Chagas sustenta que, se havia parentesco, a verdade é que não se tratavam como se tal existisse (Espelho Cristalino, parte relativa à Terceira, Artigo 27.º: do apelido «Canto»).

O P.e Cordeiro (Obra cit., Tomo II, pág. 113) vai mais longe — presume-o neto do próprio Pedro Anes e filho do morgado António Pires do Canto porque, na família, este era o único a usar o sobrenome Pires. Mas aqui o historiador jesuíta resvalou em êrro. O morgado António Pires nasceu em Junho de 1511 e faleceu em 1572, a serem verdadeiros os dados biográficos que fornece o sr. dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), no Nobiliário da Ilha Terceira, (Vol. I, pág. 226) e Brás Pires, já viúvo e com netos, faleceu em 1571, como ao diante provarei. O simples enunciado destas datas torna inadmissível a filiação que lhe atribui a História Insulana.

O certo é que Brás Piz do Canto, se não gozava do fôro de fidalgo filhado, como os outros Cantos, era pessoa de qualidade e, sobretudo, homem de grossos cabedais.

Tendo conseguido, por altas influências e quantiosas propinas, do papa Paulo III o breve de 7 de Outubro de 1541, para a fundação do primeiro convento de freiras em Angra, já em 1545 concluia as obras do mosteiro de S. Gonçalo, em que professaram duas filhas suas, Inês de Deus e Suzana de Cristo que foram ali as primeiras abadessas, madre Inês até 1559, ano em que faleceu, com opinião de santa e revelações do ceu conhecidas (Cit. Livro Genealógico, pág. 121 v.º), tendo-lhe Santo António, de que era devotíssima, anunciado o dia de sua morte (Espelho Cristalino, cit. Artigo). Sucedeu-lhe a irmã que sòmente logrou o cargo um ano, porquanto nele morreu.

Ora, este Brás Pires, nobre condoído e piedoso, que tanto despendeu de sua fazenda para dotar a cidade do primeiro convento de freiras, usou e abusou do seu vasto prestígio e opulência, urdiu e enredou toda a sorte de artimanhas e alicantinas para que o seu mosteiro fosse único e nenhum outro mais se fundasse em Angra.

Quando a madre Isabel de Cristo, irmã de Álvaro Pereira Sarmento, religiosa professa do mosteiro de S. João Baptista do Faial, veio enferma para a Terceira, em companhia do licenciado Marcos Pereira e de madre Hierónima do Espírito Santo, freira de grande virtude, na cidade se recolheram e instalaram nas casas de *Bárbora* de Morais, mulher de Aleixo Gomes, escrivão de ofício, que ao tempo andava degredado da ilha, por certas coisas praticadas no cargo que estava servindo e de que mais tarde foi absolto.

Seduzindo a débil vontade do irmão, fidalgo de grossos haveres, lembrou-se madre Isabel de fundar em Angra um convento, igualmente da ordem de S.ta Clara, como o de S. Gonçalo, sob a invocação de N. Sr.a da Esperança — e tanto fez e suplicou, tantos cruzados extravasou a bolsa úbere de Álvaro Sarmento, que obteve para o fim que se propunha uma bula do Papa. Custou-lhe nada menos de oito mil reis, na cidade eterna, e de lá a trouxe, como um tesouro, Gaspar Alvernás, que ganhou por isso a alcunha do Roma.

Oito mil reis era então quantia muito ponderável, mas com a sua bulazinha apertada contra o estéril peito, não haveria certamente na cristandade inteira mais consolada e ufana serva de Santa Clara do que a reverenda madre Isabel de Cristo.

O que não podia antever, contudo, era a oposição contumaz e multimoda que ao seu religioso empreendimento ia surgir de todos os lados, a começar do bispo, D. Jorge de Santiago e da Câmara da cidade.

E os impedimentos quem os maquinava na sombra, dos mais subtis aos mais torpes? O condoído e piedoso Brás Piz!

Da Câmara saíu nada menos que um aviso aos mestres e oficiais, pedreiros e carpinteiros, apenando-os (isto é, impedindo-os sob penalidades várias), não fizessem obra alguma no projectado mosteiro. Do Bispo, por advertências paroquiais, partiu análoga proibição.

Convém neste passo advertir que Brás Pires do Canto foi juiz eleito,

juiz ordinário, a que correspondia o alto cargo de presidente do senado da câmara de Angra, nos anos de 1532, 1544, 1548 e 1566, o que lhe trouxe uma situação de excepcional influência.

Pois, a despeito de frágeis e depauperadas pela doença, as duas madres e outras mulheres profanas, que tinham consigo, não desanimaram e, de noite, nas lojas do prédio em que se haviam aposentado, iniciaram os trabalhos de construção do convento. Elas próprias conduziam as pedras e amassavam o barro, erguendo paredes e tapando portais para as futuras celas.

Tal era a preponderância do magnate e o terror das penas cominadas pelo bispo e pela câmara que, à luz do dia, as freiras, se bem que recolhidas em oração, ouviam as diatribes uivadas na rua pelos mariolas furiosos e a soldo do ricaço:

- Fora, feiticeiras!
- Fora, rebeldes! Rebeldes ao bispo e às justiças!
- À fogueira! à fogueira! Heis de ser queimadas, rebeldes!

E, para que as freiras se tornassem odiosas ao povo e nenhuma dona honrada quizesse professar no novo mosteiro, espalharam-se as mais caluniosas atoardas sobre os costumes e privanças das religiosas e suas serviçais que viviam *amoradas*, em voluntária clausura, nas casas de Aleixo Gomes.

Sem embargo, as obras foram prosseguindo em segredo. Em auxilio da futura comunidade veio da Horta a monja Mor da Madre de Deus, irmã de Isabel de Cristo, com autorização do provincial da sua ordem, pois era ali abadessa do convento de S. João Baptista — até que, afroixando a perseguição, as construções se começaram a realizar por oficiais competentes, de sol nado a sol pôsto.

Para alargamento do novo mosteiro, além do prédio de Aleixo Gomes, tinha que se adquirir uma casa contígua, que era de João Gonçalves, alfaiate, o galego, por alcunha. E para que este a cedesse foi necessário edificar-lhe primeiro, de alto a baixo, uma moradia na rua que vai para as Covas, isto é, na rua da Sé. Comprou-se um alqueire de terra para cerca (o actual mercado ou Praça do Duque de Bragança), uma azinhaga que era do Murrão (este Murrão deixou a alcunha presa à rampa que nesta cidade sobe da rua de Santo Espírito para a Conceição), onde se construiu a portaria e contratou-se com Sebastião da Ponte a feitura da igreja e capela (onde actualmente existe o

Teatro Angrense), igreja que, iniciada em 1557, se ultimou em 1560, levando o mestre das obras, de feitio, trinta e seis mil reis.

(Mais de um século depois, em 1678, por ordem do P.e provincial Frei Manuel de São Jerónimo, compraram-se as casas duma e outra rua que vão para as Covas até ao largo — ou seja das ruas do Rego e da Sé — que serviram para acrescentamento dos dormitórios, graneis e cerca; tomou-se uma azinhaga que vinha da rua do Rego para a rua das Covas, deixando-se por baixo um cano amplo para escoamento das chuvas e abriu-se na rua do Rego um portão de carro para serviço do mosteiro — Frei Agostinho de Mont'Alverne, Obra cit., Cap. 14.", alínea 18.0).

Esta febricitante e admirável actividade construtiva não desarmou, ainda assim, a contumácia de Brás Pires do Canto que desceu a subornar espias para esquadrinharem a vida interna da casa e das voluntariosas madres.

Precavendo-se contra as calúnias, as iniciadoras do novo convento decidiram recolher, em veneração dos nove coros dos anjos, igual número de moças e donas profanas, de inatacável virtude, algumas até de nobre condição. Nesta fornada precautória de noviças, entraram duas filhas do próprio escrivão, Aleixo Gomes.

Destarte a opinião popular começou a mover-se em louvor do nascente mosteiro. Sem embargo, quando Brás Pires, requerendo e seguindo, umas após outras, demandas e demandas, com toda a sorte de arrazoados e chicanas, se lembrou de citar as freiras para lhes impedir a invocação de N. Sr.ª da Esperança, alegando que o convento de S. Gonçalo, pelo breve apostólico de sua fundação, é que fôra criado sub invocatione matris de Spe (sic), as pobres religiosas sofreram um arrepio de pavor e derramaram as primeiras lágrimas de desânimo, porque a bula em que Sua Santidade lhes concedia para o seu mosteiro a consagração a N. Sr.ª da Esperança ou a N. Sr.ª do O', com festa oito dias antes do Natal, o Brás Pires tivera artes de a subtrair dolosamente da contrariedade, oferecida em nome delas, no pleito judicial.

Mas então, a despeito do perseguidor poderoso e opulento, com sua numerosa coorte de parentes e sequazes, a justiça do povo surdiu por modo inesperado, a incutir alento novo às perseverantes religiosas.

Cá fora la alastrando, com surpresa de muitos e revolta dalguns,

o conhecimento destes incidentes. E não faltava quem judiciosamente inquirisse em solilóquio:

- Se o convento de S. Gonçalo era da Esperança, porque lhe haviam posto o nome do santo? Porque na sua igreja se venerava num altar a imagem do preclaro domínico, bemaventurado casamenteiro das velhas?
- Se a casa fundada por Brás Piz era da Esperança, porque lhe haviam pintado na frontaria uma grande imagem do Santo de Amarante e um letreiro que diz: Mosteiro de S. Gonçalo?

E uma noite — nunca os beleguins do fidalgo descobriram os autores da proeza — houve misteriosas mãos que na igreja do convento apearam S. Gonçalo do altar onde estava e o esconderam detrás do frontal e houve quem fizesse desaparecer, sob camadas grossas de caiaço, o letreiro da portaria...

Brás Piz compreendeu a zombaria e sentiu a humilhação do ridículo. Pouco tempo depois, em 4 de Maio de 1571, este homem conflituoso, de soberbia intratável, falecia da vida presente, deixando testamento, com legados perpétuos, em que nomeava por testamenteira sua filha, Isabel do Canto. Foi sepultado na igreja do seu mosteiro, junto aos covais em que jaziam as filhas e primeiras abadessas de S. Gonçalo, madres Inês de Deus e Susana de Cristo (Livro de Baptizados da Sé de Angra — que também insere assentos de casamentos e de óbitos — N.º 3 — 1570 a 77 — fls. 235).

Já então a casa da Esperança progredia sem cessar e contava nada menos de dezanove freiras, além das servas, quando Beatriz da Conceição, mãe das fundadoras, Isabel de Cristo e Mor da Madre de Deus, veio com outra filha do Faial, para se recolherem ao convento. Passado pouco tempo vieram ainda tres netas, Doroteia do Espírito Santo, Aurélia da Paz e Isabel dos Arcanjos, filhas de Gaspar Pereira Sarmento, de sorte que, entre avó, filhas e netas, coexistiam neste momento na comunidade sete monjas, todas da mesma família!

Fácil de prever o predomínio que a família Pereira Sarmento, da Horta oriunda, adquiriu no convento da Esperança e de super as falhas

de vocação em tantas destas professas que tomavam hábito com a mais inócua ligeireza.

Sucedeu... Sucedeu o que tinha de acontecer. Poucos anos volvidos havia na Esperança dois grupos de freiras, que se odiavam e invectivavam com o mais evangélico desabrimento. E tais foram as desavenças e rebeldias que, para cortar os fios a tantos pleitos, Frei Lourenço de Pina, comissário na custódia destas ilhas, houve de importar do convento da Esperança, de Ponta Delgada, as madres Francisca de Cristo e Marquesa do Espírito Santo, para abadessa e prioresa da casa de Angra.

Com esta providência radical fez-se a paz entre os bandos rivais, mas os liames da vida monástica ressentiram-se dos desvarios, os rigores da disciplina afrouxaram e os costumes deslizaram em licença.

Na Esperança, como aliás noutros mosteiros, especialmente nos de freiras — infelizes meninas, as mais das vezes ali conduzidas por incitamento ou violência de seus pais e tutores, filhas de morgados que entravam em religião por não descobrirem esposo de sua igualha ou descendentes pobres de fidalgos arruinados que professavam por modode-vida, como outro qualquer — descuravam-se os jejuns e penitências, mas nem sempre se esqueciam as mais equívocas mundanidades.

Os votos de humildade e pobreza quebravam-se com imprudente frequência, às claras, sem rebuço — e, à deriva com esses, o da castidade quantas vezes não sossobrava a ocultas!

Muitas das monjas de estirpe fidalga não dispensavam o tratamento de dona, anteposto — que sacrilégio! — ao nome do hagiológio que tomavam ao professar. (*)

^(*) A fls. 22 do L.º N.º 9 de notas do tabelião de Angra, José Pereira de Melo Vansitar, as religiosas de S. Gonçalo e seu síndico, por si e em nome das reverendas madres, D. Maria Micaela e D. Joana Baptista de Sam Joseph, também religiosas no mesmo convento, passaram procuração bastante, de geral administração, a Miguel de Gois e Vasconcelos, António Manuel Teixeira e André Hilário dos Santos, em toda a cidade da Bata e mais lugares dos estados do Brasil. Presentes, nesta muito nobre e sempre leal cidade de Angra, as freiras do mosteiro, num dos locutórios, de grades a dentro, congregadas ao som de campa tangida, segundo seu bom uso e louvável estilo e, de grades a fora, o capitão Domingos Moniz Correa, síndico — lavrou o tabelião o instrumento, que as reverendas madres assinaram integralmente, sem tirar nem pôr do modo seguinte: D. Brites Maria de S. Bernardo, abadessa — Maria Antónia da Conceição Vigaria — Soror

Rara a que não criava, com denguices e mimos de amante, o seu cachorrinho de fralda que «penteiam, enfeitam, beijam e agasalham consigo na cama».

Multas não prescindiam de servas para o ministério da casa, isto é, para o serviço doméstico e de encostadas, isto é, de aias ou damas de companhia.

Os aposentos de algumas semelham antes boudoirs, do que nuas casas de austera e santa vida monástica.

Lembram-se do vivido quadro da *Nova Floresta*, em que o P.e Manuel Bernardes pinta e profliga a cela das monjas levianas, que introduziam no claustro os flácidos luxos da vida secular?

«Ver uma cela de freiras é ver a casa de estrado de uma noiva. Lâminas, oratórios, cortinas, sanefas, rodapés... banquinhas de damasco, franjadas de sêda ou de ouro, pias de cristal, guarda-roupas da Holanda, caçoulas, espelhos... jarras, ramalhetes, perçolanas, figuras de alabastro ou de gesso, frutas escolhidas para coroar as molduras da alcofa ou dos contadores, perfumes, alambiques, todo o género de arame para a fábrica de doces, almários para os recolher e (deixei para o fim a nota hilare) brinquinhos de sangria», porque estas sórores tomam a miúde sangrias, não para tratamento da saúde, senão para quebrarem a côr, ou seja, para se mostrarem pálidas, desmaiadas, doentias, deprimidas, dengosas que era então o cânon da beleza física — a mesma história dos jejuns até à inanição das meninas cinéfilas de nossos dias.

E advirta-se que o egrégio congregado não chegou a conhecer a decoração riquíssima, de opulência levantina que alfaiava a casa de dormir e o gabinete de toucar de madre Paula, do mosteiro de Odivelas, a célebre *trigueirinha* que o rei *magnânimo* disputou ao conde de Vimioso, cedendo-lhe em troca duas outras freiras à escolha —

Ignacia de Jesus discreta — D. Antonia da Gloria discreta — Barbora da Conceição discreta — Soror Thereza de Jesus — Dona Joana Maria de São Joseph — Maria de São Bernardo — Catharina da Portiuncula — Dona Maria dos Prazeres — D. Joana Luzia de S.th António — D. Izabel Bautista escrivãa do Convento — Joana Bautista de S. Joseph — D. Maria Michaella de S. Francisco — Domingos Miz Correa.

Poucas eram as que não usavam o dona nobiliárquico !

a trigueirinha cálida que, ainda assim, como diz Camilo, não poude vencer os feitiços de D. João V com a cigana Maria do Monte e a quem, presume Alberto Pimentel, aludia, com ervada malícia, a trova popular :

Chamaste-me trigueirinha E eu não me escandalizei, Trigueirinha é a pimenta E vai à mesa do rei.

Pois quem pretenda imaginar o que seriam os aposentos de sóror Paula, com seus espelhos de toda a parede, seus santos de ouro maciço, suas numerosas placas douradas, seu relógio que dá horas e tange minuetes, seu leito de melânia carmesim, com o sobreceu todo em tomados, com franjas e galões côr de oiro e lençois de holanda finíssima, com rendas preciosas de três palmos, dois grandes pratos de prata, um para o penteador, outro com o avental e a toalha, o toucador com toda a sorte de aviamentos de prata, caixas, jarro, salva, castiçais, copos, fruteiros, tesquras, campainha, escovas e tudo o maís (que não pode repetir-se) também em prata — leia o segundo volume do Sumário de Vária História, do Dr. Ribeiro Guinarães (Lisboa, 1872, pág. 67 e seguintes), ou A caveira da mártir, de Camilo (2.ª edição, Lisboa, 1902, Nota 5.ª, pág. 449), ou, ainda, o livro de Manuel Bernardes Branco: As minhas queridas freirinhas de Odivelas (Lisboa, 1886, pág. 343).

E note- se que estes aposentos de Paula Teresa, como de sua irmã, Maria Micaela da Luz, também professa em Odivelas, de riqueza e sumptuosidade sem par, eram os do próprio cónvento — além de que havia o ninho de amor, de esplendor cesáreo, uma casa que o rei frascário mandara edificar, contígua ao mosteiro, com passagem discreta para dentro, onde trafegavam nada menos de nove criadas, três das quais mulatas.

D. João V, esgotado pelos desregramentos da vida voluptuosa em que turbilhonava, ingerindo, para enrijar, essência de âmbar e toda a sorte de ingredientes estimulantes e filtros heroicos — um certo dia (em 10 de Maio de 1742), estando a despacho, caíu fulminado por um ata-

que de paralisia que lhe tomou o lado esquerdo, sem lhe atingir o cérebro.

Assaltaram-no logo os remorsos, os escrúpulos, os temores do inferno, e invocou em seu auxílio todos os santos e santas da corte celestial, que seduzia com dádivas portentosas, exhaurindo o erário público.

Tendo vivido como sultão, fez as pazes com o céu, e acabou como santo, escreveu o inglês Lord Freeman, que viajou em Portugal.

Fora do matrimónio houve o rei três filhos que, próximo da morte, reconheceu nas Caldas da Rainha — reconhecimento ratificado, anos volvidos, pelo rei, D. José, — isto além de vários outros bastardos que espargiu pelo país.

A esses alude W. Beckford, supondo-os mais venturosos que os perfilhados :

«Mais felizes foram aquelas crianças que D. João V não julgou conveniente reconhecer, e que não são poucas, porque aquele pio monarca...

espalhou a imagem do Criador por toda a terra».

(A Corte da Rainha D. Maria I, Lisboa, 1901, pág. 6).

Os ilegítimos, que lograram as honras de alteza, foram D. Gaspar, arcebispo primaz e senhor de Braga, sucedendo na alta dignidade a D. José de Bragança, outro bastardo, filho de D. Pedro II e, portanto, irmão do magnânimo; D. António, claveiro da Ordem de Cristo e D. José, inquisidor geral do reino.

Foram conhecidos, especialmente os dois últimos, até à velhice de ambos (D. António morreu com 86 anos e D. José com 81), por *Meninos da Palhavã*, nome proveniente do local e do palácio onde estiolaram, num largo fausto, vasio e inútil, a existência de vergônteas reais, a que o trono, por desdém, não cedia, fora dos cargos em que os investiu, nem poder, nem influência alguma.

Os três meninos brotaram de Odivelas, aquele harém bastantemente turco, no dizer maliciosamente faceto de Camilo. (*)

^(*) D. João V não fazia mais do que perpetuar a tradição fescenina desse

D. Gaspar nasceu de D. Madalena Máxima de Miranda, religiosa daquele mosteiro, filha de António de Miranda Henriques e de sua segunda consorte, D. Maria de Bourbon, com série aberta nos livros genealógicos; D. António era filho duma francesa, de quem se não descobriu o nome, mas que esteve igualmnte recolhida em Odivelas e D. José era filho da célebre madre Paula, a qual vinha do cruzamento dum ourives alemão com uma napolitana.

A trigueirinha, azougueira, ciumenta, maldosa, travêssa, — professou em 22 de Fevereiro de 1718, com dezassete anos — e foi precoce em tudo, porque, não sendo o rei seu primeiro deslize, logo em 1720, aos dezanove anos, lhe deu um filho.

Se estas datas não fossem descobertas, poderiam avaliar-se pela época das mais valiosas concessões que o soberano fez ao pai da freira, também ourives, Adriano de Almeida Paulo, chegando a agracia-lo com o grau de cavaleiro professo do hábito de Cristo, cuja investidura se realizou no mosteiro de N. Sr.ª da Luz, em 15 de Setembro de 1720 — o que, sendo mercê de assombro, dementando de orgulho o pobre artifice, não foi singular. Hábitos de Cristo distribuiu o monarca, à beira do túmulo, pelos banheiros que o metiam, exausto, na água das Caldas! (Veja-se Alberto Pimentel: As amantes de D. João V, reedição popular, Porto, 1945).

Dos três filhos reconhecidos por D. João V um apenas, o arcebispo — sumptuoso, como seu pai, hábil, sagaz, esmoler, cortês — logrou singrar, com astuciosa diplomacia, através o consulado despótico e o zelo regalista de Pombal, sem atritos graves e manter, nada menos de trinta e um anos, com geral aprazimento, a prelazia em Braga.

mosteiro famoso. O próprio D. Afonso VI, seu tio, ali galanteou, com escândalo clamoroso — pobre dele! sem efectivo proveito — primeiro a solerte madre D. Feliciana de Milão e depois, a religiosa D. Ana de Moura, por amor da qual, no dia aniversário dela, o real amoroso, que era valente, se lembrou de lidar toiros, no pátio do convento, sendo colhido aparatosamente e recolhendo ao paço bem molestado. Foi necessário sangra-lo e a freira, por simpatia, sangrou-se também. O enternecimento do leso monarca por tal fineza foi tão desmesurado que, além de mandar-lhe um régio presente, quando tornou a ve-la, confessou-lhe desejar eleva-la ao trono e faze-la rainha de Portugal (Vida de El-Rei D. Afonso VI, escrita em 1684 por autor anónimo e publicada por Camilo, Lisboa, sem data, pág. 46).

Não assim os outros meninos.

Bem quereriam eles, já que os sequestravam na Palhavã e lhes cerceavam toda a ingerência e prestígio na corte, passar despercebidos aos olhos percucientes do terrível ministro, que os suspeitava e do rei cuja afabilidade para os irmãos ilegítimos não excluía uma pontinha de desprezo.

Mas faltara-lhes a vantagem inapreciável que salvou D. Gaspar: o viver distante, longe do Paço, numa terra de província, onde podia ostentar o seu fausto olímpico, sem roçar o cesarismo do monarca e do seu secretário-de-estado.

Além de que D. António, no seu aspecto neutro e indiferente, era assomadiço, arrojado, duma soberbia imponente e insatisfeita, pronta a explodir, como tensa mola por longo tempo comprimida e D. José, o inquisidor geral, com ser inclinado à clemência, timorato, bondoso, longânime, acusava, sem embargo, personalidade resistente que não transigia, dócil, no que pudesse contundir com a dignidade do tribunal do Santo Oficio e com as prerrogativas da Igreja que lhe impendia defender.

Ora à omnipotência do ministro conviria um inquisidor maleável, que dobrasse e cedesse, sem custo, à sua vontade férrea. Já o bastardo real acedera em nomear deputado e conselheiro do Santo Ofício, a Paulo de Carvalho, prelado da Santa Igreja Patriarcal e Comissário da Bula, irmão do conde de Oeiras, futuro marquês de Pombal.

Mas não bastava. E a ocasião de empolgar de vez o tribunal, — a que depois concedeu o tratamento de magestade ! — com astúcia preparada, não tardara em surgir.

O desembargador Inácio Ferreira Souto, intendente geral da Policia, escrevera uma obra de apologética regalista, que denominou *Tractatus de incircumscripta potestate régis*, e submeteu, conforme a lei, as *placet* do Santo Ofício.

O P.e João Baptista, oratoriano, incumbido pelo Inquisidor Geral do parecer sobre o livro, deu-o condenatório, por conter o trabalho do desembargador matéria formalmente repudiada pela Igreja.

Como sua alteza sereníssima o senhor Dom José temesse o conflito — não era difícil prever a intervenção do ministro — procurou adia-lo; mas Ferreira Souto, solicitando-lhe uma audiência, estranhou, com certa acrimónia, a demora no parecer.

O inquisidor ainda tentou conciliar as coisas, pondo o autor do manuscrito em presença do padre censor, para combinarem as alterações a introduzir na obra, a fim de ser aprovada. Mas o desembargador invectivou o oratoriano, arrancou-lhe violentamente o manuscrito das mãos e voltou-lhe as costas.

Em face de tamanha arrogância, logo sua alteza delegou os familiares do Santo Ofício, conde de S. Lourenço e visconde de Vila Nova de Cerveira, para rehaverem o manuscrito, a que o Souto se recusa, alegando estar já o livro em poder do Secretário-de-estado. Então os emissários ordenam-lhe que se entregue, sob prisão, ao tribunal, mas o outro declara que, sendo intendente da Polícia, só acata ordens do Rei.

O soberano, a quem Sebastião de Carvalho comunica o sucedido, autoriza o ministro a *censurar* o inquisidor pelo agravo ao Poder real, feito na pessoa dum alto funcionário do Estado e é o próprio conde de Oeiras quem vai, com seu séquito, à Palhavã, cumprir a missão, e com tal sobranceria e insolência que o bastardo real o expulsa do palácio.

Aos protestos do Ministro, surge do compartimento adjacente o *menino* D. António, agitando um espadim; acorre a criadagem e Sebastião de Carvalho é forçado a retirar-se.

O R.do prior Santos Farinha, que foi grande orador sacro e autor de notáveis trabalhos de investigação histórica, não dissimula a sua aversão pela personalidade eminente de Pombal, ao descrever o episódio, digno de Boileau, que deixo resumido. E carrega as cores do quadro:

«Ao alarido, sai do quarto contíguo Dom António, que era braceiro e destemido, armado de espadim, faz fugir o Ministro, a quem a alta posição não livrou então de ser pontapeado, sovado, privado da sua encaracolada cabeleira, e posto fora como qualquer lacaio...» (O Palácio de Palhavan, Lisboa, 1923, pág. 58).

Um escritor inglês, recente, é bem mais comedido:

«...a troca de palavras degenerou em disputa, até que D. António

chegou a empurrar Pombal e a fazer-lhe cair a cabeleira» (Marcus Cheke — O Ditador de Portugal — Porto, 1946, pág. 183).

Em qualquer caso, e com Sebastião de Carvalho, a afronta não podia ficar impune.

Convocou-se o Conselho de Estado e, para desagravo da pessoa régia, que fora afinal a ofendida, a pena última teria sido aplicada, com voto concordante do primo dos acusados, D. João da Bemposta, outro bastardo, filho do infante D. Francisco, irmão de D. João V, (*) se o patriarca de Lisboa se não roja aos pés do rei, lembrando-lhe que os meninos eram do seu sangue.

Em 19 de Julho de 1760 o conselho deliberou e o soberano reduz a pena para degredo perpétuo no Bussaco, onde suas altezas jazeram durante dezasseis anos e só no reinado de D. Maria I, com o declínio de Pombal, cessa o cativeiro, voltando os bastardos reais para o cenóbio da Palhavã.

O conde de São Lourenço, sempre chocarreiro, aludindo ao martirio que sofreram os dois irmãos no desterro do Bussaco, pôs-lhes o sobriquet de São Crispim e São Crispiniano.

Desnecessário dizer que o inquisidor resignou logo o seu cargo e que Paulo de Carvalho, irmão do ministro, lhe preencheu a vaga, sem tardança.

^(*) Este infante D. Francisco, feio, ratado das bexigas, devasso, como seu irmão e, além disso, bulhento e mau — não casou. A corte de A'ustria recusara-lhe a mão da arquiduquesa D. Maria Madalena, na mesma ocasião em que concedia a D. João V a irmã, D. Maria Ana.

Motivo, não confessado, da escusa? A má índole, a má fama do infante, que atravessara as fronteiras.

Diz a tradição que um dia, andando D. Francisco a bordejar no Tejo, por fatuidade, jactando-se de sua boa pontaria, com um tiro abateu um pobre marinheiro que, trepado nas vergas de certo navio de guerra, o aclamava! (Pinheiro Chagas, História de Portugal, 3.ª edição, Vol. VI, pág. 316).

O filho, D. João da Bemposta, que foi capitão general das armadas e casou com a duquesa de Abrantes, D. Maria Margarida, nascera, segundo uns, da *freira* do convento de Santa Ana, D. Mariana de Sousa, segundo outros de Isabel *Mulata*, da Graça.

D. Mariana, que morreu sob os escombros da sua cela, no terramoto de 1755, teve mais quatro irmãs, todas religiosas, e pelo menos uma, D. Paula, também pre-varicou.

Seria apenas esta a causa da malditosa desgraça dos *meninos P*Correram ao tempo frouxos boatos, em que se pretenderam estribar outros motivos...

Parece que os hóspedes da Palhavã sonharam, cada um por seu lado, alçar-se junto do trono, aspirando à mão da princesa do Brasil. É natural, portanto, que, sendo assim, estimulassem a intriga que fervilhava no Paço, a propósito de D. Pedro, irmão do rei, tio da princesa.

Este filho de D. João V era manifestamente parvajola.

Mas além de tímido e tacanho de espírito, boquejava-se, com insistência que, à semelhança do tio, D. Afonso VI, não era homem para casado, como ao pobre rei hemiplégico disse, um dia, com sua habitual franqueza, pão, pão, queijo, queijo, o desbocado marquês de Cascais.

A despeito da intriga era D. Pedro, já em vida do pai, consorte presuntivo da princesa, — enlace que a rainha viúva, a nobreza e mesmo o povo veementemente desejavam, por zelo patriótico e não menos interesse político.

A inclinação da infanta — o coração das princesas, ai delas!, não é consultado para decisões tão graves — esboçava-se noutro sentido: quem escolhera, quem a fascinara, num suave idílio, esmagado, sem piedade, logo de início, fora o gentil fidalgo, de sangue real, D. João de Bragança, futuro duque de Lafões.

Esse, obrigaram-no a sair do reino depois do terramoto (Lúcio de Azevedo: O Marquês de Pombal e a sua época, Lisboa, 1922, pág. 170).

Não é crível, no entanto, que a vaga aspiração matrimonial dos meninos da Palhavã tivesse qualquer directa interferência no seu infortúnio, porque D. José, e o omnipotente ministro, durante largos anos se opuseram à pretensão de D. Pedro, futuro marido da princesa do Brasil, depois D. Maria I, a louca.

Claro que não seriam, como as de Odivelas, de régia magnificência as alcovas em que gozavam seus ócios as freiras *mais ricas* ou *menos prudentes* da Esperança e de S. Gonçalo — eram, sem embargo, floridas e macias.

Bem prègava S. João Crisóstomo que o cristão deve cheirar a virtudes e não a unguentos.

Aquelas professas, mesmo quando virtuosas — e inúmeras sem dúvida o seriam — perfumadas e empoadas, tresandavam a pecado léguas longe.

Desnecessário aduzir que, numa tal ambiência, as servas do Senhor, cheias de melindre, impertinência e afectação, na voz, no andar, no sorrir, sustentando-se dos finíssimos doces que elas próprias confeccionam com artísticos desvelos, só encontrando consolo e deleite no palratório à hora das visitas e no côro à hora dos cânticos pobres arvéloas estonteadas, nem chegavam a distinguir o pendor do terreno em que suas ténues sandálias iam resvalando e aceitavam, em desvanecida languidez, a falsa adoração do primeiro galanteador que as requesta e incensa, com as lisonjas mais inverosímeis.

E já agora, para ilustrar este lastimoso quadro da ligeireza dos costumes claustrais, seja-me permitido narrar um emocionante episódio, a que alude o mesmo P.º Manuel Bernardes (in Armas da Castidade, Tratado da Virtude da Castidade, Pregunta XXV).

O insigne oratoriano omite nomes e apenas refere que o trágico sucesso decorreu num convento de certa ilha da coroa de Portugal. Revela, no entanto, que Francisco de Brito Freire o relata no fim da *Primeira Década Brasílica*, na relação de viagem duma frota que ele próprio capitaneava.

Ora, por Ferreira Drumond, nos Anais da Ilha Terceira (Tomo II, pág. 130), sabe-se que no ano de 1656 aportou a esta ilha, vindo de Pernambuco, trazendo cinquenta e três dias de viagem, a chamada Frota grande, a maior que saiu em comboio dos estados do Brasil, composta de cento e sete navios, grandes e pequenos, conduzindo nada menos de cinquenta e três mil duzentas e vinte e uma caixas, cujo valor, com as drogas dos tabacos, couramas, pau brasil e marfim, se estimou em nove milhões de cruzados!

Por general de tão vasta armada vinha precisamente Francisco de Brito Freire e trazia por almirante Manuel Velho, por mestre-de-campo Manuel Freire de Andrade e por sargento-mor o irmão deste, Francisco Freire de Andrade.

Exausta de mantimentos, no porto de Angra se abasteceu e municiou, com a maior largueza e tal era a opulência da ilha que, durando a estadia um mês, nem por esse motivo escassearam os comestíveis no terreiro público, ou se elevaram os preços das mercadorias.

Drumond acrescenta que o P.e Maldonado, na sua Fénix Angrense, ressentira-se por Brito Freire, tratando, com elevado estilo, das ocorrências desta viagem na Primeira Década da História da Guerra Brasílica, não aludir ao farto e bizarro acolhimento que recebera na Terceira, esquecendo-se de quanto lhe ficariam obrigados os terceirenses por engrandecer a sua pátria.

A Nova Lusitánia, História da Guerra Brasílica, Década primeira, dedicada A' purtssima alma e saudosa memória do príncipe D. Teodósio, Lisboa, 1675 — é livro de raridade extrema. Mas as notícias de Drumond, obturando as propositais omissões do P.e Manuel Bernardes pareciam confirmar a suspeita, em que eu logo deslizei, de que o aludido, compungente episódio teria ocorrido na Terceira e no convento de S. Gonçalo.

O caso foi este:

Mal a Frota grande ancorou no porto da tal ilha da coroa de Portugal, saltaram em terra alguns capitães e um deles — ao que descera a fama dos conventos! — teria ido direito a um de freiras, quási com a mesma desenvoltura, eu ia a dizer o mesmo descaro, do mareante que desembarca e procura um cabaret.

Chegou à portaria e logo teve artes de cortejar, através o ralo, a jovem professa que ali estava e cujas feições apenas conseguira lobrigar.

Trocaram os amavios mais alambicados e a freira, à despedida, prometeu-lhe que depois do prândio lhe *daria grade*, isto é, que, à hora das visitas, continuariam o colóquio na grade do convento.

Voltando o capitão, ainda antes do prazo dado e perguntando pela sóror, cujo nome levava sabido, lhe responderam que morrera de-repente e que jazia no esquife, mosqueada de manchas violáceas, súbitamente pútridas, o rosto contorcionado e medonho.

Ah! Que decepção acerba a do nauta galanteador! Assim, dum momento ao outro, se transmudara em cruel tragédia a fácil aventura que vislumbrara deliciosa!...

Como fôra aquilo? De que morrera a desventurada freirinha?

Haviam-lhe dito que o enxofre, diluído em água, fazia rosadas e lindas as faces e logo que, aprazada a entrevista, se apartou da portaria, ordenara a uma serva lhe comprasse pós sulfúricos, a tempo que

outra monja encomendava rosalgar... para caça aos ratos do celeiro. Por desgraça trocaram-se os papeis na roda, à entrada, e a pobre, com a pressa que lhe dava o apetite de ser formosa, não deu pelo escambo, não suspeitou do engano — e bebeu o rosalgar! E a despeito de se estorcegar nas dores mais pungitivas e agónicas, sofreu e calou, supondo ser efeito aformoseador do enxofre — e quando lhe acudiram, descoberto o equívoco, era tarde. A desditosa menina logo expirou, ficando tão disforme e feia que metia horror aos que a viram.

Quem não suporia que este funesto incidente, em que uma jovem religiosa, por amor à garridice, morre envenenada, sucedera $em\ S.\ Gon-calo$, na Terceira?

Mas enganei-me. Não foi em Angra — fol num convento semelhante da ilha da Madeira, onde a frota grande também aporteu. Di-lo Brito Freire, em a Nova Lusitânia (Viagem da armada e frotas do Brasil — Ano 1655, pág. 6). (*)

Presumo que este funesto incidente, em que uma jovem freira, por amor à garridice, morre envenenada, envolto no silêncio mais espesso, nem vestígios terá deixado no registo de óbitos do convento.

E quantos outros casos — mais escuros, em tabidês e salacidade, não terão ficado ocultos, no segredo opaco das grossas paredes dos mosteiros ?!

^{(*) «}Horrivel morte, de hua Religiosa. 14—Em quanto nos detivemos na Madeira, surtos no porto da Cidade do Funchal, sahindo a terra algus Capitães da Armada, galanteou hum delles, em hum Convento hua Religiosa. A qual empenhada daquellas affeições tão indignas do seu estado, lhe pedio no ralo, depois das onze da manhãa, que voltasse a grade particular, antes da hua da tarde. Veyo ainda mais cedo. Achando ruido na portaria, & em todos admiração, perguntou pela causa, Respõderão-lhe: espyrara supitamente, cuberta de pintas negras, semblāte horrivel & inchação medonha, a madre N. Era a mesma que o havia persuadido a hir fallar-lhe...

^{15...} achando-se com rosto pálido, lembrada de ouvir, que fazia avivar as cores, beber enxofre, mandou que lho trouxessem. Havia mãdado trazer tambem rosalgar outra Freira, que determinava preparalo, na forma costumada, para limpar a cela de alguas sevandijas. Puzerão na roda ambos os ingredientes, em dous papeis, & trocados com misteriosa inadvertencia, parecendo a esta infeliz que levava o enxofre, levou o rosalgar. Em acabando de tomalo, satisfeita da grande alteração que sentia, por entender se encaminhava ao effeito pertendido, sofreo tudo o que pode; até que não podendo mais, quando lhe acudirão, deixou a dilação inuteis os remedios »

Os indícios denunciadores de alguns, aliás, apesar do silêncio e do segredo, chegaram, por vías indirectas, até nós. E assim o desvairo dumas poucas, pela brandura coercitiva das abadessas, o mau exemplo que vinha de cima, afroixelada a disciplina, esparrinhava de lodo toda a comunidade, onde viviam santamente, abroqueladas em virtude e amor de Deus, tantas e tantas servas do Senhor.

Nos bons tempos, anteriores a 1914, publicava em Paris o editor Arthème Fayard uma linda colecção de livros anedóticos, enriquecida com aliciantes gravuras, denominada *Modern-Collection*.

Um dos volumes, com introducção e notas por Maurice Vitrac e Arnauld Galopin, traslada as *Mémoires du Duc de Lauzun*, personagem cujo nome heráldico evoca uma espécie de *homme à bonnes fortunes*, frequente naquela doce França que, por desgraça, vive hoje apenas em saudade, no coração de todos os que admiram o génio gaulês.

Armand-Louis de Gontaut, primeiramante conhecido por Conde de Biron e depois pelo título de Duque de Lauzun, foi o último descendente duma família ilustre. Os anotadores das suas Memórias, na introdução do livro, descrevem-no como un grand seigneur, de elegante perfil, cuja sedução era feita muito mais de espírito do que de beleza, gracioso na palavra e no gesto, atravessando a vida em perenal triunfo, a sorrir, nos lábios sempre um dito subtil e deixando por onde passa um sulco de travessa volúpia.

Viveu nos últimos dias duma época e dum meio onde a vida era uma festa permanente, num *mundo* em que a *Graça* ainda reina e a *Mulher* é deusa ainda, em que há um ideal único — *agradar* e uma única preocupação — *o amor*.

As conquistas deste impenitente gală foram sem conta, desde as inacessíveis e engenhosas das alcovas da corte, às fáceis e torpes das alfurjas. A própria infortunada princesa, depois rainha, Maria Antonieta, parece não ter sido de todo insensível à sedução de Lauzun.

Uma das suas *escapadas* mais encantadoras foi aquela perturbante e volúvel Aimée de Coigny, depois marquesa de Fleury, que na prisão *de Saint-Lazare*, no tempo do *Terror*, viria a ser imortalizada, pelo seu desditoso companheiro de cárcere, André Chénier, nos célebres versos de *Jeune Captive*.

«Au banquet de la vie à peine commencé, Un instant seulement mes lèvres ont pressé La coupe en mes mains encor pleine.

¿Je ne suis qu'au printemps, je veux voir la moisson;
 Et, comme le soleil, de saison en saison,
 Je veux achever mon année.
 Brillante sur ma tige et l'honneur du jardin,
 Je n'ai vu luir encor que les feux du matin;
 Je veux achever ma journée.

«O mort! tu peux attendre ; éloigne, éloigne-toi ; Va consoler les coeurs que la honte, l'effr oi Le pâle désespoir dévore

Je ne veux point mourir encore».

Lauzun, além do mais, foi um arguto diplomata e militar valoroso, de certo modo — um heroi. Tomou parte na campanha dos franceses na Córsega, para subjugação dos insurgentes, comandados por Paoli; dirigiu o ataque e tomada do Senegal, em 1780; fez parte da expedição dos franceses à América, na guerra da Independência e, em 1782, voltou em nova expedição de duas fragatas, a Gloire e a Aigle. Acossados pelo mau tempo e a carência de refrescos para a guarnição, que a doença dizimava, esses navios arribaram ao porto de Angra, na ilha Terceira.

Foi rápida a escala na enseada, apenas o bastante a ficar assinalada nas *Memórias* do duque por ligeiro traço, uma fugidia impressão que vale, sem embargo, por extensos comentários reveladores, se atentarmos na pena fescenina do memoralista, um dos mais lúbricos amorosos da licenciosa corte de Versailles.

Lauzun desembarcou na jovial pequenina cidade e, como o capitão da frota de Brito Freire, logo encontrou, num dos nobres peralvilhos da terra, o *cicerone* complacente que o conduziu direito à portaria de S. Gonçalo, o mosteiro das professas fidalgas.

Oh! o duque! descendente de excelsa estirpe gaulesa! o lindo general! o heroi mavórtico! o galã irresistível, animador charmant

das quermesses orgíacas do *Petit Trianon!* ali, de carne e osso, naquele morno e mesquinho ambiente de incenso e alfazema, rendendo, em mesuras sóbrias, suas gentilezas a ignoradas monjas, dum ignorado convento no meio dos mares! como o não haviam de circundar de carícias os olhos meiguiceiros, quebrados de zelos e codícia, das mais levianas dentre as clausuradas, aquelas juvenis cabecinhas espairecidas que seus pais e tutores haviam tentado cruelmente *amortalhar*, enrodilhando-as em baldos véus pretos!

Teria Armand-Louis, novo Lovelace, mas gentil e sem a perversidade do outro, que percorrera já, até à saciedade, a infinita gama dos amores à margem da lei, condescendido em completar a imensa colecção, colhendo na Terceira a esquisita flor rubra, de perfume estonteador e diabólico, do sacrílego amor freirático?

Quem o saberá jamais?

Mas Lauzun parece implicitamente afirma-lo no rápido e nítido comentário das suas *Memórias* em que alude a esta ilha e que diz assim:

Je n'ai jamais vu de moeurs plus bizarres et mêler sı plaisamment l'amour de Dieu à l'autre.

O que não teria descortinado na Terceira o *jongleur* da concupiscência, que na voluptuosa corte da Pompadour já *tudo* vira e *tudo* ensaiara, para encontrar aqui surpreendentes *novidades* e declarar-se estupefacto ante a fácil impudência, excitantemente pecaminosa, mas repulsiva, com que via mesclar-se o culto erótico a Venus com o austero culto ao filho de Deus!

Ao que chegara — Virgem santa! — a vida claustral! (*)

SONETO

^(*) Sobre este episódio da vida do grande amoroso compus o seguinte :

O Conde de Biron, depois duque de Lauzun, passando na fragata *Gloire* pelo porto de Angra da Ilha Terceira, visitou o convento de S. Gonçalo e escreveu nas suas Memórias:

[«]Je n'ai jamais vu de moeurs plus bizarres, et mêler si plaisamment l'amour de Dieu à l'autre».

Vieram depois para Lauzun os dias calamitosos da Grande Revolução. Eleito deputado pela Nobreza aos Estados-Gerais (1789), o duque pronuncia-se apaixonadamente pelas novas ideias de Liberdade, renuncia aos seus privilégios nessa noite efervescente de 4 de Agosto que marca o fim duma era e é nomeado comandante em chefe dos Exércitos do Reno, do Var e, depois, para contraprova do seu lealismo às novas instituições, comandante das tropas da Rochela, reunidas contra os brancos, insurrectos da Vendeia.

A sua sincera adesão ao partido revolucionário não o liberta do cadafalso. Marat, o sinistro amigo do Povo, acusa-o. A garra inexorável do Terror não o dispensa do cortejo infindável de suas vítimas.

Separado da esposa, há longos anos, quando a prendem, por suspeita, Lauzun, sabendo que jogava a cabeça, reclama com energia que a libertem. A carta em que o faz é um documento de nobre e cavalheiresca dignidade — mas não peuco certamente contribuiu para perde-lo no conceito dos *vermelhos*.

Condenado à morte pelo hediondo Tribunal Revolucionário, aceita com sorridente desdém a sentença e os últimos instantes de vida, em 31 de Dezembro de 1793, aos 46 anos de idade, são ainda vincados por ditos de espírito e actos de coragem estoica.

Na corte de Versailles o duque de Lauzun mudava, ein cada mês, de amor e de perfume. Nem mesmo resistira a tão audaz galã aquela que o delfim tortura de ciume...

Ora, na Gloire o duque, uma bela manhã, aportou à Terceira e, como um vagalume, passou, brilhou... venceu. Nem era a fama vã que entre os galãs o pôs no mais altivo cume.

Em S. Gonçalo, então, enlouqueceu de amores, nos terços, nos lunduns, entre resas e flores, as noviças gentis, garças de neve pura!

E quando enfim partiu, de tanto embuste e engano disse o duque mordaz : «Nunca o amor profano vi ao divino atar com tal desenvoltura!»

Quando o carrasco veio à prisão para o conduzir ao cadafalso, encontrou Lauzun plàcidamente sentado a saborear uma boa duzia de portuguesas (honni soit qui mal y pense — portuguesas é, em Paris, a designação gentílica das ostras de melhor qualidade), regadas com fresco vinho branco.

- Cidadão, diz-lhe o ci-devant duque, permite-me que termine.
- E, oferecendo-lhe um copo, acrescentou:
- Toma este vinho, deves ter precisão de coragem para o ofício que exerces.

E Lauzun, domando o pavor e angústia que intimamente o esfacelavam, seguiu para a morte com o sorriso nos lábios — um sorriso triunfal, como se a morte fôra a sua derradeira aventura de amor.

Devo advertir que o Lovelace de Versailles não indica nas suas Memórias, especificadamente, S. Gonçalo. Mas, desta feita, ninguém duvida que foi o que viu e adivinhou nos palratórios, nas rodas, nas grades e gradinhas, nos mirantes, nas celas e até na igreja desse mosteiro que o fulminaram de aturdimento.

Cem anos depois — se houve reforma dos costumes foi em sentido pejorativo — o marquês de Fronteira e Alorna, um dos emigrados que de Paris veio ter à Terceira, em 24 de Fevereiro de 1832, no tempo das Lutas liberais, não esconde o assombro displicente que lhe provocam as, — como direi? — leviandades das freiras de S. Gonçalo.

E que não se atribuísse às convulsões da guerra civil e liberdades da época o desnodar das observâncias canónicas, porque — diz ele nas suas Memórias — já Mr. de Ségur, indo para a guerra da América, no século passado, menciona aquelas monjas como excessivamente ligeiras (*)

^(*) O general conde de Ségur foi companheiro de Lauzun na viagem da fragata Gloire. Ambos, pelo que se vê, foram a S. Gonçalo e nas Memórias respectivas deixaram impressões igualmente lisonjeiras da visita. Diz o Dr. Nemésio (obra cit. Tomo II, pág. 258) que Ségur refere, por sua vez, anedotas frescais do convento.

D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto é, ao diante, ainda mais explícito: «O convento de S. Gonçalo, escreve, era um grande recurso (sic) para a oficialidade dos Corpos, principiando pelo General (conde de Vila-flor, que mais tarde foi duque da Terceira). Todos tinham ali um derriço, como lhe chamavam, e nunca vi nada mais ridículo do que uma quinta-feira de Endoenças na igreja daquele mosteiro. As lamentações eram aplaudidas com o mesmo entusiasmo das árias e cavatinas no teatro de S. Carlos» (Memórias do marquês de Fronteira e de Alorna — Parte terceira e quarta — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928 — Pág. 221).

Em S. Gonçalo, de facto, cultivava-se, com exaltação e deleite, a música e ali se congregavam as mais belas vozes da ilha.

Joaquim António Velez Barreiros que foi, anos volvidos, visconde da Luz e desposou, em Madride, D. Rosa Montufar Infante, filha dos marqueses da Selva Alegre, cortejada, mais tarde, por Garrett, peralta já no declínio, revestido de postiços, rebrilhante de unguentos escorregadios, mas ainda encantador nos versos adoráveis das Folhas caídas — Barreiros, oficial empregado nas fortificações, vindo numa leva de emigrados, de S. Malô, e chegado a Angra em 10 de Junho de 1829, alojando-se em casa de D. Ana Ramos da Silva, na rua Direita, junto ao cais, foi dos que teve derriço em S. Gonçalo.

Caiu-lhe em sorte a noviça que vem indicada pelas iniciais D. F., no *Jornal* do engenheiro, publicado pelo filho, Dr. Eduardo Montufar Barreiros, no primeiro de dois volumes sob o título de *Os papeis de meu Pai* (Lisboa, 1904). A tímida criança quis resistir-lhe à sedução e deu-se pressa em professar, tomando votos solenes em 14 de Março de 1830.

Mas a farda era tão vistosa e linda e os emigrados tão intrépidos e galantes — e para mais, tão carecidos de carinhos pelos sofrimentos do exílio!...

No Jornal havia sobre a insistência e persistência do derriço, a despeito dos votos da religiosa, notas irreverentes e íntimas que o respeito filial omitiu no livro, por onde se via (aclara-o, de resto, Montufar no preâmbulo IV do Vol. 1.º — pág. 59) que o oficial de fortificações, se era perito hábil em engenharias, não seria menos versado em estratégia amorosa, e, assim como delineava praças fortes, de igual geito as sabia expugnar e render.

Presumo que alude à *investida* final aquela nota anódina que o estratega escreveu no seu *Jornal*, em 11 de Abril do mesmo ano, um mês, não mais, após a solene profissão da noviça D. F.:

- Houve saltadela das onze para a meia noite.

Claro — Barreiros, para as construções militares que dirigia tinha de reserva toda a sorte de material moderno de escalamento e assalto...

Partindo na expedição ao Mindelo, no alto mar, precisamente em 3 de Julho de 1832, o futuro visconde de Nossa Senhora da Luz confessa que as saudades pela doce freirinha da Terceira o mortificaram tão fundo que não poude evitar as lágrimas. E o derriço continuou ainda, em cartas seguidas, de que subsistem os números de ordem, enviadas do Porto, cercado pelo exército libertador, cartas que se foram espaçando, até atingir, no fim desse mesmo ano, a trigésima quarta, em que finda a correspondência.

A última, romântica missiva, ainda rubescente de paixão, de amargura e desejos, acompanhava uma oferenda que, não seria graciosa, mas era útil — um corte de castorina para um capote.

Pobre sóror abandonada!

Dir-se-ia que ainda ouvimos, como um débil sussurro plangente, os longínquos lamentos, os sufocados suspiros da triste, ao sentir na pele, que as pecaminosas recordações lhe encrespam, o macio, o tépido, o voluptuoso contacto daquele escuro capote de castorina!

Mas Velez Barreiros, coitado, a si próprio se define e se descreve, com o charro prosaismo deste obséquio de amor: um capote de castorina!

Como poderia a graciosa e cálida andaluza, a Montufar Infante, marquesita da Selva Alegre, verguia e trepidante, de olhos comburentes, de azeviche, suportar, sem fastio, o homem honesto e simples, crédulo e bonacho, o que não exclui a valentia, para quem um *prático* e gasalheiro casaco de castorina era poética dádiva de jovem amante?!

Em luminoso contraste que apetecível fascínio o desse eterno gentiluomo — Garrett! Garrett, nesta rápida estadia na Terceira, apenas cinquenta dias (mais demoradas, mais tranquilas e felizes haviam sido as duas outras vezes que permanecera em Angra), ostentava, a despeito da incerteza dos tempos, a plenitude do seu génio e do seu garbo — trinta e três anos, esbeltos, de omnímoda actividade.

O soldado donjuanesco, elegantíssimo e aprumado na sua fardeta do Batalhão académico, já não chasqueava da vestimenta de arlequim que enfiavam a bordo aos voluntários da rainha.

Quando regressara do exílio, a encafuar-se na ratoeira, — como nas horas de desânimo, chamavam os emigrados à ilha Terceira, na corveta Juno (*) vinham com o grande poeta, entre outros, o severo Herculano, acusando um estado de alma baço, de um desespero que oscila entre o desejo da morte e o repúdio dessa fraqueza (Vitorino Nemésio: A Mocidade de Herculano, Lisboa, 1934, vol. II, pág. 244) e Joaquim António de Aguiar, o Mata-frades.

Na travessia, de Belle-Isle a Angra, longos dezassete dias de sobressaltos e enjoos, Garrett, com sua *verve* alígera, marcadamente dicaz, foi o *animador* dos esverdeados e engulhosos expedicionários.

Enquanto Herculano, ensimesmado e entristecido, isolando-se a um canto do tombadilho, compunha os versos hirtos e solenes do poema A Tempestade, que dedicou a António Feliciano de Castilho e datou A bordo da Juno, na baía da Biscaia, Março de 1832, o seu confrade ia galhofeiramente desfiando aos companheiros as peripécias, agora divertidas, mas ao tempo angustiosas, dos ratoutuilles de Paris.

^(*) A corveta Juno foi mais tarde crismada em Amélia, nome da imperatriz, segunda consorte de D. Pedro e da princezinha sua flha, por cujo nascimento o Imperador demorara a partida da expedição de França. A Juno, ou Amélia, foi metida a pique, à entrada do Douro, pela artilharia miguelista, já os bravos do Mindelo no Porto, em fins de 1832. Perda irreparável foi, porque com o navio, um dos calhambeques da expedição — assim os qualificava a tropa liberal—, sossobraram manuscritos numerosos de Garrett, trabalhos de história, uma tragédia que tinha por assunto o Infante Santo, em Fez, um poema cujo entrecho era o Magriço e os Doze de Inglaterra, o segundo volume do Tratado da Educação, etc. O soldado académico todos esses manuscritos deixara, com as suas economías, a bom recato, em S. Miguel, quando partira a expedição. Tudo seguira depois na corveta e perdera-se com o navio, na barra da invicta cidade.

Ali os emigrados pobres, para enganarem a fome, dirigiam-se, às vezes, a uma taberna de estudantes, no *Bairro Latino*, onde se forneciam à vasta e mísera clientela os *ratoutuilles* — *ratatoulhos*, na leitura burlesca de Gomes de Amorim, biógrafo do autor de *D. Branca*.

À entrada o *freguês* pagava um *sou*, que valia oito ou dez reis e recebia um comprido garfo de estanho. Ancioso, empunhando o garfo, encaminhava-se para a cozinha, onde sobre lume vivo enorme caldeirão, rescendente e refervendo, continha um vil ensopado com restos de comidas e legumes que outras casas de pasto, mais ricas, ministravam.

Então, cada qual por sua vez, fechando es olhos, a proteger-se da fumarada, sob a vigilância atenta do cozinheiro, enterrava o seu garfo no caldeirão. O que apanhava, muito ou pouco, era seu e devorado, com delícia — mas, se pretendia repetir a arpoação, tinha de pagar novo sou.

Uns, mais ditosos, tinham a sorte de *pescar* bons nacos de carne, mas outros, desolados, porque o garfo batia em osso, tiravam-no escorrido, sem nada.

— Quatro ou cinco vezes, concluia Garrett, com amargo sorriso, eu também tentei a fortuna de tão originais refeições. Experimentei, alvorotado *l'hasard de la fourchette*, o acaso do garfo, como nomeavam aquilo. Agarrei com forte mão o utensílio e zás! espetei com denodo. Querem saber o que fisgou o garfo? Nada mais, nada menos... que um feijão e uma cenoura!

Só na viagem (tudo era improvisado e pobre) é que distribuiram vestimenta de forma aos voluntários, qualquer coisa sobrante do exército francês — casaca azul ferrete, peito branco, calças escarlates e barretina. E nem isso a todos chegou. Herculano, por exemplo, só teve um capote militar, cinzento, como sotaina de frade, que envergava grotescamente por cima do fato à paisana.

As calças encarnadas e o peitilho alvadio era uma indumentária aflitiva de que Garrett, escarninho, zombou durante a jornada toda.

-- Impossível! gritava a Herculano, cobrindo o zunir do vento nas enxárcias. Não tolero isto. Está acima das minhas forças. «Usarei por qualquer modo decente do meu fraco braço e da minha mal apa-

rada pena em favor da Liberdade e da Rainha, mas peço que me dispensem desta vestimenta. Se queriam arlequins, em vez de soldados, deviam ter dito isso lá em terra...>

Não se acredita que este peralvilho de génio, irradiando sedução, amavioso e galanteador, conhecido na ilha, de família ilustre, com seus pais e irmão solteiro, Joaquim António, merando numa grande casa, na rua de S. João, sua Irmã, Maria Amália, casada com o fidalgo Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, residindo em casas nobres à Rocha e tias velhas, preconceituosas, na quinta de Santo António, defronte de Santo António, ao Caminho do Meio, que fora do tio arcediago da Sé de Angra, Manuel Inácio da Silva e depois do tio bispo da diocese, D. Frei Alexandre da Sagrada Família, antes de vir a ser pertença do próprio Garrett — não se acredita que o mentor de Mouzinho da Silveira, na célebre ditadura iconoclasta da Terceira, frequentador, à certa, de São Gonçalo, onde professara e vivia em clausura uma sua prima, Rita Margarida, então mais que cinquentona — não tivesse também o seu derriço no mosteiro.

Num dos livros mais encantadores do divino poeta (em Coimbra era conhecido entre os condiscípulos simplesmente por Leitão, depois por bacorinho, antes de vir a ser o divino Garrett), nas Viagens da Minha Terra há um ligeiro passo, em que se alude ao fugidio romance de São Gonçalo.

«As tropas constitucionais vinham em seguimento dos realistas e dentro em poucos dias tinham o seu quartel general no Cartaxo; D. Miguel fortificara-se em Santarém...» A casa do vale, com sua varanda antiga, a varanda dos rouxinois, em que morava a Joaninha dos olhos verdes «era o último posto militar ocupado pelo exército» do Usurpador.

«A guerra parecia cansada, o furor dos combatentes quebrado; rumores de intentadas transacções giravam por toda a parte».

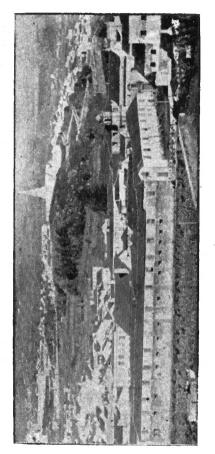
No vale de Santarém «as sentinelas dos dois campos opostos, costumadas já a verem-se todos os dias, começavam a ver-se sem ódio».

«Joaninha que, pouco a pouco, se habituara àquele viver de perigos e incertezas, de dia para dia lhe ia crescendo o ânimo, aguerrindo-se».

«Até os rouxinois tinham voltado...» E a menina dos rouxinois os



A freira da Esperança: D. Ana Augusta, aos quarenta anos (frente e reverso do retrato).



Angra do Heroismo: O antigo convento de S. Gonçalo (estado actual).

recebia em sua «elegante janela renascença». «Ali a viam as vedetas de ambos os exércitos». «E uns e outros respeitavam e adoravam a menina dos rouxinois».

«Joaninha pençava os feridos, velava os enfermos, tinha palavras de consolação para todos». «Fiada já neste respeito e estima geral... fôra estendendo, de dia a dia, as suas excursões pelo vale». «Ultimamente costumava ir, pelo fim da tarde, até um pequeno grupo de álamos e oliveiras, que ficava mais para o sul, perto do lugar donde, à noite, se colocavam as derradeiras vedetas dos constitucionais».

«Um dia, já quási posto o sol», quedou-se a cismar nesse poiso costumado... e adormeceu.

O oficial dos constitucionais, Carlos (em que se personifica o autor das *Viagens*), chegado nesse dia com reforços de Lisboa, andava a dispor as suas sentinelas, quando surpreendeu Joaninha que «dormia a sono solto».

A menina dos rouxinois era prima e antiga paixão de Carlos. A labareda quási extinta, reacende-se. O *idílio* é descoberto pela tropa — os soldados sorriem e comentam brejeiros o sucesso.

Um «mais doutor» disse malicioso:

- O nosso capitão não se descuida; ainda hoje chegou e já....
- -«O nosso capitão é daqui: não sabes?», retrucou outro.
- «Silêncio! Eu te direi logo a história toda: é uma prima», murmurou um terceiro.

E a conversa continuou em sussurro.

- -Ah! é prima? «Então não há nada que dizer».
- Prima, a menina dos rouxinois?! «Essa é maluca».
- -Que queres! «Gosta delas assim», que, afinal, «ele também o é».
- -E «a freira de San'Gonsalo, na Terceira?»
- -- «Maluca».
- «E a Lady inglesa, que...»
- -«Maluquíssima».

Carlos (Garrett), nas Viagens, escreve uma enternecedora carta a Joaninha e confessa aí que, tendo partido para aquele escolho no meio do mar, chamado a Ilha Terceira, levaram-no uma tarde à grade de um convento de freiras...

«O meu ar triste, distraido, indiferente, excitou a piedade das boas

monjas. Uma delas, jovem, ardente, apaixonada, quis tomar a empreza de me consolar... Era Soledade que se chamava a freirinha...>

Soledade é seguramente nome suposto e nem haveria, ao tempo, sóror com tal nome em S. Gonçalo. Mas não há dúvida que existia no mosteiro da Conceição, nessa epoca, uma Soledade, religiosa professa.

No romance, Carlos acrescenta que não amou a Soledade, porque o seu coração estava ainda preso em *shire*, na Inglaterra, à deliciosa Georgina, a segunda de três meninas, as irmãs Robinson, com quem flartava e por quem perdidamente se enamorou.

E o Imperador?

D. Pedro, desembarcando em Angra a 3 de Março de 1832, logo a 11 foi visitar o convento de S. Gonçalo.

Entrou, viu tudo e ouviu cantar — anota sumàriamente o Velez Barreiros.

A 19 voltou e foi recebido na cela da Abadessa, onde foram chamadas as religiosas, presumo que uma a uma, dirigindo-lhes o jovem monarca as mesuras correspondentes às graças de cada qual.

Sucedeu, no entanto, que certa professa obstinadamente se recusou a comparecer. Uns após outros seguiram os recados, as ordens expressas para vir à real presença. Desobedeceu e fechou-se no seu aposento, com o mais irrespeitoso desplante e o assombro pânico de toda a comunidade.

O Jornal de Barreiros desvenda que o Imperador se retirara enfadado e que a freira indisciplinada não aparecera porque sabia muito bem a inclinação (sic) do soberano!

Teotónio de Ornelas Bruges, futuro visconde de Bruges e depois conde da Praia da Vitória, opulento morgado de Angra que dissipou a sua fortuna para sustentar a causa liberal, tinha também o seu derriço em S. Gonçalo, para onde entrava, segundo é tradição, escondido no cesto da roupa.

O doutor Vitorino Nemésio presume que fosse a freira de Bruges a mesma que o Regente mostrou empenho em conquistar (talvez por se lhe afigurar *empresa* mais fácil) e acrescenta que o morgado, com o coronel Raivoso e D. Carlos de Mascarenhas, a 19 de Outubro de 1931 chegava a Londres, chefiando uma missão, destinada a implorar a S. M. Imperial, então em Paris, a direcção pessoal da causa (A Mocidade de Herculano, Tomo I, Lisboa, 1934, pág. 258).

Poderia daqui inferir-se que Teotónio de Bruges ainda estaria em Inglaterra e, portanto, o *campo livre* em S. Gonçalo para o *assalto* do soberano.

Mas não. Por certo se refere ao morgado a nota do Jornal de Velez Barreiros, em 18 de Fevereiro de 1832: «Pela madrugada entrou o Liberal, trazendo o Theotonio que tinha chegado com a marqueza de Palmella, filho, e o filho do conde d'Alva. Sei que o Theotonio me trouxe os livros e carta do Caetano» (Eduardo Montufar Barreiros, obra cit., vol. I, pág. 170).

E na noite de 5 de Março seguinte, dois dias após o desembarque do Imperador em Angra, este assistiu com muita satisfação, a um baile que em sua casa lhe deu o conselheiro Teotónio de Ornelas (Drumond, Anais, IV, pág. 300).

É indubitável, portanto, que o morgado estava em Angra, quando o monarca visitou S. Gonçalo. É possível mesmo que tivesse apertado com ameaças a sua freira, como supõe o eminente biógrafo da Mocidade de Herculano.

E que Bruges continuou na Terceira, mesmo depois de partida a expedição liberal de S. Miguel, é também incontestável, porque, a 27 de Abril do mesmo ano, assinava, no seu palácio de S.ta Luzia, uma escritura em que se confessava devedor a José Maria da Silva Carvalho, negociante desta praça, da quantia de dois contos de reis, para cujo pagamento consignou a renda de oito moios de trigo, de que era foreira Joaquina Rosa, viúva de António Valadão, de Vila Nova e de que foram testemunhas António José de Oliveira Bastos, natural do reino de Portugal, pessoa que vive da sua agência e Manuel José Coelho, mano do tabelião (Livro de Notas, N.º 2, fls. 91 verso, do tabelião, Domingos António Coelho, de Angra).

Acreditará alguém, na ingénua versão do futuro visconde da Luz?

D. Pedro, a suspeita de V. Nemésio confirma a conjectura, não iria naturalmente distinguir e escolher (escasseava-lhe o tempo na ilha para requebros dengosos) uma sóror de virtude inacessível e inexpu-

gnável... e não ignorava as sortilegas negaças das amorosas ressabidas.

A negativa às escâncaras, para mais a um monarca, trazia implícita uma promessa às escusas. A resistência provocava a insistência.

Nem o primogénito de D. João VI — a sua história é o triunfo clamoroso da pertinácia que jamais esmorece — era príncipe que desistisse ante a primeira insolência.

O indubitável é que, depois do Imperador se retirar, a freira insurgente sofreu a mais severa descomponenda, não apenas da Madre Abadessa, toda escarlate, escabujando cólera por tão *escandalosa* indisciplina, mas ainda, e com mais enérgicas expressões pelo Vigário, chamado à pressa, cuja dicacidade silvava, nasalada e em espasmos, tal a fúria do apoplético reverendo.

A crónica maliciosa não conservou o nome da sóror astuciosa, cujo ardil, de pecadora recidiva, só D. Pedro teria decifrado.

O episódio passou rápido e não deixou história.

Já não assim o caso da graciosa freira clarista, de venustina formosura, que o Imperador requestou no convento da Esperança.

Pouco tempo se demorou na Terceira o Regente em nome da Rainha. Chegado a 3 de Março, como já ficou dito, na madrugada de 5 de Abril seguia para o Faial. A onze regressava a Angra e nesse mesmo dia saltou a S. Jorge e voltou à Terceira, donde partiu definitivamente para São Miguel e dali para a praia de Arnosa de Pampelido, em 25 desse mês de Abril.

Além da febricitante actividade militar e organizadora que dispendeu, havia o cerimonial do protocolo a absorver-lhe o tempo, as revistas, as paradas, as recepções, os *te-déuns*, os banquetes, as caçadas, os bailes, as récitas, os concertos, as touradas...

Mas o monarca, duma fascinante esbelteza, nessa altura estava em toda a pujança e esplendor da juventude. E já no Brasil mostrara — a marquesa de Santos com sua prole de princezinhas in partibus, o podia comprovar — que não era feito do estofo cândido e sem mácula dos bemaventurados.

A verdade é que na Terceira a sua constituição «amorosa», mais rija que a «política», só nos conventos deixou fama, no de S. Gonçalo sem consequências mas no da Esperança... com vestígios.

Na sua primeira visita à Esperança, poucos dias depois de chegar a Angra, estava ali de sineira, perturbadora na sua túnica cinzento-escuro, apertada na fina cintura pelo cordão branco da Ordem, rosto muito alvo, ressaltando, como um camafeu de marfim translúcido, do véu muito negro, imenso fulgor nuns olhos de veludo, voz velada e quente, dum timbre muito doce — uma freira que no século se chamava Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste, dos Faleiros da vila de S. Sebastião que, não sendo fidalgos, eram, sem embargo, gente de bom ser e qualidade.

Em toda aquela criaturinha frágil, de pés minúsculos, apertados nas sandálias rústicas, o hábito não dissimulava a elegância verguia de cana índica, a graça alígera de rola saltitante — e os vinte anos sorriam tímidos, com infinito encanto.

O soberano, ao divisa-la, quedou assombrado e só poude tarta-mudear-lhe um cumprimento vulgar. Não se olvidou, todavia, de lhe indagar o nome de religião...

Do resto... foi o Manuel, alcaiote do Imperador, criado íntimo do seu valido, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, engenheiro, quem se encarregou de proceder às secretas diligências.

E do éxito da incumbência resultou, meses decorridos, extintos já os conventos, o nascimento dum menino, baptizado com o nome do seu real progenitor, Pedro, e entregue aos cuidados da ama que parece ter sido Maria Delfina, oriunda de Santa Bárbara, mulher de Francisco Rodrigues.

O criado alcoveto, de seu nome completo, Manuel José Pereira Leal, foi em Angra, sucessivamente, recebedor da comarca, empregado dos tabacos e dono duma tipografia e papelaria, tendo adquirido casa de morada na rua de Jesus, N.º 87, da mesma cidade, hoje pertencente ao Sr. Daniel de Oliveira.

A imprensa de M. J. P. Leal (assim usava abreviar o nome) estabeleceu-se em 1856 na rua de D. Afonso VI, N.º 5, onde, desde então a 1864 imprimiu, por conta da Câmara, os três últimos volumes dos Anais da Ilha Terceira, de Ferreira Drumond, e publicou o jornal o Católico, que apareceu em 12 de Janeiro de 1857; em 1860, o jornal Insulano, que durou até Janeiro de 1861; em 1862 o jornal Lidador, com início em 15 de Fevereiro do mesmo ano; em 1863, o Liberal, cujo primeiro número foi de 8 de Outubro e depois o Heroísmo, que

começou no 1.º de Dezembro de 1863, tendo sido o único que durou algum tempo e ainda se publicava em 1857 (Dr. Félix José da Costa, Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores — Angra, 1867, pág. 142).

A egressa que jamais anulou seu voto de clarista morava na mesma rua de D. Afonso VI, na casa que tem o N.º 121, hoje pertencente aos herdeiros de Manuel de Simas, recebendo mensalmente, até à idade de 87 anos, em que faleceu, no dia 29 de Maio de 1896, a pensão de quinze mil reis.

O principezinho bastardo morreu em criança, aos quatro ou cinco anos e foi sepultado no Sítio, junto ao adro da Sé, com luzido saimento fúnebre, acompanhado pela banda do Batalhão de Voluntários da Rainha D. Maria II, de que era então coronel o Visconde de Bruges.

E parece que o Pedrinho, de sangue *real*, não houve irmãos de sangue... *leal*.

A freira da Esperança teve a seguir ao Pereira Leal, como procurador, João Mor da Silva, que foi primeiro tesoureiro da Caixa Económica de Angra, era casado, tinha uma filha e morava na rua do Rego, na casa que faz esquina para a rua Queimada, que hoje é do poeta e artista, de excelso valor, sr. Maduro Dias.

Era o procurador ou a própria egressa quem possuia uma quinta para os lados da canada dos Folhadais?

O certo é que, uma ou outra vez, ia o João Mor, sòzinho, à tardinha, espairecer para a quinta. Amargurava, todavia, esse gozo inocente, porque, ao regressar, o aguardava a ex-freira com uma cena torrencial de ciumeira, a que não faltavam nem os gritos, nem as lágrimas, e até o estrebuchamento de ataques de nervos.

Já idosa, mantinha D. Ana Augusta, ao receber suas visitas, uma atitude de grande dama, apresentando-se vestida de seda escura, com grande decote e mangas curtas, como era de estilo. E ainda roliça, alva, peito farto, lembrando as carnes opulentas da maturidade.

Foi assim pelo menos que a viu um fidalgo terceirense, falecido recentemente, quási octogenário, então recem-casado, a quem a egressa mostrara desejos de receber em sua casa, para conhecer a noiva.

Contava o P.e Sales, beneficiado da Sé de Angra, que foi o perfeito espécimen do capelão de casa solarenga, descrito nas novelas român-

ticas do século passado, que a Faleira era muito económica e, quando seroavam com ela as suas vizinhas, oferecia-lhes o chá por modo a que não o aceitassem, a fim de poupar os biscoitos.

Perguntava-lhes com o mais doce e afável sorriso, mas na forma negativa:

- As amiguinhas não querem chá, pois não?

Claro que as visitas retrucavam logo, em coro:

- Não. Não, muito obrigada.

E então apressava-se a gritar para a cozinha:

 Ó Anica (era a criada), não faças chá que estas senhoras teimam em não querer.

O seu derradeiro procurador — honni soit qui mal y pense — foi o Sr. João Carlos Xavier de Andrade, já falecido, o Joãozinho da Caixa, como era vulgarmente conhecido, por ser empregado da Caixa Económica de Angra do Heroísmo, a Caixa da rua da sé.

Era uma pessoa estimável, de grande honestidade, muito piedosa, para quem a egressa continuava a ser madre, sagrada esposa da igreja, que se reverenciava de longe e se acatava com religioso respeito. Deixou-lhe a sua constituinte, como lembrança, uma valiosa mesa de jacarandá, com embutidos de marfim que, mais tarde, passou por legado testamentário para o já nomeado marceneiro, Sr. Zeferino Isidoro Pereira e foi vendida para Lisboa. (*)

^(*) Foi o Dr. Manuel António Ferreira Deusdado, ao tempo exercendo o lugar de professor no liceu da Angra, quem, nos Quadros Açóricos — Angra do Heroismo — Imprensa Municipal — 1907, nota a pág. 255 — deu em primeira mão a notícia destes amores de D. Pedro IV, com pormenores muito curiosos que havia colhido, abundantemente, do velho funcionário municipal, Leandro José Martins, então vivo repositório da história da ilha Terceira, especialmente das indiscrétions de l'histoire. O retrato da egressa, vestida à época, já numa idade canónica, mas conservando ainda traços evidentes da fanada formosura, veio publicado em hors-texte, entre pág. 164 e 165, do N.º 2.º do Boletim do Instituto Histórico da Ilha

E, para completar esta digressão já tão longa, só mais dois últimos episódios conventuais.

Ao alvorecer do dia 15 de Setembro de 1804 foi encontrado na igreja do mosteiro de S. Gonçalo um cidadão da nobreza de Angra, José de Menezes Betencourt, aparentado com as melhores famílias da ilha.

Em que ocupara o seu tempo, durante a noite, dentro da igreja? Em orações?

José de Menezes, ninguém o duvidava, cumpria habitualmente os seus deveres de católico, não apenas com reverência e pontualidade — mas com especiais demonstrações externas de fé e devoção.

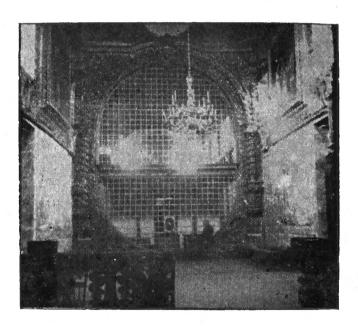
Mas — ai dele! — não fôra a resar que o sacristão, o José Pereira Furtado, transido de pasmo, o descobriu, naquela manhã de Setembro, ao abrir a porta travessa da igreja de S. Gonçalo. Estava aninhado junto à grade do coro de baixo e, do lado de lá, o José Pereira poude lobrigar ainda o veu negro duma religiosa que se esgueirava a toda a pressa.

Como é que pessoa tão respeitável e obsequioso, de tão bom ser e distinta qualidade conseguira ingressar no templo? Eis um segredo que o sumário, organizado imediatamente pelo bispo da diocese, não chegou a desvendar.

O fidalgo era casado e no convento professara e vivia em clausura a madre Maria da Luz, irmã de sua consorte e filha dum outro nobre terceirense, José Inácio da Silveira.

No mosteiro monja alguma possuia mais variadas e apetitosas receitas de doçaria que sóror Maria da Luz. Não era só no esquisito sabor, no estonteante perfume, na subtil adjudicação do acepipe e a especiaria que os doces desta freira saiam pequeninas obras-de-arte,

Terceira, ilustrando a referência que lhe fez o sr. Dr. Valadão Júnior, no admirável estudo, A Emigração Liberal, inserto a pág. 78 do N.º 1.º do mesmo Boletim. O caso da freira vem localizado aí, por equívoco, em S. Gonçalo. Este mosteiro tem no género crónica abundante e não é justo que se tire aos outros a famosa parte que lhes cabe...



Angra do Heroismo: Antigo convento de S. Gonçalo - grade do coro da igreja (a figura indica o lugar onde foi encontrado o freirático José de Menezes Betencourt).



Angra do Heroismo: Um dos formosíssimos azulejos da igreja de S. Gonçalo.

era nos formatos estranhos, semelhando ou flores melindrosas, ou minúsculos frutos, com sumo, aroma, viço, frescura, sem lhes faltar, no entanto, açucar, ovos, manteiga.

Por casualidade o cunhado era infinitamente guloso e, como não exercia qualquer cargo ou ofício, era assíduo às grades de S. Gonçalo, tanto no palratório das Covas, como no contíguo à igreja, para os lados da antiga rua Nova de Valflores.

Claro que a sóror se esmerava em trazer-lhe sempre as mais lindas queijadas e mais fresquinhos bolos de bacia que, segundo o costume da casa, lhe apresentava no extremo de estreita pàzinha, de cabo muito iongo, fazendo-os atravessar com delicadezas de equilíbrio, as malhas quadrangulares das duas grossas grades de ferro, equidistantes, que cerravam nos palratórios o espaço vasio, de cerca de dois metros, separando o compartimento das religiosas, da sala das visitas.

Deglutindo, com êxtases inefáveis, tão inebriantes guloseimas, o nobre José de Menezes passava horas esquecidas em colóquios, não menos melífluos que os próprios doces, com a freira sua cunhada e assim se foi enredando entre os dois uma intimidade tão excessiva que se tornou equívoca, o parentesco afim não a explicando suficientemente.

A esposa, duma credulidade beatífica, jamais suspeitou do marido, supondo-o devoto inofensivo das casas monásticas, análogo a tantos outros moços, sem ocupação, que enchiam seus lazeres pelos mosteiros de freiras, no langor morno e almiscarado das grades e gradinhos, saracoteando-se em dengosos amorios com as monjas, fazendo-lhes recadinhos, dirigindo-lhes, com os olhos postos em alvo, sinaizinhos misterioses, contando-lhes os mais recentes mexericos — amantes irresistíveis, apenas em aparência, porque ao tempo aquilo era moda, em que as próprias madres colaboravam, as mais das vezes como travêssas comediantes que riam e troçavam dos seus ridiculíssimos galãs.

O caso de Maria da Luz era, todavia, considerávelmente mais sério. Já se rosnava há muito de amisade ilícita, a par sacrílega e incestuosa, entre ela e o cunhado — e, a despeito dos mais valiosos empenhos, não fora possível calar o sacristão sobre aquele idílio nocturno, esse evidentemente certo, junto à grade, do côro baixo do templo de

S. Gonçalo.

Valeu-lhes, apesar de tudo, a falta de quaisquer outras provas directas. O José Furtado era, como testemunho de vista — singular. E a

complacência generosa, que geralmente acolhia deslizes deste jaez, concitou o conluio espontâneo e negatório de todos em redor.

Não se provou a violação de clausura, nem sequer ficou suficientemente confirmada a profanação de santuário. A devassa, a que o Príncipe-regente mandou proceder, nem ao menos apurou, no ingresso e achamento do *freirático* na igreja, circunstâncias bastantes à constatação dum delito — e por *aviso* da Secretaria de estado, subscrito pelo visconde de Anadia, em 15 de Maio de 1807, viu-se o bispo constrangido a impor ao estranho episódio silêncio perpétuo.

As investigações contra os *freiráticos* raro encontravam motivo de incriminação. Nunca se descobriam os culpados. Os processos resultavam quási sempre inanes.

A provisão régia de 5 de Julho de 1726, mandando proceder nas ilhas dos Açores, onde houvesse casas de religiosas, a minudentes indagações sobre qualquer espécie de crimes contra a moral das ordens monásticas, presumo que não indiciou um único arguído.

Em 22 de Janeiro de 1816, o desembargador juiz de fora, Alexandre de Gamboa Loureiro, nas suas casas de residência em Angra, mandou lavrar, por obrigação do seu cargo, auto de devassamento para se descobrir se havião alguns indeviduos q. abuzando da Relegião, e dos seus deveres tratam intimidades illicitas com Freiras, escalando os muros dos seus Mosteiros, converçando escandalozamente nos seus gradinhos, ao fim de serem os ditos cúmplices castigados com as penas civeis e crimes que tam atrozes delictos meressem para seu castigo e emenda e exemplos de outros.

Foram ouvidas trinta testemunhas, desde Manuel Lourenço Coelho, criado de servir, até Luís José de Vasconcelos, negociante da praça, passando por vendeiros, alfaiates, barbeiros, sapateiros, lavradores, um solicitador de causas e Pedro Lopes Sodré, que vivia de fazer livros.

Nenhum dos inquiridos sabia nada de nada. Apenas o surrador Vicente Machado Toste aludiu ao facto de Frei Feliciano, franciscano, frequentar amisade com uma religiosa da Esperança—o que, aliás, era de todos conhecido, ocorrera no ano anterior e fôra perseguido em três processos, um ante o corregedor, como intendente

de polícia, outro no juízo eclesiástico e o terceiro na ordem seráfica do delinquente.

Em 1819, também no mês de Janeiro, o mesmo desembargador, para cumprir com a Ordenação e vários alvarás, leis e avisos régios, mandava instaurar uma devassa *rigorosa*, *completa e acabada*, para idêntico fim.

Como em 1816, deposeram trinta pessoas, testemunhas devassamentes (sic), entre as quais, António da Silva Furtado, que vivia do seu giro, Cipriano da Costa, meirinho da alfândega, Manuel da Costa, fiel do correio, Francisco de Melo Ribeiro, ajudante do Corpo de Ordenanças, Inácio Xavier de Ávila, sargento reformado do Regimento de Milícias e Luís Gomes Pamplona, pessoa nobre da cidade.

Os depoimentos foram todos iguais — de chapa.

- Perguntado pelo contheudo no Autto da Devassa retro disse nada, e assignou com o dito Ministro (o Juiz de fora), perante mim, José Severino de Oliveira Bettencourt, Es. que o escrevi. (*)

A despeito desta universal conspiração do silêncio, todos comprazidos em proteger e perdoar os pecados, nem sempre veniais, dos freiráticos, o que às vezes não se conseguia impedir era — o escândalo.

A madre Maria da Luz enfrentou a escabrosidade indecorosa da situação com serena impudência. O pai, senhor de grande abastança, não a despresou e a freira prosseguiu em S. Gonçalo, como se nada ocorrera, na prática dos seus deveres conventuais, em perfeita regularidade, dividindo, com igual solicitude, o seu devotamento piedoso pela casa do côro e a fornalha da cozinha, nos cânticos litúrgicos e na confecção das guloseimas.

Mas a irmã — pobre dela! — que indizível amargura, que dor nefanda a sua, ao sentir-se apunhalada na sua ingénua confiança e boa-fé sonolenta, pela mancomunada traição do marido e da monja que era do seu sangue e a sua melhor amiga!

^(*) Os dois processos acima citados, de devassa contra os freiráticos foram descobertos no arquivo do tribunal judicial da comarca de Angra pelo sr. dr. Lourenço Valadão Júnior, que teve a gentileza de me comunicar o seu curioso achado.

O José de Menezes, atormentado de remorsos, rúbido de vergonha, fugiu com a esposa e os filhos para fora da ilha. Macerava a alma e estorcegava o corpo em jejuns, cilícios, orações, penitências e a mais escaldante das suas torturas morais era ver que a seu lado, muda, enrodilhada no inapagável desgosto, ia sem um queixume, cada vez mais franzina e pálida, dia a dia definhando a triste e frágil criaturinha que recebera no altar e vilmente enganara.

Não durou muito a desventurada. Seus olhos não tinham lágrimas, mas fixos, dentre as órbitas pisadas, chispavam febre — e assim foi deperecendo ràpidamente, sem um suspiro de censura — mas sem uma palavra de perdão.

O viúvo entregou-se logo aos estudos teológicos para ser clérigo e, recebidas as ordens de missa, exerceu o múnus eclesiástico por várias ilhas dos Açores, até que, anos depois, faleceu pároco na igreja de S. Miguel, o anjo, das Lagens, deixando, conta Ferreira Drumond, alguns filhos dum e doutro sexo, pessoas de muita gravidade e representação (Anais da Ilha Terceira, Tomo 3.º, pág. 247 e 248).

Frei Feliciano do Coração de Jesus (o franciscano a que aludiu a testemunha, surrador de mester, num dos processos de devassa que ficaram referidos), irmão do egresso Manuel José, que veio a morrer cura na Fonte do Bastardo, do concelho da Praia, na ilha Terceira e ambos filhos de José Machado Gato, o Galão, por alcunha petulante, morador que fôra no Porto Judeu, homem, diz um cronista, que suposto não ser nobre, viveu com honra e limpesa de mãos — foi religioso professo na província dos menores observantes de S. João Evangelista das ilhas dos Açores e era, por 1815, padre confessor do mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, da cidade de Angra, residindo no hospício que ficava anexo ao convento.

Seguramente o reputavam por casto e judicioso, ao escolhe-lo para missão de tamanho melindre e responsabilidade.

Mas o tentador cornigero e caprípede surgiu-lhe sob a forma mais inesperada, e também mais aliciante e inelutável, duma das suas confessadas.

Não era das mais bonitas—fonge disso—mas era das mais jovens.

As feições seriam grosseiras, mas o narizito, levemente arrebitado, emprestava-lhe ao rosto um tic de picante insolência, imensamente provocador. Esta morena, de olhos cálidos, tinha sangue de crioula e os pais haviam-na internado na *Esperança*, porque a suspeitaram de horror! — derreter olhinhos lânguidos a certo audacioso mariola do porto, de pé descalço.

Era caluniosa a denúncia, e o que mais doeu à mocinha, destroçando-lhe o carácter em formação, não foi o convento, mas a injúria.

Acomodou-se à clausura sem gritos de desespero e seguia as práticas e deveres de religiosa, com assiduidade e reverência, mas — ai dela! — sem fé. Isolava-se das suas irmãs claristas e aborrecia-se aflitivamente — sentindo, a pobre criança!, um imenso vazio na alma, uma sêde não sabia de quê e que nada saciava.

Sentava-se nas horas de recreio, sòzinha, a um canto do claustro e ficava a cismar, a cismar em coisas imprecisas, cambiantes, esvanecentes.

Havia no andar, na voz, nos gestos desta freirinha um quebramento, um úmido langor que a destacavam de todas as outras e, sem embargo, ninguém a diria triste porque, a contrastar com a frouxidão das atitudes, tinha no olhar uma vivacidade crepitante e um fulgor que vinha do fundo e atingia longe.

Madre Faustina Isabel do Salvador — era o seu nome de professa — para encher o tempo confessava-se a miúdo e o frade confessor rebuscava, na casuística e na pureza da sua crença austera, os mais doces argumentos para fixar-lhe os inconsistentes e volúveis devaneios num único pensamento: Jesus Cristo.

Mas Frei Feliciano logo descobriu na sua penitente uma alma que vogava à deriva, sem apoio, sem norte, sem confiança, entregue a si própria, porque nem a familia, nem a madre abadessa, nem a prioresa, nem as outras monjas, lhe davam o conforto moral, de que a sua sofreguidão ansiosa de afectos carecia.

E receoso de si mesmo, considerando-se rude e indúctil para trazer o coração inconsistente e vário de sóror Faustina ao caminho do céu — o atormentado confessor chamou em auxílio o padre-mestre Fr. Tomás do Rosário, seu confrade, seu companheiro, seu confidente e amigo de sempre.

Tão assíduo, pertinaz e diligente foi o devotamento dos francis-

canos, totalmente dedicados ao zêlo avangélico de salvarem aquela transviada alma que entre eles e ao redor, insidiosamente, se imiscuiu o brejeirinho cupido, tecendo-lhes, com subtis liames, à semelhança das ténues gavinhas de certas plantas que dir-se-iam frágeis e são de resistência inexorável, uma afeição tão suave, tão íntima, tão absorvente, que resvalou na definitiva perdição da jovem monja.

Seriam ambos sócios, ambos árcades a desferirem na mesma harpa, ainda intacta, os mais doces trenos?

Ferreira Drumond, numa nota dos Anais da Ilha Terceira (Tomo III, pág. 251, nota 120) insinua que Frei Tomás do Rosário fôra comparte no desvairo e, embora o relate em forma figurada, aludindo a determinada fábula, o próprio latim que emprega é de tal escabrosidade que não é possível transcreve-lo.

O certo é que, na noite de 20 para 21 de Junho de 1815, a freira teve artes de escapulir-se pela porta do palratório da *Esperança* que deitava para a rua e foi recolher-se ao aposento de Fr. Feliciano do Coração de Jesus, nas casas do hospício contíguo.

E o pior é que o franciscano, esquecendo-se das suas prédicas tão persuasivas, longe de reconduzir a fugitiva ao mosteiro, a recebeu e agasalhou carinhosamente.

Porque o frade era... frade, sem eira, nem beira, ninguém do século tentou sequer encobrir o *abominando* caso; a notícia percorreu célere os recantos da cidade e a toda a gente causou assombro, mesmo aos freiráticos, a estorcegarem-se de despeito e ciumeira.

Logo se instauraram — já acima se disse — nada menos de três sumários de devassa, um ante o corregedor, como intendente de polícia, outro no juízo eclesiástico e o terceiro na ordem seráfica do suposto sedutor.

O relator do *definitório*, severo nas investigações sobre a prova dos sumários, foi o padre-mestre, Fr. Sebastião de Santa Catarina de Sena, religioso, diz Ferreira Drumond, de cujos *Anais* extraio os informes sobre que vou bordando estas narrativas (Tomo III, pág. 249), *de boa vida, independência e letras*.

A crudelíssima sentença que proferiu e os outros vogais, por disciplina ou coacção moral, confirmaram em 29 de Novembro do mesmo ano de 1815, condenou o réo, pelo execrável crime de seduzir a madre Faustina e de auxilia-la a violar a clausura, na pena de excomunhão

maior e de cárcere perpétuo, sem cordão e capelo, o que pela constituição e estatutos da ordem franciscana equivalia à pena de morte natural, imposta nas *Ordenações* do reino. Outrosim o condenou à morte civil e eclesiástica, isto é, à privação de todos os actos legítimos e de todas as honras, isenções ou privilégios, de todo o direito e sufrágios de qualquer procedência, à suspensão das ordens e seu exercício, declarando-o inhábil para todo o emprego monástico.

A sóror Faustina Isabel do Salvador, que era menor e foi assistida de curador, suponho pelos dizeres do acórdão, que não careceu de sumário extenso em inquirições — confessou a culpa. Julgaram-na incursa igualmente na pena de excomunhão maior e condenaram-na a dez anos de cárcere, sem véu, nem hábito, com obrigação de jejum em todas as sextas-feiras e inhabilitada para todos os empregos do mosteiro, com privação perpétua das rodas, tornos, parlatórios do convento e grades da igreja (Cit. *Anais*, Apêndice do Tomo III, pág. 116).

Como a lei impunha, o Definitório apelou da sentença, remetendo o processo ao Núncio apostólico que era o cardeal *de Callepi*, junto da corte portugu esa, então assistente no Rio de Janeiro.

O núncio horrorizou-se com a dureza do julgamento e, considerando, como explicitamente declarou, que o zelo da justiça, se não é acompanhado da caridade, passa a ser indiscreto, mitigou grandemente a pena, mandando transferir o frade para os recoletos capuchos, que lhe assinava como cárcere claustral e à freira que ficasse com homenagem no seu convento, sem comunicação com o público, proibida de chegar às janelas exteriores, mirantes, rodas, tôrres, locutórios e grades da igreja.

Bem se moveu o confrade, Tomás do Rosário, jogando com pressuroso desvelo, todas as influências de que podia dispor, rojando-se com humildade súplice, a rogar o cumprimento do indulto pelas casas senhoriais, desde o palácio do capitão-general, Aires Pinto de Sousa Balsomão, aos aposentos do Dr. Cunha Ferraz, provisor e tesoureiro-mor do bispado, do vigário-geral, Frutuoso José Ribeiro, do juiz de fora, dos prelados conventuais e de vários morgados.

Mas a Mesa definitorial, simulando aquiescer ao indulto, na realidade só pensou em suspender-lhe a execução e o capitão-general, a despeito de expressamente confessar que a sua inclinação e desejos seriam de poupar ao infeliz réu outros incómodos e pesares, além dos que em sua alma deve sentir, por se ter tornado lobo entre as ovelhas que devera pastorear — foi protelando a auctorização para a transferência do criminoso a outro convento e limitou o seu compungimento pelo preso a mandar que o corregedor examinasse o rigor e indecência do cárcere (sic).

Frei Feliciano concorreu, com seu desespero importuno, para dificultar o caso, interpondo suspeições contra o relator da sentença, acusando-o de ter influído nos votos dos vogais, carregando-o de outras ofensas e falsas imputações, o que, por calunioso, lhe desviava a indulgência e piedade, raras vezes renitente e quási sempre solícita na absolvição dos pecados, promovidos pelo mais insidioso dos inimigos da alma — a carne.

E os dois réus foram permanecendo encarcerados... até que, em 1818, falecido o cardeal Callepi, o novo núncio Mons. Marefoschi, arcebispo de Damiata, (Drumond chama-lhe Manfazel!), revendo o processo, proferiu despacho final, ainda mais favorável que o anterior. modificando grandemente as crueis penalidades da primeira sentença. A esta decisão o Definitório agora receou opor-se, pelo que foi substituído o cárcere hediondo em que o pobre franciscano se estorcia de exaspero, por desterro durante quatro anos no convento da Conceição, existente na vila da Praia, da mesma ilha Terceira, com permissão de sair de dia, proibido, no entanto, de visitar qualquer dos dois conventos de religiosas que havia na vila. A madre Faustina foi libertada imediatamente da prisão formal, substituída por cárcere claustral no espaço de dezaseis meses, findos os quais, embora privada perpètuamente de rodas e de voz activa e passiva, poderia falar em palratório com seus parentes directos e consanguíneos, e ainda por afinidade, mas estes uma só vez mensalmente

Por muito estranho que pareça, a benignidade da última sentença tinha uma permissão que não foi profíqua ao reverendo — a liberdade de sair do convento.

Não foram muitas as vezes em que se aproveitou desse benefício — mas, sempre que transpunha a portaria do mosteiro, o frade punha os olhos no chão e seguia meditabundo, sentindo-se vexado, humilhado, oprimido por amargura tão dilacerante, como se trouxesse cravado nas espáduas, a fogo vivo, o estigma da sua infâmia. Dir-se-ia que os

olhares, os murmúrios dos que passavam eram como setas afiadas que lhe feriam o tronco, de que sofria verdadeiramente a dor física e lhe perfuravam e remordiam as chagas, para o pungimento ser mais aflitivo.

E, todavia, Frei Feliciano do Coração de Jesus, ensimesmando-se na cela do convento, bem se rojava aos pés de Cristo, invocando Deus por testemunho de quanto lutara contra a sortílega tentação, dos ásperos cilícios que lhe haviam ulcerado a cintura, das macerações que impusera ao corpo, dos infindáveis exercícios espirituais e exorcismos em que mergulhara a alma, para afugentar a imagem do grácil diabinho flexuoso, cuja lasciva morbideza, com teimosia implacável, o perseguira e enlouquecera.

E não ignorava o desolado franciscano que o seu *crime*, conquanto inexpiável, era um ingénuo brinquedo, e para mais efémero — súbita e instantânea obnubilação da sua consciência, habitualmente pura — quando o comparasse ao tripúdio de libertinagem, um século atrás, não apenas de fidalgos conspícuos e de casquilhos petulantes, mas do *mais freirático dos freiráticos* — um senhor rei de Portugal e as suas *queridas ovelhinhas* de Odivelas...

Cumprida a pena, expiada a culpa, o filho do Galão veio acolher-se, em Angra, a casa de seus parentes, mas nem mesmo a sedativa ambiência familiar acalmou a inquietude angustiosa em que se debatia.

Uma vez, já idoso, no ano de 1842, descendo, cabisbaixo, pela rua da Sé, pareceu-lhe que dobrava, cadenciado, a finados, o sino da Esperança.

— Foi madre Faustina... soou-lhe, de súbito, uma voz íntima — e, a seus olhos, tudo em redor se esfumou, se diluiu em névoa que rodopiava e zunia. Para resistir ao delíquio e manter-se erecto, apoiou-se à parede. Daí a pouco, voltando a si, respirou fundo e, titubeante, como um ébrio, foi-se arrastando rua abaixo.

Mas, de caminho, chocou-se com um transeunte distraído, que seguia apressado para a igreja.

Era um velho devoto que ia, já atrasado, para as rezas da tarde. E o velhote, surpreso com o embate, balbuciou apenas:

- Oh! frade... eia!...

Mas, na sua vesânia de perseguido, o que Fr. Fernando percebeu e sentiu, de envolta num sorriso de escárnio, foi a fustigação dum insulto intolerável:

- Olha o frade da freira!...

E, chegando a casa...

... enforcou-se.

Outros episódios, igualmente curiosos e igualmente frescais, em que surdem sempre, tresmalhadas, incautas ovelhas desse redil, à solta, que foi o mosteiro famoso de S. Gonçalo, entulhado na corrupção contaminadora do século XVIII e começo do século XIX—omito neste relato.

Os cabidos, os bispos, os capitães generais de então bem se desentranhavam em paternais admoestações, em pastorais disciplinadoras, em severos castigos — tudo parecia inútil.

Apenas colhiam dissabores.

O bispo, D. José Pegado de Azevedo, tanto o amarguraram os desconchavos e bargantarias das madres, seus faceiras e protectores, com pasquins sórdidos, expostos nas janelas do convento, no pelourinho das Covas, nas paredes da Esperança e na porta da Sé que, escabujando em fúria impotente, se retirou da sede da diocese para Pontadelgada e lá mesmo o foi perseguir e martirizar, até que sucumbiu, a animosidade do custódio franciscano, frei José dos Anjos (Arquivo dos Açores, Tomo II, pág. 474).

Desgostos não menos veementes, tendo análoga origem, torturaram os bispados de D. António Vieira Leitão (Drumond, Anais, II, pág. 235) e de D. Frei Alexandre da Sagrada Família, tio de Almeida Garrett (Arquivo cit., Tomo II, pág. 481).

O capitão general, conde de Almada, que pretendia defender o bispo, D. Pegado, das calúnias que lhe assacavam e contribuir para a reforma de costumes conventuais, estirpando os tresvarios que tinham, afinal, por núcleo a notória amisade ilícita entre as religiosas de S. Gonçalo, madre discreta, Mariana Custódia, com o capitão do regimento de milícias de Angra, José Silveira, sóror Rita Escolástica, com o porta bandeira, João Moles Vieira, do batalhão que guarnecia o cas-

telo de S. João Baptista e sóror Rosa Felizarda, com o cadete do mesmo batalhão, Ricardo Moles Vieira, irmão do porta bandeira — sempre o fascínio perturbador das fardas! — esse, tambem, não pequenas máguas padeceu (Arquivo dos Açores, Tomo X, pág. 371 e seguintes).

As freiras, na realidade (e aí vai toda a comunidade a pagar a insânia dumas poucas), andavam desatremadas.

De que se foi lembrar a madre Rosa Felizarda? Nada mais, nada menos, uma certa noite, de queimar enxofre sob a cela da reverenda abadessa, para a sufocar com o fumo!

Receio que os casos acima narrados tenham deixado a impressão de serem os conventos da Terceira particularmente libertinos, uma sorte de secretos prostíbulos.

Nenhuma ideia mais falsa que me apresso a desfazer, por amor à justiça.

O *mal* não atacava apenas os mosteiros desta ilha, mas de toda a parte, de todo o mundo, onde havia conventos.

E comparando, por exemplo, com *Odivelas*, no século XVIII, as casas da Terceira eram modelos inocentes de pudibundice casta e de virtude austera.

E lá é que espanta viciosidade e relaxação tamanhas, num país onde o carrasco suava no exercício das suas obrigações, e o ferro e a braza do Santo Oficio sarjavam fundo nos inchaços da sociedade apostemada (Camilo — Caveira do Mártir, edição cit., pág. 366).

O mal não vinha de dentro, o mal ia de fora.

Já não quero referir-me ao defeito de origem, à hedionda violência dos votos impostos pela prepotência paterna a jucundas meninas sem a menor preparação e vocação para a vida claustral. Para essas o mosteiro era contra natura e cherchez le naturel...

E, no entanto, se mancharam o hábito que lhes forçavam a vestir, não era por intencional despique à tirania que lhes impunham.

As martirizadas jovens, qualquer que fosse o seu desvairo, eram

sempre, no final, umas desgraçadas, que mereciam piedade. Quem não tinha desculpa eram os que, tão novas e inexpertas, as abandonavam a si próprias e os que, de fora, lhes levavam engodos da perdição.

Não era só por comodidade e por economia que, especialmente os fidalgos, os nobres, os morgados, metiam nos conventos as filhas para quem não encontravam casamento *igual* e os filhos *segundos* a quem não podiam dar alimentos condignos.

Era um luxo, uma vanglória, uma prosápia.

E os votos, com os dotes, hábitos, enxovais e propinas custavam uma pequena fortuna. Mas era uma despesa que se fazia por uma vez e o resto da vida os mosteiros lá se houvessem com os trades e freiras. (*)

Dessa relação (publicada a fls. 444 do Arquivo dos Açores, Tomo XII) consta que o dote importou em 420\$000 reis. Com efeito, por carta régia de 28 de Setembro de 1716, fora fixada nessa quantia a importância dos dotes para religiosa, no caso de não haver bens de raiz em que se consignassem as cóngruas vitalícias (Drumond — Anais, II, pág 237 e 256).

As propinas à abadessa, à vigária, às noventa freiras, a treze noviças, a vinte e cinco servas, cinco servos, ao sacristão, etc. montaram a 85\$480 reis. Em cera gastou-se 16\$800 reis. O hábito da profissão, vestido e veus importaram em 32\$000 reis. Os breviários e ripansos, com broches de prata custaram 33\$700. Novas propinas às freiras, servas e servos, 94\$000. Uma peça de fazenda para hábitos, 15\$000 reis. 84 galinhas, vacas e carneiros, mimos e doces, subiram a 57\$600. Vestimentas para o pai, filhos e avô, importaram em 131\$700. Librés para os moços, de pano verde claro, alamares côr de oiro, chapeus e tudo o mais, chegaram a 53\$000. Mobília: leito e almário pequeno, de pau preto, cortinas, um espelho, uma frasqueirinha de charão, castiçal, tesoura e outras miudezas, 96\$690. Guardanapos para a oferta das propinas, 15\$300, etc.

Em suma, tudo somou 1.115\$650 reis.

⁽⁻⁾ Pedro Borges do Canto e Mendonça, micaelense, tomou nota de todas as despesas que fez com os votos de sua filha D. Maria Rosa que, com pouco mais de dezasseis anos, professou no mosteiro de S. João, em Ponta-delgada, no dia 8 de Setembro de 1720.

O trigo, se não estou em erro, estivava-se, então, a menos de 10\$000 reis o moio.

O que significa equivaler o montante da despesa a pouco menos de vinte contos, em escudos moeda, actuais.

A profissão de religiosa pobre nunca equivaleria a menos duns dez mil escudos!

Professar, sendo por certo, na maioria dos casos, um acto sério e solene, conforme com a fé firme e íntima do professo, era também, a-revezes, uma formula, com o aspecto externo majestoso, mas a que não ia adstrita a devida unção, ascese, religiosidade.

Todos queriam ter, pelo menos, um monge ou uma freira na família. Todos aspiravam a essa honra. Todos procuravam imitar os fidalgos.

E não era apenas o burguês enriquecido que desejava ter filho ou filha num mosteiro, a fim de o ajudar na árdua peregrinação para o ceu. Era a própria gente de mester.

Lembro-me de ter visto algures uma escritura de dote para religiosa dum pai, sapateiro de oficio.

Ignoro se os sapateiros ao tempo colhiam proventos avultados a bater solas. Sei que, em meado do século XVI, todo o seu trabalho estava tabelado na Terceira, por posturas municipais, desde os sapatos de cordovão, de meio ponto para cima, que não custavam mais de oitenta reis, aos borzeguins de nove pontos para cima, cujo preço era de quinhentos reis, chapins de vaca, dos mesmos nove pontos, taxados a cem reis, até às botas de couro, do joelho para cima, de duas solas e também de nove pontos que eram a quatrocentos e quarenta reis (Drumond — Anais, I, pág. 132).

Os preços afiguram-se-me hoje mesquinhamente baixos. Mas é possível que as tabelas, como as hodiernas, promovessem a escassez e, a socapa, florescesse também... o mercado negro.

O que se poderia esperar dum recrutamento claustral, feito sem discernimento e em massa — seis e mais professas duma só família, como as sete filhas de Helena de Argolo, monjas da Conceição, de Angra, e as sete religiosas da Esperança, entre avó, filhas e netas, da família Pereira Sarmento — quantas vezes sem a menor predestinação para o hábito?!

E convém não esquecer que havia ainda outra casta de professas à força, as que, por qualquer deslize — empreguemos um eufemismo — davam desgostos aos pais. Essas já recolhiam do mundo, já iam cá de fora marcadas. Eram umas desarraigadas, umas déclas-

 $s\acute{e}s$ que so o doce influxo da caridade abnegada das outras sórores poderia salvar.

A tudo isto junte-se o *clima* dissoluto que circungirava e infernava o *século* e não podia evidentemente deixar de infiltrar-se, como um perfume, embriagador e letal, *de grades a dentro*.

Houve uma época — e não muito distante — em que era *chic*, especialmente nos nobres e militares, ter um *derrete* em convento. E, por inevitável espírito de imitação, todo o taful, endinheirado ou não, que aspirava a parecer fidalgo, requintava em amaviosidades freiráticas.

E o pior é que uns e outros viviam em completa ociosidade. Uma só ocupação os demovia — a caça aos patos e às... freiras!

O trabalho manual, mecânico, mercante era uma vergonha, uma ignomínia, impróprio dos pergaminhos de fidalgos, verdadeiros ou fingidos, e nem todos podiam ser doutores ou padres.

Por 1760 e tantos enviava para a Corte o capitão-mor de Angra, Manuel Homem da Costa Noronna expressivas informações confidenciais das principais casas nobres da Terceira, por varonia, das casas que então se achavam em femeas, das casas que tinham vinculos grandes, dos filhos primogénitos que têm seus pais vivos e de idade capaz de servirem a sua majestade, do que muitos fogem, dos filhos segundos que vivem sem emprego, e alguns na maior ociosidade e mais vivendo sobre si, fiados nos alimentos com que dissipam as casas, etc.

E terminava assim:

*Além dos referidos (e eram numerosos) há imensidade de vadios (sic) que usam andarem vestidos de estudantes, sem cursarem aulas, nem estudos, afim de não serem alistados nas ordenanças, nem matriculados por soldados no castelo, tendo por vida o ofício de jogar e vadiar... (Arquivo cit. — Tomo XII, pág. 89 e seguintes).

Esqueceu apenas anadir:

... e freiraticar.

Como haviam as pobres arvéloas enclausuradas de resistir ao

cerco, ao conluio de seduções e até pressões do exterior contra a disciplina, contra a obediência, contra a virtude monásticas?

O veneno, a perdição iam de fora e vinham de cima, das classes precípuas, dos próceres, dos senhores. O exemplo da crápula descia do mais alto cume e inundava e infectava a planície; descia do trono, especialmente da corte do magnânimo, que se rodea de bispos, de cónegos, de frades, para esconder a libertinagem com as madres de Odivelas, a Margarida do Monte, a Flor da Murta, a actriz Petronila e as outras.

A despeito de tudo, o mais *mal famé* dos mosteiros de Angra, que chegou a ter nas suas celas uma centena de monjas e noviças, não obstante as suas chocantes estravagâncias litúrgicas, como esse imoderado amor ao canto profano, nas cerimónias da semana santa e sem embargo das longas horas de ócio, de enojo e de saudade da vida do *século* que uma disciplina complacente deixava às religiosas, era — já o disse — de organização modelar, quando comparado à de outros do continente do país, e à corrupção que estadeava *de grades a fora*.

Não se esqueça que só as desventuradas que prevaricavam é que, naturalmente, ofereciam pasto ao falario—essas, cujos nomes redopiavam no palavrório da malícia.

Porque a virtude, a menos que seja sublime, passa despercebida — não tem história.

Pois bem — de cem freiras e noviças quantas seriam as realmente pecadoras relapsas?

Muito poucas — e essas mesmas, que enxovalhavam toda a comunidade, só ficavam impunes pela influência dos magnates, seus protectores e verdadeiros culpados do mal.

Outras, crianças imprudentes, talvez uma dezena, flartavam — como direi? — inocentemente, à maneira de passatempo, para encherem aquelas horas compridas e vazias que lhes sobravam do coro, dos terços e breviários.

Todas as restantes, isto é, a quási totalidade, ajustavam-se, afaziam-se à regra da casa, por afeição e estímulo saído da alma, por

graça divina ou por dressage e acomodamento à disciplina e viviam honesta e virtuosamente, no serviço de Deus.

Algumas, até, entregues a tais extremos de candura, de fervor religioso, de abnegação, alando-se em ascese nas orações, compungindo as carnes nas macerações e cilícios, que a sua vida roçava pela beatitude.

Frei Agostinho de Mont'Alverne inumera, nas suas Crónicas da Província de S. João Evangelista e relata, com uma ingenuidade e infantilidade comovedoras, os sacrifícios de exaltação mística, os milagres de muitas sórores, análogos aos que vêm nas primitivas hagiológias.

Mas, ainda descontando o que haverá de tocante inocência, de escandecida exageração nessas narrativas de actos de santidade, ainda ficam as religiosas que nomeia — e são inumeráveis — como exemplos de virtude sublime que redimem amplamente as culpas das pobres pecadoras.

Tão extensas foram as divagações anedóticas a que me conduziu a testarudez de Brás Pires do Canto, na luta para manter a preeminência do seu convento de S. Gonçalo, sobre o da Esperança que nem sei como reverter ao assunto inicial — a rua de Brás Piz, da freguesia da Sé, de Angra.

A única vez em que documentalmente descobri esta designação toponímica foi — lembram-se? — na data de 1574.

O instituidor da merceeria que existiu na referida rua teria sido o padroeiro e fundador do mosteiro de S. Gonçalo?

Brás Pires do Canto foi casado com Bárbara Glz de Antona e tiveram, além das duas filhas religiosas, que foram as primeiras abadessas de S. Gonçalo, mais um filho, Gaspar Piz do Canto que não vejo nomeado nas genealogias (e consta do Livro de Baptizados da Sé de Angra, N.º 1, fls. 91) e ainda duas filhas: D. Catarina do Canto que se uniu pelo matrimónio a D. Diogo Lobo, filho bastardo do barão de Alvito, contratando-se o casamento, quando o mesmo D.

Diogo veio à Terceira numa armada. Deste consórcio nasceu um mui egrégio fidalgo, D. Rodrigo que seguiu as partes de Castela e em Castela estava, quando se levantou El-rei D. João, o quarto. Foi um filho do conspícuo D. Rodrigo, chamado, como seu avô, D. Diogo, quem vendeu às freiras de S. Gonçalo o direito de padroado, que o bisavô, Brás Pires, tão ciosamente, como exclusivo, procurou manter.

A outra filha, e testamenteira, foi Isabel do Canto, casada com Gomes Dias Vieira, dos quais nasceu um novo Brás Pires do Canto que foi clérigo e, segundo conta Frei Diogo das Chagas, de cujo Espelho Cristalino extraio estas notícias genealógicas, veio a ser vigário da Ribeirinha, do concelho de Angra.

Advirto, porém, que lhe não encontro o nome na lista dos vigários dessa freguesia, publicada em nota, pelo cónego José Alves da Silva, à *Topografia da Ilha Terceira*, do P.e Jerónimo Emiliano de Andrade (2.ª edição, Angra, 1891, pág. 172).

Ora nem o avô, Brás Pires do Canto, nem o neto, do mesmo nome, podiam ter sido quem fundou a *merceeria* de Angra, um, porque em 1574, lata dos registos paroquiais, citados no começo deste estudo, era já falecido e o outro, porque nesse tempo nem seria nado ainda.

Mas, entre outros indivíduos, igualmente chamados Brás Pires — um serralheiro que em 1556 baptiza um filho, chamado Baltasar; outro que em 1571 recebe em casamento Isabel Piz (Lº de Baptizados da Sé, N.º 3, de 1570 a 1577, fls. 171 v.º) — aparece um terceiro, cura da Sé, lavrando, como tal e nessa época, assentos nos livros da freguesia (Ano de 1555 — Livro de Baptismos da Sé, N.º 4, de 1554 a 1560).

Qual a sua filiação ? Não consigo descobri-la.

No entanto, suspeito que fosse este cura o Brás Piz, instituidor da *merceeria*, por cuja benemerência a gente popular se lhe apropriou do nome, prendendo-o à via pública onde existia a piedosa instituição.

CONCLUSÃO

E com esta via, que não sei localizar ao certo, mas que ficava dentro do perímetro da paróquia da Sé, na cidade de Angra, da ilha Terceira, termino por agora estas notas, deixando ainda por desvendar e esclarecer muitas anotações toponímicas.

Ficam para mais tarde topónimos — só na freguesia da Sé e no século XVI — tais como, ruas de Lucas de Linhares, de Gaspar das Neves, da Cruz, do Chicharo, de João Borges, do P.º Amador da Luz, da Cruz do Violeiro, travessa do Roque Marques, canada de Manuel de Barcelos, lugar das Dadas de António Valadão, das Dadas de S. Gonçalo, etc. E, no século XVII e século XVIII, designações, também só da freguesia da Sé, como ruas de Ruy Faleiro, de Miguel Roiz Homem, de Lopo Gil, de Deniz Afonso, do Besteiro, de Joseph Cordeiro, do Deam, do Salinas, do Brazil, de António da Fonseca Carvão, de Gonçalo Godinho, de André Pereira Dutra, do Arcediago Velho Manuel Gonçalves Pacheco, do Barcelos, do Pintor, do Olho do Goraz, de Maria Dutra, do Távora, de Thomé Homem, de Ignácio Toledo, etc.

A muralha primitiva da "principal porta da cidade"

pelo DR, MANUEL MENEZES

O ciclone que nos dias 4 e 5 de Outubro findo, passou pelos Açores, causando em todas as ilhas prejuizos apreciaveis, manifestouse na baía de Angra com tamanha violência, em vagas tão alterosas, que jamais foram vistas pelos da actual geração.

O seu volume e o seu ímpeto foi tal, que galgavam a enorme altura as muralhas circundantes da baía, rolando depois em grandes massas de água, sôbre os cais e estrada marginal, com tamanha velocidade, que chegaram a atingir os degraus da igreja da Misericórdia, ao cimo da rampa íngreme que desta desce para o cais da Alfândega.

Duma tal violência sobrevieram estragos importantes, e entre eles, os dois rombos contíguos no paredão exterior da estrada marginal, como se vêem na fig. 1, em frente do edifício da Moagem Terceirense, pondo a descoberto, em cada um deles, um outro troço de muralha, que o pavimento dessa estrada alteado até ao nível actual, mantinha escondida e mesmo ignorada.

O que o temporal nos veiu revelar, leva-nos à conclusão, pela situação e aspecto dos troços de muralha agora visiveis, que eles pertenciam à que primitivamente circundava a baía e defendia a entrada — da principal porta da cidade — segundo a descrição do P.e Cordeiro no n.º 78 do cap. X, L.º VI da sua Historia Insulana.

As fig. 2 e 3, correspondentes, respectivamente, ao primeiro e segundo rombo a partir do cais da Alfândega para o do Porto das Pipas, mostram tratar-se duma verdadeira muralha. Nem lhe falta o pormenor característico do cordão de cantaria saliente, que existe sempre nas muralhas das antigas fortalezas, a separar o paredão inferior de suporte, do parapeito em cima.

Outro pormenor característico e que ali não falta, a demonstrar que se tratava duma muralha exterior, lançada com todos os preceitos de segurança, é a inclinação oblíqua para baixo e para fora da parte do paredão agora a descoberto, que fica abaixo daquele cordão de cantaria e sôbre o qual assenta, na vertical, o que resta do parapeito.

Na fig. 2, é nítido o dispositivo das cantarias, no xadrez característico das muralhas antigas, tanto no paredão de suporte que desce até ao calhau do mar, como no parapeito que se sobrepõe ao cordão. Mas na fig. 3, embora seja também nítida a separação das duas partes, esse xadrez encontra-se disfarçado pelo encaliçamento das juntas das pedras, a demonstrar que em dada época, foi necessário reforçar com argamassa a segurança desta parte do paredão.

O dispositivo dos dois troços de muralha agora visiveis e em relação ao extremo da Rocha de Cantagalo, que olha para o lado do cais da Alfândega, é o que representa o desenho a seguir.



a - Corresponde à fig. 2.

b -- » » » 3₀

c - Extremo da Rocha de Cantagalo,

Ele vem confirmar que o troço da fig. 3, nascia desse mesmo extremo da Rocha de Cantagalo.

O pontuado do desenho corresponde à parte da estrada marginal

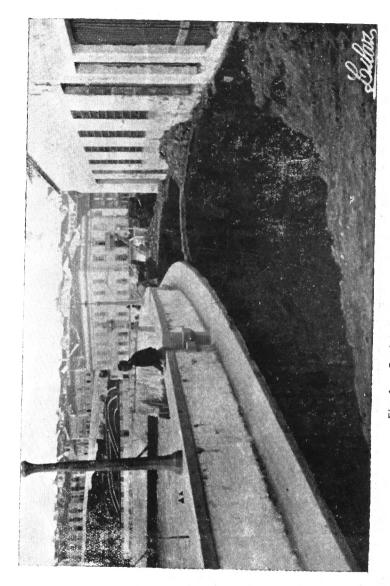


Fig. I — Os dois rombos da Estrada Marginal

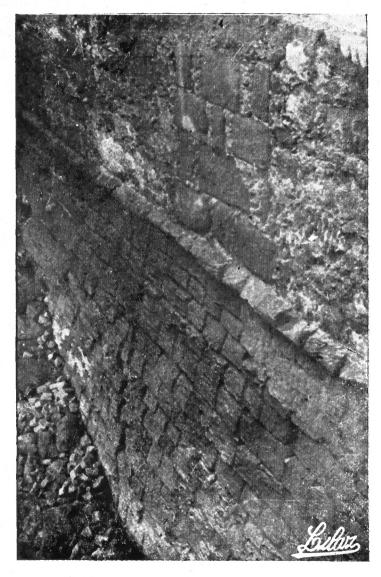


Fig. 2 - Muralha a descoberto no primeiro rombo

que ficou intacta entre os dois rombos, percebendo-se pela orientação dos dois troços da muralha, que deviam estar ligados por um dispositivo em ângulo, como se figura na parte pontuada, a não ser que eles viessem ao encontro e ao apoio dalguma formação de rocha que ali existisse.

A permanência de tão pequena extensão de estrada entre dois rombos tão próximos e tão grandes, afigura-se-nos encontrar explicação justamente na resistência oferecida por esse ângulo, recanto, ou saliência natural da costa, a servir de contraforte, pela parte de dentro, à actual muralha exterior, que assim poude resistir à violência do embate das vagas.

Não pode restar dúvidas que os dois troços de muralha postos a descoberto, estariam ligados, continuando o mesmo sistema de defesa, mas que não foram construidos como paredão interior da estrada marginal, tambem é legitimo afirma-lo. O tipo da construção, o cordão de cantaria intermédio, o seu ponto de partida do extremo da Rocha de Cantagalo, a inclinação oblíqua do seu lançamento, são indicativos precisos para se concluir, que se tratava duma muralha primitivamente exterior, e outra não pode ser senão a muralha de defesa da entrada da cidade.

Para o demonstrar encontramos elementos concludentes na planta da cidade de Angra, que vem incluida na *Histoire de la Navegation de Jean Hugues, de Linschot Hollandois, aux Indes Orientales*. 2.ª edição, de 1619, obra de que existe um exemplar na nossa Biblioteca Municipal.

Nessa planta, elaborada pelo autor e a que pôs a data de 1595, encontram-se pormenores de desenho, que são um forte apoio para se fazer uma tal afirmativa, e isso pode verificar-se na fig. 4, que a reproduz, embora reduzida, mas onde são visiveis todos os traços necessários para a identificação da muralha agora descoberta.

Trata-se dum precioso documento iconográfico, o mais antigo que se conhece sôbre os dispositivos da cidade e do seu porto. Da sua veracidade, é penhor, o cuidado com que o autor reproduz no seu desenho todo o arruamento da cidade, sem omitir as construções que nessa data existiam e mais interessava localizar na sua situação topográfica.

Na sua planta estão rigorosamente colocadas todas as construções

defensivas e edifícios mais importantes da cidade. Nela se vêem os castelos de S. Sebastião e do alto dos Moinhos, o forte de S. o António na ponta do Monte Brasil, a Sé ainda em construção, todos os conventos, igrejas paroquiais e ermidas existentes naquele tempo. E não figura o castelo de S. Filipe, hoje de S. João Baptista, porque tendo o autor permanecido na Terceira de 1589 até 1591, só no final deste ano foi lançada a primeira pedra desta grande construção filipina.

Jean Hugues reproduz fielmente na sua planta tudo que existia até 1591. O cuidado com que a desenha, está à altura da missão que desempenhava. As próprias facilidades que encontrou nas autoridades locais, permitindo-lhe correr a ilha a lugares que outros estrangeiros não podiam ir, são indicativo das recomendações que devia trazer, ao serviço do rei de Castela, como ele se apresenta, para colher dados em tão longo percurso, por aqui e pelas Índias Orientais, que cabalmente o podessem informar de tudo que interessava ao mais poderoso soberano europeu daqueles tempos, senhor de tão vasto império, que se ufanava dizer — nunca haver o pôr do Sol nos seus dominios.

Desse inquérito saiu a sua *Histoire de la Navigation*, em dois volumes, como obra conhecida, mas a parte secreta do que certamente constituiria o trabalho mais importante da sua missão, a favor do rei castelhano, ou possivelmente do seu próprio país, que já andava na piugada de portugueses e espanhois para o lançamento do seu império, dessa, que nos conste, não houve conhecimento até hoje.

Do que dava conta, tinha tanta importancia, que já em 1619 havia uma edição em francez, ou seja 24 anos passados sobre a data que põe à sua planta, provavelmente também a da primeira edição do seu livro.

O que é certo é que a cidade de Angra, com o seu magnífico porto, já então nas vistas de Filipe I de Portugal para estabelecimento duma grande base marítima no Atlântico, mereceu a Jean Hugues cuidados especiais no seu desenho topográfico, e no texto que descreve o porto, abundam iguais pormenores sôbre o seu sistema de defesa e da constante vigilância que havia para o mar, como o refere no seguinte trecho, que traduzimos:

Num lugar em que a ilha forma como que um cotovelo, vêem-se dois montes chamados do Brasil, os quais avançam por

tal forma pelo mar dentro que se julgaria estarem separados do resto da ilha. Em tempo claro e sereno avistam-se fácilmente à distância de quinze léguas. Sôbre eles há duas altas colunas, donde o homem que está de vigia dá sinal dos navios que vê vir tanto do lado do oriente como do ocidente.

Era o mesmo que ainda há poucos anos se observava com o mastro de sinais colocado no Pico do Facho, justamente no local onde o autor o desenha na sua planta.

A referência às defesas do porto e da ilha, parecem preocupação de monta. Quando escreve que — «no sopé da dita montanha ha um Castelo e em face desse ainda um outro, os quais servem para a defesa do porto onde nenhum navio entra sem licença» — aponta a eficácia que havia no cruzamento de fogos das fortalezas de S.to António e S. Sebastião, e quando percorre a ilha vai notando os — «rochedos altos e sobranceiros, de que é cingida, como se fossem muralhas levantadas pela natureza, que a tornam inexpugnavel. E, onde quer que faltem esses rochedos, existe sempre fortaleza de boa defensão».

Se as referências às defesas da ilha parecem preocupação principal da missão que aqui o trouxe e justificação para os dois anos de demora, são as suas minúcias de localização e de desenho, que melhor nos explicam a origem e significado dos restos de muralha que as destruições do ciclone vieram revelar.

Nítidamente desenhados na planta que acompanha a sua obra, ou ainda na reprodução que se encontra no Vol. III da Revista Luso-Americana — Atlantico, publicada em 1943, entre folhas 26 e 27, também se percebem na fig. 4, que reproduzimos ainda em menor escala. Com o auxílio duma lente todos os pormenores essenciais à caracterização dos dois troços de muralha postos agora a descoberto, encontram ali uma visivel confirmação.

Nela se mostra, ao cimo da restinga, sôbre a qual se construiu o actual cais da Alfândega, que dela reproduz a forma, o arco que era a porta do mar e a entrada para o largo arruamento que é hoje a Rua de Lisboa. Por detraz dele está o espaçoso edifício da Alfândega primitiva, a Misericórdia e o *Sprital*, e de cada lado, com ele continuando, uma muralha que à esquerda se estende até à praia fronteira ao actual Mercado do Peixe, onde existe outra porta, e à direita, contornando uma

enseada que corresponde ao boqueirão do cais, se estende em sete lanços seguidos, justamente até ao extremo da Rocha de Cantagalo.

Toda esta muralha segue ao longo da praia que existia primitivamente desde o cais até à aludida rocha, deixando como única abertura para o interior, a porta que ficava ao cimo, em frente da Alfândega.

Pelo exame do local actual, deduz-se que a muralha contornava o boqueirão que ficou, estendendo-se pelos terrenos baixos onde estão os graneis que o ladeiam, até ao extremo do edifício da Moagem, no sopé da Rocha de Cantagalo. Os troços de muralha que os rombos revelaram, correspondem justamente aos dois últimos lanços da que Jean Hugues desenhou, e o seu ângulo de ligação, ao pontuado com que o figuramos no desenho acima.

Trata-se portanto duma velhíssima relíquia da cidade, e até é pesar, que a necessidade de reconstruir a estrada marginal, não permita conservar a descoberto, o que a maldade dum ciclone nos veiu revelar da feição primitiva das muralhas da baía.

Subsiste contudo a ignorância, sôbre a ligação daqueles dois troços.

Nos alinhamentos em que estão, o seu desencontro, só encontraria satisfatório remate, com a existência de um pano transversal de muralha, que os ligasse entre si. Mas para o averiguar seria necessário levar a tal ponto a escavação a fazer, na parte que ficou intacta da estrada, que seria preciso juntar mais uma destruição, e com ela se não ajustaria a obra de reconstrução, que actualmente se executa.

Da pequena exploração a que se procedeu, apenas foi legítimo concluir que a resistência oferecida por aquele ponto às destruições do ciclone, melhor se explicava pela construção do aqueduto que foi necessário assentar, quando se fez a estrada, para conduzir a água da ribeira ao mar, o qual passa justamente por debaixo da parte que ficou intacta e por onde a ribeira continua a correr, e decerto corria, já anteriormente, como o desenha Jean Hugues na sua planta.

Mas se a planta deste, nos traz a reprodução objectiva do dispositivo primitivo das portas do mar, a descrição feita pelo P.e Cordeiro, na sua *Historia Insulana*, é outro valioso apoio para sustentar a afirmação.

Essa obra, publicada em primeira edição, em 1717, ou sejam 126 anos depois da partida de Jean Hugues da ilha, descreve pormenores



Fig. 3 — Muralha a descoberto no segundo rombo

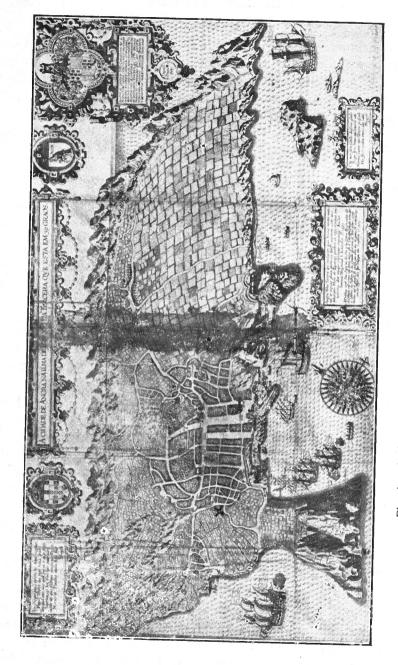


Fig. 4 - A planta da cidade de Angra feita por Jean Hugues em 1595

da orla marítima da cidade, que se harmonizam com os que se observam na planta, relato tanto mais valioso e verídico, quanto é sabido, que o P.e Cordeiro nasceu na ilha, os viu com os seus próprios olhos e faleceu em 1722, ou sejam 5 anos depois da publicação da sua obra-

São da sua *Historia Insulana* os dois trechos que a seguir reproduzimos e que ao assunto se referem, extraídos respectivamente dos capítulos VIII e X do L.º VI.

- 62 Para este porto (o das Pipas) há hũa só porta da parte da Ilha, que vem descendo a igualar-se com elle, & per caminho largo, & bom; & deste porto para o Poente vay a Ilha encurvando-se para dentro com rocha alta, & parapeyto por cima, & em bayxo hum campo, que serve de matadouro da vaca, que dalli vay para os açougues da Cidade, donde a este campo vem huma ribeyra, que vay dar no mar, ainda mais bayxo, & deyxa sempre o matadouro com muyta limpeza, & com caminho em roda para a cidade, & muralha por cima, até dar na principal parte da Cidade, donde sahe para o mar huma larga, & boa calçada, & logo começa a entrar pelo mar hum largo, & alto caes de cantaria com varias escadas para o mar, & ferros a que se prendem os caravelões que vão, & vem das outras Ilhas carregados, & da mesma sorte os barcos de pescar, & os barcos de descarga, & desembarcos dos navios, sem ser necessario que mariola algum metta o pé na agua, pois tudo vem secco, & limpo acima do caes, que entra pelo mar hum bom tiro de espingarda; & hum tiro de mosquete do Castello de S. Sebastião, & pouco menos do sobredito porto das pipas
- 63 Da dita principal porta da Cidade vay já mais bayxo o circulo da Ilha, outro tiro de pistola, a dar em hum areal, que chamão a Prainha, & tem porta grande para a Cidade, que chamão o Portão da Prainha, com muralha da parte da Cidade, &, aqui neste areal se fazião tambem muytos navios, & ainda galés, que defendião as Ilhas de piratas; & agora em tal areal so se desfazem navios, quando em algüa tempestade quebrão as amarras, & vem á costa: com pouco entremeyo de rocha, & com o mesmo circulo se segue em bayxo outro

menor areal chamado o Porto Novo, que pega já com a Fortaleza grande, & celebre que chamão o monte do Brasil, de que logo trataremos, & para o dito porto, ou portinho novo, por ser alli rocha alta da Ilha, não ha senão huma estreita aberta por onde a pé se desce abayxo, & não tem outra serventia para a Cidade.

78 - Termina-se este grande porto com o já descrito caes, que começa a sahir da principal porta da Cidade, em que está corpo de guarda, & casas por cima de soldadesca paga, & perpetua; ao entra: da Cidade, à mão esquerda, está a Real casaria da Alfandega com terreyro ladrilhado de cantaria, & muralha sobre o mar, capaz de artelharia, & aqui he o passeyo, principalmente dos homens de negocio, & Mestres dos navíos, com boa vista delles & do porto todo: a dita Alfandega, alem dos seus Tribunaes, tem grandes despejos, & armazens para todo o desembarco de navios, de Frotas, & de Armadas, & para o provimento necessario: á mão direyta se alarga num terreyro de calçada com hum chafariz no meyo, alto, & de muytas bicas de doce, & boa agua; & ainda mais à mão direyta volta o mar, & ao pé da rocha da Ilha, junto à muralha de bayxo, hum capaz caminho, & quasi rua que chega ao matadouro; mas nem se communica neste bayxo com o Porto de Pipas, & menos com o Castello de S. Sebastião.

Como se vê, os dois documentos, o iconográfico e o descritivo, estão inteiramente de acordo e até se completam. Olhando a planta de Jean Hugues, ao seguir a descrição do P.º Cordeiro, nenhum pormenor do desenho, ou do relato, deixa de encontrar no outro a correspondente confirmação. Até as — «muytas bicas de doce, & boa agua», e a ribeira — «que vay dar ao mar ainda mais bayxo», — estão na planta de Jean Hugues. A muralha a que se refere o P.º Cordeiro é a mesma que ele desenhou.

O exame do local e o que resta dessa muralha primitiva, traz-nos uma outra conclusão: — ela nascia do extremo da Rocha de Cantagalo,

como necessidade de defesa da parte baixa da cidade, e não ia além, como é óbvio, porque essa mesma rocha era uma sólida defesa natural. Aquela — «muralha sobre o mar capaz de artilharia» — a que se refere o P.e Cordeiro, não pode ser outra senão esta.

O P.º Jeronimo Emiliano de Andrade, escrevendo a sua Topographia da Ilha Terceira em 1843, não faz menção desta muralha.

Descrevendo a baía, refere que o — *seu caes é mui excellente, nelle podem descarregar e receber carga grandes barcos e junto delle ha um chafariz, que mui commodamente fornece aguada às embarcações.»

Menciona o Porto das Pipas — «onde são varados os barcos de pesca, e onde no tempo do inverno se abrigam alguns pequenos navios», e que — «o areal da Prainha e o do Portinho-Novo dão ainda entrada a pequenos barcos.»

Faz referência a obras dispendiosas que em 1830 se efectuaram no *Porto das Pipas*, destruidas depois pelo grande vendaval de 5 de Dezembro de 1839, tão violento que — «toda a cortina do caes do Porto d'Angra, do lado do Oeste ficou inteiramente arrasada, parecendo incrivel que o mar podesse arrojar sobre o mesmo caes penedos de um tão enorme tamanho!»

Dá conta das aspirações que — «em todos os tempos se tem desejado no porto d'Angra uma doca, ou molhe desde a ponta do castello de S. Sebastião até á ponta de Sancto Antonio a fim de pôr os navios a salvo do vento sueste», e diz das providências tendentes a remediar esses inconvenientes, iniciando José Silvestre Ribeiro, em 1841, a construção do caes da *Figuerrinha* — «para socorrer os navios em alguns apertos, e salvar os naufragados», porque — «promete um refugio aos mariantes no furor das tempestades.»

É de estranhar que o P.º Jerónimo, tão pormenorizado nas suas descrições, não faça referência especial à parte da muralha que o ciclone de Outubro poz a descoberto, porque também é certo, que nessa data, ainda não existia a estrada marginal de ligação com o cais do *Porto das Pipas*, nem tão pouco com o da *Figueirinha*.

É provavel que algumas obras de ampliação, efectuadas anteriormente no cais da Alfândega e vizinhanças, tivessem já levado a apear nas suas proximidades, a muralha que Jean Hugues desenhou e o P.e Cordeiro descreveu, e que os pequenos lanços, postos agora a desco-

berto, fossem apenas restos em ruina e incaracterísticos da noticia que os dois nos deixaram.

Seja como fôr, a realidade incontestavel da sua existência, está ali, na evidência objectiva, que as destruições do ciclone permitiram revelar.

Não foi possível colher dados precisos sobre a construção da actual estrada marginal da baía, donde se podesse deduzir até quando aquela muralha primitiva subsistiu. Sabe-se contudo, que a estrada não foi feita duma só assentada e que ainda em 1866 não havia ligação entre o cais da Alfândega e o da Figueirinha, subsistindo nesta data a formalidade da formação da guarda, que descia do Castelo, a fechar os dois portões de acesso à baía — o do Portinho Novo e o do cais da Figueirinha — cujos arcos de cantaria ainda hoje existem.

A Alfândega de Angra foi creada por El-Rei D. Manuel I, a 4 de Julho de 1499, e era considerada o maior tribunal daquela época.

Em 1610, estando em construção o edifício do senado de Angra, daquele tempo, as suas sessões passaram a ter lugar na Casa da Alfândega, que em 1766 tomou o nome de Paço da Alfândega e nela residiu o capítão-general D. Antão de Almada, que por esta data, segundo refere Drumonde nos seus Annaes — «determinou a reedificação do caes, fazendo que o sargento mór com exercício de engenheiro, João Antonio Judice, tirasse o plano da obra, aproveitando-se tudo que estivesse no melhor estado e podesse conservar-se».

No que se conservou teria ficado aquela parte da muralha?

Não é desarrazoado afirma-lo, tanto mais que as lúcidas reminiscências do respeitavel octogenário, sr. Eduardo Guilherme Martins, trazem-lhe à recordação o que viram seus olhos quando pequeno, à roda dos 11 anos, com outros ia brincar nas praias da orla marítima da cidade.

Conta-nos que foi no tempo do Conde Sieuve — velho — e a suas deligências, que toda a estrada marginal foi construida, e que ela foi feita quási a seguir, primeiro a ligação com o Porto das Pipas, depois a parte que se estende até ao cais da Figueirinha.

Nascido em 1865, coloca a partir de 1875, o início dessas obras, que viu começar e acompanhou, nas suas excursões infantis.

Não existiam ainda os graneis que se estendem ao longo do boqueirão do cais da Alfândega. Descia-se para este por uma rampa inclinada e ao fundo, sobre o cais, tinha um arco com uma porta.

Havia depois um carreiro por onde se ia até à ribeira, que corria por debaixo duma muralha já em ruinas, por diante da qual viu construir a que está por fora, para se fazer a estrada até ao Porto das Pipas, que era um cais muito pequeno, não se podendo passar por deante da Rocha de Cantagalo, porque era tudo mar.

A sua recordação, dá-nos assim informações categóricas, para a reconstituição completa do que se fez e actualmente se encontra.

Do outro lado, a seguir ao edifício da Alfândega, que já existia como presentemente, havia um recanto por onde se descia por uma vereda para a Praínha, lugar que a rapaziada e a mariolagem das vizinhanças fazia, como ainda hoje, campo de dejecções e imundicies.

Mais além, no Portinho Novo, uma longa escada de pedra descia até ao areal, fechada em cima pelo portão da arcada que ainda hoje é a mesma, escada que na sua parte inferior ficou englobada e coberta pelo pavimento da estrada marginal, ao passar por ali.

- Se levantarem a estrada ainda lá a hão-de encontrar!

A seguir era a rocha de tufo, que viu cortar a pique para deixar assentar a estrada até ao cais da Figueirinha, por onde embarcavam as levas de emigrantes, com grande gritaria e choros nas despedidas, a que muitas vezes assistiu, por detraz do portão que fechava o arco, ainda hoje no cimo da rampa, que se cerrava sempre que era dado o último adeus aos que partiam, para evitar o acesso e a confusão dos que ficavam em lamentações.

A sua recordação têm tanto poder descritivo, que não nos furtamos ao interêsse de o deixar aqui arquivado, como precioso depoimento sobre o assunto e aquela época.

O actual edifício da Alfândega foi construido em 1852, informa o Dr. Alfredo Sampaio na sua *Memoria sobre a Ilha Terceira*. É de supor que devem partir de 1852 as grandes modificações, que deram a feição actual ao pátio da Alfândega e imediações.

O que desde já se pode concluir, pelo alinhamento do lanço a descoberto com o extremo da Rocha de Cantagalo e pelo dispositivo e largura da estrada marginal, é que esta parte da muralha primitiva persistiu até à construção da estrada marginal, que vai do cais da Alfândega ao Porto das Pipas.

Um mártir terceirense

P.º Norberto de Oliveira Barros

pelo cónego J. A. PEREIRA

Quando em 1921, o terceirense P.e João de Lima (1), então Secretário do Sr. Bispo de Macau, levou dos Açores para aquela longínqua colónia portuguesa, onze rapazinhos pobres que queriam prepararse para a vida missionária no Oriente, mal sabia que, entre eles, levava o futuro 1.º Bispo de Timor, D. Jaime Goulart, picoense, e um futuro mártir, o missionário P.e Norberto de Oliveira Barros, angrense.

O P.e Norberto nasceu na freguesia da Conceição de Angra, a 13 de Julho de 1904, filho de João de Oliveira Barros, músico militar, e de Maria do Livramento, que ainda vive nesta cidade.

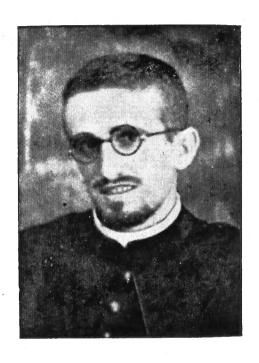
Entrou para o Orfanato B. J. B. Machado, no dia 12 de Julho de 1912, e saiu, definitivamente, a 14 de Maio de 1920, não tendo podido fazer o exame do 2.º grau de instrução primária.

Em 1921, seguiu para Macau com mais 10 alunos que o P.e João de Lima fôra encarregado de recrutar nos Açores, entre os que não podiam custear as despesas da formação no Seminário Diocesano.

Foi completar a sua instrução primária no Seminário de Macau, como sucedeu a alguns dos outros, e ali cursou, a seguir, os preparatórios e a Teologia.

Era estudante de mediana inteligência; não fez, por isso, um curso

⁽¹⁾ Hoje monge da cartucha de Miraflores, Burgos.



P.º Norberto de Oliveira Barros

brilhante, e até perdeu um ano. Mas, consciencioso, como era, e animado de grande força de vontade, estudava com afinco, sendo sempre muito bem considerado pelos Superiores e estimadissimo dos colegas.

Comprova esta consideração o facto de, quando aluno de Teologia, desempenhar o cargo de vice-prefeito do Seminário.

Diz um seu colega (¹), o actual Secretário do Sr. Patriarca das Indias: — «O P.º Norberto anda ligado a todos os episódios marcantes do seu tempo do Seminário: alegre, chistoso, mas sempre cumpridor dos seus deveres escolares e religiosos».

Foi ordenado em Macau, a 16 de Agosto de 1931, por Mgr. Valtorta, Vigário Apostólico de Hongkong, e cantou a sua 1.ª missa, a 18 do mesmo mês, na capela do Seminário.

Em Setembro seguinte, foi nomeado missionário de Timor, para onde seguiu pouco depois.

A maneira atraente da sua vida de activo e zeloso missionário conquistou-lhe grande influência nos meios oficiais e uma respeitosa popularidade entre os indígenas que, de facto, começaram a odiar os japoneses invasores, só quando souberam que eles haviam massacrado o seu P.e Norberto!

Era já superior duma Missão, a Missão de Ainároco, onde morreu. O valor da sua acção como Missionário podemos sintetiza-lo no seguinte testemunho do então seu Prelado — o sr. D. José da Costa Nunes que, sendo justo, não é de fáceis elogios; diz ele: — «Quando das minhas visitas pastorais ás missões de Timor, tive ocasião de ver a grande obra religiosa levada a cabo pelo rev.do P.* Norberto d'Oliveira Barros. Era um verdadeiro apóstolo, cheio de zelo e de ambições missionárias, de ardente amor pelas almas que lhe estavam confiadas. As missões dispersas pela área do seu Distrito, eram modelo de organização e de uma vida cristã intensa».

Maior e mais autorizada apreciação do trabalho do missionário P.e Norberto, ninguém a poderá fazer.

⁽¹⁾ P.e José Machado Lourenço, que com ele foi para Macau na leva de 1921, distinto poeta e escritor, havendo dedicado ao seu colega P.e Norberto, um dos seus ultimos livros — Mensagem Cristã á India — (1945).

O depoimento dum seu colega, o P.e Exequiel, também missionário em Timor, é valioso na singelesa destas palavras:— «A presença do P.e Norberto entre os seus colegas era sempre um prazer».

Os 11 anos de trabalhos apostólicos e patrióticos, realizados em Timor, de forma a merecerem estes elogios, foram coroados por uma morte heróica, prémio que Deus costuma reservar aos homens do «bom combate».

Depois de uma primeira invasão que, logo ao amanhecer, os japoneses fizeram à residência do P.e Norberto, em que roubaram tudo quanto encontraram, foi ele aconselhado pelo Chefe do Posto e pelo próprio Régulo, D. Aleixo, que já se haviam refugiado, a que saisse da séde da Missão, pelo menos até à 2.ª passagem dos japoneses, no regresso da excursão que faziam por aquela encosta.

O companheiro porém do P.º Norberto, o P.º Pires, que era mais novo e todo optimista, não se conformava com a ideia da retirada e, o P.º Norberto, embora superior, benévolo como era, condescendeu com o companheiro e ficou.

Os japoneses voltaram a meia tarde, entraram novamente na residência dos missionários, exigindo todos os utensílios de cozinha. Os padres cedem-lhes o que teem, e eles, desfazendo-se em agradecimentos, retiram-se, sem lhes fazerem mais vexames.

À noite, porém, voltam, à luz de archotes, invadem a casa dos Padres e querem saber onde estão os Australianos, que na excursão da manhã não haviam encontrado, onde está o Chefe daquele Posto, e onde pára o Régulo, D. Aleixo.

A resposta dos dois Padres foi sempre um firme — nao sabemos.

Então, depois de à sua vista haverem massacrado um civil português que ali se havia refugiado, prendido e amarrado os dois criados da casa, amarraram também os dois Padres, levaram-nos para uma barraca armada pelos australianos detraz da igreja e... na escuridão da noite, apenas foram ouvidos, pelos 2 criados, «três gritos lamentosos»!

Tinham assassinado, a golpes de azagaia ou de baioneta, aquelas duas vítimas indefesas, porque lhes não haviam revelado onde estavam refugiadas as outras duas mais cubiçadas presas!

Largaram fogo à barraca com os cadáveres que, na manhã seguinte foram reconhecidos pelos indígenas, como sendo dos seus queridos Padres, principalmente o do P.e Norberto, pelo seu inconfundivel cabelo ruivo!

Foram mártires, o P.e Norberto da sua condescendência com a opinião do companheiro, e ambos, da dedicação ao seu ministério e da lealdade para com as autoridades portuguesas que os outros pretendiam primeiramente matar; mártires da sua qualidade de Portugueses e de Sacerdotes.

Há um certo paralelismo entre a vida do P.º Norberto e a do B. João B. Machado: Embora este fosse «de antiga e nobilíssima Família» e aquele de família pobre e plebeia, ambos saíram de Angra, na idade de cerca dos 17 anos; ambos foram cursar Teologia e ordenar-se em Macau; ambos se consagraram às Missões do Oriente e ambos morreram às mãos dos japoneses!

O B. João B. Machado, com 35 anos, «tendo sempre desejado mais depressa morrer pela Fé Católica» e dizendo que o «3.º dia feliz da sua vida era aquele em que se lhe dava tão ditosa nova, como era a de morrer por tal causa».

O P.e Norberto, com 38 anos, prevendo embora, como o manifestou em carta, o que mais naturalmente lhe sucederia nas circunstâncias em que se achava, foi morto de surpresa, soltando apenas um natural suspiro de angústia, ao sentir o golpe fatal. E morreu pela lealdade, pela dedicação, pela nobresa do seu carácter de Português e de Sacerdote.

Não é menos herói!

VIDA DO INSTITUTO

ACTA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 1946

Realizou-se a reunião no dia 26 de Janeiro de 1946 na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, por não terem comparecido sócios em número suficiente para poder funcionar no dia anterior para que havia sido convocada nos termos dos Estatutos.

Compareceram os sócios: Dr. Luís da Silva Ribeiro (Presidente), Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, Dr. Manuel de Sousa Meneses, Francisco Coelho Maduro Dias, Tenente-coronel José Agostinho (Secretário) e Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior tomou-se conhecimento do expediente, a saber:

1 — Correspondência do Instituto para a Alta Cultura relativa a um pedido de informações para o Professor Walter Spalding, de Porto Alegre, Brasil.

Sobre este assunto o Presidente esclareceu que havia reunido já quase todos os documentos e informações, que o Professor Spalding desejava para uma comunicação que pretende apresentar ao Congresso comemorativo do bi-centenário da colonização açoreana no Brasil, que há-de ter lugar em Santa Catarina. Aprovado.

- 2 Carta do publicista Rollin de Macedo, pedindo para lhe ser enviado o subsídio de 300\$00, relativo a Janeiro, pela colheita de verbetes respeitantes a documentos existentes no Arquivo Colonial, relativos a Ilha Terceira. O Presidente informou que havia já mandado a dita quantia ao interessado, estando já a caminho, segundo ele informa, os primeiros verbetes, em número de trezentos. Ciente e aprovado o procedimento do Presidente.
- 3 Antes da ordem do dia o Presidente propôs, e foi aprovado, um voto de sentimento pelo falecimento do sócio Dr. Ramiro Machado, cujo interesse pelos assuntos relativos à história desta Ilha, manifestado inclusivamente na cópia de muitos documentos raros, dava a esperança de que a sua acção no Instituto viria a ser de grande valor.
- 4 Orçamento. Foi discutido e aprovado o orçamento para o ano corrente, assim disposto:

Coldo do ono de 1045

RECEITA

Saldo do ano de 1945		
Cotas de sócios	1.300\$00	
Venda do Boletim	100\$00	
Subsídio da Junta Geral	15.000\$00	32 688\$85
DESPESA		
Publicações do Boletim em 1946	12.000\$00	
Outras publicações	16.488\$85	
Índice de manuscritos do Arquivo		
Colonial	1.800\$00	
Cópia de documentos e manuscritos.	1.000\$00	
Expediente	200\$00	
Remuneração a um escriturário	650 \$0 0	
Remuneração a um servente	300\$00	
Aquisição de objectos para o Museu.	150\$00	
Aquisição de mobiliário	50\$00	
Despesas de instalação	50\$00	32.688\$85

5 — Sócio honorário. Por proposta do sócio Dr. Corte Real e Amaral, foi eleito sócio honorário, por unanimidade de votos, o Senhor

Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), autor do Nobiliário da Ilha Terceira, de que foi recentemente publicada uma segunda edição acrescida com uma terceira parte.

6 — Foram admitidos como sócios contribuintes os Senhores Engenheiro-Agrónomo Fernando Cordeniz Fagundes, Engenheiro Auretónio Rodrigues do Vale e Regente Agrícola Francisco Rego Machado dos Santos, todos residentes nesta cidade.

E não havendo mais nada a tratar encerrou-se a reunião pelas 22 horas, lavrando-se a respectiva acta.

(assinados) — Luís da Silva Ribeiro José Agostinho

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO NO ANO DE 1946

No dia três de Junho de 1946, realizou-se a segunda reunião ordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, sob a presidência do Dr. Luís da Silva Ribeiro, estando presentes dez dos dezoito sócios efectivos actualmente existentes.

Aberta a sessão às 21 h. 30 m.

- 1 O Presidente fez um resumo da actividade do Instituto nos últimos meses, comunicando aos sócios presentes que havia enviado condolências pelo falecimento da poetisa Dona Alice Moderno, há muitos anos residente em Ponta Delgada, mas cuja mocidade foi passada nesta Ilha; informou tambem que tinha mandado um telegrama de congratulações ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada por ocasião da inauguração das comemorações centenárias da cidade. Foram unanimemente aprovados estes actos do Presidente.
- 2 Informou ainda o Presidente que não conseguira reunir quaisquer elementos sobre a época do Prior do Crato, para satisfazer um pedido do Dr. Batalha Reis; que enviara para o Brasil vários documentos pedidos pelo Dr. Walter Spalding a propósito da colonização açoreana nos Estados do Sul; que recebera notícias de que Mr. Rogers, o estudante luso-americano de Harward, que há anos andara

aqui fazendo estudos fonéticos, ia começar a publicação do resultado das suas investigações, tendo o Presidente solicitado de Mr. Rogers autorização para o Instituto traduzir e publicar aquilo que maior interesse ofereça; informou também que tinha estabelecido relações com o Instituto de Estudos Canários, da Universidade de La Laguna, parecendo-lhe que deste intercâmbio se podem colher resultados interessantes.

Os sócios presentes aprovaram e congratularam-se com a acção do Presidente nos assuntos referidos.

3 — O Presidente dirigiu ao sócio Dr. Henrique Braz as suas congratulações pelas três brilhantes conferências realizadas na Sociedade Recreio dos Artistas, evocando a acção da classe popular no movimento local da Restauração, com a reconstituíção histórica do local onde exerceram a sua actividade os irmãos Minhas-Terras; relembrando por uma forma dramática, de um alto valor literário, o episódio amoroso da morgada Fausta e do Pisão; e, finalmente, recordando factos da vida conventual terceirense que ficaram na história, uns pela sua intensidade dramática, outros pela leviandade e ligeireza das personagens que neles intervieram, sem omítir, muito justamente, uma larga referência aos actos da virtude, piedade e benemerência das freiras e frades, cujos nomes só são lembrados em crónicas que ninguem tem nteresse em ler.

Os sócios presentes associaram-se às congratulações do Presidente e manifestaram o desejo de que o sr. Dr. Henrique Braz continue a série de conferências tão brilhantemente iniciadas.

- 4 Referiu-se o Presidente à iniciativa do núcleo local da Mocidade Portuguesa de manter nos seus filiados o gosto pela música popular da ilha, principalmente com a formação de tocadores de viola regional, e resolveram os presentes que se desse conhecimento ao Snr. Delegado da M. P. da importância que o Instituto liga ao assunto, fazendo votos para que aquela iniciativa seja orientada por forma a manterem-se tanto quanto possível no seu estado de pureza as músicas populares terceirenses.
- 5 A propósito do Centenário da Colonização dos Estados do Sul do Brasil, o Presidente lembrou aos sócios a vantagem de se reunirem elementos que possam contribuir para dar realce à contribuição que os Açores, e em especial a Ilha Terceira, prestaram à colonização daqueles estados.

- 6 Foram admitidos como sócios contribuintes a Senhora D. Maria Izabel Coelho Borges e os Senhores Engenheiro Frederico Machado, João Afonso, Gilberto Valadão de Noronha, José Ataíde da Câmara, António Lino dos Santos Ramos Muniz, Henrique Pacheco do Canto Brum e Joaquim Inácio da Cunha Júnior, residentes em Angra do Heroísmo, Padre José Machado Lourenço, residente em Nova Goa e António P. S. de Araujo Bastos Ferreira, residente em Lisboa.
- 7 O Presidente convidou os sócios que tenham trabalhos para
 o Boletim a apresentá-los com a possível brevidade.

E não havendo mais nada a tratar encerrou se a sessão pelas 23 horas.

(assinados) — Luís da Silva Ribeiro José Agostinho

SESSÃO ESPECIAL DE HOMENAGEM AO SÓCIO HONORÁRIO, PROFESSOR DOUTOR VITORINO NEMÉSIO

No dia doze do mês de Outubro de 1946, realizou-se no Salão da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo uma sessão solene de homenagem ao sócio honorário, Senhor Professor Doutor Vitorino Nemésio, que se encontra nesta ilha de passagem em gôso de férias.

Presidiu à sessão, que abriu às 21 horas, o Doutor Luís da Silva Ribeiro, Presidente do Instituto, achando-se presentes, além de todos os sócios efectivos, Sua Ex.ª o Governador do Distrito Autónomo Doutor Cândido Pamplona Foriaz, o Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo, Snr. Coronel Feliciano António da Silva Leal e numerosas pessoas que por completo enchiam os lugares disponíveis no Salão.

Aberta a sessão o Presidente, após algumas palavras de saudação ao Senhor Professor Doutor Vitorino Nemésio, deu a palavra ao sócio efectivo, Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes, especialmente encarregado de fazer o discurso em honra do homenageado.

Após o discurso do Snr. Dr. Elmiro Mendes usou da palavra o Senhor Doutor Vitorino Nemésio que agradeceu a homenagem que

o Instituto promovera em sua honra, associando-se às palavras de elogio para o Senhor Presidente do Instituto, com que o Senhor Dr. Elmiro Mendes iniciou a sua oração, manifestando o seu aplauso pela obra já levada a cabo pelo Instituto e exprimindo os seus votos para que este organismo leve a cabo a sua tarefa com o êxito que os seus primeiros esforços fazem esperar.

As palavras do Senhor Professor Doutor Vitorino Nemésio foram acolhidas com aplausos entusiásticos por parte de todos os presentes, encerrando-se a sessão pelas 22 h. 30 m.

(assinados) — Luís da Silva Ribeiro José Agostinho

ACTA DA REUNIÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 1946

No dia 28 de Outubro de 1946, reuniu-se, por convocação do Presidente, o Instituto Histórico da Ilha Terceira, comparecendo os seguintes membros: Dr. Luís da Silva Ribeiro (Presidente), Dr. Cândido Forjaz, Dr. Henrique Braz, Dr. Valadão Júnior, Francisco Coelho Maduro Dias, Raimundo Belo, Major Miguel Cristóvam de Araujo, Dr. Joaquim Moniz Corte Real e Amaral, Dr. Manuel de Menezes, Dr. Teotónio Machado Pires e Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário).

Aberta a sessão às 20 h. 30 m.

- 1 Lida e aprovada a acta da reunião anterior.
- 2 O Presidente deu conhecimento das lisonjeiras referências à actividade do Instituto contidas num dos últimos números da «Hispanic American Historical Revien».
- 3 O Presidente referiu-se à comemoração do primeiro centenário da instituição do Liceu de Angra, por onde passaram quase todos os membros deste Instituto, propondo que o Instituto se associe aos actos comemorativos desse centenário. Foi escolhido o Snr. Dr. Corte Real e Amaral para se ocupar da colaboração do Instituto na comemoração.
- 4— O Presidente comunicou a publicação pelo Dr. Francis Millet Rodgers, professor na Universidade de Harvard, dos resultados dos seus estudos sobre a linguagem açoreana, feitos numa demorada visita ao arquipélago, donde é originário. Foi resolvido enviar as congra-

tulações do Instituto ao Dr. Rodgers pela publicação dessetrabalho, que, segundo informação do Presidente, será publicado em tradução portuguesa no Boletim de Filologia do Instituto para a Alta Cultura, por intervenção do Secretário do mesmo Instituto, Dr. Medeiros Gouveia.

- 5 Foi resolvido publicar no Boletim do Instituto o discurso pronunciado pelo Dr. Elmiro Mendes na sessão de homenagem ao Professor Doutor Vitorino Nemésio.
- 6— Foi apresentado pelo Presidente um trabalho do terceirense, Dr. M. Baptista de Lima, sobre as viagens dos portugueses às terras do Ocidente antes de Colombo. O sócio Tenente-Coronel José Agostinho, disse que nesse trabalho se rebateu algumas afirmações suas contidas num estudo publicado no I volume do Boletim, prometendo oportunamente voltar ao assunto, manifestando no entanto o seu regosijo por ver um erudito açoriano, que vive longe daqui, ocupar-se de assuntos que tanto interessam à história desta ilha, e propondo que o Instituto envie as suas congratulações ao Dr. Baptista de Lima, o que foi aprovado por unanimidade.
- 7 Foi lida uma carta de S. Ex.ª o Governador do Distrito Autónomo, pedindo a atenção do Instituto para a passagem, dentro em breve, do quinto centenário da data em que se supõe tenha começado a colonização desta ilha. Foi encarregado o Dr. Manuel de Meneses de estudar o assunto.
- 8 O sócio Dr. Manuel de Meneses acha aportuno renovar o pedido de criação do Arquivo Distrital e sugere que o sócio, Dr. Teotónio Pires, que brevemente deve embarcar para Lisboa, para tomar parte como Deputado nos trabalhos da Assembleia Nacional, seja solicitado para se ocupar da criação do Arquivo, junto das autoridades competentes na Capital. Esta sugestão foi unanimemente aceite pelos sócios presentes, prometendo o Dr. Teotónio Pires empregar os seus esforços para dar satisfação à proposta de criação do Arquivo Distrital.
- 9 Foram admitidos como sócios contribuintes os Senhores Guilherme Paim de Bruges, residente em Ponta Delgada e Dr. Fernando Alves, residente em Coimbra.

Foi encerrada a sessão pelas 22 h. 00 m.

(assinados) — Luís da Silva Ribeiro José Agostinho

HOMENAGEM ao Dr. Vitorino Nemésio

O DISCURSO DO DR. ELMIRO MENDES

Ex.mo Senhor Presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira;
Ex.mos Confrades;
Ex.mas Senhoras;
Meus Senhores:

Que as minhas primeiras palavras nesta sessão extraordinária do Instituto Histórico da Terceira fossem as costumadas considerações sobre a limitação das possibilidades intelectuais da pessoa destinada a fazer esta saudação, com todo aquele cortejo de frases arredondadas para expressão duma modestia, que sempre fica bem, mesmo quando seja pura e simples convenção, a ninguém lograria convencer que de mim próprio pensava tão seguro e rigoroso juízo de valor. E, todavia, eu sinto e julgo, na verdade, que a outro dos meus ilustres confrades podia e devia ser atribuido este honroso encargo que me coube hoje aqui.

Quando, há quase um mês, recebi do sr. Dr. Luís Ribeiro a notícia de que esta Instituição convidara o Professor Dr. Vitorino Nemésio a realizar uma conferência, fiquei alvoraçado com a ideia, antegozando

o vivo prazer espiritual que seria essa projectada reunião. Não sei que motivos determinaram a modificação deste plano, que se reduziu a receber entre nós Vitorino Nemésio e prestar-lhe, desta maneira simples, aquela homenagem a que os seus invulgares méritos deram incontestável direito.

Exige a tradição e uma liturgia académica que se iniciem as sessões desta espécie dirigindo ao Presidente as primeiras homenagens. Aqui, porém, no Instituto Histórico da Terceira, nesta sala onde provisòriamente continuam a realizar-se as nossas reuniões, soariam falsas todas as frases que fugissem da simplicidade de expressão e, por certo, se tornariam ridículas as fórmulas que noutros ambientes decorrem como naturais e, até imprescindíveis atitudes. Mas, como esta reunião é a primeira que se efectua com um fim particular, parece que não será levado à conta de pretencioso e descabido formalismo, começar por dirigir ao Ex.mo Presidente, sr. Dr. Luís Ribeiro, as nossas primeiras saudações, associando-o ainda mais intimamente ao nosso homenageado.

Esta instituição cultural nos seus 3 anos de existência tem realizado alguns dos seus principais fins, designadamente no sentido de investigação histórica e etnográfica e disso são provas as publicações regulares dos seus boletins, com magnificos trabalhos de alguns dos nossos mais distintos consócios. Nenhum de nós, porém, desconhece que a alma deste organismo é o sr. Dr. Luís Ribeiro; à sua dedicação e devoção deve a vida o Instituto da Terceira. Não será pois desprimor para aqueles que com tanto brilhantismo colaboram na revista, fazer esta afirmação pública da nossa gratidão, por quem deu realidade a uma ideia que, sem o seu entusiasmo, ficaria, como tantas outras, condenada a... simples e aliciante projecto. Honra-se a Ilha Terceira por contar entre os seus filhos mais ilustres o Dr. Luís Ribeiro, nome que transpôs os limites da Pátria açoriana e cuja consagração não se fará nos transitórios e efémeros triunfos da vã glória, que para muitos «é fraudulento gosto que se atiça». Perdoe-me êle estas palavras que sei ferirem a sua real modéstia — sinal certo de real valor — mas não pude nem quis furtar-me ao vivo desejo de lhe expressar assim, antiga e permanente admiração, quem há anos o conhece e procura oberva-lo com particular interesse, conquistado pela superioridade dum espírito invulgar.

Diz-se que não há homens ilustres para o criado do quarto... talvez para alguns, pois pelo que toca ao Dr. Luís Ribeiro, conhece-lo mais de perto é admirá-lo cada vez mais.

Meus senhores, não julgo ter cumprido uma praxe do protocolo académico e estas palavras não obedecem a intenções formais; satisfiz um desejo e um dever, e, se é certo que louvar é dizer bem de uma pessoa sem fundar nem a razão nem o motivo, eu creio que seria ocioso fundamentar expositivamente os argumentos justificativos destas considerações que, afinal, estão no espírito de todos nós.

Senhor Professor Vitorino Nemésio:

O Instituto Histórico da Ilha Terceira nesta sua sessão extraordinária não vem dar a V. Ex.ª um lugar «inter-pares». Esta agremiação que foi inspirada um pouco naquela ideia que V. Ex.ª concretizou na fórmula «Sociedade de Amigos da Terceira» e cujo âmbito, a realizar-se a vossa sugestão, ultrapassa a latitude atribuida a este organismo de objectivos essencialmente culturais, bem definídos nos seus Estatutos, quere apenas dar público testemunho do apreço e admiração que todos nós temos por V. Ex.ª.

Não é tarefa fácil desempenhar-me deste tão honroso encargo de saudar V. Ex.ª em nome do Instituto. Não porque faltem motivos para dizer bem de V. Ex.ª, mas pela dificuldade de ordenar palavras que não parecessem estafados lugares comuns, ou que, podendo exceder a medida de juizos valorativos, se transformassem aos ouvidos de V. Ex.ª, farto de tantos encómios, em frases vasias de qualquer conteudo mental — flactus vocis—simples psitacismos. Na verdade—que estranha cousa esta—como são complicados estes meandros intelectuais; como é caprichosa a natureza humana! — elogiar é fácil às vezes, outras, como agora e há pouco ao falar do Dr. Luís Ribeiro, torna-se penoso esforço que deixa sempre a dolorosa insatisfação de obra reconhecidamente imperfeita.

Talvez V. Ex.a, tão amigo da nossa terra, das nossas terras açorianas, tão ilheu, tivesse maior prazer em ouvir, nestas palavras que vou dirigir-lhe alguns daqueles nossos regionalismos que dão um tão particular colorido aos nossos sentimentos e que valem tanto pela riqueza de expressão, consonância e conteudo moral escondidos na ganga rude

do falar do «homem do monte». Confesso, porém, a minha total incapacidade de utilizar o nosso vocabulário regional, transformando-o em instrumento de valorização artística e literária.

Por outra parte, propor-me fazer uma espécie de ensaio crítico da obra de V. Ex.ª é pretender realizar uma das mitológicas emprezas que os deuses pagãos às vezes, caprichosamente, confiavam aos mortais, mas que eu não creio merecer, porque de Minerva, neste doce torpor insular, me vou distanciando cada vez mais, esquecendo propiciatórias oferendas. Fica-me a obrigação de falar de V. Ex.ª aos meus ilustres confrades, repetindo, embora, o que todos sabem, porventura esquecido por alguns, perdida pelo tempo e pela riqueza, a perspectiva da vida intelectual de V. Ex.ª, que se alonga já em quase três dezenas de anos, desde o «Canto Matinal», em 1916, até «Mau tempo no Canal».

Com toda a sinceridade devo confessar que a mim próprio causou surpreza, surpreza fortemente tocada da mais funda e sentida admiração, ao anotar a já vasta bibliografia das obras publicadas por V. Ex.a. Não resisto à tentação de a enumerar aqui, mesmo incompleta talvez:

 $Em\ 1916$ inicia a sua vida de escritor com o «Canto Matinal» a que se seguem :

- «O Poeta Povo».
- «Paço do Milhafre» 1924.
- «Varanda de Pilatos» 1926.
- «Sob os Signos de Angora» 1931.
- «A Prosa Medieval».
- «A Mocidade de Herculano» 1934.
- «A Terceira durante a regência» (Memorial da Praia).
- «Herculano» (Cênas de Um Ano).
- «Madame de Sevigné».
- «La Voyelle Promise» 1935.
- «Isabel da Aragão» 1936.
- «Relações francesas do romantismo português» 1937.
- «Casa fechada» 1937.
- «Eu, comovido a Oeste» 1940.
- «Gil Vicente (Floresta de enganos) 1941.
- «João de Deus»
- «Vida de Bocage» (Poesia de Bocage) 1943.

- «Destino de Gomes Leal» 1942.
- «Moniz Barreto» 1943.
- «O Bicho Harmonioso» 1940.
- «Mau Tempo no Canal» 1945.

Teatro: — «Amor de Nunca Mais» — 1917, representado pela Companhia de Carlos de Oliveira.

Tradução: — Benedetto Croce — «O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel».

Artigos: — no Instituto e Revista de Portugal e jornais do Continente.

A vocação de escritor esboçada no jornalismo «A Estrela d'Alva» vai afirmar-se, cada vez mais segura de si, como irresistivel imposição interior de forças, que em insuspeitadas harmonias comandam o destino dos homens. E a sua vida como homem de letras podería ser representada por uma curva parabólica ou, se preferissemos outra imagem sem a rigidez geométrica, uma permanente marcha ascensional, cujo fim ainda não se descortina.

Não sei se alguém anteviu proféticamente o que seria Vitorino Nemésio, moço estudante, dado à literatura e com particular amor aos livros (não certamente os que se usavam então no velho convento de S. Francisco) mas creio que será agradável ao Professor Vitorino Nemésio lembrar aqui o nome de Manuel Joaquim de Andrade, outra espécie de «perfectus librarius», de certo modo Mecenas de jovens literatos, que nesta cidadezinha de Angra sentiram o secreto desejo de ver os seus escritos em letra de forma.

Merecia bem o nosso homenageado que eu soubesse, rebuscando nos seus livros (especialmente na «Varanda de Pilatos» tanto da minha simpatia e até predilecção) contar a sua vida, que é romance daquele que nos prendem pela dinâmica da acção e pelo imprevisto da aventura e se, desafiando a inconfidência, falasse, mais em particular, daquele tímido Venâncio Mendes, ilheu dos quatro costados, que viera lá das bandas da Praia bisonha, a que agora puzeram o apelido de trigueira, a esta cidade de Angra, envolta em babilónicos mistérios, prometedora de estranhas emoções, onde havia de «sentir a primeira rajada de vida» e... «um pouco de amor».

Felizmente ou infelizmente para mim e para V. Ex.ª o tempo (quero ter a doce ilusão de que realmente é a limitação temporal) não

permite que me alongue em considerações que excedem o conveniente em práticas desta ordem e, por isso, supondo ser esta a razão, não irei devassar a vida deste nosso patrício que acabou por se meter na aventura perigosa de descobrir a pérfida Lisboa onde foi comer algum pão que o diabo amassou.

Não creio oportuno tentar agora, mesmo ligeira biografia de Vitorino Nemésio, pois para isso não recolhi nem possuo os elementos necessários para trabalho sério; seja-me, todavia permitido, a traços breves, tentar uma rápida e sumária exposição, com ligeiro comentário da obra deste escritor, de quem há pouco na imprensa local o Dr. Luís Ribeiro deu essencial definição.

Revelando já no «Canto Matinal» um sentido poético próprio é no «Paço do Milhafre» que começa a afirmar se uma deliberada tendência para a originalidade que, mais tarde, será uma das notas distintivas do autor. Nesta obra aparecem alguns contos que são verdadeiras obras primas, joias literárias, especialmente «Terra do Bravo», «Misericórdia», «Malhados». Surgem, então, as características figuras do meio insular, pintadas num realismo e verdade impressionantes, denotando observação rigorosa e com hábil utilização do falar peculiar dos homens em acção, não apenas numa acção deliberadamente estética, mas para transpor a vida, como ela é para as páginas dos livros.

Na «Varanda de Pilatos» a que já se fez referência o estilo começa a ser mais definido, na transição para aquilo que será definitivo na maneira de escrever do autor. Diz Castilho que «um dos maiores delitos literários e em que mais usualmente caem os jovens, é o desprezo da língua e correcção; delito que de per si basta para descontar muitos méritos intrínsecos de escritura» e citando Boileau acrescenta - «sem bem saber a sua língua o autor mais divino nunca passará, por muito que faça, de mau escritor. É ela a terramenta para este género de lavor da alma; e quem põe primeiro as mãos na obra sem primeiro ajuntar, conhecer, escolher e apontar bem os instrumentos de que se há de valer, nem se pode mostrar bom artifice, nem merece desculpa de o não ser». Vitorino Nemésio manifestou desde cedo um pendor natural para o estudo da língua, teve talvez a intuição do seu valor ao serviço da Arte. Mas seria por isto que foi filólogo? Deixa-se a interrogação em suspenso para futuro biógrafo ou para o próprio se nos quizer dar o prazer de o ouvirmos aqui.

E, deixando provisòriamente a obra pròpriamente literária, surgenos, com um poder admirável de reconstituição histórica, a obra mestra
de Nemésio como erudito e como professor — «A Mocidade de Herculano». À copiosa documentação e ressurreição duma figura verdadeiramente grandiosa, alia-se uma extraordinária visão do homem, de
quem Antero dissera em carta a Oliveira Martins: «eu não posso escrever sobre Herculano senão um artigo sério, um verdadeiro juizo;
apreciar o escritor, um homem público em si em relação à época, tanto
no País como na Europa»... Vitorino Nemésio realizou integralmente
o seu propósito de estudar o historiador num trabalho sério; apresenta-o duma maneira descritiva, representando as peças da sua obra
literária e os actos da sua vida no respectivo contorno realizado ou externo. Ele foi, na verdade, o verdadeiro Linneu de Herculano.

Com «Isabel de Aragão», «Gil Vicente», «Prosa medieval através as crónicas de Fernão Lopes» continua a manifestar exuberantemente o seu poder de literato, artista, crítico e erudito.

a Voyelle Promise» é obra poética que para leigo e pessoa pouco inclinada, ou antes, pouco receptiva à beleza traduzida sob formas poéticas, se apresenta, pelo menos externamente, com uma forte e impressiva musicalidade de grande riqueza auditiva e ritmica. Mais uma vez aqui se desvenda um natural pendor do autor, fortemente inspirado, como bom açoriano, no mar—mare nostrum— vêr as poesias: Jeune fille açoréeane a Marseille. Thalassa a la Mediterrannée. La bouteille à la mar.

Finalmente vamos concluir com «Mau tempo no Canal» que na ordem cronológica e por agora, que eu saiba, é última produção do escritor.

Este livro pode ser considerado a obra prima do autor, a consagração do romancista, que as novelas da «Casa Fechada» haviam preparado como que num ensaio de técnica de criador de estados de alma e de gente que viveu ou podia viver. Ao reler agora esta obra, cuidadosamente, preocupado mais com pormenores do que com o fio do romance, encontro-lhe páginas que valem bem como ensaios de psicologia, e que me lembraram algumas outras que li em tempos, de Marcel Proust. O sonho de Margarida Dulmo, naquela noite em que a chuva a obrigara a ficar no «Granel», depois de todas as emoções fortes por que havia passado nos últimos dias, trouxe-me a lembrança um passo

de «La Prisonnière»... Não interessa, porém, estar agora a rebuscar fontes de inspiração ou influências filosóficas ou literárias na obra de Nemésio, que neste livro se apresenta em plena posse de equilibrio de composição, revelando-se como escritor que soube dominar inteiramente a língua e o estilo, tornando-se capaz de traduzir com perfeição ideias e sentimentos. É uma espécie de História social das Ilhas, com minucioso estudo de figuras, ambiente e vida. Quem dentre nós não identifica alguns personagens e os revê, vivos, movimentando-se nesta provinciana cidade, ainda meia sonolenta e pacifica nos já saudosos tempos das últimas decúrias do século?

Há quadros admiráveis nesta obra e gostaria de ler aqui alguns, por exemplo a taberna dos balieiros e o tal sonho a que me referi; receio porém deformar com a leitura a beleza que lhe encontro e, também, receio abusar do tempo que 'deve ser destinado ao primeiro orador.

Meus Senhores:

Pouco tenho dito do muito que havia de contar sobre o nosso homenageado e dos seus méritos. Procurei furtar-me à vulgaridade dos adjectivos desacreditados, mas que pela pobreza da linguagem e falta de imaginação tive de usar para mal dos meus pecados e dos de V. Ex.as. Quis dizer tudo que sinto de admiração, consciente de que não era a amizade deformadora da visão espiritual e física, motor deste «currente calamo» ficando-me a triste certeza de que há, ainda, muito material com que se poderia arquitectar melhor obra fôsse outro o artifice.

Referi-me exclusivamente ao escritor, esquecido intencionalmente o Professor catedrático da Universidade de Lisboa. Não que este título não confira, por si só, a marca de especial valia, mas julguei inútil aludir ao Mestre que o é «par droit de conquête» mais minguado neste teor de capacidade de apreciação.

Reconhecida e afirmada expressamente a autoridade do juizo, transcrevo aqui, para finalizar, as palavras do Dr. Luís Ribeiro, publicadas há dias num jornal desta cidade sobre Vitorino Nemésio:

«é o maior escritor da Ilha, os Açores e a sua gente, sem prejuizo da universalidade própria da obra de arte, que deve poder ser sentida e compreendida por todos os homens em todas as latitudes da sua forte humanidade, constituem o fundo de todas as suas criações literárias onde abunda aquilo a que, em hora feliz, o escritor chamou — açorianidade».

Resta-nos fazer cordeais votos para que «Expiação» apareça breve e onde na «Domus rostrata» se recordem horas suaves e se revivam sentimentos que a complicação da vida de civilizado e as luzes eléctricas, nesta Era atómica recalcam para o mais fundo do nosso inconsciente. Mas, oxalá que aqui não apareça uma espécie de «homo mecanicus», que à falta das lentes e de muitas outras cousas de Spinoza, vai dando ao metal um brilho que bem desejava dar ao espírito. Um personagem que, à falta dum sólido sistema de Metafísica, ia elaborando uma filosofia do «não-te-rales», mais propícia, de resto, à compreensão das belezas das tardes estivais, entre o negrume das pedras e o verde das vinhas, num torreão alto, donde se avista o mar azul sob a luz suave do sol a esconder-se, e que um artista, bem maduro por sinal, gozou também na sua doçura inefável.

Publicações recebidas

Por oferta e por troca com o Boletim do Instituto, receberam-se e muito se agradecem as seguintes publicações :

- «Nobiliário da Ilha Terceira», por Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares (Carcavelos), vol. I, II e III 1944 e 1945.
- «Gil Eanes e o Atlântico», por João Afonso Corte Real 1936.
- O Chefe do Estado General António Oscar de Fragoso Carmona» (subsídios biográficos), por João Afonso Corte Real — 1941.
- A actividade do Visconde de Santarem segundo uma carta centenária inédita», por João Afonso Corte Real — 1942.
- «Anal de Vila Bela», por João Afonso Corte Real.
- «O Instituto de Coimbra», vol. 106.º 1945.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», N.os 11 e 12 1945.
- «The Library of Congress Quarterly Journal of Current Acquisitions», vol. 3.0, N.0 1 1945.
- «Anais Municipais de Ponte de Lima», por Miguel Roque dos Reys Lemos 1938.
- «Elogio Académico de João da Rocha», por António Ferreira 1931.
- «A obra científica do Dr. José Coelho», por Júlio de Lemos 1942.
- «Relatório da Gerência do Instituto Histórico do Minho», nos anos sociais de 1916-1917, 1917-1918 e 1918-1919, pelo primeiro secretário-perpétuo Julio de Lemos.
- Arrolamento de Monumentos e objectos de arte do Distrito de Viana do Castelo», promovido pelo Instituto Histórico do Minho — 1921.

- «Instituto Histórico do Minho», 2.ª edição 1921.
- «O Coronel Francisco Soares Lacerda Machado e a sua obra literária», por Júlio de Lemos 1921.
- «O Instituto Histórico do Minho e os seus detractores», por Júlio de Lemos 1922.
- «Al Portugal Amigo», por Alvaro Maria de Las Casas 1923.
- Discurso pronunciado por António Noriega Varela na festa que o Instituto Histórico do Minho dedicou à poetisa galega Rosalia Castro em 15-7-1923» 1924.
- «Carta de D. Urraca a Rodrigo Anes» Separata do n.º 62 de «A Aurora do Lima» de 29-7-938.
- «Campesinas» (Quatras do Minho), por Júlio de Lemos 1903.
- Diversos exemplares do jornal «A Aurora do Lima» do Instituto Histórico do Minho.
- Cinco exemplares do jornal «O Mensageiro», de Leiria, do ano de 1946.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro», N.º 44 1945.
- «Anuário do ano lectivo de 1944-1945 da Escola Industrial e Comercial de António Augusto Aguiar» Funchal, 1944-1945.
- «Em louvor do IV Centenário da cidade de Ponta Delgada Monografia de Anibal Bicudo 1946.
- Agronomia Lusitana Estação Agronómica Nacional, 5." vol., N.º 4, e 6." vol., n." 1 e 2 1943-1944.
- «Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral», vol. IV, 2.ª Série 1946.
- *Revista de História Facultad de Filosofia y letras de la Universidade de la Laguna» (Islas Canárias), N.º 72 1945.
- «Boletim da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais Torre do Salvador», N.º 39 1945.
- «Quarterly Journat The Library of Congress», vol. 3.°, n.º 2 1946.
- «Leituras para os meus alunos», por João H. Anglin, Reitor do Liceu Antero do Quental 1946.
- «Relatório da Gerência de 1945 da Junta Geral do Distrito da Horta» 1646.
- «Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores», N.º 4, 2.º semestre 1946.
- «Boletim da Junta de Província da Estremadura», vol. X 1945.
- «Porto-Alegre por dentro e por fora».

- «Farrompilhas e Caramurias», por Walter Spalding 1944.
- «Anais do III Congresso Sul Rio-grandense de História e Geografia», vol. I, II, III e IV 1940.
- Roteiro Exposição Comemorativa do 5.º Ceutenário do descobrimento da Guiné» 1946.
- «O Império», por Henrique Galvão edições SPN.
- «O que eles fizeram... O que nós fizemos» -- Edições SPN.
- «O Pensamento de Salazar» (discursos) Edições SNI.
- «Novos de Portugal» Boletim do «Nucleo de Propaganda Educativa», N.os I a 13 1932 a 1944.
- Gorilas do Maiombe Português» Série zoológica», por António J. de Liz Ferreira, Alfredo Ataíde e Hugo de Magalhães 1945.
- «Timor Português» Série Antropológica e Etnológica, por A. A. Mendes Correia 1944.
- «Alguns caracteres morfológicos da mão nos Portugueses», por Leopoldina Ferreira Paulo — 1944.
- Os Tipos Constitucionais nos Portugueses» pela Dr.a Leopoldina Ferreira Paulo (Separata) — 1945.
- «Germen e Cultura», por A. A. Mendes Correia 1944.
- «Política da População nas Colónias», por A. A. Mendes Correia 1945.
- «Missões Antropológicas às Colónias», por A. A. Mendes Correia (Separata do «Jornal do Médico») 1945.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro», N.º 45 1946
- «Boletim Municipal de Porto Alegre», Brasil, vol. VIII 1945-46.
- «Museu Colonial», por Joaquim R dos Santos Júnior 1940.
- «Estação Romana de Canelas» (Poiares-da-Régua), por Carlos Teixeira — 1939.
- «Novos achados líticos nas áreas do Castelo do Queijo e da Ervilha», por Fernando Rumell Cortez 1943.
- «Tabú da sogra nos Bantos da Africa Portuguesa», por A. A. Mendes Correia — 1945.
- Prognatismo e capacidade craniana no Homems, por Leopoldina Ferreira Paulo 1944.
- A periodicidade das funções genésicas humanas», por Carlos Teixeira
 1936.
- «Molde de fundição para machados de bronze de duplo anel», por Carlos Teixeira — 1940.

- «Resultado sobre o índice de Pignet pela aplicação duma escala centessimal», por Hugo de Magalhães 1944.
- «Sôbre a norma lateral do craneo», por Hugo de Magalhães 1944.
- «Pre-História de Moçambique», por J. R. dos Santos Júnior 1940.
- O índice básico dos criminosos portugueses», por Arnaldo Roseira
 1945.
- «Tipos Constitucionais e Tipos Sanguineos», por Alfredo Ataíde 1944.
- «Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal de Guimarães», vol. X, N.ºs 1 e 2 — 1945.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», N.os 3 e 4 1946.
- ^aBoletim da Junta de Província do Douro Litoral», vol. V, 2.^a Série 1946.
- «Boletim da Junta de Província da Estremadura», vol. XI, 2.ª Série 1946.
- «The Library of Congress Quarterly Journal», vol. III, n.º 3 1946.
- «Revista de História da América» Instituto Pan-americano de Geografia e História, N.ºs 18 a 20 1944 a 1945.
- Indice da «Revista de História da América», dos N.ºs 17 a 20 1944 e 1945.
- «Os Secretários da Câmara de Viana do Castelo desde o século XV até à actualidade» 1945.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Nos. 5 e 6 1946.
- «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia», Vol. X, Fasc. 3 e 4 1945-46.
- "Boletim Municipal da Prefeituria de Porto Alegre, Brasil Vol. IX, N." 23 1946.
- «Arquivo do Distrito de Aveiro, N.º 46 1946.
- «Deux voyages Portugais de découverte dans l'Atlantique Occidental», por Manuel C. Baptista de Lima 1946.
- «Revista de Guimarães da Sociedade Martins Sarmento», vol. LVI, N.ºs 1 e 2 1946.
- «Revista de História Facultad de Filosofia y Letras de La Universidad de La Laguna» (Islas Canárias), N.º 74 1946.

VÁRIA

BIBLIOTECA DE JOSÉ DO CANTO

Não pode passar sem especial registo neste Boletim a adquisição, pela Junta Geral Autónoma de Ponta Delgada, da riquissima biblioteca do ínsigne bibliófilo José do Canto, que fica assim incorporada na Biblioteca Pública daquela cidade, onde já se guardam as livrarias de Ernesto do Canto, Antero do Quental e Teófilo Braga.

A justamente famosa colecção de hivros agora adquirida contem valiosissimas espécies açoreanas, além da preciosa camoneana, e a sua grandeza melhor se estimará lendo o excelente relatório da Comissão nomeada pela Junta Geral para dar parecer sobre ela, publicado no vol. 2.º, pág. 44, da revista Insulana, órgão do Instituto Cultural de Ponta-Delgada. A deliberação da Junta Geral, que tanto a honra, bem merece o reconhecimento de todos os estudiosos ilhéos por conservar no arquipélago um tão importante elemento de trabalho.

Oxalá em breve se organise e se publique o respectivo catálogo das espécies açoreanas, que muito útil será, sobretudo se for ponto da partida para elaboração do catálogo colectivo das bibliotecas das três capitais de distrito.

O PORTO DE AFONÇO VAZ EM S. MIGUEL

Ao folhear um livro genealógico da casa do morgado Barcelos, cujo autor desconhecido escrevendo-o à roda de 1737, o apresenta como seguindo e continuando-o — «texto indubitavel» — de António Correia da Fonseca, o primeiro que escreveu sôbre as gerações da ilha, encontro esta interessante referência:

«Conforme a tradição dos Antigos o q. coligi de algus papeis q. foy q.ao veyo p.a esta terra João Vaz Corte Real por Alcaide Mor e Capp.am da Capitania de Angra que foy no anno de mil quatro centos noventa e sinco, em sua companhia viveo sendo já velho Afonço Vaz de Azevedo parente muy chegado do d.º João Vaz Corte Real e For ser de muyta calidade se honrava m.to delle. O d.º Afonço Vaz de Azevedo tinha duas f.as a mais velha se chamou Marinha Afonço de Azevedo esta he a q, cazou com Diogo Frz. de Boim como já se tem ditto a fl. 253 v.

A 2.ª chamarão Iria Afonço de Azevedo de q.m atraz tratamos na descendencia dos Vieiras qcazou com Alvaro Dias Vr.ª destes dous ao diante farei menção.

Tambem trouxe consigo o d.º Afonço Vaz de Azevedo hu seu sobrinho a quem chamarão Fernam Vaz de Azevedo logo tornarei a pegar nelle.

O d.º Afonço Vaz de Azevedo por certos arrufos q. teve com o d.º Capp.am João Vaz Corte real se foy p.a a Ilha de S. Miguel e lá se apozentou entre a cidade de Ponta Delgada e Villa França

junto ao Mar e por ser o sítio aspero e apertado de braveza do Mar, mandou abrir a sua custa com gr. de dispendio hu porto em q. se recolherão de entam p.ª cá alguns Barcos fugindo a furia do Mar e assim neste tempo e no prezente se chama o porto de Afonço Vaz.

Ali veveo algus annos ainda q, poucos e teve algus f.ºs naturaes de q.m deve haver algus descendentes na Ilha de S. Miguel e o Capp.am João Vaz Corte Real sentido de q. se mudasse o d.º Afonço Vaz o persoadia com cartas e o fez tornar p.ª esta Ilha aonde acabou em companhia de suas f.*s e genros.»

Não diz o relato se ele foi ou não. para S. Miguel, com sua 2,ª mulher, Beatriz de Sousa, filha de Gonçalo Annes de Sousa, que aqui veio ter com 30 casais para ir povoar as Flores, casamento que teria efectuado, segundo outros genealogistas, talvez já com netos das duas filhas que trouxera comsigo do 1.º matrimónio, Mas, numa hipótese ou noutra, a tempera do velhote não deixava de ser de respeito, tanto para com o capitão donatário seu parente, que também não primava por grande urbanidade, segundo rezam as crónicas, como para ainda seduzir mulheres.

Ao facto se refere também o autor do *Nobiliario da Ilha Terceira* no título — Azevedos — colhendo provávelmente a notícia naquele mesmo manuscrito genealógico, que conheceu e indica na relação biblíográfica das obras que consultou.

Contudo, ao procurar a referência em Gaspar Frutuoso, algumas dúvidas se levantam quanto à localização da residência de Afonço Vaz, que seria então para Leste de Vila Franca e não para Oeste, entre ela e Ponta Delgada, como o referem os dois citados autores terceirenses.

O que se conclue, desde já, é que a importância do porto, a partir de então, foi-se extinguindo por tal modo, que não só não figura na carta corográfica da ilha, como se perdeu completamente na recordação popular, que ignora a sua localizoção, como desconhecia o seu nome, o que venho de averiguar na minha última demora naquela ilha. Mas que existiu não restam dúvidas, porque diz o Dr. Gaspar Frutuoso, no cap. XL do L.º IV das Saudades da Terra. que para alguma coisa valia depois da subversão de Vila França pelo terra moto de 1522, porque era aquele pequeno - «porto de areia de que agora se serve a vila e n'ele embarcam e desembarcam, o qual d'antes do incendio segundo, não servia por terem outro melhor porto na vila, e este fica desviado fora d'ela».

No mesmo capítulo, ao fazer a descrição da ilha, vindo pelo litoral, de Leste para Oeste, localiza o pequeno porto abaixo do subúrbio da Ribeira Seca, facto que ainda reforça, um pouco adiante, ao descrever as fortificações da—«banda do mar»,—para defender a vila dos corsários, dizendo que a—«porta da parte de leste está no porto de Afonço Vaz, para por ela se servirem para êle».

No cap. LXIV do L. IV, traz ainda à referência a sua serventia, para nele ser esquartejado um monstro marinho, que fôra encontrado morto no mar alto e queriam reduzir a azeite, julgando ser uma baleia.

Embora na tradição dos marítimos de Vila Franca, esteja completamente perdida a recordação do porto de Afonço Vaz, parece não ficar dúvida, pelas referências de Gaspar Frutuoso, que ele de facto existiu, e as suas indicações são tão precisas quanto ao local onde estava situado, que não será desacertado localizá-lo na pequena enseada, que vem figurada no mapa, logo além da Vila, chamada a Vinha d'Areia, nos extremos da qual ainda hoje se encontram as ruinas dos fortes de St.º André e St.º António, naturalmente os mesmos a que se refere Frutuoso.

Pouco interessa corrigir no velho manuscrito a que me reporto, a localização da residência de Afonço Vaz de Azevedo: — o porto, a existir, melhor o podia determinar. Mas se já não tem qualquer utilidade e nem ao menos subsiste a recordação do nome, vale a pena identificar a iniciativa daquele decidido velhote, que para ali foi arrufado com João Vaz Corte Real, era casado 2.ª vez e ainda pai de filhos naturais naquelas imediações, segundo o assevera o cronista terceirense.

M Menezes.

LOCUÇÕES E ALCUNHAS EM USO NA ILHA GRACIOSA

Duma extensa relação que me foi enviada da ilha Graciosa pelo meu patricio e amigo Manuel Machado de A'vila, extraí as locuções e alcunhas adeante ordenadas e que, segundo creio, não se usam, pelo menos correntemente, nas outras ilhas.

Das restantes, por serem idênticas ou muito semelhantes às que reuni nas «Notas de Etnografia» publicadas no n.º 2 deste Boletim, ou ainda por terem origem em locuções usadas no Continente, não se faz menção especial, sendo contudo muito de agradecer o cuidado de quem as recolheu e generosamente m'as eviou para estudo.

I - Locuções

Adeante em todo — O mesmo que «adeante de tudo».

Atraz em todo — O mesmo que «atraz de tudo»

A morte está cega! — Diz-se duma pessoa cujo desaparecimento não faría grande falta ou é mesmo desejado.

Andar à rocega — O mesmo que «às fiuzes» ou «à saga de...»

Andar com os tresanos — De mau humor

Bo : viagem, trinta dias de demora e vento pela prôa! — Despedida com sentido irónico, equivalente a «boa viagem faça a nau»

Bruto às pastas — Com modos asselvajados

Calça o carro! — O mesmo que «pára lá com a conversa!».

Isso é calda! — Saboroso, agradável. Chamam «calda» à canja ou caldo de galinha.

Contra p'rá parede — Junto à parede. Càsticá! — O mesmo que «agora cá!» Credo, Senhor S. João! — Exclamação que traduz espanto.

Da fábrica de S. João de Gatinhas— Diz-se de objecto que não está bem acabado ou que é de mau fabrico ou apresentação. De Cacilhas — De origem desconhecida. Equivalente a «de casa do diabo».

Deitar água fora — Urinar.

Enviar uma pedra — Atirar, arremessar.

Estar com lânzia — Fatigado.

Estar mazouco ou zouco - Tonto, apatetado.

Estar no moimento — Diz-se do cadáver que está na eça.

Estar zarro - Estar pêrro, emperreado. Estiá, burro! - O mesmo que «pára, burro!»

Estrumeira ambulante — Diz-se de pessoa muito suja, Tambem empregam a expressão «navio de esterco».

Fazer albardume—Diz-se dum objecto que anda a flutuar no mar alto.

Fazer uma estralada — Realizar um negócio.

Ficar às cascas — Desprevenido, sem recursos. O mesmo que «a assar castanhas».

Fortes aparências ou Fortes comédias !

— Comentário a um acontecimento ridiculo.

Grande mestre da viola — Aldrabão. Gualdarope -- Pau em forma de telha que serve para dar forma a esta.

Hoje mal, amanhã plor — Expressão muito usada quando um negócio corre mal.

Ir de chale coberto — Com o chale por cima.

Ir na somaca - Ir em burra velha.

Isso é calote — O mesmo que mentira. Jaca — Cada um dos cestos de carga

das cangalhas dos burros.

Lombrigas te dé nos olhos! — Praga em ar de gracejo.

Mas que alcatra — Diz-se de pessôa de má qualidade. Missa da cova — Missa de desanôjo.

Mulher de maus poderes — Diz-se de mulher a quem se atribuem artes de feitiçaria.

Na cegalha de .. -- Com grande vontade de acabar determinado trabalho.

Não caber no estômago — Não saber guardar um segrêdo.

Não é brinco de junto! — Não é brinco de junto.

Não ter termos de gente — Ter maneiras diferentes de todos.

Saber mais que o mestre da música — Ser ou ter se na conta de espertalhão.

Ser lavado na agua da graça—Diz-se de pessoa que teve sorte

Ter trânsito — Possuir gado. Ter Iavoura

Tranziar—Trabalhar com afan
Ubá! Ubá — Exclamação que traduz
espanto, admiração, surpreza O
mesmo que «Ubei!»

II - Alcunhas

Aguça — Alcunha de um indivíduo que tinha o nariz ponteagudo

Alcaide — Alusiva a profissão O povo chama alcaide ao carcereiro.

Aresta

Arrasta-botas

Arregaça

Arregala-o ôlho.

Atraca à-melra.

Badanito.

Bambeiro

Bandola .

Barão — Alcunha de um indivíduo com a mania de que tinha sangue-azul

Barbasca.

Barca — Mulher nutrida

Bardonelas. Bargadinho. Bargado . Bebe-da-avó Bela-vida — Alcunha de um individuo que, sendo bastante pobre, não se preocupa com as dificuldades da vida. Bicho-Diz-se de pessoa feia. Bicho-carêta-Pessoa bem considerada mas sem merecimentos. Bicho das uvas Bijateiro. Borralheira ou borralheiro - Pessoa que junta borralho para fazer telha. Brindeira - Pessoa gorda e baixa, Burreca. Rurrêca . Burrica Buzina Cabreiro-Chamam «cabreiro» ao habitante da ilha do Pico, e aos de S. lorge «inhameiros» Cachaço — Chamam cachaço ao porco inteiro, para procriação. Cachão. Cachau . Cácho Cachorrinho. Cachudo. Cafre Caga amôres — Dado a conquistas amorosas Cagadinho. Căiado - Com malha branca na pele. Calça-larga. Calhau. Cambrinhas —De «Cambra», corrupção de Câmara, apelido vulgar nos Acores -

Cana-verde

Canga-de-ladeiras.

Canelas -

Canguinhas. Canico . Canta canàrio Carôlo - Na Terceira chamam carôlo ao pó que fica no saco depois de feito o café. Catipona Cavalão. Chambão Chamburra Chaplica Chapuço Charcão. Cheira-vintem — Insoneiro, fura-vidas, Chicarinha Chichela. Chorão Cocôta. Coleia. Comodelo Condelo Conduto. Conselheiro-da-Vitória — Tipo popular, maneaco que, de chapeu de côco e dedos cheios de aneis de latão, vem de tempos a tempos à vila de Santa Cruz dar «conselhos» às autoridades, a quem trata por «colegas». Conta-passos - Indivíduo com andar compassado e vagaroso. Corneta. Crapuça — Por «carapuça». Crevêlha. Cum-cum. Cu-negro. Cu-sem-dono. Dêda. Defunto-vivo - Pessoa magra e descorada. Dente de-cana. Doutor-galocha-Alcunha por que era tambem conhecido o curandeiro «Bicharedo».

Engrelado - Pessoa presunçosa, im-Paga-a negra pertigada. Pai-gé, Enxota Palhana Esguicha e Esguicho. Papa rancho -- Comilão. Espanta-cavalos - Indivíduo muito al-Pára barco. vorocado Parramoca. Espingarda - Díz-se de pessoa alta e Paspalho - Desageitado, inútil. magra. Pastelinha. Estracalhado Pataguinha Fagulha - O mesmo que «Faúlha» Peido na mão Faidoca. Perna de salsa. Fanha - O mesmo que fanhoso. Na Pichão. Terceira há o equivalente «Cafa-Pinceliaue. nha». · Porrêta. Faz-achas. Prombeta Faz-arcos. Qui-vá. Ferruge - Por «ferrugem». Diz-se de Rato-comunga - Diz-se de pessoa pessoa morena. amiga do alheio. Fitinhas Regueiro - Por «guerreiro». Fome-negra -- Indivíduo rico e ava-Rei de ouros. rento. Rei-de paus. Fungão Resalgar. Galinha-pintada Rosa-tirana. Ganchinho. Sarnélha. Gargaludo - De «gargalo», no sentido Sem-unhas. de pescoço alto e magro. Sericoté Garrancho. Serrilha Giga-baêta. Sôco do-mato Godeme-de-cão. Soizada. Gorgulho Sô velha. Graninha Sramago - Por «saramago». Na Ter-Grilha ou Grilhota - O mesmo que ceira, «saramagar» significa, em «belica» certas freguesias, «espalhar». Lapinhas Tamborinho . Larica — Indivíduo raquitico. Herva Tapiço rasteira que ataca as sementeiras Tarrameca. do trigo. Testa-de-lata. Maizínha Tiriri Narigueta—Nariz grande. Triste. Navalhinha - Pessoa maldizente. Verdete Nevoeiro - Diz se de pessoa carran-Verdiana cuda. Verilha cozida. Ordideiras. Verilha-sêca. Ovelhinha-Pessoa mansa e manhosa. Viteré.

Zagaia Zouquinho . Zumba

Frederico Lopes.

ADDENDA

Já depois de impressa a informação que este n.º do Boletim traz sobre o Bispo D. Manuel Nicolau de Almeida, é que encontrámos o Acordão da sentença pronunciada no processo da sindicância aqui feita pelo Desembargador J. F. C. Giraldes Queilhas sobre o procedimento do General Stockler, do Bispo D. M. Nicolau de Almeida, e do Governador do Castelo, Caetano Paulo Xavier, na contra-revolução de 2 e 3 de Abril de 1821. Em toda esta sentença, vemos com surpresa que o referido Bispo é considerado em boa inteligencia com o General Stockler

Citamos o considerando a respeito do Bispo e o final do Acordão:

- «Mostra-se, a respeito do Bispo d'Angra Dom Frei Manuel Nicolau d'Almeida, que nem pretexto especioso podia produzir-se para o qualificar criminoso. O que se lhe arguio nos interrogatórios, apenso n.º 47, sobre a falta de repetição d'ordens, para serem insinuados os povos na doutrina, que se procurava persuadir; no sentido, que se ponderava diminuto em suas instruções Pastoraes; e na sua boa intelligencia com o General Stockler, sendo perfeitamente desvanecido por suas respostas, jámais poderia arrastar-se á qualificação de crime: e pelo contrário está o legal testemunho que de todos os autos resulta a favor do Réo. em abono das suas virtudes e exemplar conducta, que lhe adquirirão a confiança e o amor dos povos; bem designado no transcripto conceito do Magistrado Devassante, a folhas 25 do appenso B.»—

O conceito, acima citado, exposto pelo Magistrado Devassante, declarava: — «que quazi todo o povo enternecido de ver sair dois homens (General Stockler e Bispo) em quem tinhão toda a confiança pelo desinteresse, justiça e prudencia, com que se comportavam e a quem tributavam toda a affeição, que passava a extremos de adocação, forão a causa impulsiva, e não a desobediencia ou a suggestão, etc.»

Eis a sentença: — «Por tanto, e o mais do processo e direito: Declarando extinta esta accusação pelo Real Decreto de seis do corrente, a declarão outrosim não provada contra os accusados, o Reverendo Bispo d'Angra Dom Frei Manuel Nicolau d'Almeida, o Tenente-General Francisco de Borja Garção Stockler e o Coronel Caetano Paulo Xavier, os quaes absolvem e julgam livres de toda a imputação criminosa : e pelo contrario julgão benemerita, recomendavel e legal a conducta do Tenente-General Stockler no exercicio das funções do seu Governo em todas as acções submetidas a esta indagação: constituindo-se o Reverendo Bispo de Angra Dom Frei Manuel Nicolau de Almeida, em sua conducta Pastoral e politica, digno de estima e conceito publico que obteve : e mandão que, passando se Ordem para serem soltos todos os referidos accusados, se ponha aonde competir a verba necessaria: pagas pelos mesmos accusados as custas ex-causa. Lisboa. 10 de Junho de 1823, - Lacerda -

Ozorio — Moura Cabral — Germano da Veiga — Dr. Tovar — Vieira. • — (Vide «Arch. dos Açores», t. VII, p. 52).

A confusão da causa do Bispo com a do General Stockler, dando-os em «boa inteligencia», parece-nos propositada e feita em virtude das «numerosas representações» de que fala o Acordão. Se fosse lavrada a sentença com os Constitucionais no Poder, da-loiam certamente em grande desinteligencia com aquele General, tanto que assinou o Decreto pelo qual o General Araujo o expulsava da Ilha! (1)

C. Pereira,

(1) Vide «Um Terceirense Hotável» do Dr. Valadão Jr., pág. 17-19.

MACARÉO

Morais, na edição de 1813 do seu Dícionário, regista macareo como «grande impeto com que arrebatadamente enchem e vasam os rios na A'sia», e Candido de Figueirêdo (ed. de 1913) dá à palavra acepção idêntica: — «vaga impetuosa, que, nalguns rios, precede o começo da preamar».

Sebastião Dalgado, no Glossário Luso-Asiático, dá-lhe origem idiana, do sânscrito makara, corcodilho monstro, palavra que, segundo presume, teria sido dita aos nossos navegadores como referida à causa lendária do refluxo das águas, e que eles tomaram como denominação do próprio fenómeno.

Os marítimos da ilha Terceira chamam macaréo a uma vaga de mar alterosa, que os pequenos barcos têm dificuldade de atravessar e os põe em perigo.

Da linguagem dos marítimos passou para a do povo, que, todavia, lhe deu sentido figurado e a emprega correntemente para significar qualquer dificuldade, como nestas duas frases colhidas directamente. Uma mulher velha, viúva de um trabalhador rural, ao narrar a doença de uma filha, dizia: — «Tem a garganta tão inchada que passa macaréos para engolir».

Um pedreiro, queixando-se da sua sorte, explicava: — «Na minha vida tenho passado muitos macaréos».

L. Ribeiro.

SORTES DE SAO JOÃO

Por toda a parte se festeja o São João e o seu culto popular está eivado de reminiscências de antigos cultos so lares, do fogo e da água, por coincidir mais ou menos a comemoração do Santo Precursor com as festas pagãs em torno do solestício do verão, que foi chamado a cristianizar.

Até os moiros da moirama festejam o São João, diz uma cantiga popular portuguesa, e parece que, efectivamente, na Andalusia, cristãos, mouros e até judeus, confraternízavam nessa noite de festa, como se infere do romanceiro espanhol (Dr. José Perez Vidal, «Tradiciones populares. La fiesta de S. Juan en Canarias, La Laguna de Tenerife», 1945, pág 15).

Os povos peninsulares, como outros aliás, fizeram do São João, associado neste ponto pelos portugueses a Santo António e São Pedro, um santo casamenteiro, protector de amores e revelador do futuro por meio das sortes

que para isso se deitam com certas práticas rituais.

Bom número de tais oráculos foram reunidos e estudados pelo saudoso Dr. Claudio Basto na «Revista Lusitana», vol. XXXII pág, 161, e aí se encontram muitos açoreanos, posto que quási todos comuns do continente, pois dificil será achar nas tradições populares e costumes do arquipélago cousa que de lá não tenha vindo, trazida no geral pelos primeiros povoadores.

Em diversas práticas supersticiosas o nome do futuro noivo será o primeiro que a rapariga ouvir depois delas. É o caso de se pôr à janela à meia-noite com o bôca cheia de água, ou de madrugada detraz da porta, na Terceira, do ramo de flores exposto ao relento e de manhã atirado à rua em S. Miguel.

Referindo-se a esta ilha, Gaspar

Frutuoso nas Saudades da Terra (ed. do Centenário, Liv IV, vol. 1.*, pág. 70) narra um episódio semelhante:

«E não deixarei de dizer o que na verdade aconteceu antes dos desposórios, e foi assim que, andando a dita Guiomar de Sá no Paco, fazendo certa · devoção a São João, ou outra de outro santo, em que esperava, no derradeiro dia dela, que o primeiro homem que ouvisse nomear do mesmo nome havia de ser o marido, que com ela casasse e se havia de ser português ou não. como é costume de mulheres ou supersticiosas ou demasiadamente desejosas de saber o que ha de suceder, às quais o demónio responde por sucessos, permitindo Deus que sejam enganadas dele, ou às vezes certificadas, pois em lugar de Deus o vão buscar no que pretendem» ...

L. Ribeiro.

INDICE

Autores

Rraz (Dr. Henrique)	
Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da cidade de Angra, da Ilha Terceira)	. 65
Lopes (Frederico)	, 00
Vária. Locuções e alcunhas em uso na ilha Graciosa	296
•	
Homenagem ao Dr. Vitorino Nemésio (Discurso)	280
Menezes (Dr. Manuel de)	
A peste da Ilha Terceira em 1599	i
A muralha primitiva da «principal porta da cidade»	259
Vária. O Porto de Afonço Vaz em S. Miguel	294
Pereira (Conego J. A.)	
O Bispo D. Frei Manuel Nicolau de Almeida preso por hereje	
ou politico?	30
Um mártir terceirense. P.º Norberto de Oliveira Barros	270
Vária, Adenda	300
Ribeiro (L.)	
Vária. Macaréo	301
Sortes de S. João	301

Assuntos

Artigos:

A peste da Ilha Terceira em 1599, pelo Dr. Manuel de Menezes	1
O Bispo D. Frei Manuel de Almeida preso por hereje ou por político? pelo Cónego Pereira	30
Ruas da cidade (Notas para a Toponímia da cidade da Angra, da Ilha Terceira) pelo Dr. Henrique Braz	65
A muralha primitiva da «principal porta da cidade», pelo Dr. Manuel de Menezes	259
Um mártir terceirense. P.e Norberto de Olivelra Barros, pelo Cónego J. A. Pereira	270
Documentos :	
Relações comerciais da Ilha Terceira com o Brasil no século XVII .	39
Vida do Instituto :	
Actas das reuniões	274
Homenagem ao Dr. Vitorino Nemésio. O discurso do Dr. Elmiro Mendes .	280
Bibliografia :	
Publicações recebidas	290
Vária :	*
Biblioteca José do Canto	294
O Porto de Afonço Vaz em S. Miguel — M. Menezes	294
Locuções e alcunhas em uso na Ilha Graciosa — Frederico Lopes	296
Adenda — Cónego J. A. Pereira	300
Macaréo — L. Ribeiro	301
Sortes de S. João — L. Ribeiro	301

